



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

JOSÉ DE ARIMATÉA VITORIANO DE OLIVEIRA

**NORMAS E FORMAS DA ESCRITA
DA HISTÓRIA DO CEARÁ (1884-1903)**

**Recife
2023**

JOSÉ DE ARIMATÉA VITORIANO DE OLIVEIRA

**NORMAS E FORMAS DA ESCRITA
DA HISTÓRIA DO CEARÁ (1884-1903)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes; Linha de Pesquisa: Cultura e Memória.

Orientador: Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

**Recife
2023**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

O48n Oliveira, José de Arimatéa Vitoriano de.
Normas e formas da escrita da História do Ceará (1884-1903) / José de Arimatéa Vitoriano de Oliveira. – 2023.
189 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2023.
Inclui referências.

1. Ceará - História. 2. Escrita - Ceará - História. 3. Literatura. 4. Instituto do Ceará. 5. Secas. I. Albuquerque Júnior, Durval Muniz de (Orientador). II. Título.

981.31 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2023-203)

JOSÉ DE ARIMATÉA VITORIANO DE OLIVEIRA

**NORMAS E FORMAS DA ESCRITA
DA HISTÓRIA DO CEARÁ (1884-1903)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes; Linha de Pesquisa: Cultura e Memória.

Aprovado em: 31/08/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof. Dr. Kleiton de Sousa Moraes (Examinador Externo)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Gleudson Passos Cardoso (Examinador Externo)
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Prof.^a Dr.^a Maria Regina Santos de Souza (Examinadora Externa)
Universidade Estadual do Piauí – UESPI

*À Kalliany, Michel e Natan,
pelo que somos, família;
À D. Sebastiana e S. Epifânio Vitoriano (in memoriam),
pelo que sou, exemplo;
À Nina (in memoriam),
pelo que foi, CATivante.*

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual do Piauí (UESPI), como a todo povo piauiense, pela oportunidade de ter cursado o doutorado.

À Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por todo aprendizado. Sempre fui ali bem acolhido. Agradeço, em especial, à Sandra Regina, sempre atenciosa e prestativa na secretaria do PPGH.

Quanto aos professores do curso, imenso foi o aprendizado, que carregarei comigo, no decorrer de minha vivência profissional. Tive a oportunidade de conviver com grandes professores, tais como Cristiano Christillino, Rômulo Xavier e Flávio Weinstein.

Especial carinho, e enorme admiração, devoto aos professores Antonio Torres Montenegro, Regina Beatriz Guimarães e Antônio Paulo Rezende. Tive a honra de conviver com esses grandes mestres e com eles muito aprendi. O afeto cultivado ficará para sempre.

Agradeço aos integrantes da banca examinadora, professores Kleiton Moraes, Gleudson Passos e Maria Regina Souza, por todas as relevantes observações.

Por fim, mas não menos importante, agradeço muitíssimo a meu orientador, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, pela paciência nas correções e pelas indicações feitas, essenciais na confecção desse trabalho.

RESUMO

O presente trabalho busca compreender as normas e as formas de escrita da história do Ceará, entre 1884, ano de publicação da obra pioneira de Rodolfo Teófilo referente à temática da seca e sua história, e o ano de 1903, quando a instituição histórica local se envolveu na publicação de uma obra dedicada à escrita de uma história para o Ceará, o denominado “Livro do Tricentenário”, dotando essa terra, finalmente, de uma narrativa histórica criteriosa, preenchendo a lacuna, enunciada por aquela entidade, de que o Ceará ainda não possuía sua história escrita, o que impediria, portanto, que esse lugar almejasse os foros de civilizado. Daquela entidade, o Instituto do Ceará, partiram as normas dessa produção, pautadas na observância de métodos que valorizavam os documentos e impunham a imparcialidade ao historiador. Porém, para além dessas normas, outras formas de escrita da história do Ceará podem ser referidas, tendo a seca como temática privilegiada dessas histórias. Dessa maneira, analisando temas e autores referidos, em meio a um ambiente intelectual estagnado e restrito, nas décadas finais do século XIX e o começo do século XX, é que buscamos compreender as condições de produção dessas narrativas sobre a história cearense e as especificidades de sua escrita.

Palavras-chave: escrita da história; literatura; formas; normas; Instituto do Ceará; seca.

ABSTRACT

The present work seeks to understand the norms and forms of writing the history of Ceará, between 1884, the year of publication of the pioneering work by Rodolfo Teófilo referring to the theme of drought and its history, and the year 1903, when the local historic institution got involved in the publication of a work dedicated to writing a history for Ceará, the so-called "Book of the Tricentennial", providing this land, finally, of a careful historical narrative, filling the gap, enunciated by that entity, that Ceará still not had its history written, what to would prevented, therefore, that this place aspired to the forums of civilized. From that entity, the Instituto do Ceará, the norms of this production departed, based on the observance of methods that valued the documents and imposed impartiality on the historian. However, in addition to these norms, other forms of writing the history of Ceará can be referred to, with drought as the privileged theme of these histories. In this way, analyzing themes and referred authors, in the midst of a stagnant and restricted intellectual environment, in the final decades of the 19th century and the beginning of the 20th century, is that we seek to understand the conditions of production of these narratives about the history of Ceará and the specificities of its writing.

Keywords: history writing; literature; forms; norms; Instituto do Ceará; drought.

RESUMEN

El presente trabajo busca comprender las normas y formas de escribir la historia de Ceará, entre 1884, año de publicación de la obra pionera de Rodolfo Teófilo sobre el tema de la sequía y su historia, y el año 1903, cuando la institución histórica local se involucró en la publicación de una obra dedicada a la escritura de una historia para Ceará, el llamado “Libro del Tricentenario”, proporcionando a esta tierra, finalmente, una cuidadosa narración histórica, llenando el vacío, declarado por esa entidad, que Ceará aún no lo contaba con su historia escrita, lo que impediría, por tanto, que este lugar aspirase a condición de civilizado. De esa entidad, el Instituto do Ceará, partieron las normas de esa producción, basadas en la observancia de métodos que valorizaban los documentos e imponían imparcialidad al historiador. Sin embargo, además de estas normas, se pueden referir otras formas de escribir la historia de Ceará, con la sequía como tema privilegiado de estos relatos. De esta manera, a través del análisis de temas y autores referidos, en medio de un ambiente intelectual estancado y restringido, en las décadas finales del siglo XIX y principios del siglo XX, es que buscamos comprender las condiciones de producción de estas narrativas sobre la historia de Ceará y las especificidades de su escritura.

Palabras-clave: escrita de la historia; literatura; formas; normas; Instituto do Ceará; sequía.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Recorte 1	Conferência de Thomaz Pompeu Filho na Escola Popular.....	23
Recorte 2	Indicação de recebimento da revista do Instituto do Ceará.....	40
Figura 1	Capa do folheto contendo a letra do Hino do Ceará.....	71
Recorte 3	Anúncio da obra História da Seca do Ceará, de Rodolfo Teófilo....	111
Gravuras 1 e 2	Imagens de retirantes pelas ruas de Fortaleza.....	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Índice da obra “Comemorando o Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará. 1603-1903”.....73
----------	--

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
2	VISÕES DA HISTÓRIA E O PROCEDER DO INSTITUTO DO CEARÁ.....	18
2.1	UM NOVO SÓCIO PARA O INSTITUTO E SUA VISÃO DISTINTA DA HISTÓRIA.....	19
2.2	A HISTÓRIA COMO PRETENSÃO DE CIVILIZAÇÃO PARA O CEARÁ.....	31
2.3	GUILHERME STUDART, “LEGÍTIMO ANTE CRONISTAS CONTRADITÓRIOS”	43
3	DA CELEBRAÇÃO DO PASSADO À ESCRITA DE UMA HISTÓRIA PARA O CEARÁ.....	57
3.1	O TRICENTENÁRIO, MOMENTO OPORTUNO PARA SE ESCREVER UMA HISTÓRIA CEARENSE.....	58
3.2	SOBRE O LIVRO DO TRICENTENÁRIO E SUA COMPOSIÇÃO.....	70
3.3	O DOCUMENTO MAIS ANTIGO EXISTENTE SOBRE A HISTÓRIA CEARENSE.....	85
4	A HISTÓRIA DA SECA E A SECA NA HISTÓRIA DO CEARÁ.....	100
4.1	A SECA DO CEARÁ, ENTRE NOTAS E UMA HISTÓRIA.....	101
4.2	A PROPÓSITO DE MAIS ALGUMAS HISTÓRIAS SOBRE A SECA, NO CEARÁ.....	115
4.3	SOBRE ALGUNS TEMAS DISTINTOS E A HISTÓRIA NELES INSCRITA.....	128
5	CULTURA HISTÓRICA E REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DA SECA NA HISTÓRIA DO CEARÁ.....	143
5.1	DO “ROMANCE-DOCUMENTO” AO PROBLEMA DA EMIGRAÇÃO PARA A AMAZÔNIA.....	145
5.2	MAIS NATURAL, MAIS CEARENSE, LUTAR, AO FICAR OU PARTIR.....	157
5.3	SOBRE IMAGINÁRIO E A CULTURA HISTÓRICA, EM TEMPOS DE SECA...	168
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
	REFERÊNCIAS	182

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De acordo com Rodolfo Marcos Teófilo (1853-1932), farmacêutico, historiador e escritor, um dos mais importantes nomes das letras cearenses, que atuou no âmbito intelectual local, por quase cinquenta anos, entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX, “O Ceará, de todos os Estados do Brasil, é talvez o único que pode ser conhecido e estudado através de seus livros. Ele já tem a sua história escrita e a sua literatura”¹.

Tal afirmativa, feita já na maturidade de Teófilo, e contida numa obra sobre a seca de 1915, publicada em 1922, destaca sua própria posição de autor, de alguém que escreveu mais de duas dezenas de produções, tanto de conotação histórica como de caráter literário, e coloca-nos, em perspectiva, esse citado conhecimento e as tais possibilidades de estudo sobre o Ceará, mas, principalmente, nos coloca diante de tais representações escritas, tanto históricas como literárias, e de suas condições de elaboração.

Desde a primeira obra publicada por Teófilo, em 1884, até sua citada afirmação, feita na sua maturidade, temos todo o período de conformação de uma história escrita acerca do Ceará, como também de uma literatura. As características e condições dessa produtividade, do ambiente que a proporcionou e dos sujeitos e entidades envolvidos nesse processo, que constituiu a cultura histórica, ali presente, entre o final do século XIX e o começo do século XX, tornam-se as mais importantes questões a serem tratadas nessa tese.

Considerando-se o entendimento, vigente na segunda metade do século XIX, de que uma sociedade somente poderia almejar a condição de civilizada quando sua história estivesse escrita, é que podemos destacar a condição referida por Rodolfo Teófilo, enquanto uma visão em retrospecto, referente ao Ceará, e indicada nas ditas possibilidades de escrita de sua história e de sua literatura, fomentadas, a partir do começo da década de 1880, pela retomada cultural verificada na cidade de Fortaleza, logo após superado o sofrimento e as privações vivenciados durante o período da grande seca, iniciada em 1877 e que perduraria pelos longos e dolorosos três anos seguintes.

¹ TEÓFILO, Rodolfo. **A seca de 1915**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922b.

Logo após a seca, encerrada com a normalidade do inverno de 1880, algumas demandas movimentaram o meio cultural local, como o engajamento dos intelectuais na vitoriosa campanha abolicionista, que culminou com a libertação dos escravos na província do Ceará, em 1884, além das movimentações republicanas. As ideias de progresso e civilização tomavam conta do ambiente cultural da capital cearense nesse período, resultando na criação, em 1887, de uma entidade voltada a registrar a história desse lugar, o Instituto do Ceará.

Fundado em 4 de março de 1887, por doze renomados intelectuais cearenses, essa instituição, que acrescentaria à sua denominação, já no século XX, os termos “histórico, geográfico e antropológico”, tornava-se a entidade responsável por tornar conhecida a história e a geografia da então província, indicando as normas de escrita de uma história oficial local, que ganhava as primeiras versões através da publicidade de sua revista e das obras de seus associados.

Tudo aquilo que se produziu, antes de 1887, passava a ser considerado, pelos associados do Instituto, como algo carente de método e critério, resultado, sobretudo, da ausência de documentos que garantissem credibilidade às narrativas dos autores pioneiros que se dedicaram à escrita da história local, reforçando a posição daquela instituição, como a única capaz de fornecer, ao Ceará, registros históricos condizentes com seu passado.

Esse processo de afirmação do Instituto do Ceará, feito em detrimento de tudo aquilo produzido antes de sua fundação, merece destaque como um procedimento que valorizava a própria instituição e destacava a posição institucional que aquela agremiação requeria para si, como a única que reuniria condições de elaborar uma história oficial cearense, conforme seus métodos, oriundos da influência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, visando instituir uma identidade local, por intermédio da história, partindo-se da condição de que, para tal,urgia a escrita sobre os grandes feitos do passado, ressaltando-se, naquele contexto, que o presente era considerado como uma época carente de luz, clareza e ordem e, finalmente, de uma identidade.

No Instituto do Ceará destacava-se a figura de Guilherme Studart, futuro Barão, reconhecido por seus pares e pósteros como o maior nome da historiografia cearense, sendo o responsável por impor um método de escrita que destacava a prevalência do documento, sobretudo inédito, além de requerer-se, do historiador, a imparcialidade como critério essencial para se obter, através da história, a justiça e a credibilidade.

Porém, no âmbito do próprio Instituto do Ceará encontramos opiniões distintas quanto aos critérios de escrita dessa história, dita cearense, pois nem todos se diziam apologistas do modo como a história era encarada naquela instituição, com ênfase em acontecimentos políticos ou administrativos, que teriam pouca relevância para o estudo da evolução dos povos.

Assim, no domínio do próprio Instituto, vamos encontrar integrantes, como Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Filho, que se preocupavam mais com o presente, e os exemplos que ele poderia fornecer para a edificação do futuro, do que com as lições que o passado nos poderia trazer. Desse modo, temos que a história era percebida, de forma peculiar, nessa referida instituição histórica, sob diferentes pontos de vista e a partir de distintas expectativas, entre as lições que o passado teria a oferecer e as necessidades urgentes e atuais da sociedade.

Contudo, dos integrantes do Instituto do Ceará, destacava-se aquela apontado como o principal nome da historiografia cearense, Guilherme Studart, futuro Barão de Studart, que definiu as normas de como se produzir e escrever a história, naquele período, que ressaltava a postura que o historiador deveria assumir, sendo imparcial, fiel aos documentos, atuando implacavelmente e com severidade na sua missão, sendo, afinal, justo, tendo em vista que, escudando-lhe, estariam os documentos, que, patenteados pela crítica historiográfica, trariam à discussão fatos ilustres ou repletos de máculas, não cabendo a quem escrevia se deixar levar pelas afeições ou rejeições que esses proporcionavam, mas, cumprindo o papel civilizador de escrever a história de seu povo, restava ao historiador ser fiel a tais procedimentos.

O ponto culminante da aplicação dessas normas historiográficas, propaladas por Studart, ocorre no contexto das celebrações pelos três séculos de colonização portuguesa no Ceará, em 1903, comemorações que buscavam, amparadas pela historiografia, infundir o civismo na população local. Assim, para celebrar o feito, e sob a influência do Instituto do Ceará, é produzida uma obra, o denominado “Livro do Tricentenário”, primeira manifestação, conforme os critérios de tal instituição, de uma história escrita sobre o Ceará, terra que, finalmente, passava a contar com essa forma narrativa, tornando possível, conforme se almejava na época, que esse lugar pudesse ser considerado civilizado.

Portanto, o que se buscava, com o indicado “Livro do Tricentenário” era dar ao Ceará uma história escrita, seguindo os padrões de seu instituto histórico, que

enfatuava o recurso à prova documental e ressaltava a imparcialidade do historiador. Tal produção viria preencher a lacuna, dali indicada, de que essa terra, até então, não possuía registros históricos condizentes.

Enfatizando o início do processo colonizador no Ceará, no começo do século XVII, a referida obra comemorativa narrava os detalhes das primeiras incursões à então “ignorada terra cearense”, que pouco interesse, até então, despertava no âmbito da política colonial portuguesa, sendo ignorada, por extensão, no contexto da história brasileira. Assim, o ponto alto da citada obra era o documento, apontado pelo Barão de Studart, como o registro mais antigo existente sobre a história do Ceará, registro este que indicava a presença portuguesa e o conseqüente início de uma história, em terras cearenses.

Tudo aquilo que vinha antes da presença portuguesa era desconsiderado como história, servindo o referido documento, do início do século XVII, como o marco inicial da cronologia histórica cearense. Assim, por ocasião dos festejos do tricentenário da colonização europeia, foi produzida referida obra coletiva, no recinto das principais instituições culturais da capital cearense, com destaque para o Instituto do Ceará, o que indicava que essa parte do Brasil passava a contar, a partir dali, com sua história devidamente escrita.

Portanto, das normas instituídas pelo Instituto do Ceará surgiu a forma, contida no mencionado “Livro do Tricentenário”. Contudo, outras formas, que não seguiam aquelas normas, também foram produzidas naquele meio, adotando-se um critério que fugia às determinações do Instituto, de que o historiador, além da lida com os documentos e de sua requerida imparcialidade, deveria também distanciar-se do fato analisado, preferindo atuar, entenda-se, em assuntos distantes no tempo, relativos aos séculos passados, tal como nos assuntos referentes ao citado início do processo colonizador europeu no Ceará, no começo do século XVII.

Desse modo, seguindo-se essa norma, assuntos atuais e recorrentes, como as secas que periodicamente assolavam o Ceará, somente poderiam ser alvo da escrita da história decorrido o tempo suficiente para que personagens, mencionados nessa narrativa, e que ainda estariam vivos, não pudessem interpor reação àquilo disposto nessa escrita da história.

Quanto a isso, e como exemplo de alguém que abordou a história, sob diversas formas, temos o indicado Rodolfo Teófilo, autor prolífico, que tornou a estiagem o

assunto preferencial de seus livros, tanto históricos como literários. Seus escritos se destacavam por sua originalidade e exerceram influência sobre diversos autores cearenses, entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX.

Assim, com Teófilo, temos a adoção de norma distinta, que não impedia o historiador de se envolver diretamente com os fatos narrados por ele. Suas obras literárias, de caráter marcadamente histórico, trazem formas distintas de se discutir e analisar a seca, da mesma maneira como também o encontramos em suas obras históricas, repletas de descrições oriundas de suas próprias experiências, de ter atuado diretamente no auxílio dos flagelados que, em tempos de seca, lotavam as ruas e praças da capital cearense, provenientes das localidades interioranas.

Todo o imaginário que se criou em torno da figura dos flagelados, os impactos que as secas causaram na sociabilidade cearense e os problemas delas decorridos, como a emigração para a Amazônia, que traria o risco do Ceará se despovoar, são assuntos subjacentes que podem ser discutidos, a partir das obras de Teófilo e dos diversos autores influenciados por ele.

Portanto, diversas eram as normas e variadas foram as formas de escrita da história do Ceará, entre 1884, ano de publicação de “História da Seca do Ceará”, de Teófilo, e o ano de 1903, quando se editou o “Livro do Tricentenário”. Entre essas duas produções, as discussões sobre as referidas normas e as ditas formas acerca das descrições históricas e literárias relativas ao Ceará, podem ser suscitadas a partir de questões envolvendo as pretensões das entidades envolvidas nesse processo e da atitude dos responsáveis por essa escrita, no período. Assim, autores e assuntos destacados e as condições de sua escrita também se tornam objeto de nosso estudo.

Desse modo, no primeiro capítulo do trabalho, intitulado “Visões da história e o proceder do Instituto do Ceará”, destacaremos a concepção que essa entidade mantinha sobre a história e sua escrita, ressaltando-se, também, que tal perspectiva não era unívoca, sendo abordada essa questão, tomando para análise, as posturas de um novo sócio, que discordava da visão que naquela entidade se mantinha sobre a história. Compreender a importância e influência do Instituto do Ceará, no meio cultural local, passa, necessariamente, pela análise de sua figura mais importante, o Barão de Studart, aquele apontado como o mais destacado de seus associados, cuja influência poderia ser medida tanto por seus procedimentos como historiador, como

ainda por sua atuação como pesquisador, detentor do maior acervo sobre o Ceará e sua história.

No segundo capítulo, denominado “Da celebração do passado à escrita de uma história para o Ceará”, as discussões se voltarão para o processo de elaboração do mencionado “Livro do Tricentenário”, passando pelas análises sobre os festejos que motivaram a edição dessa obra, com destaque para sua composição e a ênfase no dito documento mais antigo existente sobre a história cearense.

No capítulo que se segue, o terceiro, intitulado “A história da seca e a seca na história do Ceará”, destacaremos as produções de autores que se voltaram para esse tema, com ênfase nas obras de Rodolfo Teófilo, inclusive, tratando de autores por ele influenciados, que nos apresentam distintas formas de se compreender e escrever a história local, buscando perceber os diálogos entre as escritas histórica e literária.

Finalmente, no quarto e derradeiro capítulo, denominado “Cultura histórica e representações literárias da seca na história do Ceará”, trataremos da construção de um imaginário envolvendo a seca e seus indicados malefícios proporcionados àquela sociedade, como também as normas relativas ao que deveria ser uma postura “típica cearense”, do portar-se ante à seca e como enfrentá-la, numa discussão que envolveu dois importantes nomes das letras cearenses no período.

Assim sendo, se não podemos confirmar a indicação de Rodolfo Teófilo, de que o Ceará, em 1922, já teria sua história e literatura escritas, ao menos sigamos esse caminho por ele indicado, entre o final do século XIX e o começo do século XX. Pois, para além da pretensão do autor, que contemplava, em sua maturidade, a trajetória intelectual de sua terra, da qual participou ativamente, temos um percurso que nos leva, da busca pela indicação das origens e de uma identidade relativas ao Ceará, à seca e demais temas que devem ser considerados quando pensamos nas condições e características referentes ao Ceará e às formas de escrita de sua história, sejam elas historiográficas ou literárias.

2 VISÕES DA HISTÓRIA E O PROCEDER DO INSTITUTO DO CEARÁ

Não sou apologista do que entre nós se entende por história e nem compreendo que para o apresto ordinário da vida, para a luta que incessantemente o homem trava para subsistir, seja-lhe necessário vergar a memória ao peso de fatos mal delineados pelo afastamento em que estão do presente e de medíocre importância para seu proceder ordinário.²

Quem declarava não ser apologista daquilo que se entendia por história era o bacharel Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Filho (1852-1929), procedendo dessa forma ao discursar na sessão de 12 de março de 1889, quando tomou posse como sócio efetivo do Instituto do Ceará, agremiação surgida dois anos antes na cidade de Fortaleza com o objetivo de, conforme indicado no artigo primeiro de seus estatutos, tornar conhecida a história e a geografia da então província.

Compreender o entendimento que Pompeu Filho tinha sobre a história, e como ele a definia, em contraposição à compreensão de quem dela fazia apologia, torna-se o ponto de partida para nossas indagações sobre a historiografia cearense do século XIX, considerando-se a posição que o autor ocupava no meio intelectual local e a que passou a ocupar, ao ser admitido na entidade que assumia a condição de dar forma à historiografia cearense.

A partir dessa indicada pretensão, buscaremos caracterizar os parâmetros para a pesquisa histórica que Thomaz Pompeu Filho pretendia que fossem adotados, pela mencionada associação, como também a maneira de divulgação dessa produção, feita por meio de sua revista e dos escritos de seus associados.

Com a fundação do Instituto do Ceará, o conhecimento histórico que se buscou instituir deveria se basear na observância de métodos e técnicas que conferissem aos fatos mal delineados do passado, contornos bem definidos, surgindo daí a busca por legitimar suas produções em relação aos trabalhos precedentes, que passavam a ser caracterizados a partir do que seriam suas omissões e falta de critério. Porém, esse processo de legitimação da historiografia local indicava mais uma pretensão que um

² BRASIL FILHO, Thomaz Pompeu de Sousa. Discurso proferido em 12 de março de 1889 por ocasião de sua posse de sócio efetivo. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo III, 1889, p. 111.

fato, estando Thomaz Pompeu Filho a indicar isso, pois como veremos adiante, se ele não era, tampouco se tornou apologista do modo como se entendia e praticava a história no Instituto do Ceará.

A ênfase na busca por documentos, sobretudo inéditos, no sentido de dirimir dúvidas e fazer prevalecer a verdade histórica, além da imparcialidade que se exigia do historiador, foram aspectos valorizados com a criação do referido Instituto. Tais procedimentos foram reconhecidos por Pompeu Filho como sendo importantes para ressaltar as vantagens dos estudos históricos para a sociedade.

Porém, tais vantagens dependeriam da maneira como o historiador analisava o passado, a partir de suas indagações referentes ao presente, pois se a história tinha seu tempo, teria também sua vez. Fosse como lição oriunda do passado ou enquanto ação efetiva, como defendia Pompeu Filho, no proceder ordinário, para além da medíocre importância que poderia restringir a história a uma sequência de fatos mal delineados do passado e sem importância, portanto, para o presente.

Assim, as vantagens da história não seriam percebidas da mesma forma pelo novo sócio do Instituto do Ceará e os demais integrantes da agremiação, tendo aquele assinalado, no seu discurso de posse, que a demografia seria mais útil à sociedade, além de enfatizar que, quanto mais afastado o passado estivesse do presente, menos lições teríamos a aprender.

Diante disso, são essas diferenças de percepção, em relação à história, que vão nos interessar nesse primeiro momento, destacando-se que o processo, que resultou na prevalência da citada instituição no âmbito da historiografia local, não foi unívoco e sem dissensões, contando tal prevalência com a importante ajuda oficial.

2.1 UM NOVO SÓCIO PARA O INSTITUTO E SUA VISÃO DISTINTA DA HISTÓRIA.

Às 19 horas do dia 12 de março de 1889 o desembargador Paulino Nogueira Borges da Fonseca (1842-1908), presidente do Instituto do Ceará, abria a sessão que efetivava Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Filho como associado pleno daquela entidade. Compareceram à reunião, como relatado pela imprensa da época, grande número de pessoas gradas, estando presentes os onze integrantes da instituição.

Com a posse de Thomaz Pompeu Filho, o Instituto do Ceará retomava o número regimental de doze integrantes, desfalcado que estava, desde março do ano anterior, em decorrência da morte do fundador José Sombra (1852-1888). O novato juntava-se a uma entidade que, apesar do pouco tempo de existência, já se mostrava relevante naquele ambiente que, depois da estagnação provocada pela seca, iniciada em 1877, passava por uma crescente efervescência cultural motivada pelo engajamento dos intelectuais locais em movimentos, como a vitoriosa campanha abolicionista de 1884 e as discussões republicanas.

Indicado à vaga ociosa e atendendo aos requisitos para admissão, como reunir “predicados intelectuais destacados”, no ato de posse o novato devia proferir algumas palavras em homenagem ao antecessor, assim ocorrendo naquele citado 12 de março de 1889. Contudo, além da deferência protocolar, no seu discurso Pompeu Filho afirmava não compactuar com o entendimento que se mantinha sobre a história naquela instituição, demonstrando uma visão distinta daquela adotada pelos demais membros do Instituto do Ceará. Lugar e momento para expressar sua opinião contrastante não poderiam ser mais simbólicos, perante indivíduos que se dedicavam aos estudos históricos locais.

Até então, essa dedicação ganhava forma, sobretudo, nas páginas dos jornais que circulavam em Fortaleza, em que nomes como Paulino Nogueira, Perdigão de Oliveira, Antônio Bezerra e Guilherme Studart, que comporiam o Instituto, abordavam, com frequência, temas de interesse histórico. A criação de uma entidade voltada para esse fim impactava na maneira como esses assuntos passavam a ser tratados e divulgados, pois com a criação do Instituto do Ceará, e a publicidade de sua revista, estavam instituídos lugar e veículo que reuniam estudiosos dedicados em fomentar a historiografia cearense.

Além da história, constava nos preceitos regimentais do Instituto o interesse pela geografia e, de modo mais amplo, pelas letras e o conseqüente desenvolvimento cultural do Ceará. Continuador, tanto na política como nas letras, da obra de seu pai, o Senador Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (1818-1877), homônimo ao filho, autor de diversos trabalhos dedicados à geografia e à estatística, a entrada de Pompeu Filho no Instituto, entidade ainda em seus primeiros anos de existência, significava a ampliação de seus interesses de pesquisa, como também a possibilidade de contar, em seus quadros, com um associado proeminente na sociedade da época

O Instituto do Ceará foi fundado no dia 4 de março de 1887. Seus doze idealizadores eram “bacharéis, médicos, padres ou leigos, mas homens de letras, escritores, poetas ou prosadores com maior ou menor valor mental”³. Foram seus fundadores o padre João Augusto da Frota (1849-1942); os escritores Juvenal Galeno (1836-1931) e Antônio Bezerra de Menezes (1841-1921); os leigos, ou seja, que não ostentavam títulos acadêmicos, Júlio César da Fonseca Filho (1850-1931) e João Batista Perdigão de Oliveira (1854-1929); além de Joaquim de Oliveira Catunda (1834-1907), com formação militar, tendo sido posteriormente Senador da República.

Formados em medicina eram Guilherme, futuro Barão de Studart (1856-1938) e o referido José Sombra, falecido em 16 de março de 1888, cuja vaga foi ocupada por Pompeu Filho. Bacharéis em direito, todos oriundos da Faculdade do Recife, eram seu presidente, Paulino Nogueira, como também Virgílio Augusto de Moraes (1854-1914), Antônio Augusto de Vasconcelos (1852-1930) e Virgílio Brígido (1854-1920), além do referido Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Filho, integrante a partir de 1889.

Foi durante seus anos de estudo no Recife, que se deram entre 1868 e 1872 que, conforme seu próprio relato, Pompeu Filho “aproximou-se muito do positivismo, a princípio comtista, depois inglês de Stuart Mill”⁴, devotando ainda apreço pela filosofia alemã hegeliana, que procurou conciliar com as ideias de Auguste Comte.

Retornando a Fortaleza, foi atuar no jornalismo, como um dos redatores do *Cearense*, jornal fundado por seu pai, aderindo ainda à maçonaria e colaborando com seu órgão oficial, o periódico *Fraternidade*, fundado em 1873, no âmbito da polêmica sobre a questão religiosa, que opunha dois bispos católicos aos interesses maçônicos.

E seria o próprio Thomaz Pompeu Filho, aliás, que revelaria em suas memórias, postumamente editadas em 1929 por Guilherme Studart, seu colega de Instituto, que o engajamento na querela sustentada entre o clero católico e os maçons continha uma motivação intelectual que excedia a qualquer apego a uma dessas partes, tanto que, superada a crise, o autor não manteria ligação com nenhuma das duas instituições, afirmando que “sem o estímulo da polêmica, que o obrigava a estudar as questões debatidas, deixou de frequentar a maçonaria onde nunca mais voltou até morrer”⁵.

³ FACÓ, Boanerges. Os fundadores do Instituto do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo LXXXI, 1967, p. 206.

⁴ STUDART, Guilherme (Barão de). Thomaz Pompeu de Sousa Brasil: notas sobre sua vida, sua educação e carreira política. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo especial, 1929, p. 31.

⁵ STUDART, 1929, p. 15.

Recém-formado na Academia do Recife e de volta à capital cearense, o jovem bacharel encontrara um meio intelectual acanhado e com pouco estímulo, tendo os ânimos se acirrado justamente por causa da citada querela, que acabou por reunir no *Fraternidade* alguns moços, que utilizaram essa disputa religiosa como pretexto para desenvolver suas habilidades de polemistas. Fizeram parte desse grupo, além de Thomaz Pompeu Filho, nomes como Capistrano de Abreu (1853-1927), Raimundo Antônio da Rocha Lima (1855-1878), Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848-1911), Xilderico de Faria (1851-1876) e Clovis Bevilaqua (1859-1944).

Dessa forma, a polêmica religiosa serviu como incentivo cultural àquele grupo de jovens da cidade de Fortaleza, tal como observado pelo poeta Antônio Sales (1868-1940), que ao analisar a história da literatura cearense, em uma antologia acerca da produção literária no estado, elaborada em 1939, assim se referiu ao intento desses moços: “parece que a questão maçônica teve apenas o caráter de um estimulante para os bravos rapazes, que mais buscavam um pretexto para os seus cometimentos intelectuais”⁶.

Cometimentos que geraram uma entidade, a Academia Francesa⁷, atuante de 1873 a 1875, e uma iniciativa, a Escola Popular, que ofertava cursos noturnos aos operários e aos ditos menos favorecidos, cuja influência, conforme Capistrano, se fez sentir “não só sobre as classes a que se destinava, como sobre a sociedade cearense em geral, por intermédio das conferências ali feitas, em que o ideal moderno era apregoado por pessoas altamente convencidas de sua excelência”⁸.

Essas conferências compunham o ementário do curso de História Universal ali ministrado, cujo programa foi redigido, e apresentado por Thomaz Pompeu Filho na aula inaugural, assinalando Rocha Lima que, naquela oportunidade, o orador “desenvolveu a concepção positiva da classificação das ciências”⁹, reafirmando a doutrina que trazia consigo desde os tempos de estudante no Recife e que fora desenvolvida nas reuniões da Academia Francesa.

⁶ SALES, Antônio. História da literatura cearense. In: GIRÃO, Raimundo; MARTINS FILHO, Antônio. **O Ceará**. Fortaleza: Ed. Fortaleza, 1939, p. 96.

⁷ Cf. BARREIRA, Dolor. **História da literatura cearense**. 1º tomo. Fortaleza: Ed. do Instituto do Ceará, 1948, p. 85-98.

⁸ ABREU, João Capistrano de. **Ensaio e estudos (crítica e história)**: 1ª série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931, p. 118.

⁹ LIMA, Raimundo Antônio da Rocha. Escola Popular: curso de história universal pelo Dr. Th. Pompeu Filho. In: _____. **Crítica e literatura**. São Luiz, MA: Typ. do Paiz, 1878, p. 101.

Tal concepção, mantida por Pompeu Filho ao longo da vida, explicaria sua atenção, referida em seu discurso de posse no Instituto do Ceará, quanto à incessante luta que o homem travava pela sobrevivência. Rocha Lima, indicando a aula inaugural acima citada, afirma que o autor reconhecia “a evolução como lei final das ciências”¹⁰, tendo analisado, na ocasião, a maneira como tal condição se traduziria na história.

Derivava do positivismo, portanto, o ideal moderno citado acima por Capistrano, fomentando o conteúdo das dez conferências realizadas pela Escola Popular ao longo do ano de 1874. Xilderico de Faria, por exemplo, tratou da liberdade religiosa; Araripe Júnior teve o papado como tema; Capistrano, a literatura brasileira; e Pompeu Filho, na oitava preleção, ocorrida no dia 16 de agosto de 1874, analisou a soberania popular, indicando aspectos que, anos depois, em sua posse no Instituto do Ceará, denotariam sua compreensão sobre a história e o progresso da sociedade.

Uma análise elogiosa, como era de se esperar, acerca de tal conferência foi publicada no jornal *Cearense*:

Recorte 1 – Conferência de Thomaz Pompeu Filho na Escola Popular

Eschola popular.—Domingo, 16 do corrente, realisou-se a 8ª conferencia da eschola popular. A tribuna foi occupada pelo nosso illustrado amigo e collega Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brazil Filho, que tomou por thema a soberania populer.

O orador elevou-se em seu discurso á toda a altura que o assumpto comportava.

A origem do poder soberano, o desenvolvimento da soberania popular atravez dos tempos, a sua applicação ás diferentes nacionalidades e ás diferentes formas de governo, as theorias sobre a soberania, o principio que preside a marcha das civilisações, a lei da historia, o futuro da humanidade: foram assumptos de que se occupou o nosso amigo com toda a profundeza do historiador e do publicista, e com todas as pompas da eloquencia.

Escola Popular. *Cearense*, Fortaleza, 20 ago. 1874, p. 2.

¹⁰ LIMA, 1878, p. 103.

Apontado como historiador e publicista na resenha sobre sua palestra, Pompeu Filho assinalava, em suas memórias, que a prática jornalística, na época em que começou a atuar no *Cearense* e no *Fraternidade*, demandava, de quem se dedicava a tal ofício, apurados conhecimentos históricos ante uma imprensa quase totalmente política, no que se referia, sobretudo, ao *Cearense*, que lembremos, fora fundado por seu pai, o Senador Pompeu, no ano de 1846, visando a defesa dos interesses do partido liberal no Ceará.

Fazendo parte de sua vida desde cedo, a política e o jornalismo eram atividades que exigiam de quem as praticava uma soma de conhecimentos, que incluía a história, que servia como pauta para os assuntos divulgados pela Imprensa e embasava os parlamentares nas discussões no legislativo.

Tendo exercido mandato na Câmara dos Deputados por três legislaturas, entre 1878 e 1885, ocupando ainda interinamente, em setembro de 1889, a presidência da província, Thomaz Pompeu Filho conseguiu conciliar, durante algum tempo, suas ações políticas com a atividade jornalística, mas sua predileção pela ciência o fez se dedicar, afinal, às letras.

Desapontado com a política, após sua reeleição à Câmara dos Deputados, em 1886, ser questionada, levada ao processo de segundo escrutínio, além das despesas acumuladas no pleito, o próprio Pompeu Filho indicava outro fator que o fez largar a carreira política: “a cansaça pessoal do candidato percorrer todos os colégios eleitorais do distrito, visitando, senão todos, a maior parte dos eleitores em suas casas, situadas, frequentemente em distâncias de léguas”¹¹. Assim, passava o intelectual a dedicar-se às letras, aceitando o convite para ingressar, como sócio efetivo, no Instituto do Ceará, em 1889.

Mas como vimos, seu discurso de posse indicava uma percepção distinta sobre a história daquela defendida por seus colegas de entidade. Isso nos remete, mais uma vez, às lembranças da vivência política de Pompeu Filho, que em discurso realizado em 1897, tratava ainda dos dias agitados da transição republicana, indicando que entre política e ciência, os campos de atuação eram diferentes, preferindo ele agir, então, longe das contingências e polêmicas dos partidarismos, privilegiando “a

¹¹ STUDART, 1929, p. 19.

serenidade de investigadores da verdade, a convicção de que leis morais governam os homens, as sociedades, os povos, não havendo mais nobre e subido ideal do que procurar descobri-las”¹².

Para Pompeu Filho, o conhecimento das leis que governavam as sociedades, numa clara acepção positivista, remetendo ao pensamento de autores como Quetelet e Buckle, seria mais importante que a própria ação política, cabendo aos homens de ciências tomarem à frente do processo de conduzir às sociedades, regendo-as pelas leis morais, que a todos governava.

Nesse mesmo discurso proferido em 1897, Thomaz Pompeu Filho exaltava a figura do descontente, referindo-se a si mesmo, pois este aguçaria “a engenhosidade das suas faculdades em descobrir falhas na ordem de coisas vigentes”¹³. Crítico da política e da história, o autor visava compreender o que, no seu referido entendimento, traria repercussão no proceder ordinário da sociedade.

Seja a falha na política, com seu indicado partidarismo vazio e excludente, ou a falha na escrita da história, que de acordo com Pompeu Filho, em seu indicado discurso de posse, no Instituto do Ceara, valorizaria em demasia “acontecimentos políticos ou administrativos de pouca relevância para o estudo da evolução dos povos”¹⁴, e ao colocar-se enquanto um descontente, o autor investia contra uma compreensão da história majoritariamente política, da qual se dizia não ser apologista. E era justamente esse sujeito descontente, asseverado em sua visão de mundo, que era conduzido à tribuna do Instituto do Ceará e tomava posse, como seu novo sócio efetivo, naquele dia 12 de março de 1889.

Entretanto, em se tratando do Instituto, impossível era separar história e política naquele momento, seja por conta da predileção pelos assuntos políticos e políticos-administrativos, nas pesquisas de seus membros, o que nada contentava a Pompeu Filho, ou mesmo pela dependência que aquela instituição tinha das benesses estatais para se manter. Desse modo, o que tínhamos, no âmbito da capital cearense na época, era uma proximidade que não poderia ser ignorada, apesar da referida neutralidade, que tal entidade buscava demonstrar, nos assuntos político-partidários vigentes.

¹² BRASIL FILHO, Thomaz Pompeu de Sousa. Discurso lido perante a Academia Cearense na sessão magna de seu 1º aniversário. **Revista da Academia Cearense**, Fortaleza, tomo II, 1897, p. 3.

¹³ Ibid., p. 5.

¹⁴ Id., 1889, p. 111.

Assim, Pompeu Filho adentrava o Instituto em cerimônia realizada em um dos salões da Biblioteca Pública de Fortaleza, local concedido pelo governo provincial para seu funcionamento, ali permanecendo, do ano de fundação até 1896, quando foi instalar-se no pavimento térreo do edifício da Assembleia Legislativa, indicando-se, desse modo, como os benefícios governamentais auxiliaram a entidade nos seus primeiros anos de existência, o que incluía, ainda, uma subvenção anual concedida a partir de 1889, no valor de um conto de réis, estipulada no orçamento da província.

As relações do Instituto do Ceará, e seus integrantes, com o poder político local devem ser levadas em conta quando da análise do contexto de construção de um projeto de identidade nacional que, no caso cearense, buscava estabelecer as origens históricas da província e definir os aspectos que lhe caracterizariam no âmbito da nação¹⁵.

Dessa forma, se colocando sob a proteção das autoridades locais – tal como esteve por décadas o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que não raro contava com o Imperador presidindo suas sessões, conforme indica Lúcia Maria Paschoal Guimarães –, o que caracterizaria a instituição cearense era a construção de um passado que também servia à política¹⁶.

No artigo primeiro de seus estatutos define-se, como objetivo do Instituto, o de tornar conhecida a história e a geografia do Ceará. Partia-se do pressuposto de que a narrativa sobre as origens históricas da província ainda estava por fazer, cabendo tal missão a essa entidade recém fundada que, para funcionar diante de alegadas dificuldades, recorreu à ajuda do governo provincial.

Indique-se que não encontramos registro da participação de algum presidente da província nas sessões ordinárias do Instituto do Ceará, exceto em momentos especiais, como na cerimônia de pesar pela morte do citado integrante José Sombra, em março de 1888, quando o então presidente, Enéas de Araújo Torreão (1842-1914), esteve ali presente.

¹⁵ Cf. OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: memória, representações e pensamento social (1887-1914)**. 2001. Tese (doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2001, p. 29-30.

¹⁶ Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. A construção de um passado a serviço da política. In: *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, ano 156, n. 388, jul./set. 1995, p. 507-531.

Assim, é representativo que o lugar que visava produzir o saber histórico local apresentasse essa relação de proximidade e dependência diante dos grupos políticos locais. Parte dessa vinculação seria explicada pelas características do meio intelectual de Fortaleza nas décadas finais do século XIX, descrito por Pompeu Filho como um “círculo restrito dentro do qual gira a falta de emulação de estímulo, o pouco gosto pela leitura, a carestia das impressões, etc”¹⁷.

E era nesse meio, acanhado e restritivo, que atuavam os intelectuais da capital cearense, excetuando-se algumas situações específicas, em que alguns sujeitos, muitas vezes, participavam simultaneamente em mais de uma associação cultural, agremiações que, muitas das quais, não podendo contar com algum subsídio estatal, tinham efêmera existência.

Thomaz Pompeu Filho, Guilherme Studart, Virgílio de Moraes e Antônio Bezerra de Menezes, além de pertencerem ao Instituto do Ceará, foram fundadores da Academia Cearense, outra entidade, fundada na cidade de Fortaleza no ano de 1894, que visava o desenvolvimento da cultura local. Unia as duas agremiações, além dos sócios em comum e do interesse cultural, a condição de que ambas dependiam do poder público, pois sem ter uma sede própria, as duas entidades dividiram, por vários anos, a partir de 1896, o mesmo espaço de funcionamento: uma sala, no pavimento térreo, na sede do poder legislativo estadual.

Essas condições desfavoráveis para o florescimento intelectual induziam a uma condição que, analisada no âmbito nacional por Silvio Romero (1851-1914), poderia também ser aplicada ao Ceará. Afirmava o crítico literário sergipano, na sua obra maior sobre a história da literatura, que no Brasil do século XIX, “os homens de letras, que não se abrigam no funcionalismo, que vão viver das respectivas profissões, arrastam existência penosíssima”¹⁸.

Dessa maneira, muitos daqueles que integraram o Instituto do Ceará estavam abrigados, direta ou indiretamente, no funcionalismo público, questão que justificava, também, a proximidade percebida com o poder político local, que se manteria, mesmo com a mudança para o regime republicano, ocorrida dois anos após a fundação dessa agremiação.

¹⁷ BRASIL FILHO, Thomaz Pompeu de Sousa. **Estado do Ceará na Exposição de Chicago**. Fortaleza: Typ. d'A República, 1893, p. 201.

¹⁸ ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Tomo segundo (1830-1877). Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1888, p. 763.

Foi durante o governo de Enéas de Araújo Torreão, também egresso do Recife, que ocorreu a fundação do Instituto do Ceará, sendo ele o responsável por ceder a sala da Biblioteca Pública que durante nove anos abrigou tal agremiação. O primeiro ofício emitido pelo presidente Paulino Nogueira, em nome da nova entidade, solicitava ao presidente da província a cessão daquele recinto, obtendo pronta anuência, talvez facilitada pela atuação de Antônio Augusto de Vasconcelos, então diretor da Biblioteca e sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Além de Vasconcelos, outros membros do Instituto mantinham vínculos com o Estado, nos anos finais da década de 1880. Virgílio Augusto de Moraes era o diretor da instrução pública, sendo ainda procurador-geral da Santa Casa de Misericórdia; os três integrantes do conselho superior da instrução pública provincial eram Paulino Nogueira, Joaquim Catunda e Júlio César da Fonseca Filho; por fim, Antônio Bezerra era um dos mordomos da Santa Casa, função que gerava projeção na sociedade da época, além de funcionário da fazenda provincial.

Ou seja, metade dos fundadores do Instituto do Ceará mantinha relações com o poder público, facilitando a instalação e o funcionamento da entidade, como indicado acima. Era essa a instituição que Pompeu Filho passava a integrar, devendo, como dele talvez se esperasse, que também entrasse nas discussões que tratavam das origens históricas do Ceará.

Nos primeiros números da revista do Instituto vemos a busca em estabelecer essas origens históricas, com trabalhos voltados para determinar a primeira vila, a primeira freguesia e a pioneira fortificação da província, sendo também publicadas compilações e transcrições de atas, autos e registros de criação de vilas e sesmarias. Contudo, esse cabedal de atos políticos e administrativos não interessava a Thomaz Pompeu Filho, que reduzido entusiasmo demonstrava pelas coisas afastadas do presente, tendo ele se absterido de tomar parte nessas discussões.

Outro aspecto importante para se compreender a pouca estima devotada por Thomaz Pompeu Filho à maneira como se entendia a história, no Instituto do Ceará, nos remete à sua concepção de que o presente deveria se sobrepôr ao passado quanto a efetividade de ações relativas ao desenvolvimento da sociedade. Conforme indicado na epígrafe que abre o capítulo, sua opinião era a de que para auxiliar na luta incessante que o homem lidava para subsistir, mais útil seria preparar-se para o que ainda estava por vir do que rememorar o que se passou.

Fica evidenciado esse posicionamento do autor quando nos deparamos com o seguinte trecho de seu referido discurso de posse, no Instituto do Ceará:

A história é o passado mais ou menos longínquo, é a sensação que se transformou, a lembrança que se vai apagando da memória.

A natureza, que amortece a impressão e transmuda as sociedades, parece ter criado entre o homem atual e as eras mortas uma barreira invencível, forçando-o a pensar e a curar mais do presente e do futuro que de épocas distantes, perdidas no passado.¹⁹

Pompeu Filho sustentava que não era ao passado longínquo que se deveria pedir lições, indicando o presente como centro das atenções, considerando ainda que seria “na observação e nas experiências dos nossos contemporâneos que precisamos aprender”²⁰. Para ele, os estudos históricos, com seu foco voltado para o passado, menos beneficiavam a sociedade em termos práticos, por exemplo, que a demografia, cujos ensinamentos seriam mais úteis e aplicáveis por governantes, e mesmo pelos próprios indivíduos, no entendimento e enfrentamento das questões e dos problemas cotidianos.

Assim, indicar formas efetivas para enfrentar os problemas diários evidenciava-se como mais um ponto de diferença quanto ao entendimento acerca da história, entre Pompeu Filho e os demais membros do Instituto do Ceará. Enquanto nenhum entusiasmo aquele demonstrava pelos fatos distantes do presente, cujo saber interferiria pouco no proceder ordinário da sociedade, seus companheiros de agremiação indicavam a importância do passado em relação ao presente, sobretudo na formação de um senso de justiça proporcionado pela história, que ao desvelar as infâmias ocultadas e fazendo conhecer os feitos dos personagens ilustres, contribuiria exemplarmente na edificação da sociedade.

Esse aspecto ficava evidenciado nos argumentos iniciais que faz Perdigão de Oliveira, no artigo que indicava a primazia de Aquiraz entre as vilas da província, publicado no primeiro número da revista do Instituto, em 1887. Ali o autor enaltece o conhecimento sobre a história, ressaltando a importância de um povo conhecer seu passado para que almejasse foros de civilizado, advertindo, porém, que o Ceará ainda não possuía sua história escrita. Em outro trecho ressaltava-se como a história era necessária:

¹⁹ BRASIL FILHO, 1889, p. 112.

²⁰ Loc. cit.

Quantos feitos ilustres, quem sabe, permanecem ignorados? Quantas infâmias, quiçá, ocultam-se também nas densas trevas do silêncio, sem que possam ser condenadas com a brasa da maldição para exemplo e edificação das gerações porvindouras e do presente?²¹

O destaque nos exemplos, que edificariam as gerações futuras, nos remete à concepção antiga da história, à denominada *Historia Magistra Vitae*, tão cara aos historiadores do século XIX, para quem a história seria “um espelho do vício e da virtude, no qual é possível aprender, pela experiência alheia, o que se deve ou não se deve fazer”²². Desse modo, tanto os feitos ilustres como as infâmias ocorridas no passado ainda estariam ocultados pelas, conforme termos utilizados pelo autor, trevas do silêncio, permanecendo ignorados até que o historiador surgisse e levasse luz à penumbra prevalecente.

Diante disso, se para Thomaz Pompeu Filho, tal como exposto em seu discurso de posse, a história pouca utilidade traria para o presente, ao catalogar acontecimentos distantes no tempo, justificando-se ao afirmar que “não poderemos penetrar no modo de sentir, de pensar, de crer, do viver moral e material”²³ das pessoas do passado, ressaltando sua atenção voltada para as necessidades urgentes do presente, temos então que, para ele, mais importante era a demografia, cujos ensinamentos seriam mais úteis no entender e ao atender tais demandas.

Assim, quando se colocou como alguém que não fazia apologia ao modo como, no Instituto do Ceará, se entendia a história, Pompeu Filho criticava a ênfase em assuntos políticos-administrativos que predominavam nas discussões e análises feitas naquela sociedade acadêmica, destacando sua intenção de dedicar-se a temas que, segundo sua formação, com notada influência positivista, resultariam em efeitos mais imediatos no desenvolvimento da sociedade cearense da época.

Dessa forma, antes da história, temos que a geografia e a demografia tornaram-se os assuntos preferidos de Thomaz Pompeu Filho em suas publicações na revista do Instituto do Ceará, mas, principalmente, na revista da Academia Cearense, entidade que também integrava e que, sem o peso da dedicação aos temas históricos, pôde ali discutir. Ele ali abordou assuntos como os índices de desenvolvimento

²¹ OLIVEIRA, João Batista Perdigão de. A primeira vila da província: notas para a história do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo I, 1887, p. 104.

²² KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; ed. PUC-Rio, 2006, p. 50.

²³ BRASIL FILHO, 1889, p. 111.

populacional de Fortaleza, ou ainda, temas relacionados com as necessidades atuais da sociedade, como as vantagens de a capital cearense contar com um sistema de coleta de esgoto.

Não por acaso foi justamente um trabalho demográfico que o autor apresentou à comissão de admissão de sócios do Instituto do Ceará como requisito para ingresso, submetendo o artigo intitulado “População do Ceará”, posteriormente publicado na revista da entidade, nas edições dos anos de 1889 e 1890. Nesse trabalho realiza-se uma análise contendo dados estatísticos acerca da província, tratados por autores dos séculos XVIII e XIX, com números indicados por vilas, paróquias e freguesias, e listados por gênero, crescimento vegetativo, taxa de alfabetização e a população livre e escrava.

Em certo trecho da referida obra demográfica, o autor diz que o conhecimento dos tópicos abordados em trabalhos dessa categoria, como o seu próprio em relação ao Ceará, abre a possibilidade de os governantes locais conhecerem as necessidades presentes da sociedade, a fim de “serem prontamente providas ou de preparar-se o advento de reformas, que estimulem-lhe o progresso”²⁴.

Assim, a noção de progresso, advinda do ideário positivista e que, como vimos, esteve vivamente presente no pensamento de Thomaz Pompeu Filho, desde seus tempos de estudante de direito, no Recife, era diferente daquela defendida e praticada pelos demais integrantes do Instituto do Ceará em relação à história, como analisaremos a seguir.

2.2 A HISTÓRIA COMO PRETENSÃO DE CIVILIZAÇÃO PARA O CEARÁ.

No número inaugural da revista do Instituto do Ceará, no ano de 1887, o sócio João Batista Perdigão de Oliveira publicava extenso trabalho buscando solucionar a longa indefinição sobre a fundação da primeira vila da província, Fortaleza ou Aquiraz, justificando a iniciativa ao anotar, ao final de suas considerações, que “assim terminou no século passado a polêmica entre as duas vilas; praza aos Céus que a publicação

²⁴ BRASIL FILHO, Thomaz Pompeu de Sousa. População do Ceará em 1889. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo IV, 1890, p. 253.

dos documentos, de que trato, venha no século atual pôr termo à controvérsia”²⁵, que se encerrava, conforme defendido no artigo, dando razão a Fortaleza, que passou a ser a capital cearense a partir de 1726, sucedendo justamente a Aquiraz.

Tal assunto indicava a atenção que mereciam as temáticas que visavam definir as origens locais, sendo a história, baseada nos documentos comprobatórios, aquela que poderia dissipar dúvidas, estabelecer a verdade, e assim, resolver controvérsias seculares. Trazendo a transcrição, ao final do artigo, de quarenta e três documentos, como cartas e registros do começo do século XVIII, o autor se esforçava em desfazer outro problema, referido logo no início de seu texto, de que o Ceará ainda não tinha sua história escrita.

O trabalho sobre qual teria sido a primeira vila da província, que apresentava no subtítulo a indicação “notas para a história do Ceará”, era a retomada de uma série de artigos sobre o tema publicados em 1882, no jornal *Pedro II* de Fortaleza, sendo o assunto tratado novamente pelo autor no primeiro tomo da revista do Instituto, lugar que respaldava sua posição de sujeito de historiador e o seu ponto de vista, valendo-se do reconhecimento por pertencer à dita associação histórica, que reunia em seus quadros doze dos mais respeitados intelectuais da capital cearense.

Assim, integrar esse seletivo grupo que compunha o Instituto do Ceará, que em pouco tempo, após sua fundação, já gerava repercussão naquela sociedade, do final do século XIX, proporcionou a João Batista Perdigão de Oliveira alcançar o almejado reconhecimento pretendido quando publicou a citada série de artigos acerca da vila primordial, em 1882, tendo ali mencionado que a busca em estabelecer a verdade histórica sobre aquele assunto, o fez sair “da obscuridade, em que vivo, para vir à imprensa”²⁶ e expor seus argumentos, os mesmos repetidos no ano de 1887, mas já na revista do Instituto do Ceará.

Ressalte-se que, diferente de outros sócios que possuíam títulos acadêmicos e projeção na sociedade, tais como os bacharéis Paulino Nogueira e Thomaz Pompeu Filho, ou o médico, depois Barão, Guilherme Studart, Perdigão de Oliveira não detinha títulos nem provinha de família influente na política local. Conseguiu se inserir nos meios intelectuais participando do movimento abolicionista, tendo ainda exercido o magistério e atuado como funcionário público, se apresentando como um pesquisador

²⁵ OLIVEIRA, 1887, p. 122.

²⁶ Id. História Pátria: a primeira vila da província. Fortaleza, **Pedro II**, 7 set. 1882, p. 3.

das coisas de sua terra, tanto que não tomou parte de nenhuma outra associação de letras, além do Instituto, onde se dedicou ao estudo da história cearense.

Autodidata e leitor compulsivo de estudos sobre a história pátria, Perdigão de Oliveira referenciava em seus trabalhos autores como Cândido Mendes, Francisco Adolfo de Varnhagen e João Capistrano de Abreu, além de indicar que seguia, com atenção, a produção historiográfica local, não se eximindo de apontar as falhas ou sugerir correções, reforçando a intenção de que a história que se escrevia sobre o Ceará deveria primar pela correção, ao se referir a uma correspondência recebida de Capistrano de Abreu, na qual este mencionava a importância de “que a nossa história seja tratada cientificamente”²⁷, respaldando os esforços em analisar a história cearense a partir daquilo indicado em suas leituras.

Como vimos anteriormente, antes da fundação do Instituto do Ceará, em 1887, os assuntos relativos à história local eram divulgados através das páginas dos jornais que circulavam na cidade de Fortaleza. Mas a partir do Instituto e da publicidade de sua revista, autores como Perdigão de Oliveira, bastante ativo na sua dedicação aos temas históricos, continuavam a divulgar suas pesquisas sobre o passado cearense, mas doravante com uma pretensão bem definida, conforme indicado acima, a de dotar o Ceará, finalmente, de uma história escrita, tratada cientificamente.

Sendo assim, temos que para Perdigão de Oliveira a história escrita, até então, sobre o Ceará, carecia da referida cientificidade cobrada por Capistrano de Abreu, problema esse, como veremos a seguir, ocasionado principalmente pela ausência de documentos que afetavam a credibilidade das informações relatadas, prejudicando os esforços anteriores daqueles que buscaram escrever uma história cearense. Assim, a escrita que existia, faltava na correção que se exigia e falhava no referido tratamento científico que se indicava.

A ênfase na questão relativa aos documentos, colocados como ponto principal da produção historiográfica local pelos autores vinculados ao Instituto do Ceará, é destacada por analistas da atuação da referida instituição, tal como José Honório Rodrigues, que ao tratar dos procedimentos ali adotados, indicava que seus integrantes pertenceriam a uma “escola histórica, que exaltava a pesquisa e declarava

²⁷ OLIVEIRA, João Batista Perdigão de. Uma data de sesmaria. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo VIII, 1894, p. 101.

a vitória do documento manuscrito”²⁸ diante de interpretações tidas como incompletas, ressaltando Rodrigues a influência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em relação a essa conduta, que tornava viável a pretendida elaboração de uma história para o Ceará.

E essa história ainda por ser feita, cientificamente tratada, conforme Perdigão de Oliveira, dificultava o Ceará de alcançar a almejada condição de civilizado, servindo de parâmetro outras províncias brasileiras, tais como Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão, que, de acordo com esse autor, já haviam atingido esse esperado estágio que os cearenses não haviam conquistado.

E uma das características que dariam a uma sociedade sua condição de civilizada era justamente apresentar sua história escrita, a fim de servir-lhe como um modelo de conduta, tal como ressaltado por Perdigão de Oliveira no seu referido artigo de 1887:

Um povo que não sabe sua vida íntima, que desconhece a história do passado e não sabe dizer de onde provém, que não sabe contar suas glórias, nem a amargura de sua tristeza, que tem conjuntamente no pó dos arquivos a virtude e o vício sem poder apresentar àquela a admiração e a este a animadversão de todos, esse povo não pode pretender os foros de civilizado.²⁹

Desse modo, importante seria o conhecimento do passado para saber de onde se provinha, ou seja, ter suas origens definidas, para exaltar as glórias ou lamentar as tristezas. A perspectiva do autor, vista em diversos textos seus, era a de que a função primordial do historiador era tornar conhecida a história, para daí, tomando-a como exemplo de virtudes ou fonte de lamentação pelos vícios, servir de modelo à sociedade, podendo indicar-lhe “como fazer as coisas”³⁰, tal como refere o historiador Manoel Luiz Salgado Guimarães em relação ao contexto do século XIX, a fim de tornar seu povo civilizado, na mesma proporção em que avançava no conhecimento de seu passado.

Dessa maneira, Perdigão de Oliveira buscava reforçar sua posição perante a sociedade a que pertencia, pois como sócio do Instituto do Ceará, entidade fundada com o objetivo regimental de registrar a história local, destacava ele, primeiramente,

²⁸ RODRIGUES, José Honório. Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo LXX, 1956, p. 189.

²⁹ OLIVEIRA, 1887, p. 104.

³⁰ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011, p. 124.

a importância da história para um povo ascender na escala do progresso, pondo-se, assim, como civilizado, condição que requeria o conhecimento do passado, acessível a partir do momento em que o historiador se propunha a vasculhar tal período, como ele próprio se prontificava, em busca de elaborar a história daí proveniente.

Assim sendo, civilização e progresso denotavam o desenrolar de um processo, em outros termos, a execução de um plano, então antevisto nas intenções indicadas por Perdigão de Oliveira em relação à história cearense, partindo-se da condição, por ele sinalizada, de que sua terra natal, até então, ainda não apresentava esse registro historiográfico constituído. Portanto, tão importante quanto indicar um plano de escrita para a história cearense, era ressaltar que essa história ainda não constava escrita, reforçando, assim, os méritos e os resultados obtidos por quem se dedicava a essa missão.

Desse modo, ante essa indicada lacuna, tal plano consistia em dar forma a algo que, recorrentemente afirmado pelo autor, ainda não se havia consumado, ao menos conforme os parâmetros acima indicados da referida escola histórica, que exaltava a pesquisa e priorizava o documento.

A indicação desse plano consta no citado artigo sobre a primeira vila do Ceará, de 1887, quando ali o autor faz referência ao livro “Memórias para o extinto Estado do Maranhão”, publicado em 1860, de autoria do Senador maranhense Cândido Mendes de Almeida (1818-1881), que na introdução da obra traça um plano para a elaboração da história nacional, visando vasculhar o passado, que jazia nos documentos inéditos guardados nos arquivos, assinalando que essa iniciativa se fazia necessária diante da “escassez de notícias impressas da história pátria, tornando-a pouco conhecida”³¹.

Como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Cândido Mendes fez parte dos esforços dessa instituição em definir as origens nacionais, contribuindo, de sua parte, com a escrita da história do Maranhão, enfatizando no início de seu livro a escassez de informações escritas sobre seu torrão natal e a importância de que tal registro se houvesse elaborado, tarefa que assumia para si mediante a realização do referido plano, que pretendia, através do conhecimento dos feitos contidos na história, ressaltar a prevalência do passado, de acordo com seus termos:

³¹ MENDES, Cândido. **Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão**. Rio de Janeiro: Typ. do Commercio, 1860, p. I.

O desempenho deste plano, facilitando um completo e verídico exame da história de nosso país, permitirá aos estudiosos e amantes das nossas coisas, o conhecerem os feitos notáveis, importantes e gloriosos de nossos antepassados, que são patrimônio comum de sua posteridade.³²

Narrar os feitos notáveis, importantes e gloriosos, como proposto por Mendes, indica que a iniciativa adotada por Perdigão de Oliveira, em relação ao Ceará e suas origens históricas, recebia influência direta do IHGB e seus integrantes, que visavam instituir uma identidade nacional, por intermédio da história, partindo-se da condição de que, para tal,urgia a escrita sobre os grandes feitos do passado, ressaltando-se, naquele contexto, que o “presente era entendido como uma época que carecia de luz, clareza e ordem e, finalmente, identidade”³³.

Sendo assim, por intermédio da história é que toda essa carência poderia ser suprimida, ainda mais porque, diante do que constatava o autor em relação à cidade de Fortaleza, ante seu “rápido e progressivo adiantamento que tem tido”³⁴, todo esse progresso merecia ser referido de forma historiográfica, não podendo ficar o presente sob sombras e sem uma identidade que o caracterizasse, ofuscando, portanto, sua busca pela civilização e o desenvolvimento intelectual a ela relacionado.

Dessa forma, entender o presente como carente de luz e ordem, e mesmo de uma identidade, denotava outra influência recebida por Perdigão de Oliveira da citada obra de Cândido Mendes, a de que a história local, tanto quanto a nacional, estariam ainda em aberto, à espera de quem se prontificasse em escrevê-las.

Assim, um plano para buscar constituir a história cearense tornava-se tarefa importante, um plano que estabelecesse, por exemplo, qual foi a primeira vila ou a primeira freguesia da província, questão essencial para se conhecer o processo de formação da identidade local e dos desdobramentos de sua formação política, como buscou fazer Perdigão de Oliveira em diversos trabalhos seus, publicados na revista do Instituto do Ceará.

Perdigão de Oliveira referencia diretamente o citado livro de Cândido Mendes, destacando o trecho em que esse autor indica justamente que o Brasil ainda não tinha sua história escrita, realidade que se assemelhava àquela relatada quanto ao Ceará, arrematando o historiador cearense, logo na sequência, que “convencido desta triste

³² MENDES, 1860, p. I.

³³ GUIMARÃES, 2011, p. 116.

³⁴ OLIVEIRA, 1882, p. 3.

verdade, com relação a esta província, entendi, como seu filho que a estremece, que devia, a despeito mesmo da humildade de minha pessoa, concorrer de alguma forma para remediar esse mal”³⁵.

Assim, o plano pretendido pelo autor mostrava-se enquanto missão, buscando amenizar o inconveniente que a falta de uma história escrita trazia àquela sociedade, comprometendo suas pretensões de progresso e civilização.

Pertencendo a instituições que buscavam definir a história, tanto para a nação, como para o Ceará, Cândido Mendes e Perdigão de Oliveira, ao indicarem a carência de registros dessa ordem, agiam ressaltando as próprias iniciativas e das entidades que representavam, reforçando a perspectiva de que o conhecimento do passado se fazia importante, no presente, enquanto valorização de um patrimônio comum a todos, assumindo eles próprios, portanto, a missão de prover a sociedade com esse saber, trazendo-lhe, como se projetava, luz, clareza e ordem, definindo sua identidade.

Sobre Perdigão de Oliveira, sem determinar um organograma ou estabelecer metas em relação aos temas a pesquisar, o que temos de sua proposta para execução do plano de elaboração da história cearense é a ação exemplar de quem, pertencendo ao Instituto do Ceará, demonstrava esforço ao vasculhar o passado de sua terra natal em busca de feitos, sobretudo os notáveis, até então ignorados. Desse modo, ante uma referida ausência de registros históricos, sua iniciativa visava estimular, conforme seus termos, “a outros a que façam publicar novos documentos”.³⁶

E da mesma forma que Cândido Mendes em relação ao Brasil, Perdigão de Oliveira, partindo da reiterada indicação sobre a ausência de uma história escrita local, prontificava-se a dar forma à dita narrativa, referendando aquilo apontado por Mendes em sua obra:

Convém muito que possuamos uma história, digna por sua forma e veracidade, da posição que já ocupamos e que viremos a ocupar um dia em face do globo [...] O que, portanto, fizeram nossos antepassados de grande e de notável deve-nos merecer o maior zelo e respeito, porque é sobre esses esforços que se assenta a grandeza do colosso, de que tanto nos orgulhamos. É nosso patrimônio, nosso estímulo e nossa glória.³⁷

³⁵ OLIVEIRA, 1887, p. 111.

³⁶ Loc. cit.

³⁷ MENDES, 1860, p. VI.

O estímulo à glória proveniente do passado reforçaria, segundo Perdigão de Oliveira, a condição de grandeza do Ceará, terra assinalada por ele como tendo “não pequeno número de filhos diletos e de grande saber”³⁸. Dessa maneira, a carência indicada em relação à história, que valorizasse o passado como modelo para aquela sociedade, comprometia a posição a ser ocupada pelos cearenses em face do restante da nação.

Por fim, superada tal limitação que a falta de uma história escrita causava, na busca da qual o autor estava engajado, enquanto membro do Instituto histórico local, estariam conformadas as condições para o Ceará igualar-se às demais províncias da nação, na almejada escala dos povos civilizados. Portanto, para além de um registro das coisas do passado, nesse contexto específico, a história era tida e vista como constatação do grau de civilização alcançado pela sociedade da época.

Assim, buscando contribuir com tal pretensão de civilização em relação a seu povo, finalidade que se estendia ao próprio Instituto do Ceará, cujo objetivo principal, lembremos, era tornar conhecida a história, temos que Perdigão de Oliveira seguiria empenhado em indicar, com precisão, assuntos pertinentes às origens de sua terra, voltando ao tema sobre a primazia de entes administrativos no segundo número da revista do Instituto, editado em 1888, quando ali procurou esclarecer a situação da primeira freguesia da província, questão referenciada por ele como “de não pequena importância de nossa história peculiar”³⁹.

Quanto à primeira freguesia, questionava-se o autor logo ao começar seu texto: “quando ela foi criada e quando inaugurada?”⁴⁰, arrematando na sequência que essa questão tratava-se de um assunto ainda a ser solucionado, algo que ele mesmo procurava fazer ao longo de seu trabalho, apresentando documentos, demonstrando as incorreções que outros autores cometeram, tudo embasado na premissa de que os documentos lhe permitiriam abordar, com autoridade, esse assunto. A dedicação do referido autor “ao estudo dos velhos manuscritos ainda existentes nos arquivos da Província”⁴¹ conferia a ele legitimidade e conhecimento especializado.

³⁸ OLIVEIRA, 1887, p. 103.

³⁹ Id. A primeira freguesia da província. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo II, 1888a, p. 226.

⁴⁰ Ibid., p. 223.

⁴¹ Ibid., p. 226.

Diante disso, evidenciava-se sua opinião sobre a elaboração da história, tida como condição a ser elucidada conforme permitiam os documentos analisados. Mais adiante, no mesmo artigo sobre a tal freguesia, o autor lidava com a limitação imposta pela falta dos documentos, indicando não ter conseguido, “apesar de nossos esforços, precisar o ano em que deu-se a fundação da primeira Freguesia da Província”⁴², sendo a lacuna preenchida quando seus esforços surtiram efeito, daí surgindo a comprovação, imprescindível à escrita da história, que conferiria autoridade a quem a escrevia.

E os esforços para encontrar a documentação sobre a primeira freguesia deram resultado, constando tal informação em outro artigo, publicado na revista do Instituto em 1894, em que o autor, mais uma vez, buscando definir as origens históricas locais, informava com precisão a data de concessão da sesmaria em nome da padroeira da capital cearense, ocorrida em 1681⁴³.

Ressaltando o achado desse dado acerca do século XVII, o autor confirmava o que dissera sobre a primeira freguesia, pois essa data de sesmaria comprovava sua indicação anterior, de que não fora em Aquiraz, em 1700, que mencionada divisão administrativa provincial foi fundada, mas antes disso, na vila de Fortaleza, como assegurava-lhe aquele documento de 1681.

Toda atenção de Perdigão de Oliveira na lida com os documentos, com os quais embasava seus textos, o colocava ombreado ao Barão de Studart, tido como o maior nome da historiografia cearense da época. Ele é tido pelos pósteros como um exemplo de esmero no uso dos documentos e exemplo de conduta historiográfica, afirmando-se que “todos aqueles que o precederam na tarefa de auscultar o passado cearense persistiram em erros inúmeros de apreciações dos documentos”⁴⁴. Conforme propõe uma análise contemporânea, Perdigão de Oliveira, quanto a isso, nada ficava a dever ao Barão.

O reconhecimento sobre essa condição atribuída a Perdigão de Oliveira, na lida com os documentos, pode ser visto nas homenagens a ele prestadas, quando de seu falecimento, em 1929, na revista da instituição, a que pertenceu por mais de quarenta anos, de 1887, até sua morte. Dentre vários elogios à sua atuação de pesquisador,

⁴² OLIVEIRA, 1888a, p. 226.

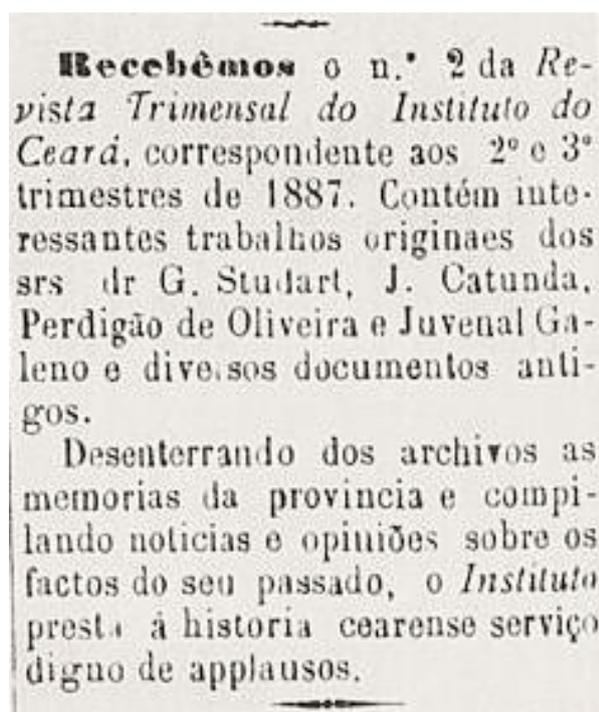
⁴³ Id., 1894, p. 100-102.

⁴⁴ MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. O modelo historiográfico do Barão de Studart. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo CXIX, 2000, p. 60.

uma nos dá a medida do quão longe iria o homenageado, nas suas prospecções por vestígios históricos de sua terra: “homem maduro, estudioso, dado a essas pesquisas históricas. Um escafandrista de alfarrábios, diligente no intuito de reconstruir a história do Ceará. E com esse intuito nos forneceu documentos preciosíssimos”⁴⁵.

No final do século XIX, o empenho em vasculhar os arquivos da província, na busca por vestígios que pudessem revelar aspectos da história peculiar cearense, tal como referido por Perdigão de Oliveira, parecia interessar à imprensa local, como se percebe na seguinte nota, publicada na *Gazeta do Norte*, jornal de Fortaleza fundado no ano de 1880, e que contava com Thomaz Pompeu Filho, Virgílio Brígido e Júlio César da Fonseca Filho entre seus redatores, que ao citar o recebimento da revista do Instituto do Ceará, assinalava o reconhecimento ao desempenho daquela entidade:

Recorte 2 – Indicação de recebimento da revista do Instituto do Ceará.



RECEBEMOS. *Gazeta do Norte*, Fortaleza, 4 nov. 1887, p. 2.

Havendo membros do Instituto do Ceará entre seus redatores⁴⁶, compreensível era a postura do periódico em ressaltar o empenho daquela instituição e rogar-lhe por

⁴⁵ COSTA, Antônio Teodorico da. Uma reminiscência: João Batista Perdigão de. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo especial, 1929, p. 8.

⁴⁶ Lembremos que Virgílio Brígido e Júlio César da Fonseca Filho são membros fundadores do Instituto, enquanto Thomaz Pompeu Filho se torna sócio em março de 1889, cabendo destacar as relações que mantinham para além daquela entidade.

aplausos. Contudo, interessante também é perceber como os assuntos relacionados à história local chamavam a atenção da imprensa, repercutindo entre os leitores do jornal a indicação de artigos de autores como Studart, Galeno e de Oliveira, além do texto de Catunda, cujo artigo, intitulado “Origens americanas”⁴⁷, se encaixava naquilo anteriormente referido em relação aos esforços para estabelecer as origens históricas locais.

Ainda sobre Perdigão de Oliveira, temos que sua indicada missão, de tornar a história cearense conhecida, se estruturava em torno de duas normas: a correção do fato e o ineditismo do acontecimento. Quanto à dita correção, no seu trabalho sobre a primeira vila da província, após analisar versões destoantes acerca da primazia de Aquiraz ou Fortaleza, o mencionado historiador, por fim, lançava os seguintes questionamentos: “entre tantas e tão diversas opiniões, qual a seguir? de que lado está a razão? A quem assiste a verdade?”⁴⁸.

As respostas a essas questões surgem quando o pesquisador, analisando os mais de quarenta documentos listados, estabelece, como vimos, a prevalência de Fortaleza sobre Aquiraz, indicando que a razão estaria do lado dele próprio, tendo em vista que sua busca pela verdade histórica se dava embasada nos vários documentos compulsados.

Já em relação ao ineditismo, assim se manifestou o autor quando fez publicar, na revista do Instituto do Ceara, de 1888, a transcrição de uma série de documentos do final do século XVIII, contendo requerimentos e petições dos moradores da vila de Parangaba, solicitando às autoridades portuguesas que se declarasse guerra contra os indígenas: “parece-nos de grande interesse a publicação desses documentos; porque os fatos neles mencionados não foram ainda descritos por nenhum de nossos historiadores”⁴⁹.

Reparemos que o autor, prosseguindo com seu plano de elaborar uma história para o Ceará, não estabelecia prioridades no que se referia aos assuntos que eram pesquisados. Tão logo descobertos novos documentos relacionados à história local, procedia-se a sua publicação, comportamento repetido inúmeras vezes por Perdigão

⁴⁷ Cf. CATUNDA, Joaquim. Origens americanas: imigrações pré-históricas. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo I, 1887, p. 92-102.

⁴⁸ OLIVEIRA, 1887, p. 110.

⁴⁹ Id. Trelado de uma proposta que se pôs em junta sobre a guerra que se há de dar aos Baiacus a rogo dos principais da aldeia de Parangaba. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo II, 1888b, p. 151.

de Oliveira, nas primeiras décadas de circulação da revista do Instituto do Ceará. O que, afinal, lhe interessava, conforme suas palavras, era dar pronto conhecimento dos aspectos peculiares da história cearense.

E para captar tal peculiaridade era necessário aos pesquisadores vasculhar os arquivos da província em busca dos documentos ainda desconhecidos, para então se dedicarem em moldar-lhes como história, em uma perspectiva que nos remete ao assinalado pelo historiador francês Jacques Le Goff (1924-2014) quanto ao modo de atuação dos historiadores do final do século XIX, que buscavam, tal como Perdigão de Oliveira, assegurar, na escrita de seus trabalhos, “o fundamento do fato histórico”⁵⁰, garantido pela centralidade que recaía sobre o documento, e o interesse em definir suas origens históricas.

Essa peculiaridade da historiografia local, referida por Perdigão de Oliveira, decorreria, ainda, da condição ainda oculta do passado cearense, que jazia sob o pó dos arquivos, à espera de alguém que o fosse revelar, ressaltando o autor a urgência de se escrever a história do Ceará, já que esse era um lugar, que segundo ele, “ordinariamente se avantajava a suas irmãs na escala do progresso”⁵¹, mas por não possuir ainda dita vantagem registrada em forma historiográfica, não poderia ascender na mencionada escala evolutiva das sociedades.

Assim, ante o que vem sendo relatado até aqui, temos exemplificada, com João Batista Perdigão de Oliveira, uma conduta distinta referente à história da apresentada por outro integrante do Instituto do Ceará, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Filho, conforme exposto no tópico anterior. Enquanto para aquele as peculiaridades da história eram ressaltadas, por representarem modelos de postura para a sociedade, merecendo atenção e planejamento na sua pesquisa e divulgação, para o último deles seria justamente o exagero nos detalhes, sobretudo políticos, e sua pouca relevância na abordagem do cotidiano, que fazia com que a historiografia cearense não merecesse elogios.

Ressalte-se que ambos, Perdigão de Oliveira e Thomaz Pompeu Filho, afirmavam preocupar-se com a sociedade em que viviam, buscando apontar, em suas pesquisas, aspectos que consideravam importantes e que pudessem proporcionar o desenvolvimento de sua terra e de sua gente. Contudo, enquanto um apontava a

⁵⁰ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2013, p. 486.

⁵¹ OLIVEIRA, 1887, p. 104.

história como o caminho para a almejada civilização, recorrendo ao passado enquanto inspiração e modelo, o outro preferia indicar o futuro como foco de suas atenções.

Porém, mesmo divergindo quanto ao conteúdo, ambos concordavam na crítica em relação à maneira como a história era compreendida em terras cearenses, nesse momento, no final do século XIX. Sendo algo a não merecer apologia, tal como indica Pompeu Filho, ou tratando-se de uma pretensão ainda por realizar-se, conforme Perdigão de Oliveira, temos que esses dois autores mantinham posições, defendidas no âmbito do Instituto do Ceará, que demonstram que a maneira como a história era percebida e sua escrita era pretendida, nessa instituição, era peculiar, sob diferentes pontos de vista e a partir de distintas expectativas, tal como veremos a seguir, na sequência de nosso trabalho.

2.3 GUILHERME STUDART, “LEGÍTIMO ANTE CRONISTAS CONTRADITÓRIOS”.

Os autores analisados nos tópicos anteriores, Pompeu Filho e Perdigão de Oliveira, pertenceram ao Instituto do Ceará, entidade que, como vimos, visava tornar conhecida a história local. Objetivo que se buscava atingir com a intensa produção historiográfica de seus integrantes, através de sua revista oficial. A revista mereceu destaque por parte de José Honório Rodrigues, que escrevendo sobre esse periódico, o destacou pelo que seria seu elevado “espírito de objetividade histórica, de infatigável pesquisa, cheia e rica de preciosos documentos”⁵².

Para dimensionar esse indicado destaque, temos que nos vinte primeiros anos de atuação do Instituto do Ceará, desde sua fundação, em 1887, até o ano de 1906, noventa e nove autores diferentes publicaram ao menos um trabalho na sua revista, dado este indicado na vigésima edição desse periódico, quando se realizou um balanço, a cargo do Barão de Studart, sobre essas duas décadas de produção intelectual⁵³.

⁵² RODRIGUES, 1956, p. 189.

⁵³ Cf. STUDART, Guilherme (Barão de). Índice geral dos autores de trabalhos publicados na Revista do Instituto do Ceará de 1887 a 1906. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XX, 1906a, p. 381-385.

Tal balanço trazia, ainda, a lista com mais de trezentas matérias publicadas no referido período⁵⁴, que iam da transcrição de documentos a biografias e análises com ênfase na história do Ceará, destacando personagens e assuntos a ela relacionados de algum modo.

Além dos integrantes do Instituto e de outras entidades com sede em Fortaleza, e de autores de destaque na historiografia nacional da época, como Tristão de Alencar Araripe, Capistrano de Abreu e do Barão Homem de Mello, outros nomes contribuíram com trabalhos sobre assuntos acerca do Ceará, estando incluídos nessa contagem autores de documentos transcritos na revista, como, por exemplo, Matias Beck e o padre Luiz Figueira, ambos do século XVII, responsáveis por registros dos primórdios da colonização portuguesa no território cearense.

Indicava José Honório Rodrigues que entre os membros do Instituto do Ceará, Guilherme Studart, distinguido como Barão da Santa Sé, em 1900, pela graça do Papa Leão XIII “por sua reconhecida ação benemérita”⁵⁵, era quem melhor personificava o espírito que marcava essa instituição e mais exaltava a importância de sua revista, sobretudo por causa de sua destacada produtividade e esforços no levantamento dos documentos essenciais para a escrita da história local.

Na mesma lista que trazia o número de noventa e nove autores que publicaram na revista do Instituto em seus primeiros vinte anos de existência, o nome do Barão de Studart se destacava, sendo ele o responsável por oitenta e duas contribuições, que iam da publicação de documentos a artigos tratando de temáticas relacionadas à história do Ceará. E nessas vinte primeiras edições da revista, apenas o sétimo tomo, de 1893, não contou com alguma colaboração de Studart, reforçando a afirmação de José Honório Rodrigues, referida acima, sobre sua destacada produtividade.

Diante disso, tracemos um breve paralelo entre os autores já analisados e a produção do Barão de Studart, pois enquanto Thomaz Pompeu Filho se mostrava pouco entusiasta da história e da relevância de sua escrita, e Perdigão de Oliveira com insistência afirmava que o Ceará ainda não possuía uma historiografia que

⁵⁴ STUDART, Guilherme (Barão de). Índice geral das matérias contidas nos 20 volumes publicados da Revista do Instituto do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XX, 1906b, p. 357-380.

⁵⁵ Eusébio de Sousa (1883-1947), que integrou o Instituto do Ceará a partir de 1928, e que em 1937 publicou uma obra abordando o cinquentenário dessa instituição, se refere à distinção que coube a Guilherme Studart da seguinte forma: “Por breve de Sua Santidade Leão XIII, o grande pontífice da ‘Encíclica aos Operários’, de 22 de janeiro de 1900, foi agraciado com o título de Barão de Studart”. In: SOUSA, Eusébio de. **Meio século de existência**: subsídio para a história do Instituto do Ceará, 1887-1937. Fortaleza: Typ. Minerva, 1937, p. 59.

merecesse esse nome, Studart, apontado por diversos autores como o nome mais relevante da historiografia cearense, entre o final do século XIX e as décadas iniciais do XX, não apenas deu forma a essa narrativa, como ainda estabeleceu as normas de produção e um modelo narrativo tomado como referência por contemporâneos e sucessores.

Assim sendo, abordar a escrita da história, tal como foi proposta e praticada por Studart, torna-se essencial para a compreensão sobre a constituição narrativa da história local, cujo formato, instituído a partir da fundação do Instituto do Ceará, em 1887, contou com a influência decisiva desse personagem.

Guilherme Chambly Studart era formado em medicina, na Bahia, no ano de 1877. De volta ao Ceará, no primeiro dos três anos da grande seca que atingiu sua terra, o jovem médico dedicou-se imediatamente ao trato dos doentes que lotavam as ruas da capital cearense e de sua periferia. Superada a crise climática, dedicou-se a clinicar e não tardou a colaborar com a imprensa de Fortaleza, a princípio, abordando “questões de higiene, que mais afetam os interesses do povo, publicando importantes monografias que servem de atestação e infatigável atividade”⁵⁶, fazendo prevalecer, até então, sua condição de médico.

Dos artigos em jornais logo passaria a produções maiores. Em 1880 teve seu discurso, proferido na festa realizada em Fortaleza em homenagens aos três séculos de nascimento do poeta português Camões, publicado no livro que reuniu as principais falas proferidas no evento. Em 1883 enveredou pela genealogia, como discutido logo adiante, e, como filho de pai inglês, e o sucedendo no cargo de vice-cônsul britânico no Ceará, publicou uma gramática dessa língua, no ano de 1886, demonstrando sua dedicação a variados temas de conotação intelectual.

Suas primeiras produções historiográficas, ainda na década de 1880, antes da fundação do Instituto do Ceará, encontram-se dispersas, divulgadas pelos periódicos da capital cearense, e tinham o caráter similar ao de outros autores da época, ou seja, tratavam de assuntos que buscavam definir as origens históricas cearenses. Com a instalação do Instituto, em 1887, e dali por mais de cinquenta anos, até sua morte, em 1938, Guilherme Studart consagrou-se como a personalidade mais importante da historiografia cearense, como demonstram alguns testemunhos.

⁵⁶ SOUSA, 1937, p. 53.

Capistrano de Abreu, um daqueles que consideravam Studart como grande expoente da historiografia local, buscou explicar como o médico se tornara historiador. Abordando as celebrações que marcaram os três séculos da colonização portuguesa no Ceará, ocorridas em 1903 e que, como veremos, foram marcantes na busca em estabelecer uma história tida como cearense, Capistrano tratou do assunto com os seguintes termos: “Seria interessante inquirir como Guilherme Studart, doutor em medicina, cultor de ciências positivas, entusiasta de sua profissão, passou a quase exclusivamente a consagrar-se a estudos históricos”⁵⁷.

Logo a seguir, no mesmo parágrafo, Capistrano lançava uma pergunta retórica: “Será a genealogia que o encaminhou para a história?”⁵⁸. Tal referência nos remete ao primeiro livro com temática histórica publicado por Studart, em 1883, obra escrita, portanto, antes mesmo da fundação do Instituto do Ceará. Tratava-se de um trabalho genealógico sobre a família Castro, da qual o autor descendia pelo lado materno, estando ali já dispostos diversos aspectos que se tornariam caros a Studart ao longo de sua trajetória como historiador, tal como podemos observar no trecho abaixo:

Compreendo o papel civilizador e por demais honroso, que assume sobre os ombros quem, erguendo-se acima dos interesses de família, segregando-se de suas afeições, fechando a alma às violentas e fatais imposições geradas pelo espírito de partido, escreve a história de um povo, quem com o escalpelo da crítica vai patentear, por a nu a crônica ilustre ou cheia de máculas de uma dinastia ainda no esplendor ou já perdida no sepulcro, quem com mão de mestre, mas escudado em documentos, que dúvida não sofram, traça o caminhar incessante das civilizações.⁵⁹

Tal citação evidencia algumas concepções acerca da escrita da história e do papel social do historiador que acompanhariam Studart ao longo de toda sua trajetória. Inicialmente destaca-se a imparcialidade, que nessa situação específica deveria se erguer acima de qualquer interesse familiar, pois mesmo tratando-se de um estudo genealógico sobre sua família materna, quaisquer afeições deveriam ser segredadas em prol da credibilidade de quem assumia, para si, a responsabilidade de escrever a história de um povo. Portanto, acima da perspectiva individual deveria prevalecer o interesse coletivo.

⁵⁷ ABREU, João Capistrano de. Tricentenário do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XIV, 1904, p. 57.

⁵⁸ Loc. cit.

⁵⁹ STUDART, Guilherme. **Família Castro**: ligeiros apontamentos. Fortaleza: Typ. Econômica, 1883, p. 114.

Logo na sequência, considerava o autor que toda análise histórica deveria ser severa, implacável e fria, aspectos que justificavam suas constantes retificações ao trabalho de outros autores da historiografia local, visto compreender Studart que o historiador deveria se comprometer a formular uma narrativa verídica e livre de afeições pessoais, e para tanto, visando uma história caracterizada por ele como “sem respeitos humanos, justa, imparcial”⁶⁰.

Imparcialidade que, fiel aos documentos, permitiria agir implacavelmente e com severidade, e no que pese ao desrespeito com alguns indivíduos, mesmo assim, não deixando de ser justa, afinal, escudando o historiador estariam os documentos, que, patenteados pela crítica historiográfica, trariam à discussão fatos ilustres ou repletos de máculas, não cabendo a quem escrevia se deixar levar pelas afeições ou rejeições que esses proporcionavam, mas, cumprindo o papel civilizador de escrever a história de um povo, deixando de lado paixões e interesses, ressaltar apenas o fato, seja qual fosse ou sobre quem fosse.

Assim, à imparcialidade e valorização dos documentos, podemos acrescentar mais essa faceta, a de ressaltar apenas o fato, questão que acompanharia o percurso de Studart como cultivador da história e “ativo defensor das coisas cearenses”, sendo essa exatamente a forma como lhe designou, em seu relatório referente ao ano de 1892, o primeiro secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Henrique Raffard⁶¹, ao assinalar a admissão de Guilherme Studart, naquele ano, no rol dos sócios correspondentes daquela instituição histórica nacional.

Para Studart, a história haveria de ser exemplar e o historiador, ao relembrar os grandes feitos e personagens do passado ou mesmo os passíveis de reprovação, dotava o presente com uma ascendência que o significava a partir do conhecimento de suas origens, inserindo na sociedade uma perspectiva civilizatória quanto ao futuro e perante os acontecimentos e exemplos pretéritos.

Mas, para além da imparcialidade, ao indicar Studart que apenas o fato deveria ser ressaltado em uma análise histórica, ele estabelecia, junto ao Instituto do Ceará, uma norma de conduta que, além de valorizar o documento, dava ao historiador uma

⁶⁰ STUDART, 1883, p. 116.

⁶¹ Cf. RAFFARD, Henrique. Relatório dos trabalhos anuais de 1891 e 1892, lido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na sessão magna de 15 de dezembro de 1892. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo LV, parte II, 1892, p. 439.

feição de divulgador dos dados ali coletados, não cabendo-lhe agir fora desses limites, emitindo, por exemplo, julgamentos próprios.

Assim, se de fato foi a genealogia que lhe encaminhara para a história, como supunha Capistrano de Abreu, na referida obra sobre a família Castro, já encontramos uma indicação de como Studart encarava a questão relacionada aos exemplos que os tempos pretéritos nos legavam, quando ali ressaltou as “severas e eloquentíssimas lições que o passado nos ministra”⁶².

A crença que o conhecimento histórico proporcionaria civilidade à sociedade cearense do final do século XIX, questão suscitada anteriormente a partir de Perdigão de Oliveira, também se fazia firmemente ativa em Guilherme Studart, através de seus artigos e monografias sobre seu torrão natal, apontado como “belo e digno de figurar nos anais pátrios”⁶³, dignidade que o autor buscava registrar, enquanto pesquisador, a fim de que o Ceará, tendo sua história registrada, obtivesse o reconhecimento de seu grau de civilização diante do restante da nação.

Uma terra e seu povo seriam reconhecidos como civilizados e desenvolvidos na exata proporção em que sua história se fazia narrada e, tornar conhecida a história cearense, lembremos, era a missão principal que assumia o Instituto do Ceará, sendo Studart seu associado que personificou, da maneira mais eloquente, essa iniciativa, desprendendo tempo e recursos financeiros na consecução de algo, por ele apontado, como uma missão e indicado como sendo um plano⁶⁴, traçado desde suas primeiras publicações históricas.

As questões práticas da labuta historiográfica, como a imparcialidade e a busca pela verdade histórica, que só poderiam ser alcançadas pela análise dos documentos, aspectos que tornavam possível o caráter exemplar da disciplina, estão contidas em diversos trabalhos de Studart, resumido por ele na introdução da obra publicada em referência a Martim Soares Moreno (1586-1648), cognominado o “fundador do Ceará”, em que podemos conferir o seguinte trecho: “a história é a mestra da vida e sem documentos, merecedores de fé, não se arquiteta história alguma”⁶⁵.

⁶² STUDART, 1883, p. 114-115.

⁶³ STUDART, Guilherme (Barão de). **Estrangeiros e Ceará**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1918, p. 5.

⁶⁴ Cf. STUDART, Guilherme. **Datas e fatos para a história do Ceará**. Tomo I. Ceará Colônia. Fortaleza: Typ. Studart, 1896, p. III.

⁶⁵ Id. **Documentos para a biografia do fundador do Ceará**. Fortaleza: Typ. Studart, 1895a, p. III.

A menção à velha máxima de Cícero, norteadora da escrita histórica, até o século XIX, mostra-nos Studart ciente das análises historiográficas vigentes. Leitor de César Cantù e sua “História Universal”, publicada em 1875 e de Fustel de Coulanges, citado em suas “Notas para a História do Ceará”, do ano de 1892⁶⁶, o futuro Barão aplicava a história que trazia o conceito da *Historia Magistra Vitae*, que de acordo com o historiador Reinhart Koselleck estaria em declínio na Europa, o que não parece ser o caso da historiografia cearense.

Studart continuava acreditando que a escrita da história ainda era capaz de “conduzir ao relativo aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos ou pósteros”⁶⁷, daí a conotação exemplar que ele aplicava a seus escritos. Suas obras históricas buscavam, portanto, registrar o passado e, desse modo, possibilitar que as gerações futuras pudessem nele obter exemplos de conduta que resultassem no desenvolvimento da sociedade.

O outro aspecto que sobrelevou o nome de Studart ante os demais associados do Instituto do Ceará foi sua atuação na aquisição de documentos. Em viagens que fez à Europa, custeadas com recursos próprios, percorreu arquivos e bibliotecas de diversos países, acumulando grande soma de documentos que formariam a “Coleção Studart”, considerado o maior repositório documental sobre a história cearense⁶⁸, que subsidiaria seus livros e artigos publicados na revista do Instituto do Ceará. Tal acervo lhe garantia a primazia no trato dos assuntos históricos cearenses, daí advindo sua autoridade praticamente incontestada sobre o tema.

Assim, autores, que também pertenciam ao Instituto do Ceará e se dedicavam aos estudos sobre a história local, como, por exemplo, Antônio Bezerra de Menezes, recorriam ao acervo de Studart a fim de conseguir subsídios para suas pesquisas, tal como nos demonstra esse autor, ao agradecer a deferência do dono daquele acervo ao permitir-lhe que conferisse um documento do início do século XVII, essencial para a confecção de seu artigo acerca do período: “preciosíssimo documento, que o Barão de Studart teve a bondade de mostrar-me, do qual extrai alguns trechos”⁶⁹.

⁶⁶ Cf. BATISTA, Paula Virgínia Pinheiro. **Arquivo de si e do Ceará: a coleção e a escrita de Guilherme Studart (1892-1938)**. 2014. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014, p. 72-74.

⁶⁷ KOSELECK, 2006, p. 43.

⁶⁸ Essa coleção, organizada na década de 1950, por iniciativa do Instituto do Ceará, compunha-se de, aproximadamente, 16.000 documentos, agrupados em trinta e oito volumes. Cf. BATISTA, 2014, p. 14.

⁶⁹ BEZERRA, Antônio. Pero Coelho de Sousa no Ceará. **Revista da Academia Cearense**. Fortaleza, tomo VIII, 1903a, nota de rodapé da p. 14.

Ao Barão de Studart também coube a direção exclusiva da revista do Instituto do Ceará no decorrer de trinta e cinco anos, entre as edições de número 8 (1894) e 42 (1928), permanecendo ainda na direção dessa publicação até 1938, ano de seu falecimento, mas contando, nesse último período, com o auxílio de três associados na respectiva comissão de redação. Dessa forma, a mencionada pesquisa infatigável e a quantidade de valiosos documentos publicados nesse periódico, conforme indicação referida anteriormente, tinham a influência direta de Studart.

Entre a fundação do Instituto do Ceará, em 1887, e o passamento de Studart, foram publicados 52 tomos regulares da revista da instituição, de maneira ininterrupta, como ainda três tomos especiais: em 1924, dedicado ao centenário da Confederação do Equador; 1929, em memória dos sócios do Instituto falecidos naquele ano, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Filho e João Batista Perdigão de Oliveira, os dois autores anteriormente referidos no capítulo; e no ano de 1938, em reconhecimento a Studart por causa de seu falecimento.

Obviamente, nada além de elogios preencheram as páginas da revista nesse volume celebrativo à memória de Studart, mas atentemos para um trecho específico do texto de Thomaz Pompeu Sobrinho (1880-1967), também membro do Instituto, que indicou, nesse tomo especial de 1938, as três principais características que marcaram a maneira do Barão fazer história, em consonância com aquilo que estamos a abordar:

Com apreciável tino, soube selecionar na sua enorme coleção de documentos originais os elementos básicos e indestrutíveis com que, em primeiro lugar, ordenou e redigiu corretamente trechos novos da nossa história, expondo fatos ainda desconhecidos, inéditos ou apenas vislumbrados; com que, em segundo lugar, corrigiu muitos erros que se repetiam e se firmavam alhures; com que, em terceiro lugar, conseguiu apontar indícios e orientar esboços de conhecimentos que ainda se concretizam e se conformam sob o encargo de outros beneditinos da história nacional.⁷⁰

Essa é a maneira como Studart seria lembrado por seus pares, como alguém que expunha fatos, ainda desconhecidos, a partir da aquisição de novos documentos, que também permitiram-lhe apontar e corrigir incorreções dos escritos historiográficos anteriores, indicando, ainda, tal como refere Pompeu Sobrinho, indícios e esboços de eventos a outros pesquisadores.

⁷⁰ POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Barão de Studart. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo especial, 1938, p. 109.

De nossa parte, podemos acrescentar mais duas características a esse perfil sobre Studart, sendo uma delas, sua defesa enfática da imparcialidade, que deveria sempre acompanhar a labuta do historiador, e a outra, em relação a sua percepção sobre o papel da história, vista como uma disciplina exemplar.

Capistrano de Abreu, que elogiara Studart, em outra circunstância, por sua lida com os documentos e sua atuação na busca pela verdade histórica, impunha-lhe a ressalva, porém, de que não era seu costume disponibilizar as fontes de que dispunha, inviabilizando, assim, que outros pesquisadores, ao reter para si todo esse material, pudessem utilizá-lo. Exceção a alguns poucos, tal como indicado acima por Antônio Bezerra. Desse modo, afirmava Capistrano, que “para ser o ideal do editor de papéis velhos, pouco lhe falta. Falta declarar sempre o paradeiro dos seus documentos”⁷¹.

E se, conforme pensava Studart, sem documentos não se arquitetava história alguma, evidenciada ficava sua pretensão de destacar sua posição perante os demais historiadores cearenses, pois se a história se efetivava, como escrita, apenas a partir dos relatos revelados nos documentos, quem os possuía retinha também as melhores possibilidades de elaboração dessa narrativa.

A ênfase nos documentos denotava uma norma que ditava a forma como a história cearense era narrada nas páginas da revista do Instituto. Mas também dizia respeito ao modo como as informações colhidas nesses registros deveriam ser abordadas pelos historiadores, sobretudo, quanto a não caber-lhes proferir julgamentos próprios, infundindo opiniões para além do que diziam esses registros, tal como preconizava o Barão de Studart. Norma que, como veremos adiante, não foi seguida por autores que também contribuíram com a escrita da história do Ceará, no final do século XIX, como Rodolfo Teófilo e sua abordagem sobre a seca.

Dessa maneira, retratando os grandes feitos e personagens do passado, como citamos, cujos exemplos serviriam de modelo à sociedade, o historiador, munido com seu amparo documental, estando apto a proferir, diante disso, um discurso que se buscava justo e verídico, lançava as bases da construção do grande edifício da história, referindo-se, assim, a uma figura de linguagem recorrente à época.

Além disso, o embasamento documental garantia ao historiador um anteparo quanto ao juízo dos pares, a que toda publicação do gênero estava submetida. Não

⁷¹ ABREU, 1904, p. 58.

raro algum trabalho era contestado e corrigido, confrontado com o surgimento de uma documentação que gerava uma nova interpretação dos fatos, tal como fez Studart, por exemplo, ao abordar a passagem do sábio alemão Alexandre Humboldt pelo norte do país, retificando informações que davam conta de uma recompensa oferecida por sua captura, correção que os novos documentos autorizavam, já que “dois ainda não dados à publicação, habilitaram-me a penetrar mais profundamente na questão e a resolvê-la”⁷².

A estrutura do referido texto sobre Humboldt denota bem o modelo comumente seguido quando se tratava da retificação de informações a partir do advento de novos documentos. Nesse caso, no artigo de Studart, que se estendia entre as páginas 81 e 86 da revista do Instituto de 1888, nas três primeiras páginas vemos o autor apontando os erros cometidos por autores anteriores e indicando a devida correção, constando, na sequência, a transcrição dos citados documentos, dois então inéditos, concluindo-se o texto com um breve resumo da questão, iniciando-se com a seguinte observação: “desses documentos se infere”⁷³.

Assim, poderia inferir o autor apenas aquilo que lhe mostravam os documentos, reforçando a questão sobre a autoridade que esses conferiam ao pesquisador. Além disso, os documentos autorizavam o historiador, ante a revelação de informações até então desconhecidas, a corrigir imprecisões e reparar omissões cometidas por outros autores, tal como procede Studart no seu mencionado texto sobre Humboldt, em que refere diretamente a três autores precursores da historiografia cearense, enfatizando que sua análise seria distinta daquelas anteriores, que não mais se sustentavam ante os dados trazidos pelos novos documentos revelados por ele.

Aqui, portanto, novamente destacamos a faceta de Studart relacionada a sua prática historiográfica, a de quem lia a história atento, como um inquisidor, pois, como indicou Capistrano, ao levar “a correção das provas a um apuro verdadeiramente raro”⁷⁴, tal procedimento o levava a apurar também na correção da escrita de seus pares.

Os autores por ele corrigidos eram: Pedro Théberge (1811-1864), médico francês residente na cidade do Icó, autor do “Esboço Histórico sobre a Província do

⁷² STUDART, Guilherme. Alexandre Humboldt e Bernardo Manoel de Vasconcelos. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo II, 1888, p. 83.

⁷³ STUDART, 1888, p. 86.

⁷⁴ ABREU, 1904, p. 58.

Ceará”, publicado em 1869; o Senador Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (1818-1877), pai e homônimo do anteriormente referido, autor do “Ensaio Estatístico da Província do Ceará”, de 1863; e João Brígido dos Santos (1829-1921), jornalista, político e historiador, ali referido por seu “Resumo Cronológico da História do Ceará”, editado também no ano de 1863.

O objetivo de Studart, ao mencionar e corrigir tais trabalhos, além da questão imediata de reparar os erros ali anotados, como datas e interpretações incorretas, era demonstrar que sua análise, embasada nos documentos que então dava a conhecer, prevaleceria sobre as anteriores, levando o autor a se estabelecer, e por conseguinte a instituição da qual fazia parte, como responsáveis por um modelo de escrita em que a história que se registrava era aquela calcada no apuro documental, indicando que, nos trabalhos precedentes, tal norma não fora seguida à risca, dada a ausência de documentos, carência que suas pesquisas conseguiriam suprir.

Contudo, o próprio Capistrano reprovava essa ânsia retificadora, e na mesma obra em que elogiava Studart por sua atuação como editor de documentos, dirigiu-lhe a seguinte discordância: “falta-lhe ocupar-se menos com os escritos de pessoas não conhecedoras de documentos por ele revelados”⁷⁵, reprovação já feita em momento anterior em relação a outro trabalho de Studart, no qual eram citados os três autores precedentes, acima indicados, afirmando Capistrano de Abreu não ver “motivo para a referência constante e pouco benévola às pessoas que antes trataram do assunto”⁷⁶.

Prosseguindo Capistrano nas suas ponderações a esse respeito, mencionava outro aspecto interessante: “será o único legítimo quando houver somente cronistas contraditórios, de cujo choque é preciso tirar luz”⁷⁷. Capistrano não estava criticando a correção dos dados apresentados, mas a forma como essa correção foi feita, sendo esta uma crítica relevante à obra de Studart, que buscava sempre desqualificar as posições anteriores de Théberge, Pompeu e Brígido, apontando o que seriam seus muitos erros, e sentenciando que:

Ao iniciar este capítulo da crônica do Ceará aventurei a proposição de que pequeno e assim mesmo eivado de inexatidões foi o legado

⁷⁵ ABREU, 1904, p. 58.

⁷⁶ CARTA de Capistrano de Abreu a Guilherme Studart enviada a 18 de junho de 1893. In: RODRIGUES, José Honório (org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1954, p. 143.

⁷⁷ Loc. cit.

daqueles estudiosos, que precederam à atual geração de investigadores.⁷⁸

Assim, fica demonstrada a aplicação do entendimento de Studart em relação a história, que, como vimos, deveria ser “sem respeitos humanos, justa e imparcial”, e ao referir-se à sua geração de investigadores, da qual era o nome mais destacado, enfatizava o indicado por Capistrano, quanto à legitimidade e prevalência do presente sobre o passado.

E se, do choque se tirava a luz, essa, decididamente, não estava entre os cronistas contraditórios, eivados de inexatidões, com seu pequeno legado. Portanto, sem um legado relevante deixado pelos estudiosos precedentes, haveria tal herança de ser deixada pela geração de Studart, que planejara “ir ajuntando materiais para o futuro historiador do Ceará”⁷⁹.

Devem-se principalmente às iniciativas de Studart a divulgação dos preciosos documentos referidos anteriormente por José Honório Rodrigues, os ditos materiais ajuntados nas suas viagens, valorizados pelo ineditismo que a pesquisa documental, realizada em diversos arquivos europeus, revelara. Questão que suscitava o interesse de outros historiadores, como Capistrano de Abreu, que em correspondência remetida a Studart em dezembro de 1894, e ante a promessa deste de visitar o Rio de Janeiro, indicava seu interesse em analisar, de perto, a documentação acumulada por seu conterrâneo:

Traga sua coleção para examinarmos-a aqui na Biblioteca Nacional. Há documentos no seu catálogo que eu desejaria tanto ler. Num livro da Biblioteca do Marquês de Pombal, que você descobriu, e talvez seja o de Loreto Couto, há tanto talvez a aprender.⁸⁰

Capistrano confirmaria suas suspeitas, pois era mesmo de Domingos do Loreto Couto (1696-1762), “beneditino pernambucano que escrevia por 1757”⁸¹, o livro com o qual pretendia tanto aprender, trazendo o título “Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco”⁸², consultado na elaboração de seus “Capítulos de História Colonial”,

⁷⁸ STUDART, Guilherme. **Notas para a história do Ceará**: segunda metade do século XVIII. Lisboa: Typ. do Recreio, 1892, p. 22.

⁷⁹ STUDART, 1896, p. III.

⁸⁰ CARTA de Capistrano de Abreu a Guilherme Studart enviada a 29 de dezembro de 1894. In: RODRIGUES, 1954, p. 146.

⁸¹ ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial, (1500-1800)**. Rio de Janeiro: M. Orosco & C., 1907, p. 165.

⁸² Cf. COUTO, Domingos do Loreto. **Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Typ. da Biblioteca Nacional, 1904.

publicados no ano de 1907, ali constando a referência à obra de Couto no capítulo IX, denominado “O Sertão”.

A indisponibilidade desse livro do século XVIII frustrava àqueles que poderiam com ele aprender aspectos relativos ao Brasil colonial, sendo redescoberto a partir da citada iniciativa de Studart⁸³, que possibilitou sua reedição, pela Biblioteca Nacional, no ano de 1904.

No campo da pesquisa histórica regional no Brasil, ressaltava José Honório Rodrigues a figura do Barão de Studart, destacando sua atuação e dedicação no incentivo à historiografia, visto que, “desenvolvendo um esforço contínuo, persistente e positivo, procurou na Inglaterra, França, Holanda e Itália a matéria-prima reveladora do passado brasileiro”⁸⁴, tornando possível, além de sua própria produção, que outros pesquisadores pudessem revelar detalhes do passado, que se descortinava a partir de suas pesquisas, tal como o fez Capistrano de Abreu, com o referido livro de Loreto Couto.

No âmbito da história local, a influência de Studart, conferida por seu acervo documental e sua profícua produção historiográfica, foi reconhecida, ainda em vida, por seus pares, que referenciavam a seu modelo historiográfico, cujas características constam na indicação, anteriormente referida, de Thomaz Pompeu Sobrinho, modelo esse estabelecido a partir da conduta quase hegemônica imposta pelo Barão, atuação que incomodava a alguns consócios do Instituto do Ceará, conforme a crítica que lhe fez Perdigão de Oliveira, que, tratando de sua prolixidade, mencionou “a sofreguidão que tem o Barão de Studart em escrever, antes em fazer conhecido qualquer trabalho seu”⁸⁵.

Quanto à preciosidade documental referente à história de sua terra, remetendo ao que anteriormente proferiu o citado José Honório Rodrigues, podemos exemplificar a atuação do Barão de Studart através da publicação do denominado “mais antigo documento existente sobre a história do Ceará”, apresentado, com pompas, no âmbito das celebrações do tricentenário da colonização portuguesa no Ceará, ocorridas em 1903, sendo esse registro o testemunho do jesuíta Luiz Figueira, que juntamente com

⁸³ Cf. STUDART, Guilherme. Apontamentos biográficos de um missionário do Ceará. Extrato do cap. XVIII do livro IV dos Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco, pelo beneditino Frei Domingos do Loreto Couto. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo IX, 1895b, p. 60-67.

⁸⁴ RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1978, p. 97.

⁸⁵ OLIVEIRA, 2001 apud BATISTA, 2014, p. 132.

Francisco Pinto, seu companheiro de ordem, aportara em terras cearenses no ano de 1607.

O relato de Figueira, além de documento valioso pelo ineditismo em relação às origens históricas locais, representava um chamado à reverência ao heroísmo desses dois religiosos, ao indicar, ao final do texto explicativo acerca do tal documento, não saber Studart revelar o que mais nele merecia admiração, “se a vida aspérrima que levavam os missionários no Brasil, ou se a caridade e a energia sobre-humanas do autor da carta”⁸⁶, no caso, o mencionado jesuíta Luiz Figueira, cujas desventuras serão abordadas no próximo capítulo.

Assim sendo, apontando o autor para tais gestos de desprendimento, tornando conhecido esse passado, de lá trazia lições para o presente, reforçando o papel da história perante aquela sociedade, proporcionando-lhe luz, clareza e ordem, além de, finalmente, poder determinar aspectos de suas origens, que contribuiria na definição de sua identidade.

E tanto o jesuíta Luiz Figueira, como seu companheiro de ordem Francisco Pinto, referidos no “mais antigo documento existente sobre a história do Ceará”, como ainda Martim Soares Moreno, o “fundador do Ceará”, e Pero Coelho de Sousa, o pioneiro a tentar colonizar essa terra, são nomes dos mais destacados no contexto das celebrações pelos três séculos de colonização portuguesa em terras cearenses, marco inicial de sua história, tal como definido por Studart e pelo Instituto do Ceará.

Tema central, portanto, tratado com todo esmero por sua historiografia, que a partir dali, como veremos no próximo capítulo, buscava encerrar de vez a pecha de que o Ceará ainda não tinha sua história escrita.

⁸⁶ STUDART, Guilherme (Barão de). Francisco Pinto e Luiz Figueira: o mais antigo documento existente sobre a história do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XVII, 1903a, p. 96.

3 DA CELEBRAÇÃO DO PASSADO À ESCRITA DE UMA HISTÓRIA PARA O CEARÁ

Foi uma magnífica apoteose rendida à memória desses grandes vultos da primitiva história cearense, homens ousados e valentes que, arriscando a própria vida, arrostando mil perigos, visitaram pela vez primeira os nossos ásperos sertões, incultas e soberbas serranias azuis.⁸⁷

Lançada pelo Barão de Studart, a proposta de se promover uma comemoração para marcar o tricentenário da primeira tentativa portuguesa de colonização do Ceará foi acatada por intelectuais e políticos locais que se dedicaram à realização do evento que celebrou a memória daqueles que, em 1603, se aventuraram pela primeira vez nessa terra tida como “inculta e arrostada de mil perigos”, acontecimento indicado por Studart, e outros autores, como o marco cronológico mais antigo da história cearense.

Palestras, solenidades e discursos marcaram a parte oficial do festejo ocorrido em 31 de julho de 1903, do qual destacamos a publicação de uma coletânea contendo dezesseis “memórias de várias procedências, mas todas pertinentes a assuntos cearenses”⁸⁸. Organizada por Studart, tal obra endossava a narrativa que tomava a chegada do colonizador europeu como sendo o ponto de partida da história cearense, tal como designada pelos promotores do evento, relacionados, de alguma maneira, ao Instituto do Ceará, entidade responsável pelo cultivo da história local, desde sua fundação, em 1887.

Assim, contando com autores locais e com nomes ligados ao estudo da história do Estado, referendado por documentos originais, e tendo como referência a vinda do elemento português, o que se buscava com o designado Livro do Tricentenário era dar ao Ceará uma história escrita, seguindo os padrões de seu instituto histórico, que enfatizava a prova documental e a imparcialidade do historiador. Ela viria preencher a lacuna ali indicada, de que essa terra, até então, não possuía registros históricos condizentes.

⁸⁷ TRICENTENÁRIO do Ceará. Jornal do Commercio apud STUDART, Guilherme (Barão de). **Datas e fatos para a História do Ceará**. Tomo III, Ceará Estado. Fortaleza: Typ. Commercial, 1924a, p. 164.

⁸⁸ CARVALHO, Alfredo de. In: CARVALHO, José Rodrigues de. Resenha bibliográfica do ano. **Revista da Academia Cearense**, Fortaleza, tomo VIII, 1903, p. 185.

Eram os documentos, reunidos naquela instituição histórica ao longo de sua trajetória e a sua interpretação que respaldariam a cultura histórica dali proveniente, referendando a narrativa do Livro do Tricentenário, tal como destacado adiante, na análise do texto sobre o relato do jesuíta Luiz Figueira, datado de 1608 e editado na obra de 1903, na condição de “mais antigo documento existente sobre a história do Ceará”, revelando notícias, então inéditas, sobre a expedição pioneira ocorrida no ano de 1603.

A história oficial cearense, documentada e divulgada, a partir de seu início, tal como indicado pelos autores da obra, colocando seus registros à disposição dos pesquisadores e por eles publicados, aparecem como elementos de comemoração do marco de três séculos de colonização, sendo parte das “apoteóticas” festas de 1903. Diante disso, e partindo-se da análise do festejo e da obra, destacando as pretensões de seus organizadores, buscamos compreender os eventos e as práticas que, naquele momento, levaram à conformação de uma história do Ceará.

Assim, enquanto as celebrações políticas e sociais se valiam da data inaugural referendada pelos historiadores, buscando desenvolver o civismo na população local, a partir do exemplo de heroísmo daqueles que no passado “arriscaram a própria vida”, a história e seus estudiosos obtinham um protagonismo inédito, dando um novo ânimo ao meio intelectual local, ao ditarem a norma do que celebrar e produzindo a forma escrita para perpetuar aquela simbólica data inaugural.

3.1 O TRICENTENÁRIO, MOMENTO OPORTUNO PARA SE ESCREVER UMA HISTÓRIA CEARENSE.

A proposta para a realização de uma celebração marcante em homenagem aos três séculos da chegada dos portugueses ao Ceará foi feita pelo Barão de Studart, em sessão ocorrida no final do ano de 1900, na Academia Cearense, grêmio fundado em 1894 e que possuía estreita relação com o Instituto do Ceará, pois além de objetivos em comum, ambas mantinham sócios, a exemplo de Studart e Pompeu Filho, que atuavam nas duas entidades, que dividiram a mesma sede por vários anos, em uma concessão do poder público local.

Enquanto o Instituto estipulava em seu estatuto a missão de tornar conhecida a história e a geografia do Ceará, a Academia, que acrescentaria à sua designação o

termo “Letras” apenas depois da reforma ocorrida em 1922, visava abranger questões “literárias e científicas da atualidade”⁸⁹, abordando, portanto, assuntos de mais variada monta, que excediam aos interesses da citada instituição histórica. Esta, por sua vez, limitando-se ao número de doze sócios, tornava-se um clube restrito, ao passo que a Academia Cearense contava com mais que o dobro de integrantes, dos quais Thomaz Pompeu Filho (seu presidente), Barão de Studart, Antônio Bezerra de Menezes e Virgílio Augusto de Moraes pertenciam às duas agremiações.

Dentre os mais destacados membros da Academia, além dos já citados, temos Pedro de Queiroz (jurista e que ascenderia ao cargo de desembargador do Tribunal de Relação), José Rodrigues de Carvalho (poeta e escritor), Raimundo de Farias Brito (filósofo) e Justiniano de Serpa (deputado em várias legislaturas, sendo Presidente do Estado entre 1920 e 1923).

A Academia Cearense e Instituto do Ceará, conforme análise do jornalista e crítico literário José Ramos Tinhorão, representavam os interesses relacionados ao lugar social privilegiado que ocupavam, recebendo dele a seguinte designação:

Os mais velhos e mais “responsáveis” ligados, na maioria, às famílias dirigentes da Província por laços de sangue ou de dependência, encontravam-se, primeiro, no Instituto Histórico (onde discutiam as “gloriosas tradições” ou lisonjeavam a sua linhagem) e, depois, na Academia Cearense, de âmbito mais amplo.⁹⁰

A dependência do Estado, tal como indicada por Ramos Tinhorão, nos remete à relação de proximidade dos intelectuais com o poder público local, como discutido no capítulo anterior. A forma como o crítico se refere à instituição histórica, diga-se Instituto do Ceará, como o lugar onde se reuniam pessoas ligadas aos dirigentes locais, para exaltarem a si próprios e tratar das “gloriosas tradições” do passado, evidencia seu pouco apreço por tudo aquilo que, nesse caso, dizia respeito ao antigo e convencional, tanto que os integrantes dessas duas entidades são designados, uma vez mais entre aspas, enquanto mais responsáveis, característica própria dos mais velhos.

Contudo, para o autor, no âmbito intelectual, essa “responsabilidade” seria mais uma crítica que um elogio, pois demonstrava o estágio de estagnação cultural que se

⁸⁹ ESTATUTOS. *Revista da Academia Cearense*, Fortaleza, ano I, n. I, 1896, p. I.

⁹⁰ TINHORÃO, José Ramos. *A província e o naturalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 65.

originava do pouco espaço concedido às novas ideias e aos sujeitos que não ligavam-se aos poderosos, seja por sangue ou dependência.

À “responsabilidade” dos mais velhos opunham-se a vitalidade e criatividade dos jovens, que iriam, nos últimos anos do século XIX, sacudir o ambiente intelectual de Fortaleza com ruidosas, porém efêmeras, associações culturais, como a Padaria Espiritual, da qual trataremos brevemente adiante.

Mas, em relação às comemorações do tricentenário, que, de certa forma, se amoldavam ao que o crítico Ramos Tinhorão tratava como exaltação das “gloriosas tradições”, não caberia aos mais novos, senão aos velhos, a incumbência de organizar e promover o evento celebrativo. E para tanto, a indicada dependência e proximidade dos acadêmicos com os dirigentes políticos locais lhes garantiram a realização dessa festividade pública.

Registre-se que, no começo do século XX, a Academia funcionava, “bem como o Instituto do Ceará, no andar térreo do Palacete da Assembleia Estadual”.⁹¹ Evidencia-se, assim, a tal relação dos intelectuais com o poder público, como dito anteriormente, que explicava a benevolência na concessão desse espaço para funcionamento das entidades, pois lembramos, que diversos integrantes dessas agremiações exerciam funções públicas, o que nos remete à dinâmica das relações interpessoais vivenciadas em um meio intelectual limitado, levando tais sujeitos a recorrerem ao Estado como forma de viabilizar seus projetos.

Retornando à questão da proposta de celebrar os três séculos da chegada dos portugueses ao Ceará, temos que a inspiração principal para os festejos, incluindo o plano de publicar uma obra escrita a várias mãos, que reunisse artigos referentes à temática comemorativa girando em torno daquela data simbólica, foram as atividades ocorridas em diversas cidades do país para homenagear o quarto centenário do dito “descobrimento” do Brasil, comemorações cujo ápice de deram no Rio de Janeiro, no dia 22 de abril de 1900.

A intenção de fazer daquele um acontecimento de abrangência e repercussão nacionais pode ser medida pelos termos utilizados na introdução da obra lançada para celebrar aquela data histórica, uma coletânea reunindo quinze monografias, escritas

⁹¹ SOCIEDADES científicas, artísticas e literárias. In: **Almanaque Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1901**. Ano 7.º. Fortaleza: Typ. Econômica, 1900, p.113.

por “distintos especialistas”⁹², em que se buscava enfatizar “um sentimento generoso que eletrizou a tantos corações, do Norte ao Sul do país, das populosas cidades do nosso litoral às plácidas e pitorescas vilas do sertão longínquo, do benemérito Chefe do Estado ao mais modesto cidadão”⁹³.

No Ceará, a direção da comissão responsável pela organização de tais festejos coube ao Barão de Studart, agraciado, em fevereiro do ano anterior, pela cúpula da recém criada Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, com sede na capital federal, com o “título de sócio fundador e o encargo de representante”⁹⁴ local dessa sociedade, requerendo-se sua atuação no engajamento de novos sócios, na obtenção de recursos para a realização das festividades nacionais e na viabilização da construção de um monumento comemorativo, a ser erigido no Rio de Janeiro, além da impressão da referida coletânea e da cunhagem de medalhas alusivas à data.

Studart logo agiria junto a seus colegas da Academia Cearense, propondo, na sessão do dia 7 de fevereiro de 1899, que “a Academia tomasse para si a iniciativa no Ceará duma comemoração condigna do 4.º centenário do descobrimento do Brasil”⁹⁵, sendo aceita a proposta unanimemente pelos presentes, marcando-se para a reunião seguinte, realizada dali a duas semanas, o detalhamento da iniciativa.

E assim, no dia combinado, chegou-se à seguinte definição:

Depois de diversas indicações e debates, ficou mais ou menos assentado o seguinte programa: 1.º Cunhagem de uma medalha de bronze, comemorativa do grande feito, encarregando-se este trabalho a um artista hábil e provector; 2.º Publicação de uma edição especial da Revista da Academia; 3.º Celebração de uma sessão solene, em que discursarão oficialmente, por parte da Academia, o seu presidente e orador, além de outros, que se quiserem inscrever; 4º A Academia far-se-á presente nos festejos do Rio e Bahia por intermédio de seus sócios correspondentes.⁹⁶

Na sequência à aprovação dessa programação, ainda na mesma reunião, uma observação é feita quanto à necessidade de se buscar o auxílio do poder público a fim de viabilizar tal proposta:

⁹² ASSOCIAÇÃO do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil. **Livro do Centenário**, (1500-1900), volume I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, p. VIII.

⁹³ *Ibid.*, p. IX.

⁹⁴ CARTA institucional da Associação do 4.º Centenário do Descobrimento do Brasil enviada ao Barão de Studart por Carlos Balthazar da Silveira, integrante de sua diretoria, datada de 1.º de fevereiro de 1899.

⁹⁵ SESSÃO da Academia Cearense em 7 de fevereiro de 1899. **Revista da Academia Cearense**, Fortaleza, tomo V, 1900, p. 222.

⁹⁶ SESSÃO da Academia Cearense em 21 de fevereiro de 1899. *Ibid.*, p. 223.

Para melhor êxito da projetada comemoração, uma comissão de acadêmicos deverá, em tempo oportuno, se entender com o Presidente do Estado, solicitando o seu concurso eficaz para tão louvável e patriótico cometimento, a exemplo do que já se tem feito em muitos outros Estados.⁹⁷

Por fim, o cometimento eficaz solicitado foi oferecido, agradecendo Studart, no dia das festividades, em cerimônia oficial ocorrida no Palácio do Governo, na condição de presidente da comissão organizadora local, ao “preciosíssimo concurso que esta encontrou na ação governamental para maior realce da comemoração”⁹⁸.

E assim, as celebrações pelo “descobrimento” do Brasil ocorreram, na capital cearense, com pleno destaque. E vemos isso nos relatos acerca dos festejos feitos pela imprensa de Fortaleza na época:

À noite, extraordinária concorrência invadia as avenidas do Passeio Público e ao ar subiam girândolas e girândolas de foguetes, agitando, ainda mais, o espírito popular, alvoroçado pelas brilhantes festas do dia.

[...] Bondes enfeitados percorriam as linhas, regurgitando de passageiros, e na Praça do Ferreira, os cafés transbordavam de fregueses, em delirante animação de festa e entusiasmo.

Há muito, a Fortaleza não assiste festa tão imponente, em que o sentimento popular vibrasse de modo tão espontâneo e caloroso.⁹⁹

A impressão que se busca transmitir é de um amplo e espontâneo engajamento popular a essas festividades, que visavam despertar o patriotismo na recém-instalada República, utilizando-se da valorização de datas e nomes relacionados a um passado ancestral comum, anterior ao período monárquico, surgindo daí uma nova tradição, evocada, tal como indica Lucia Lippi Oliveira, a partir da “quebra de uma tradição e a construção de um novo universo simbólico capaz de conferir legitimidade”¹⁰⁰ ao regime republicano.

No Ceará, as celebrações pelo “descobrimento” ocorreram em um ano em que novamente o espectro da seca pairava sobre o espírito da população, ainda ressentida dos efeitos da estiagem anterior, em 1898. Desse modo, organizada por intelectuais e políticos buscando instigar o amor à pátria, mas ao mesmo tempo apropriada pelo

⁹⁷ SESSÃO da Academia Cearense em 21 de fevereiro de 1899. **Revista da Academia Cearense**, Fortaleza, tomo V, 1900, p. 223.

⁹⁸ TRICENTENÁRIO da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XVII, 1903, p. 235.

⁹⁹ COMEMORAÇÃO do quarto centenário da descoberta do Brasil no Ceará. **A República**, Fortaleza, 5 maio 1900, p. 4.

¹⁰⁰ OLIVEIRA Lucia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1989, p. 172.

povo, podemos considerar que tal festa trazia a este alívio e diversão, enfatizando-nos as duas dimensões que esse tipo de acontecimento público comporta, a popular, extasiada com a visão que se tinha, numa das praças mais importantes da cidade de Fortaleza, das “girândolas de foguetes”, e a oficial, dos discursos solenes, dos livros publicados, das medalhas comemorativas, etc.

Assim, não nos surpreendem as narrativas que a imprensa traz desses festejos, com termos elogiosos descrevendo um cenário em que o patriotismo foi comemorado, de forma espontânea e calorosa pela população, nas referidas brilhantes festas que a cidade há tempos não presenciava.

Uma parada militar, que encerrara seu desfile defronte o Palácio do Governo, num dos pontos altos de todo o evento, em que, na praça circundante, “acotovelava-se enorme massa popular, em delirantes aclamações”¹⁰¹, exemplifica o entusiasmo e o carregar nas tintas que tomavam conta dos periódicos de Fortaleza na divulgação daquilo tudo.

A mesma dinâmica seria replicada, também sob a batuta de Guilherme Studart, nas festas ocorridas no ano de 1903, no Ceará, em homenagem aos primórdios da colonização portuguesa, quando se buscou instigar o mesmo tipo de apelo patriótico na população.

A mobilização e a repercussão em torno das festas pelo “descobrimento” do Brasil em Fortaleza devem ter incentivado, a Studart e seus colegas acadêmicos, a promoverem uma comemoração que atingisse aos mesmos propósitos de celebrar as glórias do passado e de construir um simbolismo que representasse o Ceará e sua história e que legitimasse o presente, a partir de sua correlação com a rememoração e valorização de uma tradição histórica acerca desse lugar específico.

A última grande manifestação popular vista em Fortaleza ocorrera no dia 25 de março de 1884, data que oficialmente marcava o fim da escravidão na então província cearense, a primeira a promover esse feito no país. Mas, diferente desta ocasião, que não carecia de justificativa, pois vivenciada *pari passu* por todos os contemporâneos, em 1903 o passado celebrado precisava ser rememorado, a fim de se construir o novo universo simbólico que conferisse legitimidade ao ainda recente regime político, como citado anteriormente.

¹⁰¹ A COMPANHIA de aprendizes marinheiros. **A República**, Fortaleza, 5 maio 1900, p. 4.

E dessa maneira, garantido o aporte financeiro pelo poder público, caberia aos intelectuais locais a tarefa de organizar a programação dessas festividades, visto que estes já haviam se mostrado capazes para tanto. Além disso, mais que organizarem os festejos, os intelectuais associados ao Instituto do Ceará e à Academia Cearense foram os responsáveis por fornecer as justificativas para toda aquela movimentação, pois a data em que os pioneiros colonizadores portugueses se aventuraram por essas terras só se tornava simbólica, quando considerada como o ponto de partida de uma história oficial e enquanto marco cronológico de uma tradição secular, que era então celebrada.

Studart havia encontrado, há alguns anos, em uma de suas viagens a arquivos europeus, uma carta de autoria do jesuíta Luiz Figueira, designada como o mais antigo documento existente sobre a história do Ceará.

Assim sendo, o momento oportuno para divulgá-lo estava posto, pois havendo o contexto da celebração, seguindo o modelo adotado nas festas nacionais de 1900, e existindo o pretexto, o tal documento primordial sobre a história do Ceará, juntando-se a isso o apoio estatal visando envolver a população num exercício de patriotismo e civismo, tínhamos configurada a correlação de forças e a confluência de interesses que efetivaram, no ano de 1903, as comemorações pelo tricentenário cearense.

A ocasião se tornava ainda mais apropriada aos acadêmicos locais por fornecer as condições de protagonismo em meio a um ambiente intelectual que enfrentava uma paulatina estagnação, no começo do século XX, contrastando com a situação vista no último decênio do século anterior, em que, conforme descreve o Barão de Studart no capítulo dedicado à análise das ciências e letras, num compêndio publicado já na sua maturidade, em 1924, e que abrangia, como costumeiro nesse tipo de trabalho, uma variedade enciclopédica de temas e assuntos, talvez aquele tenha sido o “período mais fecundo, de mais intenso desenvolvimento intelectual”¹⁰² pelo qual atravessou o Ceará.

Àquele vigor, ainda de acordo com Studart, sucedeu-se, em um curto período, a estagnação e a decadência. E após listar as principais entidades e seus sócios que atuaram naqueles tempos mais fecundos, dentre as quais as três associações em que o autor tomava parte, a saber, o Instituto do Ceará, a Academia Cearense e o Centro

¹⁰² STUDART, Guilherme (Barão de). **Geografia do Ceará**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1924b, p. 294.

Literário, e destacar a atuação da Padaria Espiritual, com sua ousadia, criatividade e produtividade, por fim, o autor sentenciava que:

Como se vê, foi um período áureo para as letras. Obedecendo, porém, ao ritmo da vida cearense, o movimento começou a decrescer, desapareceram a Padaria e o Centro, a Academia principiou a reunir-se com intermitência, e daí por diante raras foram as manifestações literárias.¹⁰³

Escapavam a essa decadência, em parte, as instituições que Ramos Tinhorão indicou anteriormente como compostas pelos mais velhos e “responsáveis”. Porém, mesmo a Academia Cearense, onde surgiu a proposta de comemorar o tricentenário, dali por diante ainda persistiria, porém, menos atuante, tal como “um organismo morto se não fora a reorganização de 1922”¹⁰⁴, quando mais uma vez se contou com a ajuda decisiva do poder público, estando na presidência do Estado Justiniano de Serpa, um dos sócios fundadores da instituição, ainda no ano de 1894, e que, com o auxílio de Thomaz Pompeu Filho e do Barão de Studart, reorganizou aquela entidade, garantindo-lhe o aporte financeiro para sua retomada.

O decaimento da produção no âmbito das letras no Ceará, no começo do século XX, referido por Studart como consequência de uma característica do ritmo da vida cearense, tornava ainda mais premente a adesão dos acadêmicos às comemorações ocorridas em 1903. Alguns fatores, como a falta de incentivo aos jovens intelectuais, o que levou muitos deles a tentarem a vida noutros lugares, explicam a citada falta de embalo na vivência intelectual local, que, apesar de algumas tentativas, se mantinha ainda como um meio limitado, com poucas perspectivas quando não se contava com a benevolência do poder público.

Ressalte-se que para Studart, “ciências e letras”, título do capítulo de seu livro mencionado acima, representavam ramos distintos, apesar de próximos, da produção intelectual. Desse modo, a indicada decadência se referia a entidades como a Padaria Espiritual e o Centro Literário, e até mesmo à Academia Cearense, entidades cultoras das letras. Por sua vez, o Instituto do Ceará merece destaque por ser o único a vencer, quando da publicação da referida obra, “trinta e seis anos de atividade útil, ainda hoje mantendo com regularidade uma das melhores revistas históricas do país, em cujas páginas está escrita e documentada toda a crônica cearense”.¹⁰⁵

¹⁰³ STUDART, 1924b, p. 295.

¹⁰⁴ GIRÃO, Raimundo. **A Academia de 1894**. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1975, p. 17.

¹⁰⁵ STUDART, op. cit., p. 294.

Destacando a instituição que ajudou a fundar e na qual se sobressaía como o principal nome, ressaltando que lá se havia escrito e documentado toda a história de seu Estado, Studart celebra e constata a longevidade dessa entidade que passou pelo período áureo das manifestações literárias ombreada com as demais, na constância e qualidade de suas publicações, como também resistiu aos tempos difíceis do início do século XX, mantendo sempre seu ritmo de produção.

Seria exagerado considerar que essa longevidade apresentada pelo Instituto do Ceará se deu por conta da pronta adesão de seus principais membros às atividades de 1900 e 1903 e sua dedicação à história oficial. Contudo, inegável é que sua atuação nessas celebrações lhe colocava numa situação favorável naquele contexto social, inclusive quanto a dedicação de documentar e escrever a história cearense, como no caso do Livro do Tricentenário.

Assim, compreender tal dinamismo do meio intelectual da cidade de Fortaleza no início do século XX é importante para analisarmos, no âmbito das movimentações pelo tricentenário do Ceará, a situação e atuação dos acadêmicos e seu empenho na organização dessas comemorações, resultando no protagonismo da citada instituição histórica e na sua condição de escrever a história oficial cearense, possibilitando-nos, ainda, perceber os anseios do poder público em dotar a população com um senso de civismo e patriotismo, que aquelas atividades buscavam nas “gloriosas tradições” de um passado simbólico.

Para além dessa análise de Studart sobre tal vivência intelectual, citemos mais uma, a fim de ampliarmos a perspectiva. Para tanto, recorramos ao escritor e poeta Antônio Sales (1868-1940), que no ano de 1939, colaborando em uma coletânea que abarcava diversos temas sobre o Ceará, ficou encarregado do tópico sobre a história da literatura no Estado¹⁰⁶.

O autor nos traz um olhar pessimista, corroborando com o de Studart, publicado alguns anos antes na sua obra mencionada acima, ao indicar que, no alvorecer do século XX, tínhamos na cidade de Fortaleza um ambiente intelectual estagnado, em comparação com o vigor da década final do século anterior.

¹⁰⁶ A versão original desse texto é de 1897, publicado por Antônio Sales na **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, terceiro ano, tomo IX, pp. 87-101; 178-185, com o título “O Ceará Literário”, e dividia cronologicamente o assunto em duas fases, a primeira, de 1824 a 1869, e a segunda, de 1870 a 1896. Já na edição de 1939, ampliada pelo autor para a edição no Ceará, indicavam-se quatro fases: 1824-1869; 1870-1896; 1897-1920; e 1921-1939.

As associações artísticas e literárias, salvo algumas exceções, não perduravam mais que algumas reuniões e sequer redigiam algo para além de sua ata de instalação ou de um manifesto inaugural, em que propostas, que não se concretizariam, eram lançadas.

E mesmo entidades que alcançaram repercussão nacional, como a referida Padaria Espiritual, fundada em 30 de maio de 1892, encerrara suas atividades em dezembro de 1898, nesse caso específico, “por morte ou expatriamento da maioria dos seus membros”¹⁰⁷, conforme refere Antônio Sales, que integrou essa agremiação e foi ele próprio um desses tais expatriados.

O autor considerava, entretanto, que as atividades literárias continuavam a ser exercidas devido “a ação isolada de algumas individualidades subsistentes”¹⁰⁸, mas nada que se comparasse, lastimava-se, ao visto nos anos anteriores. Assim, o cenário estagnado que o autor nos mostra se deveria à dissolução do caráter associativo e da existência efêmera que marcava a maioria das entidades culturais locais, que tinha na decadência da Padaria Espiritual o exemplo maior, reforçando a importância do cometimento estatal na subsistência dessas entidades.

Podemos considerar, contudo, que Antônio Sales falava de si para se referir ao todo quando faz uma análise que destaca a estagnação do meio intelectual cearense na passagem do século, visto que ele, membro fundador e um dos mais ativos sócios da Padaria Espiritual, nos seus primeiros anos, partiu para o Rio de Janeiro no final de 1896, retornando à terra natal mais de vinte anos depois, tendo visto, à distância, o fim daquela agremiação, cuja derradeira reunião ocorreu no dia 20 de dezembro de 1898.

E foi de lá, da capital federal, num ambiente mais dinâmico que o de Fortaleza, onde o autor buscou guarida e seguiu atuando no meio intelectual, que ele formulou seu pessimismo em relação à decadência cultural de sua terra, na passagem para o século XX.

Contudo, Antônio Sales nunca deixaria de reverenciar esse passado, tão mais melancólico para ele quanto mais lembrava os tempos em que a Padaria Espiritual mereceu destaque em todo o país, trazendo reconhecimento, para quem nela atuou,

¹⁰⁷ SALES, Antônio. História da literatura cearense. In: GIRÃO, Raimundo; MARTINS FILHO, Antônio. **O Ceará**. Fortaleza: Ed. Fortaleza, 1939, p. 99.

¹⁰⁸ Loc. cit.

referindo-se a ela da seguinte forma: “quando transferi residência para o Rio, ao ser apresentado a alguém, vinha invariavelmente a pergunta: ‘É da Padaria’? E o mesmo se deu em São Paulo, Minas e no Rio Grande do Sul”¹⁰⁹.

Escapava à análise incisiva de Sales, sobre a decadências das letras no Ceará, tal como na de Studart, apenas o Instituto do Ceará, entidade que se dedicava a temas de caráter científico, destacando o autor, em seu texto, quais seriam esses temas e os responsáveis por sua execução:

A História, a Climatologia, a Etnografia, a Geologia, a Economia e a Geografia continuam a ter seus cultores nas obras de Thomaz Pompeu, Barão de Studart, Rodolfo Teófilo, Antônio Bezerra, Perdigão de Oliveira, João Brígido e Paulino Nogueira.¹¹⁰

Afora Brígido, que não pertenceu ao Instituto, mas colaborou com vários artigos em sua revista, inclusive, sendo um dos autores a publicar no Livro do Tricentenário, todos os demais foram integrantes dessa instituição que, além da história e dos outros temas listados, apresentou ainda estudos de antropologia, demografia, estatística e política.

Assim, mantendo-se ativo de maneira ininterrupta e editando seu periódico de forma contínua, o Instituto do Ceará escapou à dita estagnação mencionada acima, mas como referência de um nicho específico, não seria capaz de livrar o conjunto das letras cearenses da análise pouco animadora feita por Antônio Sales.

Cabendo, por fim, citar novamente a Academia Cearense, fundada em 15 de agosto de 1894 e que, na sua primeira fase, conforme anteriormente mencionado, perdurou até julho de 1922, quando ocorreu uma reforma em sua estrutura visando a retomada de suas atividades. Sua atuação nos primeiros anos de existência ia além da literatura, como indica o historiador Raimundo Girão (1900-1988):

Vê-se que não visava exclusivamente às Belas Letras. Preocupavam-lhe os assuntos de ordem filosófica, científica, artística, educacional e social, que se enfaixam no grande objetivo do melhoramento do meio cultural cearense e do aperfeiçoamento espiritual do Homem.¹¹¹

As semelhanças entre os objetivos da Academia e do Instituto do Ceará, quanto ao desenvolvimento da cultura no Estado, demonstram que seus membros assumiam

¹⁰⁹ SALES, Antônio. **Retratos e lembranças**: reminiscências literárias. 2. ed. Fortaleza: SECULT/CE, 2010, p. 21.

¹¹⁰ Id., 1939, p. 99.

¹¹¹ GIRÃO, 1975, p. 14.

para si essa missão e se viam capazes de promover o melhoramento do meio cultural local, a partir de suas relações acadêmicas, mas também políticas. Assim, o que era produzido nessas duas entidades visava promover o desenvolvimento do sujeito e da sociedade que ele habitava.

A proximidade entre ambas as instituições, e como vimos, ante o poder público, as colocava em um lugar de destaque no âmbito das comemorações pelo tricentenário cearense, data simbólica que encontrou eco enquanto exemplo ideal de atividade que servia aos propósitos de aperfeiçoar o espírito cívico da população. E para tal intuito, a história e seus cultores tornavam-se aliados essenciais na afirmação do novo regime político.

Em que pese o pessimismo demonstrado por Studart e Sales, que escreveram suas análises, respectivamente, em 1924 e 1939, a partir, portanto, de uma visão em retrospecto, temos que em 1902, ano anterior aos festejos pelo tricentenário, com os preparativos em pleno andamento, a impressão sobre o meio intelectual local não era das mais benevolentes.

Desse modo, numa resenha acerca da produção bibliográfica daquele ano, no Ceará, publicada na revista da Academia Cearense, pelo sócio José Rodrigues de Carvalho, este inicia afirmando que aquele “foi um ano pouco fecundo para as letras cearenses”¹¹².

E após desancar as poucas produções literárias daquele período, que para o autor “foram insignificantes e de pouco valor entre nós”¹¹³, temos um tom esperançoso de sua parte em relação ao vindouro ano, pois, conforme seus termos:

O ano de 1903 é o que o Ceará comemora o tricentenário de seu povoamento pelos colonizadores; essa comemoração exige uma única solenidade: que os homens de letras envidem todos os esforços para que a história, a indústria, as ciências, as artes, enfim, todos os ramos de atividade sejam tratados condignamente.¹¹⁴

Como membro da Academia Cearense, Rodrigues de Carvalho estava entre os responsáveis pelo envidar de esforços na realização da almejada celebração da data referente a chegada dos portugueses. E como se percebe em seu texto, a expectativa para aquele evento era considerável.

¹¹² CARVALHO, José Rodrigues de. Resenha bibliográfica do ano. **Revista da Academia Cearense**, Fortaleza, tomo VII, 1902, p. 182.

¹¹³ Ibid., p. 183.

¹¹⁴ Ibid., p. 192.

E ao começar sua resenha sobre o ano de 1903, o autor, tanto mais pessimista, critica o diletantismo que tomara conta das letras no Ceará, descrevendo um cenário em que “uma certa depressão social abate todos os estímulos de ideais generosos, e o pessimismo tudo esteriliza”.¹¹⁵ Excetuava-se àquilo, como analisaremos a seguir, “a publicação dos trabalhos atinentes ao glorioso feito de Pero Coelho de Sousa”¹¹⁶, ou seja, o referido, e aguardado, Livro do Tricentenário.

3.2 SOBRE O LIVRO DO TRICENTENÁRIO E SUA COMPOSIÇÃO.

Várias manifestações, ocorridas em 1903, marcaram as celebrações pelos três séculos da chegada dos portugueses ao Ceará, tal como a apresentação solene, no dia 31 de julho, durante a cerimônia principal de toda a programação cívica, do “Hino do Tricentenário, música do maestro Snr. Alberto Nepomuceno e letra do Snr. Thomaz Lopes”¹¹⁷.

Composto, a pedido do Barão de Studart, para as festividades, sua execução “figuraria como evento triunfal das comemorações”¹¹⁸, sendo oficialmente adotado como hino pelo Estado do Ceará.

Nepomuceno, figura de renome no cenário musical nacional da época, em carta a Studart, junto a qual remetia-lhe a partitura do referido hino, pretendia que sua obra funcionasse como “um canto comemorativo de fastos históricos ou que simbolizasse aspirações de raças ou regimes”¹¹⁹, se enquadrando, assim, naquilo que se buscava alcançar com as atividades do tricentenário em relação à valorização de um passado simbólico, observando ainda o maestro que todo esse ensejo dependeria de um dado “momento histórico”, possibilitado, nesse caso, pelas tais comemorações em memória dos acontecimentos que remetiam aos três séculos da primeira incursão portuguesa pelo território cearense.

¹¹⁵ CARVALHO, 1903, p. 173.

¹¹⁶ Loc. cit.

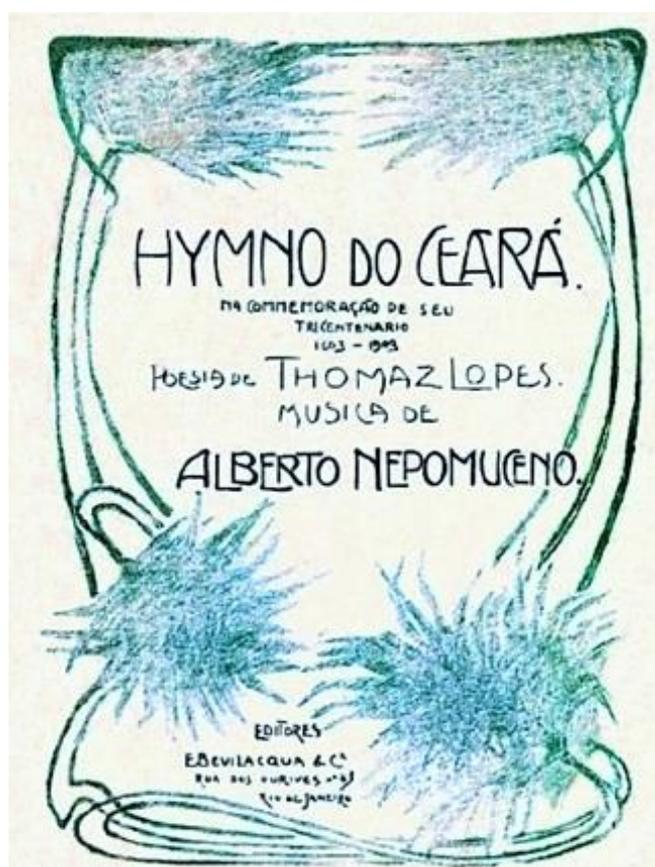
¹¹⁷ STUDART, 1924a, p. 159.

¹¹⁸ CASTRO, José Liberal de. Alberto Nepomuceno e o Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo CIX, 1995, p. 329.

¹¹⁹ CARTA enviada ao Barão de Studart por Alberto Nepomuceno e reproduzida no Jornal **A República**, Fortaleza, 29 jul. 1903, p. 1.

A letra do hino, em conjunto a outras publicações relacionadas às celebrações, saiu impressa na edição da Revista do Instituto do Ceará daquele ano de 1903, sendo uma das diversas produções sobre o tema. Distribuído também em formato de folheto na ocasião de sua primeira execução pública, tal cântico ressaltava pontos que exaltavam a terra cearense e sua gente, propondo Nepomuceno, na mesma carta a Studart citada acima, que fosse ensinado nas escolas como uma canção patriótica.

Figura 1 – Capa do folheto contendo a letra do Hino do Ceará



HINO do Ceará na comemoração de seu tricentenário. Rio de Janeiro: E. Bevilacqua, 1903.

Dentre os “ensinamentos” contidos no hino, podemos destacar a menção sobre a libertação dos escravos, sendo o Ceará caracterizado, logo na primeira linha, como a “Terra do sol, do amor, terra da luz!”¹²⁰ e mais adiante, ao se exaltar o “Peito que deu alívio a quem sofria”¹²¹. Assim, e dentre as aspirações que a situação induzia, a ênfase em um aspecto positivo da história local coadunava-se com a pretensão dos festejos, em relação à rememoração do passado, e na busca pela comoção cívica,

¹²⁰ HINO do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XVII, 1903, p. 249.

¹²¹ Loc. cit.

que deveria engajar o presente a partir dos feitos e fatos de uma história simbólica e exemplar.

Em relação às demais publicações que tiveram o tricentenário como motivação, na mesma Revista do Instituto do ano de 1903 são listadas vinte e nove ocorrências¹²², como livros completos e compêndios, antologias e transcrições de documentos, como também discursos solenes, posteriormente enfaixados no formato de livro.

Desses quase trinta trabalhos indicados, número que ainda não abarcava a totalidade do que se produziu na ocasião, quatorze deles compuseram o “Livro do Tricentenário”, que contou ainda com a publicação de dois documentos do século XVII, transcritos pelo Barão Studart e pertencentes a seu arquivo.

Coube a ele, figura principal da comissão promotora local e de maior influência no Instituto do Ceará, a organização dos trabalhos incluídos no tal livro comemorativo. Perceber os critérios de escolha do Barão de Studart nos permitirá compreender a representação escrita da história oficial cearense naquele momento, considerando-se os autores, temas e textos selecionados a compor a citada obra celebrativa.

Tendo como mote, por óbvio, os acontecimentos e personagens relacionados aos desdobramentos iniciais do processo colonizador português no Ceará, ocorridos nas primeiras décadas do século XVII, e que marcavam, no ano de 1903, a data simbólica referente aos três séculos da inserção local no âmbito de uma história nacional, temos no Livro do Tricentenário, para além dessa temática principal, textos que abrangiam discussões acerca de assuntos de um passado recente ou de um interesse presente, como no breve histórico acerca do bispado local e nas análises abordando assuntos sobre a música e o folclore cearenses.

Sem apresentar um prefácio ou algum tipo de texto introdutório ou explicativo, seja sobre os autores ou assuntos tratados, os artigos no Livro do Tricentenário já aparecem dispostos logo após o índice, constando antes, na contracapa, apenas a dedicatória, dirigida pela Comissão Central do Evento, ao Dr. Pedro Augusto Borges, saudado na condição de “digno Presidente do Estado do Ceará”¹²³, para quem a obra era “oferecida, dedicada e consagrada”. Nem mesmo a menção ao Barão de Studart, seu organizador, surgia assinalada.

¹²² RELAÇÃO das monografias, discursos, etc., publicados por motivo da Comemoração do Tricentenário do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XVII, 1903, p. 242-244.

¹²³ **COMEMORANDO o Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará**. 1603-1903. Fortaleza: Typ. Minerva, 1903, contracapa.

Distribuído ao público na mesma cerimônia em que o hino do tricentenário foi executado pela primeira vez, tal livro representava o registro de nomes, datas e feitos indicados e celebrados pelos promotores do evento, emoldurados naquele formato, visando eternizar os personagens e acontecimentos marcantes para a história oficial cearense, contada a partir de seus primórdios, conforme referência documental que apontava para seu marco cronológico mais antigo, tal como analisado na sequência do trabalho.

E antes de demais questões, apresentemos as dezesseis matérias incluídas no Livro do Tricentenário, indicando, na tabela abaixo, o índice da obra:

Tabela 1

Índice	
Tricentenário do Ceará: a evolução cearense. Pelo Dr. Pedro de Queiroz.	Pág. 3
Pero Coelho de Souza no Ceará. Por Antônio Bezerra de Menezes.	Pág. 15
Há 300 anos: Pedro Coelho de Souza. Por João Brígido.	Pág. 35
Francisco Pinto e Luiz Figueira: o mais antigo documento existente sobre a história do Ceará. Pelo Barão de Studart.	Pág. 47
Relação do Maranhão, 1608, pelo jesuíta Padre Luiz Figueira enviada a Claudio Aquaviva.	Pág. 93
Martim Soares Moreno: sua autobiografia. Descrição do Ceará feita por ele em 1618. Pelo Barão de Studart.	Pág. 139
Relação do Ceará. Por Martim Soares Moreno.	Pág. 191
A costa Nordeste do Brasil na Cartografia antiga. Por Orville A. Derby.	Pág. 201
Primazias do Ceará. Por Tristão de Alencar Araripe.	Pág. 227
Os dois primeiros Bispos do Ceará. Por Mons. Bruno R. da Silva Figueiredo.	Pág. 237
1603-1903. Pelo Dr. Américo Barreira.	Pág. 257
Folk-lore cearense. Por J. Rodrigues de Carvalho.	Pág. 269
O Ceará há quarenta anos por uma testemunha contemporânea. Pelo Barão Homem de Mello. I. O Ceará físico; II. O Ceará cívico; III. O Ceará Abolicionista; IV. O Ceará industrial.	Pág. 290
Traços ligeiros sobre a evolução da música no Brasil, especialmente no Estado do Ceará. Por Zacarias Gondim.	Pág. 301
Diário da expedição de Matias Beck no Ceará em 1649. Tradução do holandês por Alfredo de Carvalho.	Pág. 339
As manchas do sol e as secas: a causa destas e os meios de atenuar seus efeitos. Por Rodolfo Teófilo.	Pág. 421

COMEMORANDO o Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará. 1603-1903. Fortaleza: Typ. Minerva, 1903. Índice da obra.

Sete dos dezesseis textos também foram editados, naquele ano, nos periódicos das duas principais associações acadêmicas de Fortaleza, entidades que, como visto

anteriormente, abrigavam os principais organizadores das atividades do tricentenário. Assim, na revista do Instituto do Ceará foram publicados: o trabalho de João Brígido, a tradução de Alfredo de Carvalho e os artigos de Studart analisando os documentos transcritos de autoria de Martim Soares Moreno e do jesuíta Luiz Figueira. Este último, denominado “Relação do Maranhão”, ali também publicado, tratava-se do documento referido por Studart como o mais antigo existente sobre a história do Ceará.

Além desses cinco, outros dois trabalhos, as contribuições de Pedro de Queiroz e de Antônio Bezerra de Menezes, foram divulgados na Revista da Academia Cearense no ano de 1903. Em comum às sete produções a referência a personagens e fatos centrais da história das décadas iniciais da presença portuguesa em solo cearense.

O fato desses textos surgirem editados, tanto nos referidos periódicos como no Livro do Tricentenário, no que pese este ter circulado meses antes que as tais revistas, não afeta o destaque dado aos trabalhos ali publicados, pois o que mais contava e se buscava naquela época era o prestígio alcançado com a edição de obras em formato livresco, conformando-se aquilo que o historiador francês Roger Chartier denomina, ao analisar a evolução da concepção e composição dos livros, de Gutenberg ao século XIX, de “hierarquia dos formatos”¹²⁴.

Visando que tal livro concretizasse o objetivo das citadas associações de letras, de tornar conhecida a história cearense, fomentando a ciência e a cultura locais, temos que a distribuição dessa obra, trazendo uma narrativa ao mesmo tempo histórica e heroica, tornada e tomada em ensinamentos cívicos, cujo alcance deveria ser amplo, a atingir todo o Estado, enfatizando acontecimentos e destacando personagens que atuaram nos primeiros dias da história oficial cearense, celebrava o passado e dele destacava situações relacionadas a tais sujeitos que reforçassem o discurso patriótico vigente.

Desse modo, dentre tais personagens, Pero Coelho de Sousa é o pioneiro, o “descobridor”, que enfrentou as adversidades de uma terra arrostanda de mil perigos, tendo sua malograda incursão analisada nos trabalhos de Menezes e Brígido, sobre quem este último escreveu: “é o primeiro nome do Ceará, justamente o primeiro mártir

¹²⁴ CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Ed. UNESP, 1998, p. 8.

de sua causa”¹²⁵. Chegando ao Ceará em 1603, esse fidalgo se viu obrigado a se retirar penosamente, dois anos depois, rumo ao Rio Grande do Norte, no que quase toda sua comitiva pereceu, inclusive seu filho mais velho.

Quanto aos jesuítas Luiz Figueira e Francisco Pinto, exaltados nas celebrações em 1903 por sua demonstração de fé diante da provação, padeceram e o último deles pereceu durante sua missão catequizadora, recebendo Pinto “morte afrontosa em paga de seus serviços de sublime heroicidade”¹²⁶, subjugado pelo indígena hostil, tal como nos relata Studart, no texto em que apresenta e comenta a história de ambos, antecedendo ao testemunho de Figueira, a “Relação do Maranhão”.

O mesmo Studart apresenta e comenta, na sequência, o registro autobiográfico de Martim Soares Moreno, quarto entre os ditos personagens centrais dessa história inicial cearense, caracterizado como o fundador do Ceará e herói na guerra contra os holandeses, sobre quem assim se referiu o autor da análise em questão:

Martim Soares Moreno é o vulto culminante da primitiva história do Ceará; tudo que lhe diz respeito reveste-se de capital interesse, porque, mais afortunado que Pero Coelho e os missionários Pinto e Figueira, é ele o fundador do Ceará, e por longos anos o nascente estabelecimento viveu e prosperou debaixo de sua direção inteligente e vigorosa.¹²⁷

Além desses quatro protagonistas, a tradução do diário da expedição de Matias Beck, comandante da guarnição holandesa durante a época de dominação do Ceará, introduz um personagem diretamente relacionado à fundação da fortificação que daria origem à cidade de Fortaleza, futura capital do Estado, servindo ainda para incluir a terra cearense no contexto da história colonial brasileira e no âmbito da guerra contra a Holanda, entre 1630 e 1654, fechando, assim, o ciclo histórico que se iniciara com a expedição pioneira de Pero Coelho de Sousa, em 1603.

Esse primeiro ciclo compõe os seis primeiros artigos do “Livro do Tricentenário”, vindo na sequência a transcrição do documento de autoria de Martim Soares Moreno, apenas ali publicado, do qual Studart faz a análise no seu texto imediatamente anterior

¹²⁵ BRÍGIDO, João. Há 300 anos: Pedro Coelho de Souza. **COMEMORANDO o Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará**. 1603-1903. Fortaleza: Typ. Minerva, 1903, p. 36.

¹²⁶ STUDART, Guilherme (Barão de). Francisco Pinto e Luiz Figueira: o mais antigo documento existente sobre a história do Ceará. **COMEMORANDO o Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará**. 1603-1903. Fortaleza: Typ. Minerva, 1903b, p. 91.

¹²⁷ Id. Martim Soares Moreno: sua autobiografia. Descrição do Ceará feita por ele em 1618. **COMEMORANDO o Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará**. 1603-1903. Fortaleza: Typ. Minerva, 1903c, p. 139.

a este testemunho. Exceção a essa ordem, dentre os sete artigos destacados acima, é a tradução feita por Alfredo de Carvalho do diário do comandante holandês, disposto como penúltimo do livro. Tratando-se de uma celebração que exaltava os feitos iniciais da colonização portuguesa, tal disposição nos parece compreensível.

Desse modo, por mais que não conste na obra um texto introdutório que indique os motivos dessa disposição dos trabalhos, podemos considerar que seu organizador visava que os leitores percorressem o livro a partir de uma sequência cronológica em que, os acontecimentos e personagens, surgem ordenados numa lógica que seria a mesma da trajetória da história cearense, iniciando pelo descobridor Pero Coelho, passando pelos padres Pinto e Figueira, alcançando o fundador e consolidador das pretensões portuguesas no Ceará, Soares Moreno, e daí, finalmente, até chegar ao comandante holandês Matias Beck.

Essa “evolução cearense”, título do trabalho de Pedro de Queiroz que abre o Livro, materializa a perspectiva de Studart na organização dos artigos incluídos nesse compêndio elaborado acerca da história do Ceará. Não por acaso, nesse texto de Queiroz consta sua compreensão, no âmbito dos préstimos às comemorações pelo tricentenário, de que aquele era o “tempo de um balanço, de um estudo do estado dos espíritos da época do descobrimento e do atual, de reparar a travessia feita, para tirar o saldo da civilização”¹²⁸. E assim se buscou fazer, neste e nos demais artigos do livro comemorativo.

Cabe que apresentemos, antes de prosseguir, os referidos autores publicados simultaneamente no “Livro do Tricentenário” e nas revistas das principais associações acadêmicas cearenses. Assim sendo, temos que Studart e Menezes eram sócios de ambas as entidades, Instituto e Academia. Já Queiroz era membro pleno desta última, enquanto Carvalho dela era sócio correspondente e integrava os quadros do Instituto Arqueológico e Histórico Pernambucano.

Por fim, Brígido, que por quase trinta anos foi sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, até solicitar sua renúncia, em 1891, e não integrava nenhuma das citadas entidades, mas com elas colaborava frequentemente, era autor

¹²⁸ QUEIROZ, Pedro de. O tricentenário do Ceará: a evolução cearense. In: **COMEMORANDO o Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará**. 1603-1903. Fortaleza: Typ. Minerva, 1903a, p. 4.

renomado da historiografia cearense, sendo um dos pioneiros na escrita da história local, sendo justificável a inclusão de sua contribuição.

Portanto, com a indicação dos personagens, temas e autores podemos ter uma primeira percepção quanto aos critérios de que se valeu o Barão de Studart para selecionar os artigos publicados no “Livro do Tricentenário”. Os quatro protagonistas do início do processo colonizador no Ceará são abordados, nos artigos em questão, com destaque por conta da justificativa em torno da celebração pelos três séculos da presença portuguesa.

Levando-se em conta que aquele livro comemorativo visava representar, de forma impressa, a exaltação rendida naquelas comemorações cívicas aos pioneiros da dita primitiva história cearense, temos que o que se escrevera era, em suma, aquilo que e por quem se festejara, em julho de 1903.

E estando os acadêmicos à frente da organização de tais atividades festivas, que incluíam, destaquemos mais uma vez, a elaboração de uma obra histórica, torna-se manifesta a escolha daqueles considerados aptos a escrever sobre temáticas que rendessem homenagens aos feitos e personagens dessa narrativa, evidenciando-se a autores que já possuíam estudos prévios acerca dos protagonistas dessa história ou que abordaram assuntos a eles relacionados.

Além disso, a exaltação aos referidos personagens centrais dos primórdios da história cearense visava correlacionar seus feitos, e até mesmo suas desventuras, às intenções do poder público e dos organizadores do evento de despertar o civismo e a expectativa de um futuro promissor na população, com a construção de um universo simbólico que pudesse garantir legitimidade a uma estrutura social e política, ainda consideravelmente recente, surgida com a República.

Tal questão é evidenciada por Studart, na conclusão de seu artigo sobre Soares Moreno, ao tratar especificamente da representação historiográfica das celebrações pelo tricentenário:

Essa comemoração será um estímulo à atual e às futuras gerações. Essa longa e demorada vista retrospectiva documentará o amor dos cearenses à sua história e tradições, traduzirá uma homenagem aos que primeiro descortinaram para a vida da civilização esta terra, guarda ciosa dos tesouros de suas crenças, heroica nos sofrimentos, trabalhadora, ávida de progressos, fadada a altos destinos.¹²⁹

¹²⁹ STUDART, 1903c, p. 190.

Assim, qualidades como fé, abnegação, lealdade, obediência e esperança são destacadas e percorrem as narrativas acerca desses personagens, transmitindo ao leitor, do começo do século XX, características sugeridas enquanto presentes na história dita cearense, desde seus primórdios, perpassando uma realidade destinada a um futuro fadado a altos destinos.

Para alcançar esse resultado, porém, necessário se fazia a construção de um discurso competente, que teria a função de respaldar às ações e atitudes imputadas àqueles sujeitos históricos e seus feitos, conferindo-lhes credibilidade.

Dessa forma, quando autores como Brígido, Menezes e Studart, reconhecidos perante a sociedade local como historiadores, com méritos e de profissão, narravam as venturas e desventuras dos padres Pinto e Figueira, de Pero Coelho ou de Soares Moreno, ao passo que descreviam suas trajetórias e feitos e os enredavam em uma história coerente e articulada, concediam-lhe a credibilidade do que era descrito pela condição de serem aqueles autores, tidos como aptos e competentes, que descreviam essas trajetórias e validavam-nas como históricas.

Ou, como infere o historiador francês Michel de Certeau, tais autores ocupavam um lugar próprio, do qual conduziam a operação historiográfica, e, assim, seu trabalho poderia ser considerado, ao mesmo tempo, como “um resultado e um sintoma”¹³⁰ do processo que credibilizava as narrativas contidas no “Livro do Tricentenário”. E sendo esse um procedimento historiográfico, tal credibilidade se conseguia a partir da análise documental, questão a que aludiu Studart ao terminar sua apreciação sobre o jesuíta Figueira, quando propunha uma transição de seu lugar de narrador: “aqui deponho a pena para entregar à avidez do leitor o documento precioso”¹³¹.

Mas o leitor, que prosseguiria a apreciar o documento de quase três séculos, assim o faria tendo sido preparado pelo especialista, pelo historiador Studart, que o introduzira ao tema no decorrer de sua análise acerca do testemunho de Figueira e, deposta a pena do historiador, simultaneamente avalista e analista do assunto, muito já se conhecia daquele personagem e ao leitor seria difícil, destaquemos, se esquivar daquilo inculcado pelo comentarista no que diz respeito à temática celebrativa de toda a obra e, quanto aos feitos descritos pelo jesuíta, em seu relato do século XVII.

¹³⁰ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p. 57.

¹³¹ STUDART, 1903b, p. 92.

Assim, interessava aos organizadores do evento, seguindo o modelo das festas patrióticas inauguradas com as celebrações pelo “descobrimento do Brasil”, ocorridas no ano de 1900, a valorização de um passado simbólico, presentificado pela narrativa produzida e que ressaltava os mencionados personagens da história inicial cearense e seus feitos, tratados como essenciais no processo de elaboração de uma identidade local, que ao vislumbrar aquelas ações decorridas, as inseriam num contexto temporal articulado, compreendendo, como observa o historiador Jörn Rüsen, a “interpretação do passado com um entendimento do presente e as expectativas de futuro”.¹³²

Uma obra que visava narrar os primórdios da colonização portuguesa no Ceará e, por conseguinte, o processo de inserção dessa terra no âmbito da civilização e da própria história brasileira, sendo ressaltado, portanto, o ponto de vista do conquistador europeu. Já se partia de um passado definido, pelos promotores do evento, enquanto um contexto histórico específico, português, cristão, civilizado, partícipe da história pátria. E a partir desse passado determinado, como vimos, se buscava entender e explicar o presente e se assentarem as expectativas de futuro, em relação ao Ceará e sua gente, sempre tendo em vista a condição exemplar que se buscava atingir com a história.

Porém, além dos mencionados trabalhos que abordavam a trajetória de Pero Coelho, dos jesuítas Pinto e Figueira ou de Soares Moreno, e após esse primeiro ciclo em que podemos dividir o “Livro do Tricentenário”, em que tais sujeitos são abordados, temos nos demais nove artigos que compõem a obra, exceção à referida tradução do diário de Matias Beck, uma variedade de assuntos que tinham em comum a referência a temas e assuntos relacionados ao Ceará, e não mais a personagens específicos de sua história primordial, do século XVII.

Contudo, manteve Studart o critério quanto à competência dos autores por ele selecionados. Assim sendo, nessa segunda parte em que podemos dividir o livro comemorativo, seguimos com outra dinâmica, em que os textos não mais se sucedem em uma ordem cronológica e na qual os assuntos abordados não se conectam necessariamente entre si ou formam uma parte, de um conjunto narrativo mais amplo, como se observava na sequência inicial dos primeiros sete trabalhos, que nos levou

¹³² RÜSEN, Jörn. **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 81.

de Pero Coelho a Soares Moreno. O único requisito aqui, obviamente, será o de abordar, cada texto, assuntos referentes ao Ceará.

Dessa forma, cartografia, institucionalidade religiosa, estatística, folclore, uma retrospectiva histórica, com ênfase na política, como ainda música e o fenômeno das secas, são os temas abordados nessa segunda parte do livro, com alguns dos textos, provenientes de palestras ocorridas no âmbito das celebrações pelo tricentenário, e outros, produzidas especificamente para a inclusão no referido livro.

Quanto a isso, listemos brevemente tais assuntos e seus autores. Assim, estão dispostos trabalhos da lavra de integrantes do IHGB, como Orville Derby (1851-1915), Tristão de Alencar Araripe (1821-1908) e do Barão Homem de Mello (1837-1918), tratando respectivamente sobre a descrição cartográfica da costa à nordeste do Brasil nos séculos XVI e XVII; enfatizando-se feitos e fatos variados relacionados ao Ceará; e uma descrição dos aspectos sociais e políticos da então província, durante as quatro últimas décadas do século XIX, a partir das experiências de quem a presidiu entre os anos de 1865 e 1866 e mesmo de longe, manteve um vínculo com a terra cearense.

Outros autores incluídos na obra celebrativa eram personalidades de influência local e foram convidados pelo Barão de Studart a colaborarem com artigos referentes a suas áreas de atuação. Desse modo, coube ao Monsenhor Bruno Figueiredo (1852-1930) narrar a história dos dois primeiros bispos cearenses; o histórico da música no Ceará ficou a cargo do maestro Zacarias Gondim (1851-1907); o poeta e escritor José Rodrigues de Carvalho (1857-1935), integrante da Academia Cearense e que naquele ano de 1903 lançou, no âmbito das celebrações do tricentenário, a obra “Cancioneiro do Norte”, abordou o folclore cearense; e o jornalista e político Américo Barreira (1868-1916) fez uma breve retrospectiva dos trezentos anos da história política local.

O décimo sexto e último artigo do “Livro do Tricentenário” buscava desmentir a teoria, levantada pelo Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, durante a seca iniciada em 1877, sobre uma suposta influência das manchas solares como causa das secas que afetavam a então província, trabalho de autoria do escritor e historiador Rodolfo Teófilo (1853-1932), sócio correspondente do IHGB e que se tornaria sócio do Instituto do Ceará, em 1912.

O autor inicia sua análise criticando a instituição, sediada na capital do Império que, apesar de reunir o grupo mais seleta, em ciências e letras, que o país possuía,

errava em sua avaliação sobre o fenômeno solar e sua influência na seca do Ceará, pois congregava “cientistas que desconheciam a zona flagelada”¹³³.

Demonstrando não haver correlações relevantes entre os períodos de maior incidência das manchas solares com a ocorrência das secas no Estado, o autor, ao final de seu artigo, indicava sua própria opinião sobre a questão: “as secas no Ceará, penso, firmado em observações de cerca de trinta anos, são devidas às correntes atmosféricas”¹³⁴.

Sendo a temática sobre a seca um assunto que não representava uma forma narrativa valorizada pela norma historiográfica aplicada pelo Instituto do Ceará e seus integrantes, pois não apresentaria o distanciamento do presente, indispensável para o assentar do caminho percorrido pelo historiador, e sendo um tema constante da literatura, dita das secas, da qual Teófilo era seu maior expoente local, temos que a disposição desse citado trabalho, como derradeiro no “Livro do Tricentenário”, o coloca como uma indicação de Studart quanto a assuntos que poderiam ampliar, em outro momento, o campo de discussão e análise da história oficial do Ceará.

Retomaremos a esse assunto no próximo capítulo, destacando Rodolfo Teófilo, e sua obra, e as implicações sobre as normas e a forma buscadas, por ele, para a escrita de uma história do Ceará.

Mas, quanto ao que nos cabe em relação ao que se buscou imprimir no tal livro celebrativo do tricentenário, vemos que as indicações de seu organizador levaram em consideração assuntos e autores que transmitissem a norma de uma história cívica e exemplar, tendo como suporte uma forma impressa, que garantisse sua repercussão e distribuição.

Não conseguimos verificar, junto às fontes aferidas, a tiragem do mencionado livro. Porém, alguns indícios nos apontam que deve ter sido suficiente para atender a demanda de um bom número de interessados, tal como refere Rodrigues de Carvalho, na sua mencionada resenha bibliográfica para o ano de 1903, publicada na revista da Academia Cearense, onde se informa que o “Livro do Tricentenário” foi “profusamente espalhado no País e no Estrangeiro”¹³⁵.

¹³³ TEÓFILO, Rodolfo. As manchas do sol e as secas: a causa destas e os meios de atenuar seus efeitos. **COMEMORANDO o Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará**. 1603-1903. Fortaleza: Typ. Minerva, 1903, p. 421.

¹³⁴ Ibid., p. 429.

¹³⁵ CARVALHO, 1903, p. 184.

O mesmo Rodrigues de Carvalho, na dita resenha, faz a seguinte consideração sobre a referida obra comemorativa:

O Exm. Snr. Barão de Studart fez enfaixar 16 desses trabalhos, os que tratavam de assuntos propriamente históricos, em belíssimo volume de 431 páginas sob o título *Comemorando o Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará*.¹³⁶

Ao analisar a obra, o crítico, que na sua resenha bibliográfica sobre o ano de 1902 depositara sua expectativa nas produções que surgiriam em homenagem à data simbólica do tricentenário, classifica todos os trabalhos que lá constavam enquanto propriamente históricos, contrapondo-se aos demais tipos de produções daquele ano, de caráter eminentemente literário.

Contando com a figura de historiador, de Studart, na organização do referido livro, compreende-se o posicionamento do autor em valorizar a condição histórica da obra. Porém, duas outras perspectivas nos permitem ampliar a discussão e perceber que outros temas e interesses constavam no tal livro celebrativo.

Uma crítica contemporânea ao “Livro do Tricentenário” foi feita pouco após seu lançamento, ainda em 1903, por Alfredo de Carvalho, autor da tradução do diário do comandante holandês Matias Beck, inserido na própria obra em questão, e a quem Rodrigues de Carvalho, na sua resenha bibliográfica citada, menciona como alguém destacado por sua capacidade intelectual e pela simpatia demonstrada “para com os homens e coisas do Ceará”¹³⁷.

Na sua análise, originalmente publicada no Jornal do Recife e transcrita por Rodrigues de Carvalho, o outro Carvalho, Alfredo, inicialmente trata de uma tendência que se generalizava pelo país de se assinalarem sucessos notáveis e acontecimentos famosos da história, sendo esse o contexto em que se comemorava o tricentenário cearense. Vinculando o evento à obra, o autor assinala que:

Rememorando a ida dos primeiros portugueses às plagas “onde a jandaia canta nas frondes da carnaúba”, tiveram esse caráter de festas que, a 31 de julho último, jubilaram a população de Fortaleza, e das quais o presente livro é uma genuína manifestação literária.¹³⁸

Correlacionando as celebrações com as intenções do livro, do qual este seria a manifestação literária daquelas festas, o autor preocupa-se em valorizar a ambas,

¹³⁶ CARVALHO, 1903, p. 184.

¹³⁷ Loc. cit.

¹³⁸ CARVALHO, Alfredo de apud CARVALHO, Ibid., p. 185.

seja pela indicada simpatia às coisas cearenses ou por ter contribuído diretamente na organização dos festejos e na composição do livro comemorativo.

A referência às plagas “onde a jandaia canta nas frondes da carnaúba” trata-se de uma citação literal da frase com a qual o escritor cearense José de Alencar (1829-1877) inicia “Iracema”, romance que começa mencionando os “verdes mares bravios de minha terra natal”¹³⁹ e cuja trama narra o enlace entre a nativa americana, que dá nome ao livro, e Martim Soares Moreno, o fundador do Ceará.

Fazendo referências breves a cada um dos trabalhos contidos no “Livro do Tricentenário”, Alfredo de Carvalho finaliza sua análise exaltando as festividades, seus organizadores e o “esforço benéfico e plausível, qual o de advertir o presente do que foi o passado para melhor fazê-lo compreender o futuro”¹⁴⁰, numa perspectiva que nos remete aos objetivos propostos pelos organizadores do evento.

Por fim, tratemos da análise de Dolor Barreira, integrante do Instituto do Ceará e autor de uma história da literatura cearense, publicada em quatro tomos, entre 1948 e 1962. O autor inicia suas considerações referindo-se ao pessimismo assinalado por Rodrigues de Carvalho em sua resenha publicada na revista da Academia Cearense, referida anteriormente, ao considerar que “as afirmativas do conhecido beletrista se ressentem de um certo e indisfarçável derrotismo”¹⁴¹, por deixar de lado as demais publicações e ao lamentar que a pujança daquele ano ocorria de modo excepcional, em decorrência apenas das celebrações pelo tricentenário.

Carvalho descrevera um ano de 1902 parco em produções, repetindo a mesma crítica quanto a 1903, excetuando-se justamente os referidos festejos, capazes de dar fôlego ao combalido meio intelectual local, apesar que de maneira específica e sem promover uma continuidade. Barreira, mesmo indicando outras produções autônomas do período, exalta a importância das festividades, tratadas por ele como imponentes e inesquecíveis demonstrações de civismo, “origem de brilhante e vigorosa agitação, nas letras cearenses”¹⁴².

Nas páginas que se seguem dedicadas à apreciação sobre a “produção literária do tricentenário”, Dolor Barreira, que analisa tais atividades em um capítulo específico

¹³⁹ ALENCAR, José de. **Iracema**: lenda do Ceará. Rio de Janeiro: Typ. Viana & Filhos, 1865, p. 1.

¹⁴⁰ CARVALHO, Alfredo de apud CARVALHO, op. cit., p. 189.

¹⁴¹ BARREIRA, Dolor. **História da literatura cearense**. 2.º tomo. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1951, p. 90.

¹⁴² Loc. cit.

acerca do ano de 1903, propõe a divisão das publicações, conforme sua conotação e abordagem, classificando-as enquanto “de natureza pura e exclusivamente histórica” ou “de caráter absoluta ou predominantemente literário”.

As do primeiro tipo, são dessa forma indicadas levando-se em consideração, sobretudo, seus autores, nomes atuantes na historiografia nacional e local, a saber, os anteriormente mencionados Studart, Menezes, Alencar Araripe, Homem de Melo, Derby e Carvalho, o Alfredo, todos pertencentes, tal como referido acima, a entidades acadêmicas.

Porém, quanto aos trabalhos tidos como predominantemente literários, o autor classificou os artigos de Pedro de Queiroz e João Brígido, que foram incorporados no “Livro do Tricentenário”, e que indiscutivelmente tratam de assuntos históricos, ao lado de produções de prosa e verso, publicadas em um livreto, por ocasião dos festejos de 1903, também intitulado “Tricentenário do Ceará”, esta sim, uma obra com produções essencialmente literárias¹⁴³.

Sem apresentar justificativa para essa divisão entre obras tidas como históricas ou literárias, visto a intersecção entre autores e temas, Barreira segue o que apontara no começo do primeiro tomo de seu livro, na indicada “compreensão de nosso estudo”, em que demonstra suas intenções: “abrangeremos, na história das letras cearenses, o exame e o estudo da poesia, do romance, da novela, do conto, da crônica literária, da fantasia, do drama, da eloquência e da crítica literária”¹⁴⁴, sendo deixada de lado, portanto, a história, que haveria de ser assunto de outro estudo, afora o seu.

Seja como for, ao citarmos essa divisão proposta por Dolor Barreira, em relação aos temas contidos no “Livro do Tricentenário”, entre exclusivamente históricos e predominantemente literários, no que pese, por exemplo, ser considerado como literário o artigo de Brígido acerca de Pero Coelho de Sousa, este, notadamente referente a um assunto histórico, e partindo-se da condição que as análises mudam no decorrer do tempo e que, entre a obra comemorativa e a crítica de Barreira temos quase meio século de diferença, o que temos é uma obra pensada e composta como histórica no contexto referente ao início do século XX, se enquadrando nos objetivos dos organizadores das comemorações de 1903.

¹⁴³ Cf. BARREIRA, 1951, citação número 58, na p. 91, que se refere a essa obra de prosa e verso como “raríssima polianteia” já naquele ano, quando da publicação de seu livro.

¹⁴⁴ Id. **História da literatura cearense**. 1.º tomo. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1948, p. 29.

De nossa monta, consideramos como exclusivamente históricos os textos cujos autores integravam instituições históricas, como IHGB, Instituto do Ceará e Academia Cearense, mas, sobretudo, nossa ênfase recai sobre os trabalhos que compunham o que podemos denominar, na análise da obra do tricentenário, de primeiro ciclo histórico do Ceará, no qual os personagens centrais do começo do processo colonizador europeu encontram-se destacados.

Sendo, portanto, uma produção sobre história, as normas seguidas por seu organizador, Studart, indicavam que o documento deveria ser o guia de toda e qualquer descrição e análise. E o mais importante deles, referido como o mais antigo dessa narrativa histórica, que então se escrevia, era a dita “Relação do Maranhão”, testemunho do jesuíta Luiz Figueira, que merecerá o destaque conferido adiante.

3.3 O DOCUMENTO MAIS ANTIGO EXISTENTE SOBRE A HISTÓRIA CEARENSE.

Idealizador e principal responsável pela realização das festas em homenagem aos três séculos da presença portuguesa no Ceará, coube ainda ao Barão de Studart a organização do “Livro do Tricentenário”, obra escrita para aquela ocasião, na qual se destacava a publicação do denominado documento mais antigo existente sobre a história cearense, sendo este o manuscrito produzido pelo jesuíta Luiz Figueira narrando sua malograda missão àquele lugar, junto a seu colega de ordem Francisco Pinto, no ano de 1607, registro adquirido por Studart numa de suas viagens à Europa, na busca por documentos sobre a história de sua terra.

Localizada a meio caminho entre Pernambuco e o Maranhão, distantes entre si trezentas e trinta léguas pela costa, a Capitania do Ceará não atraía o interesse português até o começo do século XVII e costumava servir como ponto de passagem entre os dois referidos centros.

Antônio Cardoso de Barros, donatário a quem coube essa terra quando, em 1534, a Metrópole repartiu a colônia em capitanias hereditárias, jamais esteve no Ceará, que permaneceu ignorado até o ano de 1603, quando ocorreu a incursão pioneira de Pero Coelho de Sousa, mais de cem anos depois, portanto, da chegada da frota de Pedro Álvares Cabral.

Seja por causa da hostilidade dos nativos ou pelas dificuldades de navegação na costa cearense, por conta dos ventos e correntes marítimas, que se tornavam muito adversos em determinada época do ano, prejudicando o deslocamento naval entre as citadas partes mais importantes da colônia, o que tínhamos, então, era um lugar que ainda não merecera destaque no âmbito da política colonial brasileira, tampouco na sua história, sendo essa história compreendida tal como se considerou na época de publicação do “Livro do Tricentenário”, ou seja, contada a partir da presença efetiva do elemento europeu.

Desse modo, o relato do padre Luiz Figueira era tomado, pelos historiadores cearenses do início do século XX, como o marco inicial de sua história, indicando a incorporação do Ceará no contexto da história nacional, ocorrida a partir do momento em que o colonizador português se fez presente em seu território.

Antes disso, esses autores consideravam que, habitando ali o nativo, “do viver quase animalizado”¹⁴⁵, tal como refere Pedro de Queiroz no artigo que abre o “Livro do Tricentenário”, ainda não haveria uma história para ser narrada. Assim, para Queiroz, “a conquista desligou-o do desconhecido e saindo desse ádito escuro, rumou o Ceará para a civilização”¹⁴⁶.

Dessa forma, indicava-se que somente a partir da presença portuguesa é que se considerava existir uma história cearense. O que havia antes era desconhecido, pois, a animalidade do nativo não lhe permitia registrar os fatos ocorridos. Assim, com a dita conquista, cujos momentos iniciais constam registrados no testemunho do padre Figueira, essa terra “deixava a escuridão”, como indica Queiroz, e passava a integrar, tal como ele assinala, a “civilização”.

O termo “civilização” era compreendido, pelos intelectuais cearenses do final do século XIX e começo do XX, como sinônimo do desenvolvimento social e cultural de um povo. Essa concepção derivava da influência das ideias do evolucionismo social, oriundas do filósofo britânico Herbert Spencer (1820-1903), e disseminadas no meio intelectual local, influenciando a criação de instituições culturais, como o Instituto do Ceará e a Academia Cearense, que tinham como missão o desenvolvimento local por meio de uma evolução, científica e cultural, que passava, dentre outras questões,

¹⁴⁵ QUEIROZ, 1903a, p. 5.

¹⁴⁶ Ibid., p. 10.

pelo conhecimento de sua história, possibilitando àquela sociedade, por conseguinte, almejar os foros de civilizada.

Os diferentes graus de desenvolvimento entre sociedades diversas, indicavam o nível de evolução de cada uma, ou seja, assinalando-se enquanto “civilizada” aquela considerada mais evoluída. Desse modo, o Ceará teria rumado para a civilização, tal como refere Pedro de Queiroz, apenas a partir da chegada do colonizador português, cuja sociedade, seguindo essa concepção, sendo mais evoluída que a indígena, era capaz de conduzir esse processo.

Quando comparado a outros Estados, que no início do século XX já possuíam sua história escrita, como Pernambuco e Rio de Janeiro, e considerando os diferentes graus de desenvolvimento social, podemos destacar o empenho dos intelectuais do Ceará em dotá-lo, finalmente, de uma história escrita, feito que se concretizava, em 1903, com a publicação do referido “Livro do Tricentenário”. Toda essa dedicação visava inserir sua terra no contexto das demais sociedades civilizadas, atingindo um nível cultural compatível.

Assim, partindo-se do pressuposto que a história cearense ainda não havia sido escrita e que, apenas os integrantes do Instituto do Ceará poderiam providenciar esse registro historiográfico, e tendo como pretexto as celebrações pelos três séculos da chegada do colonizador português, momento que, tal como compreendido na época, inseriu essa terra no âmbito da civilização, assim temos que, em 1903, a preocupação em buscar a civilização continuava pertinente, sendo dessa vez alcançada com a publicação da dita obra comemorativa pelo tricentenário da vinda dos conquistadores europeus.

Dessa maneira, o “Livro do Tricentenário” representava a edificação do grande edifício da história cearense. Assentando as bases dessa construção havia o indicado documento de autoria do padre Luiz Figueira, cuja antiguidade não era superada por nenhum outro registro referente a assuntos sobre o Ceará.

Assim, compreender como tal documento foi avaliado na obra do tricentenário, especificamente na análise que Studart faz do referido manuscrito de Figueira, nos possibilitará perceber os procedimentos historiográficos ali adotados, visando garantir ao que se escrevia a credibilidade e exatidão, que apenas poderiam ser obtidas tendo uma fonte privilegiada como aquela como base documental, a referendar tal narrativa. Para tanto, uma contextualização se faz necessária quanto ao dito testemunho e seu

autor, seguindo-se com as perspectivas suscitadas na apreciação, feita pelo Barão de Studart, no seu artigo acerca do citado relato do início do século XVII.

Sendo assim, indiquemos que a missão de Figueira partiu de Pernambuco, por via marítima, até o rio Jaguaribe, em janeiro de 1607. O restante do caminho seria percorrido a pé, de lá à Serra da Ibiapaba, e depois até o Maranhão, ponto final do trajeto, e lugar jamais alcançado, por haver o padre Francisco Pinto perdido a vida em um ataque de indígenas hostis naquela região serrana. Desse destino, escapou por pouco Luiz Figueira, podendo, no ano seguinte, e já de volta à Europa, registrar suas memórias, que no “Livro do Tricentenário” eram ressaltadas por serem o testemunho de quem vivenciou o que narrava.

Destaquemos que o manuscrito redigido em 1608 pelo citado padre tinha como destinatário o Prepósito-Geral da Companhia de Jesus¹⁴⁷, em Roma. Daí a inclusão de descrições variadas de aspectos geográficos e relativos aos habitantes das regiões percorridas, pois aquele relato destinava-se a alguém confrontado com uma realidade que desconhecia, tornando este, um documento historicamente valioso.

Capistrano de Abreu, em correspondência enviada ao Barão de Studart em que indicava haver recebido os trabalhos deste no “Livro do Tricentenário”, comentou que “a carta de Luiz Figueira é um dos escritos jesuíticos mais interessantes que tenho lido”¹⁴⁸.

Ainda considera Capistrano que “muito confirma ou acrescenta Figueira ao que sabíamos dos índios da língua geral”¹⁴⁹, sendo estes os nativos que predominavam nas áreas próximas ao litoral e que habitavam as terras percorridas pela comitiva dos dois jesuítas.

Desse modo, figuram no referido testemunho, por exemplo, indicações sobre a fertilidade da terra, os animais domesticados e acerca dos hábitos alimentares dos naturais dali, como ainda sua lida com os doentes, o receio que tinham dos trovões e raios, etc.

¹⁴⁷ Prepósito-Geral, ou Superior Geral, é o religioso, chefe hierárquico da Companhia de Jesus, ordem religiosa fundada no século XVI, com sede em Roma.

¹⁴⁸ Carta de Capistrano de Abreu enviada a Studart datada de 4 de setembro de 1903. In: RODRIGUES, José Honório (org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v. 1. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954, p. 160.

¹⁴⁹ ABREU, João Capistrano de. Tricentenário do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XVIII, 1904, p. 67.

Consta no relato de Figueira que sua missão partira “com a pretensão de pregar o evangelho àquela desemparada gentildade”¹⁵⁰. Além disso, a presença de corsários franceses naquele território, e sua influência perante os nativos, gerava preocupação na Coroa Portuguesa, o que a levou a promover aquela expedição, liderada pelos dois jesuítas, que percorreu a região da Ibiapaba, pouco mais de três anos após a incursão pioneira de Pero Coelho de Sousa.

Esta expedição, que atacou aldeamentos indígenas e promoveu a captura de grande número de nativos, escravizados e remetidos à Pernambuco e Bahia, tornava a missão dos mencionados padres ainda mais perigosa, conforme assinala Studart, no seguinte comentário: “o procedimento cruel de Pero Coelho não teve só o mau resultado imediato, antes penetrando-se a lembrança dele na memória dos índios, por longo tempo os trouxe alienados e esquivos”¹⁵¹.

Essa animosidade teria ocasionado, por fim, a agressividade dos indígenas, cuja consequência foi o martírio de Francisco Pinto, destino que, como mencionado, também quase recaiu sobre Luiz Figueira.

Portanto, é sobre a descrição de sua missão, ao mesmo tempo catequizadora e exploradora, de que trata o manuscrito do padre Luiz Figueira. E além de registrar sua própria experiência, e tendo percorrido o mesmo trajeto de Pero Coelho de Sousa, muitas são as referências que ali constam acerca dessa expedição que a precedeu, fornecendo, aos historiadores do início do século XX, informações acerca de lugares, datas, nomes e feitos referentes àquela primeira incursão ao território cearense que, então, também ficava esclarecida, graças àquele documento. Inclusive, aspectos que não alcançavam consenso entre os estudiosos do passado cearense, sendo motivo de polêmicas em certos debates, ficavam, assim, elucidados.

Um desses temas, que gerava divergências entre os historiadores locais, no começo do século XX, dizia respeito aos detalhes de como agiu Pero Coelho de Sousa com os nativos da região e quais os objetivos de sua missão.

Studart, referindo-se ao relato de Luiz Figueira, que considerava insuspeito, pela posição de seu autor, um padre jesuíta, tomava-o como verdade, ao endossar o

¹⁵⁰ FIGUEIRA, Luiz Padre. Relação do Maranhão. **COMEMORANDO o Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará**. 1603-1903. Fortaleza: Typ. Minerva, 1903, p. 93.

¹⁵¹ STUDART, Guilherme (Barão de). Francisco Pinto e Luiz Figueira: o mais antigo documento existente sobre a história do Ceará. **COMEMORANDO o Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará**. 1603-1903. Fortaleza: Typ. Minerva, 1903b, p. 74.

que nele constava acerca dos relatos colhidos junto aos indígenas, que descreviam seus temores e queixas sobre a tal incursão pioneira ao Ceará, de Pero Coelho de Sousa.

E, valendo-se do testemunho de Figueira, o Barão de Studart não só indicava o objetivo da expedição de Pero Coelho de Sousa, como também dava a entender os motivos que levaram os indígenas a se revoltarem contra os portugueses, quando afirmava que, o “fio principal foi o comércio ilícito da carne humana, o cativo do infeliz indígena”¹⁵².

Tal como uma espécie de diário, em que são anotadas as impressões sobre o lugar e sua gente, onde são narrados os percalços do caminho e a tensão presente em cada contato humano, temendo-se alguma recepção hostil, como ocorrido, de fato, na Ibiapaba, que resultou na morte de um e na fuga do outro jesuíta, o que temos é uma típica descrição de um viajante daqueles tempos, em que a terra a formar o Brasil ainda possuía pontos inexplorados e desconhecidos pelos portugueses, sendo essa a situação específica do litoral cearense e suas cercanias.

O Ceará, nesse testemunho, é meramente o cenário onde se desenrolam os acontecimentos ali descritos, pois o destino almejado pelos padres, como referido, era para além do ponto até onde conseguiram alcançar, cruzando a Serra da Ibiapaba e o rio Parnaíba, tanto que “Relação do Maranhão” é o título dado por Figueira a seu manuscrito, reforçando, assim, a perspectiva de que, até então, a terra cearense não despertava maiores interesses na Coroa Portuguesa. Contudo, como palco daquela trágica missão, daquela forma registrada pelo jesuíta, este produziu o marco que assinalava, por conseguinte, a inserção do Ceará na história colonial brasileira.

Assim, o manuscrito de Figueira, além de trazer anotações diversas e detalhes sobre os locais visitados e seus moradores, era destacado, no “Livro do Tricentenário”, como o documento que indicava o momento de inclusão do Ceará no contexto de uma história nacional, quando aquele lugar deixou de ser considerado como um ponto de passagem, entre Pernambuco e Maranhão, e foi integrado aos interesses políticos e econômicos da Coroa Portuguesa.

Para os historiadores cearenses do começo do século XX, tal como Studart, organizador da obra que celebrava os três séculos da presença portuguesa no Ceará,

¹⁵² STUDART, 1903b, p. 54-55.

o documento do padre Figueira, além da citada riqueza descritiva, possibilitava o início de uma contagem histórica que, chegando àquela cifra tricentenária, merecera todo o destaque conferido naquela obra comemorativa, produzida para aquela ocasião.

Em relação aos aspectos que possibilitaram a elaboração de seu manuscrito, assinalou Figueira que “tudo isso me consta por várias informações de índios que lá foram em vários tempos com quem falei, alguns dos quais afirmam o que viram, outros o que ouviram a seus parentes”¹⁵³, sendo isso o que faz de Figueira um observador privilegiado e um relator competente e autorizado aos olhos e juízo dos historiadores do início do século XX, pois o que relatava o jesuíta provinha de sua presença naquela região, quando foi, ao mesmo tempo, testemunha ocular e compilador dos fatos vividos e dos testemunhos colhidos a partir do contato com os nativos.

Desse modo, Capistrano de Abreu, como exemplo de historiador que no início do século XX corroborava e atestava a realidade da coisa passada, contida no relato de quem esteve nos locais de ocorrência do que descrevia, e rendendo homenagem ao registro de quase trezentos anos que então manuseava, escrevera: “abundam nas páginas de Luiz Figueira muitas cenas da vida real, que permitem perceber-se melhor o estado social e as condições psicológicas daquele gentio”¹⁵⁴.

Assim, referido documento, trazido a público pelo Barão de Studart no “Livro do Tricentenário”, merecia o destaque por conter notícias que, para um historiador da época, atestava a realidade dos fatos narrados.

Sob o ponto de vista de uma historiografia eurocêntrica, o dito gentio tinha sua história descrita a partir do que descrevera o padre Luiz Figueira e detalhes, sobre seus modos de vida, se tornavam conhecidos a partir da perspectiva do autor desse testemunho.

No âmbito das comemorações em homenagem aos três séculos da presença portuguesa no Ceará, compreensível era esse enquadramento, pois ali indicava-se que a história cearense, lembremos, tivera nesse tipo de contato, o ponto de partida de sua trajetória. Percurso histórico este que ganhava, com a publicação do “Livro do Tricentenário”, a partir das pretensões dos organizadores, a primeira representação escrita, suprimindo uma lacuna, até então anunciada pelos próprios historiadores da

¹⁵³ FIGUEIRA, 1903, p. 94-95.

¹⁵⁴ ABREU, 1904, p. 68-69.

época, de que o Ceará carecia de um registro historiográfico condizente com seu passado.

E para cumprir esse intento, conforme Capistrano de Abreu assinalara em outra ocasião, apenas um pesquisador reunia as condições exigidas, pois, dentre os sócios do Instituto do Ceará, “nenhum se avantajava ao Dr. Studart em dedicação à história do torrão natal”¹⁵⁵. Mas, além de empenho, outras características respaldavam-no nessa empresa: “pesquisas aturadas, viagens aquém e além-mar, cópias dispendiosíssimas quando ele não se pode extrair”¹⁵⁶, foram situações que permitiram ao Barão de Studart montar seu arquivo, no qual constava, obtido numa dessas viagens à Europa, o citado testemunho de Figueira.

No “Livro do Tricentenário”, o relato do padre Figueira vem disposto, na íntegra, conforme a escrita do século XVII, sendo antecedido por uma análise feita por Studart. Capistrano de Abreu, em artigo publicado na imprensa do Rio de Janeiro, e reeditado meses depois na revista do Instituto do Ceará, fez a seguinte indicação acerca dessa análise: “como costuma, o Barão de Studart precedeu a publicação deste documento de longo e suculto estudo, discutindo com sua competência e profundidade, conhecidas questões próxima ou remotamente anexas ao objeto principal”¹⁵⁷.

Desse modo, ao analisarmos a dita suculência histórica, contida na apreciação de Studart sobre o citado documento deixado pelo padre Figueira, podemos traçar um panorama, sobre o teor desse manuscrito, e as implicações e pretensões de quem o avaliara cientificamente, nele buscando extrair conteúdo, para dele empreender uma contextualização histórica sobre o passado cearense, enquadrada na cultura histórica que se buscava estabelecer, no começo do século XX, reverente ao passado e a ele referente, como modelo de civismo e conduta, além da valorização do conhecimento sobre questões relativas à vivência na época da chegada dos primeiros colonizadores portugueses.

Como discutido ao longo do tópico, Studart se valeu do manuscrito de Figueira como fonte privilegiada e, com a autoridade que lhe coube no seu manuseio, retificou incorreções e complementou informações provenientes do início do século XVII, numa perspectiva que tratava aquele documento, constantemente referido por sua condição

¹⁵⁵ ABREU, João Capistrano de. Sobre uma história do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XIII, 1899, p. 23.

¹⁵⁶ Loc. Cit.

¹⁵⁷ Id., 1904, p. 66.

de registro mais antigo sobre a história cearense, como algo que viabilizava o próprio trabalho do historiador, tal como vemos nessa sua consideração:

A história é assim mesmo que se faz e que se apura. Longos anos são narrados os fatos desta ou daquela forma até que do pó dos arquivos se desentranha um documento, que, merecedor de fé e bem interpretado, dá aos indivíduos e aos seus atos feição diferente daquela com que até então haviam sido encarados e julgados.¹⁵⁸

E era justamente isso que se propunha ali. E para se compreender essa feição diversa, o próprio Barão de Studart, alguns anos antes, numa de suas obras em que divulgava diversos documentos sobre a história do Ceará, fizera uma observação em relação à importância de um estudo prévio, que serviria para guiar o leitor pelo teor do que viria adiante, numa perspectiva que poderia ser aplicada, em sua análise, sobre o texto de Luiz Figueira:

Mas uma publicação de documentos, por mais interessantes que fossem, fazendo-se desacompanhada de considerações, de comentários, sem ligação, sem concatenação, iria constituir uma leitura enfadonha, convidativa apenas dos especialistas, dos amantes de antiguidades. Circunscrevia-se, portanto, a um pequeno número de pessoas.¹⁵⁹

E esse não era, pois, o objetivo que se esperava com o “Livro do Tricentenário”, ou seja, que apenas a um reduzido número de pessoas, ditas especialistas, tocasse aquela obra, pois sendo uma publicação pensada como um dos pontos altos de uma celebração cívica, a homenagear a data simbólica da chegada dos portugueses, tendo como modelo as comemorações pelo “descobrimento do Brasil”, como anteriormente analisado, o que se pretendia, então, era um alcance amplo, visando-se, inclusive, a distribuição, daquela obra, nas escolas públicas do Estado.

Desse modo, o que propunha o Barão de Studart era uma discussão inicial acerca do manuscrito do padre Figueira, a fim de se evitar uma mera sucessão de documentos antigos, sem ligação ou concatenação, como citado acima. Assim, agindo o historiador, com sua análise e discurso competentes, poderia o leitor usufruir de todas as informações históricas ali dispostas, enredando-as num contexto coerente.

Ao guiar o leitor por seu texto prévio, o autor contextualizava o cenário político e histórico da época, indicando alvarás e leis, citando personagens e feitos e referindo

¹⁵⁸ STUDART, 1903b, p. 77.

¹⁵⁹ Id. **Notas para a História do Ceará**: segunda metade do século XVIII. Lisboa: Typ. do Recreio, 1892, p. 507.

situações, nomes e datas que complementassem o manuscrito de Figueira, auxiliando na sua compreensão.

Assim, quando finalmente fosse conferir o documento original, do século XVII, o leitor estaria familiarizado com todos aqueles dados e informações, podendo tirar suas conclusões, que estariam, porém, repletas da opinião de Studart, tal como o fez, por exemplo, ao refutar, aos que não reconheciam a importância da ação dos jesuítas, entre os fatores presentes nos primórdios da civilização brasileira. Ali, o autor, católico fervoroso, demonstrava sua convicção, quando reduz tais críticas a um aspecto mais pessoal que científico: “pobre história por traz da qual se alaparda o ódio sectário”¹⁶⁰.

Studart, a par com as normas que recaíam a um historiador de seu tempo, e que escrevera, anos antes, um trabalho sobre a biografia de Martim Soares Moreno, indicando que “a história é a mestra da vida e sem documentos, merecedores de fé, não se arquiteta história alguma”¹⁶¹, se mostrava um autor preocupado com a crítica documental, e ao fazê-la, valendo-se dos registros que possuía em seus arquivos, os credibilizava, a fim de construir sua narrativa histórica, merecedora de fé, destacando a essencialidade de tal procedimento para a cultura histórica aplicada em sua época, sendo exemplificada, portanto, a partir de sua própria conduta.

Compreendemos cultura histórica considerando-se o entendimento assinalado pelo historiador alemão Jörn Rüsen, para quem essa perspectiva nos situa, enquanto sociedades históricas, no âmbito das experiências acumuladas no decorrer de nossas existências, sendo tais experiências consideradas como integrantes de um horizonte temporal comum, abarcando “da experiência do passado à expectativa de futuro”¹⁶², em uma lógica que forma sentido, e ganha forma, através e a partir da história. Assim, ao se comemorar o tricentenário cearense, era ao passado, trazido pelo testemunho de Luiz Figueira, que aqueles, que almejavam um futuro promissor, iam pagar tributo, como visto anteriormente.

Quanto a essa indicação de Rüsen, e no que diz respeito ao que aqui nos cabe, em referência ao dito documento mais antigo sobre a história cearense, destacamos a seguinte passagem, extraída deste autor contemporâneo, que enfatiza a relação estabelecida entre a experiência passada narrada e a consciência histórica que se

¹⁶⁰ STUDART, 1903b, p. 69.

¹⁶¹ Id. **Documentos para a biografia do fundador do Ceará**. Fortaleza: Typ. Studart, 1895a, p. III.

¹⁶² RÜSEN, 2015, p. 219.

busca, através dela, constituir: “uma narrativa mestra é um exemplo extraordinário do desempenho da cultura histórica”¹⁶³.

Assim sendo, é dessa maneira que o mencionado testemunho é apropriado por Studart e seus pares, indicando o momento em que o Ceará se fez presente na história colonial brasileira, dotando essa terra, portanto, de um passado, a partir do qual se poderia esperar pelo futuro, formatando-se, desse modo, uma perspectiva histórica completa, perspectiva contida no artigo que Studart produz, analisando o documento primordial de Figueira, e vertido, pelos contemporâneos e pósteros, como a narrativa mestra da história cearense, a merecer destaque na obra que, finalmente, dotava o Ceará com uma história escrita.

O manuscrito deixado pelo padre Figueira a seu superior de ordem, narrando suas venturas e desventuras pelo território da Capitania do Ceará, no início do século XVII, vinha precedido dessa análise histórica de Studart, autor do começo do século XX, considerado o mais preparado e competente entre os historiadores cearenses da época, tal como indicado por Capistrano, em referência anterior, e único, a quem a poderia recair a missão de escrever a narrativa mestra da história cearense.

Como costumava proceder em seus trabalhos históricos, o Barão demonstrava sua erudição, citando e retificando diversos autores que, anteriormente a ele, trataram do assunto ali abordado. Desse modo, nomes como os de Diogo de Campos Moreno e seu livro “Jornada do Maranhão”, Frei Vicente do Salvador e sua “História do Brasil” e os “Anais Históricos do Estado do Maranhão”, de Bernardo Pereira de Berredo, as duas primeiras obras do século XVII e a última do século XVIII, são mencionadas.

Tais autores e suas obras são referidos em diversos pontos do texto analítico de Studart, tal como vemos, por exemplo, quando o autor cearense trata do número exato de integrantes que contou a comitiva de Pero Coelho. Então, valendo-se de dois dos relatos indicados, ponderava o Barão que “um e outro, e nem podia deixar de ser assim, porque Berredo conheceu e manuseou largamente a Jornada do Maranhão, elevam o número dos companheiros de Pero Coelho a mais de 800”¹⁶⁴, para logo em seguida complementar: “são sempre as mesmas dúvidas sobre o número dos que se embarcaram em arriscadas empresas de navegação ou colonização”¹⁶⁵.

¹⁶³ RÜSEN, 2015, p. 227.

¹⁶⁴ STUDART, 1903b, p. 49.

¹⁶⁵ Loc. cit.

Studart, a seguir, tece comentários sobre algumas outras expedições, como a de Cristóvão Colombo, por exemplo, assinalando que, muitas vezes, quanto mais são os autores consultados, mais divergentes são os números encontrados, o que poderia explicar a inexatidão na contagem dos integrantes da expedição de Pero Coelho. Por fim, indicando outros autores e se valendo de informações do relato do padre Figueira, Studart estipula em menos de trezentos, 65 soldados e 200 índios, a contagem exata daquela comitiva que primeiro se aventurou pelo território cearense.

Demonstrava Studart, assim, sua maneira de proceder como historiador, pois não preocupava-se, apenas, em indicar o número exato do contingente que participou da expedição de Pero Coelho de Sousa, em 1603. Referia-se a documentos e citava a outros autores. Desse modo, elaborava ele uma análise que priorizava, sobretudo, a exatidão da informação assinalada e a correção da verdade histórica, que se obtinha a partir do manuseio dos documentos.

Na busca por essa verdade histórica, citava o Barão de Studart uma obra do século XIX, que trazia um capítulo tratando do Maranhão, do começo do século XVII, em que se mencionava o Ceará, mais especificamente, abordando a expedição de Pero Coelho de Sousa. Nesse livro, a “Corografia Brasílica”, de autoria de Manuel Ayres de Casal (1754-1821), algumas inconsistências são apontadas por Studart. Refutava ele, por exemplo, a versão acerca da existência de presídios na costa cearense, dos quais teria se valido Pero Coelho de Sousa para recrutar pessoas à sua missão.

Escreve Studart, então, o seguinte, sobre essa versão apresentada: “não há o que aproveitar em benefício da verdade”¹⁶⁶. E reforçava, na página seguinte, que essa informação não passava de “fruto da imaginação” do autor da referida Corografia, algo fora de cogitação para um historiador que, às fontes, buscava ser sempre fiel, pois somente nelas poderia obter a verdade.

Essa imaginação, no caso, teria sido usada, por Ayres de Casal, para suprir as lacunas que esse autor, pela falta de documentos, encontrou na confecção de seu livro. Algo que o Barão de Studart, escorado em documentos, como o manuscrito de Luiz Figueira, se via na obrigação de demonstrar e corrigir, cumprindo sua missão de historiador das coisas do Ceará.

¹⁶⁶ STUDART, 1903b, p. 49.

Assim, para um autor, como Studart, que depositava sua credibilidade nos tais registros merecedores de fé, ou seja, nos documentos, escrever algo que neles não estivesse contido, não era uma opção, tal como ele indicara, em relação a Ayres de Casal. E, assim, a não guiar-se pelos documentos, narrando apenas o que eles lhes permitiam contar, restava ao historiador, valer-se de sua imaginação, para preencher as lacunas, deixadas pela ausência das fontes.

Ainda prosseguindo na análise da “Corografia Brasílica”, Studart logo volta a desancar seu autor, contrapondo-se a ele, que denomina de “Jaguaribe” as terras da Capitania do Ceará, em referência a anotações sobre o século XVI. Studart refuta tal indicação, apontando, mais uma vez, a falta de documentos como responsável pelo erro de Ayres de Casal, indicando alguns registros que corroborem com sua correção, assinalando que:

Não sei por que se escreve que tinha o nome de Jaguaribe o território atualmente conhecido por Ceará, pois um e outro trecho de terra vejo bem discriminados nos documentos e nos autores e bem discriminadas as duas denominações desde Pero Coelho.¹⁶⁷

Desse modo, a imaginação não poderia suplantar a posse do documento, pois, se bem discriminada a informação, seja nas fontes ou em outros autores, estavam dispostos os materiais com os quais o historiador poderia desempenhar sua função de registrar o passado.

Assim sendo, aqui deixamos o Barão de Studart, e sua perspectiva de cultura histórica, que, dentre outras características, desmerecia a imaginação como subsídio para a escrita da história. Ou, posto de outra forma, valorizava o documento como única maneira de cumprir essa tarefa.

Os procedimentos de escrita da história, no Ceará do final do século XIX, como discutidos no presente capítulo, como também o faremos no próximo, requeriam do historiador, dentre outras exigências, como a anuência conferida pelo documento, que este se mantivesse distante daquilo que analisava, para que seu trabalho, enfim, não se “contaminasse” com a proximidade do fato e pela presença, na memória, daquilo que descrevia e buscava compreender, a fim de permitir, à história, seu pleno juízo e a aplicação de sua “justiça” e, ao historiador, sua imparcialidade.

¹⁶⁷ STUDART, 1903b, p. 50.

Sendo essa uma recomendação de método e conduta aos historiadores, que partia da instituição acadêmica responsável pela escrita da história oficial do Ceará, delas, dessa instituição e de sua narrativa oficial, buscaremos nos afastar, a fim de perceber outras formas de se registrar a história cearense nesse período, como ainda buscando referências a outros temas e autores.

Isso traz à baila, por exemplo, o tema da seca, assunto marcante na vivência local, na segunda metade do século XIX, e ainda pouco referido pela historiografia da época, surgindo como exceção Rodolfo Teófilo, cuja abordagem, inédita e original no Ceará sobre essa questão, será destacada na sequência do trabalho.

Suas análises, contidas em obras históricas e literárias, serviram como modelo aos estudiosos das questões de sua província, ainda no final do século XIX, quando a seca passa a ser abordada, primeiramente pela literatura, e depois, já nos primeiros anos do século seguinte, finalmente, também pela historiografia oficial.

Demonstrava-se, dessa maneira, que um autor, além dos mencionados Brígido, Pompeu e Alencar Araripe, refutados por Studart, ante a citada reduzida presença de documentos, que limitava seus estudos, já havia se dedicado a escrever uma história sobre o Ceará, antes mesmo da fundação de sua instituição histórica e da publicação do “Livro do Tricentenário”, no ano de 1903, apontado como o primeiro registro histórico condizente que esse lugar possuiu, tal como difundido pelo Instituto do Ceará e seus integrantes.

Sendo a seca o tema principal abordado por Rodolfo Teófilo, este seguiu por um caminho diferente de seus contemporâneos do Instituto do Ceará. Ele não buscou analisar às origens históricas cearenses ou compreender a evolução dessa sociedade no decorrer de seus três séculos de civilização, desde o marco inicial da colonização portuguesa.

Teófilo nos legou um registro histórico com características únicas, para sua época, abordando um tema específico. As análises feitas em sua obra visam descrever os acontecimentos relacionados à seca e seus efeitos no Ceará, do final do século XIX às duas primeiras décadas do século XX.

O fato de Rodolfo Teófilo também ter enverado pela literatura, ao tratar da seca no Ceará, talvez tenha levado a autores, como Studart, a não refutá-lo, tal como este o fez, com os três acima referidos, João Brígido, Senador Pompeu e Alencar Araripe.

Com imaginação, mas também com documentos, seja como for, fato é que não se pode tratar das normas e formas da escrita da história do Ceará, entre o final do século XIX e o início do XX, sem mencionar a Teófilo, além de Antônio Bezerra de Menezes, outro importante nome daquele período. Autores que serão analisados na sequência do trabalho, além de mais alguns, cujos temas referidos também não se adequavam às expectativas quanto a definição das origens históricas cearenses.

Ao contrário de Studart, que pregava, ao historiador, que deixasse de lado suas paixões e interesses quando se voltasse à análise histórica, devendo este ressaltar apenas o fato, seja qual fosse ou sobre quem (ou contra) fosse, com Teófilo veremos uma postura diferente, sendo esse um fator a mais a destacar a originalidade de sua obra e importância que ela teve no âmbito daquela cultura histórica.

4 A HISTÓRIA DA SECA E A SECA NA HISTÓRIA DO CEARÁ

A tradição sobre os acontecimentos de tão calamitoso tempo para a província do Ceará deve por certo assombrar as gerações futuras. Na história de cada povo há sempre uma página enegrecida pelo sofrimento; a geração que nos suceder terá de meditar sobre tamanha desgraça, procurará desviar-se do peso que nos esmagou, mas talvez embalde!¹⁶⁸

Compreendendo a história como uma narrativa, da qual a sociedade deveria tirar lições, que servissem para seu aprimoramento e desenvolvimento, o farmacêutico e escritor Rodolfo Marcos Teófilo (1853-1932) publicou, em 1884, a “História da Seca do Ceará”, que abordava a calamidade climática há pouco encerrada, indicada como uma página obscura da vida cearense e que, sendo legada a descrição de tamanha desgraça às gerações futuras, estas poderiam desviar-se do mesmo destino e evitar a repetição de todo aquele sofrimento.

Atuando diretamente, como farmacêutico, no auxílio às vítimas da seca que, iniciada em 1877, se estendeu até o começo de 1880, forçando milhares de sertanejos a buscarem socorro na capital cearense, Teófilo juntou documentos que, somados à sua própria vivência, resultaram na publicação, em 1884, dessa obra dedicada ao estudo da seca no Ceará. Antes dela, tratada como um assunto, dentre os demais, contido nas narrativas históricas até então disponíveis, com Teófilo, a seca é tornada tema principal e tomada como o ponto de inflexão da história cearense.

Essa obra analisava as estiagens ocorridas no século XIX, com ênfase na de 1877, e constatava que tal temática ainda não havia merecido o devido destaque no meio intelectual local, sendo essa, pois, na opinião do autor, uma questão séria e que precisava “ser estudada com muita calma e critério”¹⁶⁹. Assim, compreender esses procedimentos, sobretudo quanto aos critérios, torna-se o ponto inicial de nossas considerações sobre a escrita da história da seca no Ceará, no final do século XIX.

O critério histórico adotado por Teófilo, destacando a primazia do documento, chocava-se com a imparcialidade que se requeria do historiador, pois, tendo atuado na linha de frente dos esforços para minorar os efeitos da seca, entre a população de

¹⁶⁸ TEÓFILO, Rodolfo. **História da seca do Ceará (1877 a 1880)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922a, p. 138. Ressalte-se que a primeira edição dessa obra é de 1884.

¹⁶⁹ Ibid., p. 430.

Fortaleza, nativa e advinda do interior da província, o autor, por vezes, destacava sua opinião pessoal e, sem exaltação, não deixava de emitir suas opiniões e de proferir críticas sobre a atuação do poder público no combate à estiagem.

Além de Rodolfo Teófilo, outro nome importante no cenário intelectual local será abordado nesse capítulo, sendo este Antônio Bezerra de Menezes (1841-1921), autor que publicou, em 1889, um livro, com o título “Notas de Viagem”, resultado de uma missão oficial que percorreu a província, alguns anos antes, coletando dados em que constam diversas informações acerca dos lugares visitados, dentre os quais, vários relatos tratando da, então, seca mais recente e seus impactos na sociedade da época.

Enquanto na obra de Teófilo a temática principal vai ser a seca, derivando daí toda análise envolvendo aspectos sociais, políticos e econômicos do Ceará, no livro de Bezerra o tema surge, entrelaçado com a análise referente aos mesmos aspectos, relativos às localidades percorridas durante sua viagem. Nos dois livros, o que temos é a temática da seca sendo estudada, por intelectuais de destaque no contexto local, produzindo suas obras estando, ainda vivas, as lembranças da última estiagem.

Dessa forma, de maneira entrelaçada ou como temática principal, com Antônio Bezerra, Rodolfo Teófilo e demais autores que se dedicaram ao assunto, o que temos é a seca sendo destacada na história do Ceará, nos anos finais do século XIX. História que se escrevia, portanto, ainda antes da publicação do “Livro do Tricentenário”. Tais produções historiográficas tornam-se o objeto de nossa análise, que se inicia com os trabalhos de Bezerra e Teófilo, escritos enquanto a terra, “açoitada das calamidades da seca”¹⁷⁰, retinha, ainda muito viva, aquela memória.

E, além destas, indicaremos ainda outras versões sobre a escrita da história do Ceará, que receberam influência direta da obra de Teófilo sobre a seca, dando a esse assunto, ainda pouco discutido pela historiografia oficial, um inédito destaque.

4.1 A SECA DO CEARÁ, ENTRE NOTAS E UMA HISTÓRIA.

Começamos destacando a obra de Antônio Bezerra, que foi poeta, jornalista e historiador, com atuação destacada no âmbito intelectual cearense, entre as décadas

¹⁷⁰ BEZERRA, Antônio. **Notas de viagem**: parte do norte. Fortaleza: Typ. Econômica, 1889, p. 236.

finais do século XIX e iniciais do século XX. Membro do Instituto do Ceará, Academia Cearense, Padaria Espiritual, Clube Literário, dentre outras agremiações culturais de Fortaleza. Foi ainda uma das figuras principais da Sociedade Cearense Libertadora, participando ativamente do movimento abolicionista e da instalação da República no Ceará.

Entre os meses finais de 1884 e o começo de 1885, Antônio Bezerra chefiou uma comissão oficial que percorreu o norte do Ceará, objetivando fiscalizar coletorias municipais de impostos. Como chefe do setor de arrecadação do Tesouro Provincial, ao autor coube o comando da empreitada e, após cumprir sua obrigação fiscalizadora, aproveitou a situação para pesquisar fatos e cenários relativos aos lugares visitados, indicando a intenção de colher “os dados precisos que tornassem mais conhecida a província”¹⁷¹.

Relatos sobre essa jornada, sobretudo os referentes a aspectos históricos dos locais visitados, foram publicados, em formato de folhetim, no jornal “Constituição”, de Fortaleza, sendo posteriormente compilados, originando daí o livro “Notas de Viagem”, editado em 1889.

Dois anos antes disso, Bezerra esteve entre os doze intelectuais que fundaram o Instituto do Ceará, entidade que visava tornar conhecidas a história e a geografia da província. A semelhança nos objetivos dispostos, entre essa entidade, e aquilo que consta na obra de Bezerra, quanto a colher dados que tornassem mais conhecida sua terra, indica-nos a disposição do autor em efetivar a escrita da história cearense, a partir dos objetivos propostos e dos critérios instituídos por aquela instituição histórica, buscando informações sobre aquilo que deveria e merecia tornar-se conhecido.

Com a fundação do IHGB, no ano de 1838, e a posterior criação dos institutos históricos locais, ficaram definidas as normas acerca da produção do conhecimento histórico, cabendo a essas instituições formularem “os fundamentos de um sistema de investigação”¹⁷² historiográfico, conforme assinala José Honório Rodrigues, ao abordar as características da pesquisa histórica no Brasil no século XIX. Sistema este que preconizava a primazia do documento e pregava a imparcialidade do historiador como requisitos para sua atuação.

¹⁷¹ BEZERRA, 1889, p. 7.

¹⁷² RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1978, p. 41.

Assim, indicado o interesse, quanto a tornar conhecida a história cearense, e tendo os parâmetros para essa empreitada definidos pela instituição da qual fazia parte, o Instituto do Ceará, é que podemos classificar narrativas como aquela, produzida por Bezerra, no decorrer de sua viagem ao norte da então província, como de caráter historiográfico.

Como sócio do Instituto do Ceará, o autor seguia as diretrizes dessa instituição quanto à escrita da história. Essa entidade, por sua vez, conforme indica o historiador João Alfredo de Sousa Montenegro, “perfilhou o modelo historiográfico do IHGB”¹⁷³.

Montenegro, também pertencente ao Instituto e autor dedicado à análise da produção historiográfica local, observa que referido modelo consistiria no “rígido enlace entre narrativa histórica e documentação, entre escritos históricos e fontes primárias”¹⁷⁴, questões que Bezerra busca observar em seu livro, quando consulta documentos oficiais, sobretudo os que diziam respeito à missão de fiscalizar as coletorias de impostos. Mas, além disso, os destaques de suas “Notas de Viagem” são as diversas menções à relatos colhidos em cada localidade visitada.

Iniciando a empreitada em Fortaleza e rumando de barco, no sentido oeste, em direção à cidade de Camocim, distante pouco mais de trezentos quilômetros da capital cearense, a comissão, chefiada por Bezerra, dali adentrou o interior da província, seguindo o trajeto da Estrada de Ferro de Sobral, dela se afastando em determinadas ocasiões em que a coleta de dados, nos pontos mais afastados da via férrea, requeria uma incursão mais específica.

Os dados coletados nas localidades inspecionadas resultaram em um relatório, posteriormente submetido ao presidente da província. E cumprida a parte oficial da comissão, ajuntava o autor anotações sobre aspectos referentes ao modo de vida dos habitantes locais, como seus costumes, hábitos, crenças e memórias, fornecendo os subsídios para a escrita de sua obra.

Cabia a Antônio Bezerra a fiscalização das coletorias municipais, que desde a calamidade de 1877, não tinham recuperado sua capacidade de recolher os impostos¹⁷⁵. O exemplo da vila da Cachoeira indicia bem esse quadro, constatando o

¹⁷³ MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Historiografia do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003, p. 28.

¹⁷⁴ Id. O modelo historiográfico do Barão de Studart. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo CXIX, 2000, p. 59.

¹⁷⁵ Tal redução se devia à crise que atingiu a “indústria pastoril, que não tem tido o movimento que era de esperar, notadamente depois da seca de 3 anos que extinguiu muitas fazendas”. In: SILVA, José

autor que “antes da seca a arrecadação dos dízimos montava a soma de 14:000\$000 rs. Atualmente não atinge a 2:000\$000 rs”¹⁷⁶.

E, seguindo na dinâmica de sua escrita, na mesma página em que constava o dado sobre a arrecadação local, temos referidos os principais prédios públicos da vila. Sua data de criação e o resumo histórico de seu povoamento estão listados na página seguinte¹⁷⁷. E justificando toda a decadência da vila da Cachoeira, aparece a seca, indicada como causa direta de sua situação vigente: “seu comércio já foi florescente em tempos anteriores à calamidade de 1877; hoje pode-se dizer que renasce vagarosamente”¹⁷⁸.

Assim, à visão do funcionário público, responsável pela coleta de impostos, somava-se à perspectiva do historiador. Enquanto os números absolutos da coletoria da vila da Cachoeira indicavam uma drástica redução, explicada pelos prejuízos que a falta de chuvas ocasionou na pecuária local, o autor, apontando a causa direta disso, ou seja, a seca, vai além, em sua análise, indicando a influência desse fenômeno climático no reduzido desenvolvimento do comércio local, como ainda no ânimo geral dos moradores daquela localidade, que se recuperavam vagarosamente dos estragos há pouco sentidos.

Desse modo, tanto o trabalho do chefe do setor de arrecadação era efetivado, ao se indicar a causa direta da queda dos tributos, como também eram referidas as consequências históricas ali proporcionadas pela prolongada estiagem. A decadência da vila da Cachoeira, seus prédios abandonados, comércio minguante e o desânimo de sua gente, observados por Bezerra, complementavam o significado meramente numérico e numerário daquela situação.

A seca seria, portanto, a explicação objetiva quanto à diminuição na coleta de impostos. Contudo, justificaria também aspectos referentes ao desenrolar da história, como se pode constatar no trecho em que Bezerra faz referência à influência do dito fenômeno climático na degradação da condição humana, como na observação feita,

Ladislau Pereira da. Relatório do Tesouro Provincial do Ceará, em 25 de junho de 1885, p. 26. Anexo a: FALA COM QUE o Exm. Sr. Conselheiro Sinval Odorico de Moura, Presidente da Província do Ceará, dirigiu a respectiva Assembleia Legislativa no dia 2 de junho de 1885. Fortaleza: Typ. da Gazeta do Norte, 1885.

¹⁷⁶ BEZERRA, 1889, p. 206.

¹⁷⁷ Indica o autor que o povoamento da região dos Inhamuns, onde fica a vila da Cachoeira, data do começo do século XVIII. Quanto à fundação da vila, tal fato ocorreu no ano de 1802.

¹⁷⁸ BEZERRA, op. cit., p. 206.

acerca da localidade serrana de Ubajara, que sofrera os efeitos da leva de retirantes que para lá acorreu, buscando um refúgio mais salubre durante a grande calamidade:

Quero crer que em grande parte, é devido esse estado lastimoso ao elemento estranho que para a serra trouxe a seca de 1877, composto de homens sem princípios, sem dignidade, sem caráter, verdadeira massa flutuante, que aparecendo aqui, como na capital, deu mostras de sua miséria, do seu atraso, de sua depravação.¹⁷⁹

Tal visão depreciativa, apresentada pelo autor sobre aqueles homens afligidos pela seca, demonstra a perspectiva de que a história, que merecia ser conhecida, como indicava o Instituto do Ceará, não deveria ser aquela que, preferencialmente, abordava a miséria, o atraso e a depravação de seu próprio povo. Mas mesmo quando se tornava inevitável tratar do assunto, como na situação descrita acima, a redenção não seria impossível e o que se buscava enfatizar era a superação do sofrimento que, ao final de tudo, reforçaria uma visão positiva que se buscava construir.

Quanto a essa situação, Bezerra faz questão de salientar que “seja como for, acabrunhados pelas calamidades que tão desastradamente nos assolam, erguemo-nos de novo e dentro em pouco reconquistamos a posição perdida, se porventura a excedemos com mais ufanía”¹⁸⁰.

Ufanar-se pela terra natal é uma característica que vamos encontrar em vários discursos de Bezerra, como quando celebrou os três anos da libertação dos escravos na província do Ceará, em 1887, exclamando, ao final do texto, que: “se eu não fora cearense, quisera ser cearense!”¹⁸¹.

Essa característica também consta ressaltada no último trecho das “Notas de Viagem”, quando o autor, após meses de jornada pelo interior do Ceará, e avistando, do trem que o trazia de volta à capital, as localidades próximas e divisando, ao longe, os primeiros prédios da cidade de Fortaleza, assinalou o seguinte: “exclamei trêmulo de emoção e de contentamento: graças meu Deus, por que trago ainda vida para amar a minha terra e abraçar aos meus!”¹⁸².

Entretanto, nem mesmo esse amor declarado pela terra natal seria capaz de suplantar a requerida atitude do historiador, quanto a basear seu trabalho em critérios específicos, que enlaçassem sua narrativa à documentação consultada. E Bezerra

¹⁷⁹ BEZERRA, 1889, p. 122.

¹⁸⁰ Ibid., p. 341.

¹⁸¹ Id., Hourrah, Ceará! **Libertador**, Fortaleza, 25 mar. 1887, p. 2.

¹⁸² Id., 1889, p. 357.

assim o faz, ao mencionar, no prólogo de seu livro, logo após indicar sua intenção em recolher os dados precisos que visavam tornar conhecida a história da província, que:

Se o não consegui por aninhar-se qualquer inexatidão no que está descrito, deve ser atribuída a falta, não a mim, que procurei ser o mais fiel possível narrando os fatos, mas às pessoas, aliás de mais critério naquelas paragens, a quem recorri em casos tais¹⁸³.

Assim, justificava-se desde já o autor, indicando que, se incorreções houvesse, não seriam por sua culpa, pois teria atuado da maneira mais fiel possível, colhendo os fatos narrados pelos indivíduos de maior critério dos locais visitados. Desse modo, o critério que recaía sobre a elaboração da escrita histórica se estendia a consignar, enquanto fiéis, os relatos que poderiam ser utilizados pelo historiador, que na situação de Bezerra, tal fidelidade encontrava-se relacionada ao crédito concedido às pessoas tidas por ele, como as mais criteriosas encontradas nos lugares percorridos, no tempo de sua comissão fiscalizadora.

Dessa forma, Bezerra indicava seguir o “critério que exige a crítica histórica”¹⁸⁴, argumento utilizado por ele noutro trabalho, publicado na revista do Instituto do Ceará, em 1901, em que analisava criticamente a publicação de um colega, colocando-se na condição de que, enquanto agindo como historiador, não poderia, nem deveria, se eximir de abordar determinados temas, desde que devidamente documentados, como vemos no caso dos mencionados retirantes, na serra de Ubajara, em 1877, pois só assim, é que teríamos, de fato, conhecida a história cearense.

O propósito de tornar conhecida a história da província deve ser compreendido tanto em relação ao que deveria ser conhecido, quanto a quem se direcionava e para que serviria tal conhecimento. O caráter exemplar da história se faz presente em toda a obra de Bezerra e as lições que tal narrativa trazia, deveriam ser assimiladas por aquela sociedade que, afinal, almejava os foros de civilizada.

Assim sendo, ao tempo em que, nos estatutos do Instituto do Ceará, constava que a finalidade de tornar conhecida a história local visava concorrer para o desenvolvimento das letras e ciências locais, Bezerra indicava que sua intenção, ao publicar suas “Notas de Viagem”, seria “o de despertar entre os moços de minha terra

¹⁸³ BEZERRA, 1889, p. 7.

¹⁸⁴ Id. Algumas origens do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XV, 1901, p. 153.

o gosto das ciências naturais”¹⁸⁵, dentre as quais seriam incluídas a estatística e, por conseguinte, a história¹⁸⁶.

O formato dessa história, além do caráter exemplar de sua escrita, apresentava propósitos bem definidos. No caso de Antônio Bezerra, defensor da arborização e da construção de açudes como forma de atenuar os efeitos da seca, a referência à leva de retirantes que ocorreu à região serrana de Ubajara, ainda fértil, mesmo durante a estiagem, buscando escapar dos rigores da fome e sede, se insere como estratégia de defesa do plantio de árvores e da açudagem.

Assim, ao sentenciar que “açudes e arborizações é o que necessitamos como antídoto a devastação das secas tão fatais à província”¹⁸⁷, Bezerra considera que tal solução aliviaria a fatalidade, dissuadindo o emigrante a sair de sua terra, nos tempos de maior aflição.

O que se buscava evitar, em última instância, era o incômodo fluxo de “milhares de emigrantes que desciam do sertão acossados pela fome”¹⁸⁸ em direção às maiores cidades da província, sobretudo rumo a Fortaleza, em busca de socorros, situação tantas vezes presenciada nas cenas vistas durante a calamidade de 1877, a mais recente a flagelar a província, cujas lembranças deveriam ainda estar presentes na memória daqueles que viveram tudo aquilo, como no caso de Antônio Bezerra. Essa “massa flutuante”, designada como elemento estranho ao meio ocorrido, dava mostras da miséria, atraso e depravação que tanto devem ter penalizado e incomodado a Bezerra e a tantos outros habitantes da capital cearense durante o período da seca.

Integrante da Comissão de Socorros Públicos que atuou em Fortaleza durante os anos de estiagem, com a missão de organizar os esforços de combate aos efeitos da calamidade, Bezerra presenciou, *in loco*, diversas cenas que incutiram nele aquela opinião sobre os retirantes, que se amontoavam pela cidade, necessitando de auxílio para sobreviverem¹⁸⁹. Mas a degradação humana que ele apontava naqueles sujeitos desvalidos, tinha uma causa, que justificava toda aquela situação, qual seja, a seca.

¹⁸⁵ BEZERRA, 1889, p. 7.

¹⁸⁶ Para Bezerra (1889, p. 44), “a estatística é a história de uma nação escrupulosamente escrita por meio de números”. Assim, para o autor a estatística nada mais é que a história disposta em números.

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 338.

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 325.

¹⁸⁹ Noutra publicação, Bezerra considera que “descrever as ltuosas cenas dessa quadra de dores e agonias de uma população inteira, seria serviço superior à nossa capacidade. Perderam-se mais de trezentas mil vidas naquele período angustioso”. In: BEZERRA, Antônio. O Ceará e os cearenses. **Revista da Academia Cearense**, Fortaleza, tomo V, 1900, p. 170.

Assim, observava o autor que “suspendam-nos as secas, e teremos ocasião de mostrar que não nos deslumbra a prosperidade de povo algum por mais afortunado e mais favorecido da natureza”¹⁹⁰.

Como chefe do setor de arrecadação do tesouro provincial, Bezerra conhecia os dados sobre os impostos, que demonstravam a queda de arrecadação provocada pela seca. Mas, no seu caso, mais que ocasionar um problema financeiro pontual, a seca deveria ser compreendida como um fenômeno que atingia recorrentemente o Ceará, e as devidas implicações históricas quanto a esse problema se tornavam sua preocupação, como historiador. Assinalando ser “impossível acreditar que se possa reparar os defeitos que retardam o progresso da província”¹⁹¹, pois o principal defeito era a repetição das estiagens, o que ele buscava era, ao menos, indicar as possibilidades de uma digna convivência com esse fenômeno climático.

Tomada também como o grande embaraço ao desenvolvimento local, a seca foi referida por outro autor, contemporâneo de Antônio Bezerra, que tornou o assunto das estiagens o ponto central de suas análises acerca da situação do Ceará, sendo reconhecido, em sua época, como um homem dedicado, tanto na escrita, quanto em suas ações, a essa temática.

Referimo-nos a Rodolfo Teófilo, apresentado por Pedro de Queiroz, na resenha publicada na revista da Academia Cearense, em 1901, sobre a obra “Secas do Ceará”, lançada pelo autor nesse ano, como “o estudador do magno problema cearense”¹⁹², ali referido como o “historiador das secas” no Estado.

Rodolfo Teófilo, que, tal como Antônio Bezerra, integrou diversas instituições culturais de seu tempo, como o IHGB, do qual tornou-se sócio correspondente em 1890, tendo integrado, ainda, a Academia Cearense, a Padaria Espiritual e o Instituto do Ceará, teve destacada atuação nas ações de combate à seca junto aos retirantes, que lotavam as ruas de Fortaleza, fugidos da miséria do interior, tendo publicado, em 1884, o livro “História da Seca do Ceará”.

Nessa obra temos assinalado que “o estado de penúria a que a seca e a peste haviam reduzido o Ceará, tornava-se ainda mais digno de lástima pelo seu progresso

¹⁹⁰ BEZERRA, 1889, p. 341.

¹⁹¹ Ibid., p. 345.

¹⁹² QUEIROZ, Pedro de. Estudos literários: “Secas do Ceará” de Rodolfo Teófilo. **Revista da Academia Cearense**, Fortaleza, tomo VI, 1901, p. 173.

e desenvolvimento”¹⁹³. A lamentar-se, portanto, a seca, que retirava quaisquer expectativas de dias melhores.

Enquanto nas “Notas de Viagem”, de Bezerra, o tema da seca é abordado de forma complementar a outras circunstâncias sociais e históricas, no livro de Teófilo, dito fenômeno climático vai ser apontado como fator decisivo no transcorrer da história cearense, sendo que o impacto de tal calamidade independia da condição social do indivíduo, em maior ou menor escala, como nos relata o autor:

O rico temia o flagelo, receando perder seus capitais, amedrontava-se com a peste, companheira da seca. O pobre, o desventurado jornalista, acovardava-se ante a calamidade, aterrava-o a ideia de mendigar e de, morto à fome, ser tirado à vala comum.¹⁹⁴

Porém, antes de continuarmos tratando da referida obra de Teófilo, cabe indicar a repercussão que tal publicação obteve na imprensa local, destacando a resenha divulgada no *Libertador*, um dos mais importantes jornais de Fortaleza, que se refere à obra como “um livro importante”, tecendo elogios ao longo da análise. Tal resenha, além de tratar da importância do texto em si, nos fornece um interessante relato acerca da visão de como aquela sociedade compreendia a história e como sua atuação era defendida e embasada.

Assim, nessa análise da obra “História da Seca do Ceará”, além da menção ao livro, destacava-se a atuação do autor no cenário descrito, reforçando a condição de que, muito daquilo que figurava na narrativa, derivava de suas próprias experiências pessoais:

Rodolfo Teófilo esteve no teatro dos acontecimentos, no centro da ação da terrível calamidade; perscrutou, por assim dizer, todos os sentimentos; presenciou e sentiu todos os efeitos dessa catástrofe horrorosa.

Vem a propósito, dizer que estamos longe de concordar com aqueles que são de opinião de ter sido muito precoce o aparecimento da *História da Seca*, por existir a maior parte dos personagens, que representaram papel saliente nessa quadra de sofrimentos.

Em nada pode essa circunstância prejudicar o livro de Rodolfo Teófilo. Ao contrário, acreditamos que, para confirmar a autenticidade da história desse período calamitoso da província, a época, em que apareceu, foi a mais oportuna. Desse modo, o ilustre historiador facultou a todos o direito de contestarem-no, e estabeleceu assim o melhor meio de fazer-se a luz sobre todos os sucessos importantes

¹⁹³ TEÓFILO, 1922a, p. 332.

¹⁹⁴ Ibid., p. 77.

dessa quadra anormal, debastando o mais seguro caminho da verdade a futuros historiadores¹⁹⁵.

Enquanto alguns criticavam a obra, pela precocidade de seu lançamento, muito próximo ao fato analisado, alegando-se que a maioria dos personagens listados ainda estavam vivos, indicando a possibilidade de surgir algum inconveniente, prejudicando a pretendida imparcialidade do relato, o autor da análise acima¹⁹⁶ mostrava-se, porém, francamente favorável, demonstrando confiança na autenticidade dos fatos, conferida pela história, indicando que Teófilo abrisse a todos os envolvidos o direito à possíveis contestações, algo que poderia ser feito, como era o costume da época, pelas páginas dos periódicos locais, como no caso daquele próprio, que publicava aquela resenha elogiosa sobre “História da Seca do Ceará”.

Noutro trecho da resenha, temos as seguintes colocações, que ressaltam os fatos narrados na obra, que resistiriam até, ao passar do tempo:

As paixões e interesses dos coevos, por muito exaltados, que sejam, não podem obumbrar o clarão dos fatos, que se impõem com toda evidência, e constatados em face de documentos irrecusáveis. Tornar esses fatos conhecidos por meio da publicidade, estabelecer sobre eles a mais ampla discussão, de modo que fiquem inegáveis e irrefutáveis, resistindo ao perpassar dos tempos, e a outras modificações naturais, é antes razão para louvar, do que para lamentar.¹⁹⁷

Assim, o clarão dos fatos, anotados em detalhes por quem esteve no teatro dos acontecimentos, se imporia como evidência, tal como se esperava de um trabalho historiográfico, estando embasado em documentos, ditos irrecusáveis. Além disso, a intenção, de tornar tais fatos conhecidos, é ressaltada. Quanto a torná-los inegáveis e irrefutáveis, caberia ao trabalho criterioso do historiador, e sua lida com as fontes, fazê-lo.

E no mesmo jornal *Libertador*, nos primeiros dias do mês de abril de 1884, encontramos inserções anunciando que “História da Seca do Ceará” estava “a sair do prelo”. E ao final do mesmo mês, dito livro era publicado, anunciado, ao longo de várias semanas, com todo destaque, logo na primeira página, da seguinte forma, no referido periódico:

¹⁹⁵ UM LIVRO importante. **Libertador**, Fortaleza, 30 ago. 1884, p. 1.

¹⁹⁶ Sem autoria indicada, supomos ser Antônio Bezerra o responsável pela resenha em questão, pois além de fazer parte de diversas associações culturais juntamente com Teófilo, Bezerra era um dos redatores do *Libertador*.

¹⁹⁷ UM LIVRO, 1884, p. 1.

Recorte 3 – Anúncio da obra História da Seca do Ceará, de Rodolfo Teófilo

HISTORIA DA SECCA

DO

CEARA'.

Illustrada com finissimas gravuras, contendo mais de 500 paginas.

Discripção completa do terrivel flagelo da sec-
ca com todos os seus horrores, assassinatos, roubos,
salteadores, pestes, crimes, factos horrendos de
antopophragia, mortes pela fome, victimas de mor-
cegos, creanças devoradas vivas pelos urubús, em-
fim uma narrativa completa e minuciosa dos fac-
tas que se deram durante os trez longos annos de
calamidade.

As gravuras representam os retirantes, verda-
deiros esqueletos animados, no estado de inimação
em que chegavam a capital. As estampas de fino
colorido, são copias fieis das plantas, de que os
famintos se alimentavam. Entre ellas a lethal
mucunã.

A' venda na pharmacia de RODOLPHO THEO-
PHILO & C.*

Fonte: Jornal Libertador, Fortaleza, 28 abr. 1884, p. 1.

Apresentado quase como um romance, talvez por indicação do próprio Teófilo, a obra prometia uma descrição completa dos horrores, assassinatos, pestes e crimes, além de mencionar horrendos casos de antropofagia¹⁹⁸, que teriam ocorrido ao longo dos três anos de seca. O destaque conferido às “estampas de fino colorido”¹⁹⁹, que ornavam a obra, enfatiza a preocupação em expor as qualidades do produto, fazendo com que os interessados comprassem o livro, tanto pela capa (assunto), como pelo conteúdo e qualidade de sua impressão.

¹⁹⁸ Apesar de toda promessa, as descrições de canibalismos surgem apenas em dois trechos da obra, e mesmo assim de forma pouco descritiva. Numa dessas menções, afirma-se que: “não poucos foram os atos de canibalismo praticados por lavradores, até mesmo nas vizinhanças da capital”. In: TEÓFILO, 1922a, p. 98. Já o assunto referente às crianças “devoradas por urubus”, sequer surge no livro.

¹⁹⁹ De fato, diversas estampas da flora cearense ornam a obra, além de diversos gráficos e tabelas que auxiliam o autor na argumentação de sua escrita.

Quanto às referidas gravuras que representavam os retirantes, tidos como “verdadeiros esqueletos animados”, essas traziam a representação visual daquilo, há poucos anos, presenciado diretamente pelos habitantes de Fortaleza. Assim, o que outrora se conheceu presencialmente, agora se encontrava disposto num livro:

Gravuras 1 e 2 – Imagens de retirantes pelas ruas de Fortaleza



*ESTA GRAVURA E' COPIA FIEL DO ORIGINAL.
CENTENAS DE INDIVIDUOS COMO ESTE. VAGAVAM
PELAS RUAS DE FORTALEZA*

Fonte: TEÓFILO, 1922a, respectivamente páginas 113 e 153.

Assim, buscava também o autor retratar visualmente no seu livro a realidade ali descrita: “era um quadro sombrio uma caravana de retirantes. Verdadeiros esqueletos animados, com a pele enegrecida pelo pó das estradas e colada aos ossos, estendiam a mão descarnada pedindo esmola a todos que encontravam. Fazia dó vê-los”²⁰⁰. A prometida narrativa, completa e minuciosa dos fatos, que se desenrolaram ao longo dos três anos de estiagem, era baseada, conforme assinalava Teófilo, na exposição detalhada de numerosos documentos coletados. O autor acreditava, dessa maneira, haver cumprido “o sagrado dever de historiar os fatos com toda a imparcialidade”²⁰¹.

À imparcialidade requerida juntava-se a lida com os documentos, compondo o criterioso trabalho (dito sagrado pelo autor) que competia ao historiador dessa época.

²⁰⁰ TEÓFILO, 1922a, p. 97.

²⁰¹ Ibid., p. 214.

Sobre esse trato documental, um bom exemplo nos fornece Rodolfo Teófilo, quando menciona o envio, ao governo provincial, em 1882, de um requerimento, a fim de obter subsídios para sua obra, que já se encontrava em processo de elaboração:

Requerimentos: Rodolfo Marcos Teófilo, pedindo que lhe sejam fornecidos diversos documentos de que precisa para completar uma memória que escreveu sobre a seca do Ceará de 1877 a 1879, assim como o nome dos emigrantes embarcados em 1878 na barca 'Laura', naufragada nos mares do Pará.²⁰²

Ao requerimento apresentado, logo se seguia o ofício deferindo a solicitação: “requeira por certidão as peças que lhe convier”²⁰³. E, tendo em mãos Teófilo os dados de que necessitava para a elaboração de seu trabalho, nele vamos encontrar a devida menção à embarcação Laura e seu citado naufrágio, porém, sem constarem os nomes dos emigrantes embarcados, tal como previamente solicitado. Não por omissão do autor, diga-se, mas por uma denunciada inoperância das autoridades responsáveis, situação assim indicada por Teófilo:

Já não eram somente nos vapores que tocavam na Fortaleza, Aracati, Acaraú, Granja e Mundaú que saíam os retirantes; até nos navios que se retiravam sem lastro, embarcavam-se as vítimas da seca!

Foi assim que, a 20 de abril [de 1878], a barca portuguesa *Laura*, tendo de se retirar sem carga, fez provisão de trezentos cearenses, a fim de sacudi-los nas ruas da capital do Pará. Graves acusações se fizeram à comissão de emigração, logo que o navio largou, porquanto, além de mal tripulado, o piloto não conhecia a costa. Agouravam mal da viagem. A fatalidade pesava sempre sobre o Ceará. Passados alguns dias, se confirmavam as previsões com a notícia do naufrágio da *Laura*, a 27, na altura do farol das Salinas, nos mares do Pará, perecendo 170 pessoas! Mais graves acusações se levantaram ainda contra a referida comissão, que havia deixado de tomar os nomes dos passageiros saídos naquele navio!²⁰⁴

Para quem se via “historiando os fatos com a imparcialidade que nos impõem o dever e o critério”²⁰⁵, Teófilo exemplifica bem a condição de que, tornar conhecida a história do Ceará, requeria o dever da imparcialidade conjugado ao critério indicado pelos documentos. Porém, a dificuldade na obtenção de dados que subsidiassem a pesquisa seria um problema recorrente, retratado pelo autor da seguinte maneira:

Trabalho árduo e enfadonho, uma vez que se opunha à nossa solicitude a má vontade dos funcionários, sob cuja guarda estavam os documentos de que necessitávamos. Muitos tivemos de lutar. Não

²⁰² DESPACHOS de ofícios: requerimentos. **Cearense**, Fortaleza, 16 set. 1882, p. 1.

²⁰³ Loc. cit.

²⁰⁴ TEÓFILO, 1922a, p. 191.

²⁰⁵ Ibid., p. 389.

sabemos se mais nos embaraçava a deficiência dos dados precisos ou se a morosidade dos empregados de algumas repartições públicas em satisfazer nossos pedidos.²⁰⁶

Assim, como se escreve a história sem documentos? Teófilo, já no século XIX, sabia da impossibilidade disso. No seu caso, diante dos documentos, mas também de suas observações, tal conhecimento resultava em proposições diretas relativas ao dia a dia, feitas com a autoridade de quem havia se dedicado ao assunto: “a última seca, que foi por nós estudada em todas as suas fases, nos ensinou o que convém para minorar os efeitos desastrosos do flagelo”²⁰⁷.

E esses ensinamentos surgem em vários trechos de seu livro. Seja propondo a construção de açudes ou incentivando o plantio massivo de árvores, o autor, que se declarava como alguém que estudou o fenômeno em todas as suas fases, não se furtava em dotar sua obra com esse caráter professoral, muitas vezes direcionado ao poder público, indicando-se, por exemplo, as falhas quanto à aplicação das verbas de socorro aos retirantes amontoados na periferia de Fortaleza.

Munido com as informações e dados dos relatórios emitidos pela Comissão de Socorros Públicos, que relatavam o número de flagelados alocados em cada área que concentrava esse contingente, Teófilo conferia a veracidade dessas informações e a aplicação desses recursos, e não raro, indicava discrepâncias e inconsistências entre o relatório e a realidade por ele presenciada. Assim, à sua maneira, o autor realizava uma crítica documental, referendando, em sua obra, tanto o que lhes mostravam as fontes oficiais, como àquilo que confirmavam suas próprias observações.

As indicações que Teófilo fazia e as objeções que lançava à atuação do poder público consistem nas maiores críticas que sua obra recebeu, ainda no final do século XIX. Aos detalhes da seca e à descrição de seus horrores, documentados pela ação do historiador, seguiam-se as ditas indicações e objeções por ele proferidas, que, aos olhos de quem se propunha a escrever a história cearense naquele período, excediam as obrigações de qualquer historiador.

Rodolfo Teófilo não apenas descreveu a seca. Ela a vivenciou ativamente. Seja atuando como farmacêutico, produzindo, ele próprio, uma vacina a combater a varíola, a qual foi pessoalmente aplicar, adentrando aos lugares mais insalubres, ou então, agindo como um crítico contumaz da inoperância do poder público. Sobre a produção

²⁰⁶ TEÓFILO, 1922a, p. 395.

²⁰⁷ Ibid., p. 418.

da vacina, após entrar em contato com o diretor do Instituto Vacinogênico, do Rio de Janeiro, Teófilo para lá se dirigiu, tendo sido admitido naquela entidade, indicando que lá “tive a fortuna de ser tratado com particular cortesia”²⁰⁸. Sobre sua estadia naquela instituição e seu aprendizado, assim tratou o autor:

Já conhecia o processo da vacina animal, tanto que em duas sessões fiquei sabendo praticamente o método de cultura daquela vacina. Estava, portanto, habilitado a levar para o Ceará esse benefício, uma vez que o governo disso não cogitava.

Muni-me dos instrumentos indispensáveis àquele serviço, fiz aquisição de vitelos torinos [bois que se encontram com idade de 1 a 6 meses], porque no Ceará não os encontraria, e o nosso gado não se presta bem à vacinação, e embarquei para Fortaleza.²⁰⁹

Em suma, a obra de Teófilo sobre a seca, escrita ainda antes da fundação do Instituto do Ceará, em 1887, agremiação da qual tomaria parte, como sócio efetivo, a partir de 1912, põe por terra a versão, dali mesmo propagada, de que o Ceará somente contou com sua história escrita, a partir do surgimento dessa instituição. Ou, dito de outra forma, talvez a história que o autor escrevia não acedesse à condição de obra historiográfica condizente com as expectativas do Instituto do Ceará e da maioria de seus membros.

Desse modo, a primazia do citado “Livro do Tricentenário”, apontado, tal como discutido no capítulo anterior, como a primeira consumação de uma história escrita sobre o Ceará, pode ser relativizada, perante outros registros, como os de Bezerra e Teófilo, dentre outros, que o precederam. Quanto à obra deste último autor referido, ainda temos alguns pontos a tratar, conforme faremos a seguir.

4.2 A PROPÓSITO DE MAIS ALGUMAS HISTÓRIAS SOBRE A SECA, NO CEARÁ.

Talvez não haja outro autor tão apropriado para se consultar quando o assunto são as secas que assolaram o Ceará, entre as décadas finais do século XIX e as duas primeiras do século XX, que Rodolfo Teófilo. Com participação em diversas entidades culturais de Fortaleza no período, ingressou como sócio correspondente do IHGB em

²⁰⁸ TEÓFILO, Rodolfo. **Variola e vacinação no Ceará**. Fortaleza: Typ. do Jornal do Ceará, 1904, p. 71.

²⁰⁹ Loc. cit.

1890, a partir do reconhecimento conferido à sua obra “História da Seca do Ceará”, publicada em 1884.

Sobre autor e livro, se referiu da seguinte forma o orador daquela instituição dedicada à história nacional: “bela obra do Sr. Rodolfo Teófilo, o historiador exato e minucioso das misérias daquele triste período, guia seguro e imparcial”²¹⁰.

O reconhecimento alcançado por essa obra, que obteve repercussão nacional, pouco tempo após sua publicação, por abordar a devastadora seca que afligiu o Ceará entre 1877 e 1879, pode ser atribuído, em grande parte, ao interesse em se conhecer a história daquele triste período, cujas imagens e narrativas, reportadas pela imprensa da época, Brasil afora, estando ainda vivas na memória coletiva de muitos, se faziam impressas naquele guia, referido como seguro e imparcial por Alfredo Taunay, orador do IHGB, na sessão que celebrava o aniversário da entidade, em 1888, demonstrando que, Teófilo e sua obra, já eram ali conhecidos e reconhecidos.

Primeira produção historiográfica publicada, em terras cearenses, dedicada especificamente ao estudo de tal fenômeno climático²¹¹, “História da Seca do Ceará” partia das observações coletadas por Rodolfo Teófilo durante os anos de estiagem, encerrada apenas quatro anos antes da publicação do referido livro.

Sobre o autor, se escreveria tempos depois na imprensa carioca, tratar-se de alguém que “só descreve o que viu e conhece muito bem. As descrições de sua pena são vivas e fortes”²¹². Vivacidade que se coadunava ao disposto acima, quando temos Teófilo indicado como historiador exato e minucioso.

A receptividade do mencionado livro foi positiva, tanto no Ceará como na Corte. Como indicado acima, essa foi “a obra que serviu de título de entrada”²¹³ de Rodolfo Teófilo ao IHGB. E ainda no Rio de Janeiro, o engenheiro cearense Álvaro Joaquim

²¹⁰ TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. Discurso proferido na sessão magna aniversária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 15 de dezembro de 1888. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, tomo LI, parte II, 1888, p. 372.

²¹¹ O Senador Pompeu publicara, em 1877, ano de seu falecimento, um pequeno livro acerca do tema, obra referenciada por Rodolfo Teófilo. Tratava-se, contudo, de um estudo sobre o clima e as secas, ali listadas por ocorrência, desde o primeiro registro, ainda no século XVII, em que os dados pluviométricos são destacados, sendo uma obra mais de caráter geográfico, área em que seu autor se destacava. Cf. BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Memória sobre o clima e secas do Ceará**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877.

²¹² ORDEM do dia. **A Notícia**, Rio de Janeiro, 27 jan. 1910, p. 1.

²¹³ SESSÃO Magna comemorativa do 94º aniversário de fundação do IHGB. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 166, 1932, p. 751.

de Oliveira (1840-1922), ali radicado há vários anos, publicou a seguinte resenha acerca do referido trabalho:

Uma vez começada a leitura da obra, é tal o interesse que despertam todas as páginas, que há de ser levada ao termo. Quadros desoladores se desdobram a cada passo; assiste-se aos sofrimentos sem nome de um povo inteiro em luta com a fome, com a peste, com a perversidade de alguns homens, cujos maus instintos parecem entrar em fermentação nas épocas calamitosas; e quando o espírito inquire, admirado, como é possível suportar tantas desgraças, prestes contempla novas cenas ainda mais cruciantes...²¹⁴

Indique-se que Rodolfo Teófilo divide sua “História da Seca do Ceará” em cinco partes, sendo que na primeira, conforme indicado pelo resenhista acima, temos “uma excelente notícia sobre a geografia, geologia, climatologia da província e sobre as indústrias ali exploradas, fornecendo preciosos dados relativamente a todas elas e ao comércio, e bem assim à população, divisão da província e à instrução pública”²¹⁵.

Após essa contextualização, com influência direta dos trabalhos geográficos do Senador Pompeu²¹⁶, as quatro seções seguintes são assinaladas de acordo com um ano específico da seca, de 1877 a 1880, sendo que as seções referentes aos anos de 1877, 1878 e 1879 se dividem em treze capítulos, cada qual relativo a um mês do ano, com um último capítulo a título de resumo. Assim, no item referente ao mês de janeiro de 1877, o assunto sobre a falta de chuvas era retratado da seguinte forma:

Em princípio de 1877, no litoral e no sertão grande número de roçados estavam prontos para receber as sementes quando caíssem as chuvas. O inverno de 1876 havia sido escasso e o verão pouco chuvoso, dando-se por isso grande mortandade nos gados.

Os criadores, sempre esquecidos dos prejuízos de quase todos os anos, não cuidam em se precaver contra os prolongados verões; se os meios de que dispõem são insuficientes para reagir contra os *veranicos*, que dizimam os gados, o que podem eles em face do grande flagelo de uma seca?²¹⁷

Cognominado por seus contemporâneos como o “historiador da seca”, da vasta produção de Rodolfo Teófilo podemos ainda mencionar: “Secas do Ceará: segunda metade do século XIX” (1901); como também “Seca de 1915” e “Seca de 1919”,

²¹⁴ OLIVEIRA, Álvaro Joaquim de. A propósito da História da Seca do Ceará (1877-1880). **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 9 jun. 1884, p. 2.

²¹⁵ OLIVEIRA, 1884, p. 2.

²¹⁶ O Senador Pompeu divide seu trabalho mais relevante, os “Ensaio estatísticos da Província do Ceará”, editado em dois tomos, entre 1863 e 1864, também em seções, no caso, em quatro partes, sendo a primeira dedicada à descrição física da província e a segunda aos aspectos populacionais do lugar.

²¹⁷ TEÓFILO, 1922a, p. 72.

ambos editados no ano de 1922. Além desses trabalhos de cunho historiográfico, o autor tornou o tema das estiagens o ponto principal de outras obras suas, de caráter ficcional, como os romances “A Fome” (1890), “Os Brilhantes” (1895) e “O Paroara” (1899), produções que serão abordados mais adiante nesse trabalho.

Ocorreram as seguintes estiagens durante o período em que Teófilo se dedicou ao estudo do problema: 1877 a 1879, 1888 a 1889, 1898, 1900, 1915 e 1919, além daquelas indicadas como parciais. Fazendo questão de assinalar ter sido “testemunha ocular de todas essas secas”²¹⁸, o autor torna-se referência para todos que buscam analisar as implicações do dito problema climático na vida da população cearense.

Indicando sempre cumprir “o sagrado dever de historiar os fatos com toda a imparcialidade”²¹⁹, Teófilo não se eximia de proferir críticas, indicando ainda falhas e propondo soluções, acerca da atuação dos poderes públicos no combate aos efeitos das recorrentes calamidades climáticas que atingiam o Ceará.

As críticas que Teófilo fazia à atuação governamental no combate à estiagem levaram-no a considerar que “a política nos tem sido nefasta em todas as secas historiadas”²²⁰. Segundo o autor, diante da urgência do problema climático, medidas imediatas quanto ao socorro dos flagelados eram providenciadas, como alimentação e abrigo. Contudo, tão logo superada a crise, ações que poderiam preparar o Ceará a se precaver, de forma adequada e duradoura, para enfrentar as secas seguintes, como a construção de açudes, não eram levadas adiante.

Tal perspectiva de precaução quanto ao futuro era anotada no livro lançado em 1884, quando ali se afirma que a seca “deveria ser encarada como questão muito grave, que reclamava sérias medidas, muita meditação e muita prudência”²²¹. As ditas medidas reclamadas, como também toda a meditação e prudência, deveriam ser adotadas pela população, de modo geral, mas principalmente pelos poderes públicos constituídos.

De acordo com o autor, tão logo o sofrimento imposto pela seca dava lugar ao alívio proporcionado pelo retorno das chuvas, a gravidade do problema era esquecida e as medidas que poderiam minorar o vindouro sofrimento, que por certo chegaria,

²¹⁸ TEÓFILO, Rodolfo. **Secas do Ceará**: segunda metade do século XIX. Fortaleza: Atelier Louis, 1901, p. 10

²¹⁹ Id., 1922a, p. 214.

²²⁰ TEÓFILO, 1901, p. 240.

²²¹ Id., 1922a, p. 323.

cedo ou tarde, eram deixadas de lado, bem como qualquer meditação e prudência, reforçando sua descrença quanto às lições que poderiam ser deixadas pela história.

Quase ao término do livro, numa parte intitulada “medidas sobre as secas do Ceará”, o autor elenca algumas ações que deveriam ser tomadas pelo poder público, a fim de minorar os problemas que as secas seguintes poderiam causar. Dentre tais indicações, temos a sugestão da construção de reservatórios para captação de água, de grandes açudes a pequenas cisternas, como ainda a construção de celeiros e a rearborização de regiões degradadas pela agricultura.

Outro ponto sugerido por Rodolfo Teófilo dizia respeito ao incentivo à indústria fabril, até então irrelevante na província, pois sua falta era “o tropeço invencível que se alevantará para impedir que descubramos os meios de subsistência para os mal-aventurados cearenses no período de secas”²²². Nesses pontos todos, mais uma vez, a requerida imparcialidade do historiador, que deveria restringir sua fala ao que lhe permitiam os documentos, dava lugar ao estudioso, que não se furtava de emitir suas opiniões.

Em todas as estiagens analisadas, observa Teófilo que as pessoas eram pegas de surpresa, não tendo elas de maneira alguma se preparado minimamente para os percalços que, sabiam-no, chegavam junto ao período de seca. A mesma maneira imprevidente de agir recaía sobre os governos, tanto no âmbito local como no contexto nacional, que se limitavam a acudir os necessitados no decorrer da calamidade, mas que deixavam de adotar medidas eficazes e perenes que dirimissem os problemas quando ocorresse outra intempérie.

Observa o autor, em referência à seca ocorrida em 1915, que “durante as secas passadas, gastou-se grande soma, perderam-se milhares de vidas e nada ficou que pudesse atenuar os efeitos do futuro flagelo”²²³.

E assim, seguiria a vida, até que um período de estio voltasse a afligir o Ceará. Essas atitudes de descaso estão retratadas por Teófilo em seus livros, seca após seca, dele merecendo as críticas de quem presenciava a repetição daquela situação calamitosa, que apesar de provocar fome, morte e emigração, parecia não conseguir mudar a maneira imprevidente de como se lidava com referido fenômeno²²⁴.

²²² TEÓFILO, 1922a, p. 423.

²²³ Id. **A seca de 1915**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922b, p. 119.

²²⁴ O autor dedica um capítulo a essa questão numa obra publicada no ano de 1919. Intitulado justamente de “A Imprevidência do Cearense”, Teófilo assinala que “não há gente mais imprevidente

Era esse o principal ponto de crítica do autor, como ainda seu maior lamento. Para Teófilo, “o que poderia auxiliar energicamente o homem no sentido de atenuar os efeitos da seca, o que poderia orientá-lo nas providências a tomar, era a história das secas anteriores e esta infelizmente não havia ficado”²²⁵.

Desse modo, a história era ressaltada por Rodolfo Teófilo, para além do registro das meras coisas passadas, mais pela importância que seu caráter exemplar poderia trazer ao homem daquele tempo, que, provido com esse conhecimento minucioso do passado, marcado pelas agruras da seca, poderia de lá tirar lições, a fim de se evitar a repetição de todo o sofrimento e angústias. O pessimismo, todavia, escancarado pelo autor ao lamentar que, das lições que sua obra poderia induzir, nada havia ficado, ressaltava que, da história e seus exemplos pretéritos, pouco aprendido, de fato, se tirava.

Teófilo, como referido acima, integrou diversas entidades culturais da cidade de Fortaleza, inclusive o Instituto do Ceará. Porém, ali adentrou tardiamente, somente em 1912, o que demonstra que, apesar de ser sócio correspondente do IHGB, desde 1890, aquele autor, e seu tema dileto de pesquisa, a seca, ficaram relegados a uma condição secundária no contexto da mencionada instituição histórica local, o que nos diz mais sobre o Instituto do que acerca de Teófilo.

Cabendo ao Instituto a missão de tornar conhecida a história cearense, era de lá que deveriam partir os registros historiográficos sobre essa terra, questão que se consumaria em 1903, com a publicação do referido “Livro do Tricentenário”. Assim, a produção historiográfica de Teófilo é colocada à parte no cenário acadêmico cearense do final do século XIX.

A história da seca merecia ser estudada, sendo necessário, para isso, porém, o transcorrer do tempo, que tornava o julgamento da história justo e imparcial, mesmo que implacável, tal como referido pelo Barão de Studart, em citação anteriormente disposta.

O próprio Studart, aliás, se dedicaria a escrever sobre a seca numa produção de 1909, talvez compreendendo que já se havia decorrido tempo suficiente para se

do que a nossa. Esta qualidade das raças inferiores nos veio dos índios por atavismo. Conheço muito bem o nosso povo. Convivi com ele, cantei as suas glórias, chorei as suas desventuras. Procurei aliviar os seus sofrimentos quanto permitiram as minhas forças. O cearense não guarda para o dia de amanhã, não tem a previdência da formiga”. In: TEÓFILO, Rodolfo. **Cenas e tipos**. Fortaleza: Tip. Minerva, 1919, p. 83.

²²⁵ Id., 1922a, p. 284.

determinar o dito afastamento do fato, resultando, assim, nas condições para um justo julgamento, pela história, dos assuntos e sujeitos relacionados à seca de 1877. Desse modo, com o livro “Climatologia, epidemias e endemias no Ceará”, o autor unia seus conhecimentos como médico à prática como historiador, e, analisando os efeitos das tais epidemias e endemias no seu Estado, assinala que “fora o Ceará uma região de chuvas regulares e bem distribuídas e no Brasil nenhum Estado competiria com ele; corta-lhe, porém, o voo para incomparáveis destinos a seca que o persegue”²²⁶.

Numa perspectiva que o aproxima das opiniões de Antônio Bezerra e Rodolfo Teófilo, ao indicar que a seca era o grande embaraço ao desenvolvimento do Ceará, Studart historicizou todas as estiagens registradas ao longo de sua história, como a ocorrida entre 1790 e 1793, indicando que “foi realmente tremenda a seca conhecida na tradição popular por seca grande”²²⁷.

Acerca da seca de 1825, temos a descrição de que “a miséria, a pobreza e a consternação apareceram em todos os pontos da província”²²⁸. E sobre a de 1877, para citarmos apenas mais esse exemplo, citava o autor que, logo no primeiro ano da calamidade, “despendera o Governo 2426 contos e a caridade particular 287; serviram para alguma coisa – prolongar os sofrimentos aos que a morte ia poupando”²²⁹.

O próprio Studart, à semelhança de Teófilo e Bezerra, também presenciou os efeitos da seca, indicando que “eu fui testemunha de mil quadros de dor e angústia sobre-humanas de uma população inteira a braços com o maior flagelo que registra a história moderna”²³⁰, tendo atuado, tão logo retornou da Bahia, formado em medicina, em 1877, como médico dos retirantes que afluíam para Maranguape, cidade vizinha de Fortaleza. Porém, para o Barão, a seca só se tornou tema de seus estudos após vários anos, decorrido o tempo para um melhor assentamento dos fatos.

Ao contrário, portanto, da atitude de Teófilo, para quem a vivência naquele dito “maior flagelo da história moderna”, serviu de motivação para sua escrita, a fim de que lições fossem tiradas dela. Tal atitude, contudo, não seduzia aos demais historiadores alojados no Instituto do Ceará. Não ao menos, até as décadas iniciais do século XX, quando a seca mereceu destaque no âmbito do próprio Instituto, passando a produção

²²⁶ STUDART, Guilherme (Barão de). **Climatologia, epidemias e endemias do Ceará**. Fortaleza: Tip. Minerva, 1909, p. 9.

²²⁷ Ibid., p. 23.

²²⁸ Ibid., p. 35.

²²⁹ Ibid., p. 39.

²³⁰ Ibid., p. 40.

de Teófilo a ser valorizada naquele recinto, cabendo-lhe, inclusive, o convite para nele ingressar, em 1912.

Dessa forma, para além do foco nas origens históricas cearenses, preocupação dominante, desde sua fundação, em 1887, o Instituto do Ceará, com a entrada de Rodolfo Teófilo, passava a ampliar seus interesses, incluindo o estudo da seca como um dos temas destacados, a partir da renovação de seu quadro de associados e do distanciamento temporal, que, afinal, a seca de 1877 atingira, a partir da segunda década do século XX.

Porém, retornando a Teófilo, temos que quando entrou o ano de 1877 e a seca mais uma vez atingiu o Ceará, assinalou ele que “longe iam na memória de todos as cenas horríveis de 1845”²³¹, última estiagem a afetar a província. Estabelecendo-se em Fortaleza com sua farmácia, após formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, justamente no ano de 1877, o autor desde cedo almejava uma posição de destaque no âmbito intelectual local, estando ciente de sua própria capacidade, citando, num livro de reminiscências publicado na sua velhice, que “eu era um moço brioso, sensato e compreendi que, bem aproveitados os dotes espirituais com que a natureza me dotou, eu venceria”²³², concluindo logo a seguir que “grandes seriam as revoltas que teria minha índole altiva mergulhado nesse triste anonimato”²³³.

Desse modo, agindo na linha de frente no combate aos efeitos da seca, diante das levas de retirantes que lotavam as ruas e praças da cidade de Fortaleza, Teófilo, com suas pretensões intelectuais, tornava-se o sujeito que poderia auxiliar o homem no sentido de contornar os efeitos da seca, orientando a todos, governo e população, quanto às providências a tomar. Sendo essas, ao menos, suas pretensões.

E sua contribuição, além daquela como farmacêutico, passava a ser relevante também em relação à sua atuação como aquele que poderia fazer lembrar a história das secas anteriores. E como a memória não havia ficado, como ele mesmo relatava, a importância de seu trabalho tornava-se ainda maior.

Acompanhando a sequência dos trabalhos de Teófilo, do primeiro dedicado ao assunto da seca, em 1884, até os dois últimos, editados em 1922, percebemos uma paulatina descrença na ação efetiva dos governantes, convertida aos poucos em

²³¹ TEÓFILO, 1922a, p. 71.

²³² Id. **O Caixeiro**: reminiscências. Fortaleza: Typ. Minerva, 1927, p. 69.

²³³ Ibid., p. 70.

profunda incredulidade sobre a adoção de medidas que atenuassem o problema das estiagens²³⁴, como também na percepção, formada pelo autor, de que, passada a calamidade, tudo era esquecido e providências não eram efetivamente tomadas, até que a situação se repetisse.

Assim, de acordo com Teófilo, o Ceará estaria condenado “não por lhe faltarem elementos de defesa contra as secas, mas pela indiferença dos poderes públicos”²³⁵, afinal, ainda segundo suas próprias palavras, essa terra estaria “condenada mais pela tirania dos governos do que pela inclemência da natureza”²³⁶. Desse modo, a seca era considerada enquanto problema contornável, visto que mais humano do que natural, ressaltando Teófilo a importância que os intelectuais, que se dedicavam ao estudo desse assunto, tinham para aquela sociedade.

O ponto de vista defendido por Teófilo, e que repercutia também entre outros intelectuais cearenses da época²³⁷, é de que “o mal que nos atormenta não é daqueles que o esforço humano não possa remediar”²³⁸. Portanto, defendia o autor um esforço efetivo das autoridades quanto a adoção de medidas eficazes que proporcionassem a convivência do homem nesse ambiente assolado, de tempos em tempos, pela falta de chuvas.

Portanto, com esforço, precedido por muita meditação, diligência e prudência, poderiam ser estabelecidas as bases de uma vivência aceitável em terras cearenses, mesmo nos anos de intensa estiagem. Esforço, meditação e prudência que deveriam também prevalecer, diga-se, na consciência de cada indivíduo, atitude que deveria ser atizada por obras e autores, tal como o próprio Teófilo se propôs a fazer, ao longo de sua trajetória.

²³⁴ O autor deixa bem claro essa perspectiva de incredulidade quando, na obra sobre a seca de 1915, comparando-se com seu próprio pensamento diante da calamidade ocorrida no ano de 1877, declarava que “naquele tempo eu era ainda um crente e tinha a infantilidade de pensar que poderíamos ter governos que tomassem a sério o problema das secas. Mudei de pensar em vista dos fatos. As medidas tomadas pelo Presidente da República, até agora, têm sido tardias e incompletas”. In: TEÓFILO, 1922a, p. 55.

²³⁵ Ibid., p. 1.

²³⁶ Loc. Cit.

²³⁷ Antônio Bezerra seria um desses intelectuais. Integrante, tal qual Rodolfo Teófilo, da Associação Propagadora da Arboricultura, Bezerra indica a proposição dessa entidade, fundada em dezembro de 1894, de “impedir o estrago das matas e refazê-las no território do Estado”. Indicava ainda o autor que “A Associação tem pronto um código florestal apropriado às condições do Estado, e espera somente a aprovação dos poderes competentes para fazer executá-lo em todos os municípios”. In: BEZERRA, Antônio. Descrição da cidade de Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo IX, 1895, p. 284.

²³⁸ TEÓFILO, 1922a, p. 2.

Ressaltava o autor, contudo, que os efeitos mais nefastos ocasionados pelas secas deveriam recair mais na conta dos governantes do que na condição natural do fenômeno climático. Conforme seu ponto de vista, “se a natureza nos legou os flagelos das secas, nos deu elementos de combatê-los, já na inteligência e energia dos nossos homens, já na topografia particular de nosso solo”²³⁹.

Colocando-se, ele mesmo, como parte essencial da resolução do problema, por representar a inteligência e energia do povo cearense, Teófilo inicia seu livro sobre as secas, na segunda metade do século XIX, publicado em 1901, comparando sua província com as vizinhas, indicando que, diferente destes, o Ceará foi “mais infeliz nas águas que lhe couberam”²⁴⁰, não possuindo rio perene a cortar seu território.

Todavia, quanto à topografia de seu solo, que apresentava grande declive em direção ao mar, dando “pronto escoamento às águas na estação invernos”²⁴¹, estaria a indicação sobre a resolução de parte do problema, visto que as águas que escoavam do interior para o mar poderiam ser represadas em barragens, solução que, para o autor, representaria um dos elementos mais importantes no combate aos efeitos das estiagens. Dessa maneira, para Teófilo, “se a natureza nos legou o terrível fenômeno climático, deixou escrito na configuração do solo o que devíamos fazer para nos remirmos da calamidade”²⁴².

Conforme tal proposição, a configuração do relevo cearense tornava propícia a construção de açudes, que garantiriam o fornecimento de água para a população nos períodos de estiagem. Autores anteriores a Teófilo já apontavam para essa solução, como no caso do Senador Pompeu, que indicava que a seca de 1845 “veio ensinar ao sertanejo, em geral ao cearense, que os meios a seu alcance, e dos poderes públicos, para, se não evitarem, ao menos neutralizarem os terríveis efeitos da seca, estão na construção de açudes, represas d’água pluvial”²⁴³.

Mas, se na seca de 1845 já se tinha ciência dessa solução, o que temos é que, até a estiagem iniciada em 1877, nenhum açude foi construído no Ceará, reforçando a análise e as críticas feitas por Teófilo, tornando sua insistência nessas observações ainda mais pertinentes e necessárias, reafirmando sua pretensão de que a história

²³⁹ TEÓFILO, 1901, p. 241.

²⁴⁰ Ibid., p. 9.

²⁴¹ Ibid., p. 10.

²⁴² Id., 1922a, p. 1.

²⁴³ BRASIL, 1877, p. 54-55.

que ele escrevia deveria ser tomada como uma lição, legada às gerações futuras, para que estas não cometessem os mesmos erros que ele apontara.

A permanência de milhares de emigrantes na cidade de Fortaleza, mesmo após o término do período de estio, representava mais um desdobramento dos problemas referentes à seca, pois além da persistência das condições insalubres, empestecendo a cidade, tal como ocorria nos dias calamitosos, um problema combatido por Rodolfo Teófilo, como também o fazia Antônio Bezerra, era a insistência desses indivíduos em ficar, mesmo terminada a seca, demonstrando a índole nefasta desse povo. Conforme o autor, de forma nada lisonjeira, “cada seca nos tem deixado a nossa capital como população adventícia de três a quatro mil almas – a escória da gente sertaneja!”²⁴⁴.

Os desdobramentos da estiagem de 1877, narrados no livro “História da Seca do Ceará”, tratam de uma realidade que há mais de trinta anos não afetava a província cearense, em que a miséria e a fome tornavam precária a sobrevivência nesse lugar. Ao descrever os detalhes daquele flagelo, Teófilo, ao mesmo tempo que testemunha dos fatos, se tornava, também, o cronista desses tormentosos dias.

E sendo o primeiro a historicizar tais acontecimentos, de maneira consistente e detalhada, o autor vinha suprir uma importante lacuna na historiografia local, que pouca atenção dava, até então, ao estudo das secas e suas consequências, tal como referido acima.

Mas, para além desses detalhes, o que indicamos é que Teófilo fazia parte de um grupo de intelectuais e políticos locais que, entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do XX, buscou apresentar medidas que pudessem atenuar os efeitos das constantes estiagens. Teófilo defendia, como já citado, o represamento das águas pluviais, vertidas durante a estação invernososa, como uma das medidas mais eficazes, proporcionada, no caso do território cearense, em virtude de sua topografia favorável. Assim, justificava o autor seu ponto de vista:

Nesta época qualquer regato parece um rio, e as correntes de maior curso e leito, como o Jaguaribe, assumem proporções de rios navegáveis. As águas, porém, baixam logo que cessam as chuvas, e em meio do verão aquelas correntes caudais, que se vão perder no oceano, e que, se por meio de barragens fossem retidas, fertilizariam a terra numa extensão de muitos mil quilômetros, ficam reduzidas a tênues fios, que o sol de dezembro acaba por cortar deixando apenas

²⁴⁴ TEÓFILO, 1901, p. 169.

no profundo leito do rio poços esparsos e escassos, que servem de bebedouros ao homem e a seus rebanhos.²⁴⁵

A proposta de Teófilo quanto à construção de barragens consta em todas suas obras referentes ao tema das secas, de 1877 a 1919. A repetição de tais proposições demonstra que, de fato, muito pouco se fez em relação a essa demanda. Dessa forma, salientava o autor, em relação à estiagem de 1877, que se “depois da seca de 1845, tivessem estudado os meios de atenuar os efeitos de tais calamidades, a seca de agora teria custado um terço menos e o prejuízo de vidas seria muito diminuto”²⁴⁶. Argumentava ainda Teófilo que:

O governo teve muito tempo para estudar medidas e pô-las em prática em relação às secas do Ceará. Faz trinta e um anos que calamidade idêntica assolou a província, deu-se esmola ao desvalido e nada mais se fez que pudesse atenuar no futuro as consequências de tais flagelos!²⁴⁷

A questão, assinalada sobre a seca de 1877, voltava a se repetir, praticamente sem alteração, quando em 1888 se registrava nova intempérie. Desse modo, observa o autor que “em começo de 1888 já ninguém falava mais em seca; os mais timoratos esperavam que ela voltasse, porém, depois de uma trégua de 30 anos como a de 1845 a 1877”²⁴⁸.

Contudo, não se estendendo a trégua por equivalente intervalo, como havia ocorrido no assinalado período entre 1845 e 1877, decorridos menos de oito anos novamente se encontrava em apuros o Ceará, o que levava Rodolfo Teófilo a assinalar que “estávamos nessa criminosa despreocupação quando declarou-se a seca de 1888”²⁴⁹. Assim, seca após seca, repetindo-se a calamidade, demonstrava-se que, da história das estiagens passadas, pouco ficara e as gerações que se sucediam, para lamento do autor, não eram capazes de meditar sobre tamanha desgraça, tal como referido na epígrafe que abre o capítulo.

Mesma “despreocupação” relatada em relação a 1877. Assim, mal começara aquele ano, o problema se prenunciava e a imprensa da capital cearense já reportava informações preocupantes, como aquela constante numa carta enviada, da cidade de

²⁴⁵ TEÓFILO, 1901, p. 10.

²⁴⁶ Id., 1922a, p. 393.

²⁴⁷ Ibid., p. 165.

²⁴⁸ TEÓFILO, 1901, p. 33.

²⁴⁹ Loc. cit.

Sobral, por um criador local: “se não chover esse mês serão enormes os prejuízos”²⁵⁰. E não vindo a chuva, muito em breve, o que era apenas um precavido temor, logo se confirmaria numa calamitosa situação, que não era vista no Ceará, então, há mais de três décadas.

Teófilo, buscando enxergar, ao longe, o futuro de sua terra, indicando soluções para minorar a situação crítica que constantemente via se repetir, lamentava a inação dos governantes, como também a imprevidência do povo.

Mas, então, como e em quem confiar? O próprio autor indicava que “confiemos muito pouco na previdência do nosso povo, que se esquece muito depressa dos tormentos passados. Para ele só existe o presente e do futuro nunca se lembra. Não cuida absolutamente do dia de amanhã”²⁵¹. Em relação aos políticos, como vimos, a opinião de Teófilo não se mostrava nada favorável.

Seja como for, e apesar das críticas relativas à imprevidência do povo cearense diante da seca e de todos seus efeitos calamitosos, Teófilo não deixava de reconhecer e mesmo exaltar a resistência do povo, em suas obras, destacando que “o cearense foi talhado para resistir aos caprichos das estações de sua terra. Exuberantemente provam-no o seu caráter, índole e hábitos”²⁵².

Assim, sem expressar, nitidamente, seu pouco entusiasmo pela compreensão que alguns de seus contemporâneos tinham da história, como o fez Pompeu Filho, conforme indicado no primeiro capítulo do trabalho, vemos nas obras de Teófilo uma similitude com as ideias desse intelectual, sobretudo, no que se refere a considerar a efetividade da história no desenvolvimento da sociedade cearense, fazendo de sua obra uma espécie de história propositiva, que se propunha a, para além do que diziam os documentos, emitir juízos a fim de se buscar evitar a repetição dos erros narrados.

E ainda tratando dessa propositura, é que vamos perceber e destacar que, para além da história oficial escrita, no âmbito do Instituto do Ceará, outras narrativas foram efetivadas, buscando compreender e explicar essa terra e sua história, as quais serão indicadas, a seguir.

Em comum a essas narrativas, a influência recebida da obra “História da Seca do Ceará”, e outras publicações, de Rodolfo Teófilo. Assim sendo, a seca, a partir da

²⁵⁰ SECA. **Cearense**, Fortaleza, 6 jan. 1877, p. 2.

²⁵¹ TEÓFILO, 1901, p. 251-252.

²⁵² Id., 1922a, p. 352.

publicação desse livro, em 1884, se tornava um assunto que, direta ou indiretamente, passou a integrar análises que visavam compreender o Ceará e sua história, para além, ressalte-se, da historiografia oficial, a cargo de seu instituto histórico.

4.3 SOBRE ALGUNS TEMAS DISTINTOS E A HISTÓRIA NELES INSCRITA.

Destacamos nesse tópico a perspectiva de outros quatro intelectuais cearenses que, produzindo nos anos finais do século XIX, se colocaram como sujeitos que também colaboraram, com suas descrições e análises históricas, na construção do grande edifício da história cearense, local edificado, também, com a colaboração de autores que atuavam para além das paredes do Instituto do Ceará, mantendo-se com este, todavia, uma relação normalmente amistosa e colaborativa.

Em comum, a três desses autores, a formação em direito e sua pretensão de abordar os temas analisados sempre “com fundamento verdadeiramente científico”²⁵³. Com essa mesma pretensão, agiu a professora e jornalista Francisca Clotilde Barbosa de Lima (1862-1935), que fecha esse grupo de quatro intelectuais abordados a seguir. Além disso, destaque para a influência, direta e indireta, que a anteriormente referida obra de Rodolfo Teófilo, sobre a seca, exerceu sobre tais autores, sendo esse assunto tomado, em todas essas análises, como a grande catalisadora da história cearense no período em foco.

Desse modo, Abel Garcia (1864-1919), o primeiro a quem vamos nos reportar, era formado pela Faculdade do Recife, em 1886, e foi juiz municipal e de órfãos em Pacatuba, cidade próxima a Fortaleza. Participou do movimento abolicionista, atuando no meio intelectual local, até mudar-se para o Estado do Amazonas, na década de 1890, onde exerceu as funções de chefe de polícia e desembargador²⁵⁴.

Seu texto aqui analisado intitula-se “A mulher cearense”, publicado em três partes, entre 30 de janeiro e 28 de fevereiro de 1887, na revista “A Quinzena”, órgão do Clube Literário, da qual era um dos redatores.

²⁵³ GARCIA, Abel. A mulher cearense. Parte I. **Revista A Quinzena**, Fortaleza, ano I, n. 2, 30 jan. 1887a, p. 9.

²⁵⁴ Cf. STUDART, Guilherme (Barão de). **Dicionário Bio-bibliográfico Cearense**. Volume primeiro. Fortaleza: Tipo-Litografia a Vapor, 1910, p. 3.

Fundado em novembro de 1886, o Clube Literário contava com algumas figuras relevantes do cenário cultural da capital cearense na época, como Antônio Bezerra, Juvenal Galeno, Rodolfo Teófilo, Farias Brito, Antônio Sales, Virgílio Brígido e Oliveira Paiva.

Historiador da literatura cearense, Dolor Barreira considera que “foi marcante a influência que o Clube Literário e A Quinzena – possivelmente a maior e mais importante das nossas Revistas no gênero – exerceram na incrementação da nossa riqueza literária”²⁵⁵, apesar da duração efêmera dessa revista, que circulou entre 15 de janeiro de 1887 e 10 de junho do ano seguinte.

O caráter associativo reforçava a perspectiva que predominava no ambiente intelectual da cidade de Fortaleza, nas décadas finais do século XIX. Autores, como, por exemplo, Antônio Bezerra, foi membro fundador do Clube Literário, como ainda do Instituto do Ceará e da Academia Cearense. Essa situação refletia o acanhamento do meio intelectual local, em que um mesmo sujeito participava, ou colaborava, com diversas entidades simultaneamente.

Sobre essa questão, nomes como Paulino Nogueira e Guilherme Studart, que, quatro meses depois da criação do Clube Literário, estavam entre os doze fundadores do Instituto do Ceará, mesmo não integrando os quadros dessa associação literária, colaboraram com sua revista com alguns artigos, ocorrendo o mesmo com Capistrano de Abreu, então já radicado, há mais de uma década, no Rio de Janeiro. Assim, os nomes por vezes se repetiam, demonstrando o interesse que atraía os intelectuais locais, ante qualquer possibilidade associativa e de publicidade de suas ideias.

Quanto aos autores abordados nesse tópico, e aos assuntos por eles tratados, destacamos sua originalidade no âmbito da escrita de uma história para o Ceará e da cultura histórica que se formava, com a fundação de seu instituto histórico, em março de 1887. Assim, a criminologia e a situação da mulher são os temas referidos adiante. Sobre aquele tema, dois juristas expressaram suas opiniões, consideradas, ainda, no contexto da seca iniciada em 1877. Sobre a mulher cearense, Francisca Clotilde e o indicado Abel Garcia emitiram suas opiniões pelas páginas da revista “A Quinzena”.

Dessa forma, e feitas essas considerações, retomemos a Abel Garcia, que ao começar seu artigo, afirma tratar-se de um estudo da “psicologia e do *modus vivendi*

²⁵⁵ BARREIRA, 1948, p. 126.

da mulher”²⁵⁶ no Ceará, assunto que aqui destacamos, sobretudo, por seu ineditismo e originalidade, pois, ante um breve levantamento das produções científicas da época, esse tratava-se de um tema ainda inexplorado no meio intelectual local.

Porém, para ajustar-se “à capacidade de um artigo de revista”²⁵⁷, a análise não poderia ser mais detalhada, tratando-se, segundo o autor, de uma parca contribuição ao estudo do tema. Garcia indica que sua análise era inovadora, por trazer discussões baseadas em importantes ideias da época, ainda pouco difundidas no Ceará, como as do naturalista francês Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829) e do inglês Charles Darwin (1809-1882), anunciados como precursores da teoria do “transformismo”, que trataria da influência da ação do meio na transformação das espécies animais e do próprio homem.

O autor buscava reforçar, em seu texto, a condição científica que o respaldava, indicando nomes de autores, como Buckle e Taine, que possibilitavam uma análise crítica da sociedade a partir de uma perspectiva positivista, enfatizando Garcia que o processo crítico-naturalista, advindo da compreensão e aplicação dos ensinamentos de todos esses autores, “pode explicar certos fenômenos da vida humana até então mal compreendidos em sua origem”²⁵⁸.

Abel Garcia buscava, dessa maneira, correlacionar as ações humanas ao determinismo imposto pelas condições naturais daquela terra, constantemente afetada pelas secas:

Determinemos primeiramente a influência do clima, de um sol senegalesco muita vez, do aspecto geral da natureza das condições mesológicas, enfim, que têm trabalhado na modelação do tipo e da índole da população cearense. Neste solo excepcionalmente constituído, em pronunciada elevação sobre o nível marítimo e violentamente açoitado por correntes aéreas, desenvolveu-se o homem lutando com as asperezas naturais e esforçando-se por neutralizar-lhes os efeitos.²⁵⁹

Numa perspectiva quase heroica, o autor salienta a vivência do homem nesse ambiente hostil, forçado a lutar contra a natureza áspera, esforçando-se em superar seus efeitos violentos. Dessa luta, ressalta Garcia, saía fortalecida a figura feminina, também obrigada a enfrentar as mesmas asperezas naturais do Ceará, o que a levou

²⁵⁶ GARCIA, 1887a, p. 9.

²⁵⁷ Loc. cit.

²⁵⁸ Ibid., p. 10.

²⁵⁹ Loc. cit.

a adquirir, por “sucessivas acumulações”²⁶⁰, de saberes e experiências, uma feição própria, sóbria e resistente, a partir do transformismo que aquele meio ocasionou.

Para Garcia, “a aproximação mental e moral entre o homem e a mulher na sociedade moderna é um fato excepcional”²⁶¹, questão que o autor buscava assinalar em seu texto, enfatizando que a mulher cearense, enfrentando as mesmas asperezas que a natureza impunha a todos que naquela terra habitavam, e “pelo influxo de certos fatores históricos”²⁶² pelos quais passou, tal como a grande seca de 1877, merecia as devidas considerações elogiosas a seu temperamento que ali eram feitas.

Temos em Abel Garcia a exaltação do indivíduo cearense que, habitando esse meio marcado pela ardência da natureza, conseguiria se sobressair, desenvolvendo, em virtude dessa convivência, aspectos benéficos em sua índole e caráter. Teríamos, evidenciado, segundo o que propusera Darwin, o processo de seleção natural, pois o indivíduo, “adaptando-se ao meio, conseguia resistir às forças geológicas conspiradas contra todo o princípio de vida orgânica. Pela seleção depuravam-se as energias, triunfando os mais fortes”²⁶³.

A referência à prevalência do mais forte pode ser estendida ao viés intelectual, pois salienta Garcia, na conclusão de seu artigo, que “podemos afirmar a existência, neste recanto do Norte, de um povo vigoroso, a que falta somente conveniente cultura intelectual para revelar o seu poder de iniciativa”²⁶⁴. Cultura que não faltaria ao próprio autor, afinal, buscando basear sua análise em fundamentos científicos, visava Garcia referendar seu ponto de vista, no âmbito do Clube Literário, agremiação do qual fazia parte e reunia parcela importante da inteligência local.

Referindo-se à mulher, naquela sociedade, como um ser que, enfrentando as mesmas dificuldades impostas pelo clima severo aos homens, conseguia superar as adversidades e triunfar, o autor usa como pano de fundo a seca para justificar uma suposta diferença entre a mulher cearense e as demais mulheres brasileiras.

A dita aproximação mental, entre os gêneros, a que o autor se referia, ficava assim descrita, enfatizando o triunfo dos mais fortes, homens e mulheres do Ceará, representando a originalidade que acompanhava aquele artigo, tratando de um tema,

²⁶⁰ GARCIA, 1887a, p. 10.

²⁶¹ Loc. cit.

²⁶² id. A mulher cearense. Parte II. **Revista A Quinzena**, Fortaleza, ano I, n. 3, 15 fev. 1887b, p. 23.

²⁶³ Id., 1887a, p. 10.

²⁶⁴ Id. A mulher cearense. Parte III. **Revista A Quinzena**, Fortaleza, ano I, n. 4, 28 fev. 1887c, p. 26.

até então, pouco explorado, em que o feminino pareava-se ao masculino, na dor e nas conquistas.

Assim, Abel Garcia se propunha, então, no que pese a limitação imposta pelo meio de divulgação de sua análise, a “delinear, sinteticamente, a evolução da mulher, desde os tempos primitivos até ao seu mais elevado ponto de civilização atual”²⁶⁵. Porém, mais uma pretensão que um fato, o autor segue em seu texto tratando das diferenças entre os gêneros, mas, sobretudo, enfatizando as semelhanças, que justificavam sua afirmação sobre a aproximação mental e moral entre homens e mulheres.

Exemplo maior dessa aproximação dava-se, no âmbito do Clube Literário do Ceará, com a participação ativa, entre seus sócios e na publicação de sua revista, da jornalista e professora Francisca Clotilde Barbosa de Lima, única mulher nesse meio, pioneira na literatura cearense e com participação decisiva no movimento abolicionista local, recém vitorioso, em que a participação feminina foi decisiva, merecendo de Abel Garcia a seguinte consideração, em seu citado artigo: “podem tranquilas comparecer perante o austero tribunal da história”²⁶⁶.

Entre os artigos que Francisca Clotilde publicou na revista “A Quinzena”, um deles abordava especificamente a questão feminina. Intitulado “a mulher na família”, editado nos números 5 e 6 da dita revista, nos dias 15 e 30 de março de 1887, nele a autora reforçava, a partir de um breve resumo, as conquistas obtidas pelas mulheres no decorrer do processo civilizatório, enfatizando que “todos os vultos femininos que admiramos na história antiga, podem ombrear com as heroínas da meia idade e com as mulheres célebres da nossa época, nas quais a civilização imprimiu um beijo de luz”²⁶⁷.

Porém, mesmo com todas as conquistas, ainda caberia à mulher, na visão da autora, como missão divina, a qual estava destinada, a manutenção do zelo familiar. Assim, Francisca Clotilde, ao mesmo tempo que ressaltava as conquistas, faz lembrar às mulheres de suas obrigações: “hoje [a mulher] existe por si mesma, conhece seus deveres, pode dispor de luzes suficientes para não se perder na noite da ignorância,

²⁶⁵ GARCIA, 1887c, p. 26.

²⁶⁶ Loc. cit.

²⁶⁷ LIMA, Francisca Clotilde Barbosa de. A mulher na família. **Revista A Quinzena**, Fortaleza, ano I, n. 5, 15 mar. 1887, p. 40.

e fazendo do lar o seu mundo, concentrando na família as suas mais caras aspirações, viverá feliz e fará a felicidade dos outros”.²⁶⁸

Seja como for, a própria autora fugia dessa aspiração, por ser alguém que não apenas se concentrou na família, atuando num meio ainda quase que exclusivamente masculino. Ao existir por si mesma, a mulher poderia pretender outras realizações, ocupar outros espaços, contudo, ainda sem romper com as obrigações familiares. Seu papel familiar, perante aquela sociedade, testado nos anos de seca, mostrou-se, para a autora, essencial na manutenção do equilíbrio social, indispensável ao andamento e ao desenvolvimento de um povo.

De nosso interesse de estudo, destacamos o espaço alcançado por um assunto que, ainda pouco difundido no meio intelectual local, enfatizava a condição da mulher, tendo nos referidos artigos, de Abel Garcia e Francisca Clotilde, uma demonstração de assuntos que, pautando-se pela história e seu contexto social afetado pela seca, com essa narrativa buscavam subsídios para justificar o presente e afirmar, quanto às mulheres, sua importância naquela sociedade e os avanços obtidos por elas.

Em comum a esses trabalhos, a preocupação em seguir os critérios científicos. Assim, ressaltava Garcia dita inspiração, ao afirmar que “observamos, analisamos os fatos à luz de um critério filosófico-positivo que não permite desvios nem dá ensanchas a devaneios da imaginação poética”²⁶⁹. Tal critério também seria adotado por Clóvis Beviláqua (1859-1944), terceiro autor a quem vamos nos referir, que tinha em Comte, e no positivismo, uma de suas grandes influências.

Formado na Faculdade de Direito do Recife no ano de 1882, legislador, filósofo, membro fundador da Academia Brasileira de Letras e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, autor do projeto do Código Civil de 1916. Teórico do direito, Clóvis Beviláqua propunha que essa área do conhecimento “se transformasse sob a ação do espírito científico para, no estudo da criminalidade, satisfazer às necessidades mentais do presente”²⁷⁰.

Trata-se, portanto, de um estudo acerca da criminalidade no Ceará, na segunda metade do século XIX, o trabalho de Beviláqua que vamos aqui analisar. O autor se

²⁶⁸ LIMA, 1877, p. 47.

²⁶⁹ GARCIA, 1887c, p. 26.

²⁷⁰ BEVILÁQUA, Clóvis. **Criminologia e direito**. Salvador: Livraria Magalhães, 1896, p. 21.

debruçava sobre um tema referente à sua terra natal e buscava perceber como os índices de criminalidade eram afetados por fatores naturais, como o clima e a seca.

Tendo recebido “forte influência positivista”²⁷¹ na sua formação, para Beviláqua os qualitativos “natural” e “social” não seriam equivalentes, sendo que a sociedade representaria o último elo da cadeia evolucionar dos seres vivos, que procurariam dominar e dirigir a natureza conforme sua vontade e de acordo com suas leis, sendo esse equilíbrio garantido pelas normas do direito, que seria o garantidor da vida social.

Contudo, alerta o autor que “tudo o que põe em perigo a sinergia das forças sociais ou desvia sua diretriz, se coloca em antinomia com o direito”²⁷². E tal sinergia seria posta em risco, sobretudo, nos períodos de seca, como indicado pelo autor quanto ao Ceará.

Beviláqua trata especificamente desse assunto no livro “Criminologia e Direito”, de 1896. Ali encontramos três artigos referentes ao tema, sendo um deles intitulado “Notas sobre a criminalidade no Estado do Ceará”. Analisando as estatísticas de crimes ao longo da década de 1870²⁷³, o jurista indicava que as secas não representariam necessariamente uma condição negativa na sociabilidade cearense. Numa primeira perspectiva seriam elas, até certo ponto, um agente benéfico. Dessa forma, considera o autor que o clima seria um instrumento importante, afirmando que:

A escassez das chuvas necessárias para darem ao solo a produtividade de que ele é capaz, as grandes secas periódicas, vão retemperando, enrijecendo o cearense no mourejar cotidiano, dando-lhe hábitos de trabalho, tornando-o mais precavido, preservando-o das seduções do crime.²⁷⁴

Em essência, essa análise de Beviláqua se contrapõe àquela anteriormente citada de Rodolfo Teófilo, para quem o cearense, imprevidente, nada teria aprendido com a história das secas anteriores. Porém, sob a perspectiva de um jurista, e tendo em mente as ações tomadas pelo poder público na seca de 1877, referidas na obra de Teófilo, quanto às frentes de trabalho, que empregavam milhares de retirantes em

²⁷¹ LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, p. 111. No capítulo “O positivismo no Ceará” (p. 109-24), a figura de Beviláqua ganha grande destaque.

²⁷² BEVILÁQUA, op. cit., p. 61.

²⁷³ Observa Beviláqua (1896, p. 72) que “os anos de grande seca acusam um correspondente decréscimo na delituosidade”. Justifica o autor tal questão indicando que o acréscimo do bem-estar é seguido de um acréscimo de criminalidade. Por exemplo, em 1875 foram registrados 296 crimes contra as pessoas, enquanto em 1878, segundo ano de seca, esse número se reduziu a 92 casos, indo para 215 em 1883.

²⁷⁴ BEVILÁQUA, 1896, p. 77.

obras públicas na cidade de Fortaleza, a preocupação com o trabalho se sobrepõe a qualquer outra, pois tal hábito, como indicado, preservaria o sujeito das seduções do crime.

Para Beviláqua, o crime representaria uma ofensa às condições existenciais da sociedade, sendo tal situação caracterizada como uma grave perturbação ao regular funcionamento da mecânica social. Indica o autor que essas condições existenciais variam de época para época, e no caso do Ceará, o principal elemento a provocar grave perturbação, que colocava em risco o bom andamento funcional da ordem social era presenciado, justamente, nas épocas de grandes secas, como a que ocorreu no final da década de 1870.

Teórico do Direito, Beviláqua discute, logo no primeiro capítulo de seu indicado livro, suas concepções sobre a criminologia, indicando estar convencido “de que há um *patos criminogêneo*, um *mórbus* que impele ao delito”²⁷⁵. Mais adiante, a análise faz menção a certas condições sociais que fecundariam o germe do crime, denotando as observações suscitadas pelo autor em referência à área da saúde. Nesse contexto, ressalte-se a concepção de que a atmosfera social precisava ser purificada, sendo através da emigração, provocada pela seca, que tal depuração poderia ocorrer.

De maneira incontestável, conforme analisa o autor, as violentas perturbações ocorridas em épocas de grandes secas interferiam de modo decisivo na forma de agir do cearense. Porém, apesar de toda a miséria que os tempos de calamidade climática traziam, a honestidade do povo resistiria fortemente e, seu instinto de conservação, não desvirtuaria a ordem e o direito, aspectos caros a Beviláqua. Assim, a influência da seca, orientada para um presumível aspecto vantajoso, fica evidenciada na citada obra do jurista cearense da seguinte forma:

Convém notar que, muitas vezes, o respeito à propriedade alheia é mais rigorosamente mantido do que se poderia esperar de bandos esfaimados em sua peregrinação de miséria e provações, sem ter diante dos olhos uma força capaz de os conter nos limites da ordem social. Ao passo que os comboios de víveres que o governo expedia para as localidades do centro eram atacados nas estradas, passavam incólumes as mercadorias dos particulares. O que é do governo é de todos, pensavam, e portanto, cada um pode tirar o seu quinhão. O que é do indivíduo, só a ele pertence. Respeitemos o seu direito e a sua propriedade.²⁷⁶

²⁷⁵ BEVILÁQUA, 1896, p. 17.

²⁷⁶ Ibid., p. 80-1.

Aqui temos bem denotada a perspectiva de Clóvis Beviláqua quanto a indicada honestidade, fortemente resistente, que caracterizaria o povo cearense, pois mesmo abatido pela fome e não tendo diante de si qualquer força de autoridade a refrear sua desesperada e iminente intenção de extrapolar os desejáveis limites da ordem social, ainda assim, de acordo com o elogio do autor, essa população conseguiria respeitar o direito à propriedade particular e seria capaz de diferenciar, de maneira espantosa naquele contexto caótico, o bem público do privado.

Indicando ter conhecimento da produção de autores conterrâneos que tinham a seca como temática principal, Clóvis Beviláqua citava que aquele que “ler a *História da Seca do Ceará*, e o romance *A Fome*, do ilustrado escritor cearense Rodolfo Teófilo, quem atentar, com ânimo desprevenido, para as observações contidas na *Normalista* de Adolfo Caminha”²⁷⁷, confirmaria tudo aquilo exposto no seu texto. Quanto à citada obra de Caminha, lá encontramos referência aos “magotes de emigrantes andrajosos que batiam do sertão num êxodo pungente, acossados pela necessidade”²⁷⁸.

Com relação ao mencionado romance “*A Fome*”, editado em 1890 e salientado acima por Beviláqua, encontramos ali uma menção acerca do respeito à propriedade privada e à maneira como os retirantes agiriam diante de um comboio com socorros enviado pelo governo, referência que deve ter influenciado a opinião de Beviláqua, indicada em seu livro.

Nessa obra temos o protagonista, Manoel de Freitas, que na penosa retirada em direção à capital, com sua família, se deparara com um comboio de víveres, que, cercado por uma multidão faminta, tornava a situação potencialmente perigosa, logo convertida em violência, com Freitas liderando a turba, na luta pela obtenção dos alimentos. Porém, antes de tomar alguma atitude drástica, certificou-se o protagonista que “os gêneros eram do governo; as sacas tinham a marca S. P. (socorros públicos)”²⁷⁹.

A narrativa de Teófilo prossegue indicando que dita situação somente chegou ao ponto inevitável do saque porque as pessoas “não viam senão o alimento e não

²⁷⁷ BEVILÁQUA, 1896, p. 73.

²⁷⁸ CAMINHA, Adolfo. **A normalista**: cenas do Ceará. Rio de Janeiro: Magalhães & C., 1893, p. 27.

²⁷⁹ TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome**: cenas da seca do Ceará. Fortaleza: Gualter R. Silva Editor, 1890, p. 86.

ouviam palavras que não fossem estas: – avancemos à farinha, que é do rei e também nossa”²⁸⁰.

Por sua vez, na “História da Seca do Ceará”, o mesmo Teófilo indicava, em referência à seca iniciada em 1877, que “as estradas do interior, naquela época, se achavam intransitáveis, e que os bandos de salteadores, em constantes correrias, atacavam os comboios, tomando a mão armada gêneros e cavalgadas”²⁸¹.

Como se percebe, os elementos violentos de perturbação da ordem social, como indicados por Beviláqua, se encontravam naquele contexto descrito por autores como Caminha e Teófilo.

Ainda em referência a esse último autor, destaquemos sua menção acerca dos retirantes, que “diziam sempre: que o Rei era muito rico e que não deixaria morrer de fome a sua pobreza”²⁸². Essa perspectiva, que poderia justificar os saques realizados aos comboios do governo, mas jamais alguma ação contra o bem particular, deve ser compreendida como atenuante à criminalidade justamente pelo caráter excepcional provocado pela estiagem, em conformidade com a seguinte indicação de Beviláqua: “essa alteração na feição própria da delituosidade deve ser atribuída à penúria, à falta de víveres e de trabalho que coagem os míseros retirantes”²⁸³.

Mais uma vez temos destacada a referência ao trabalho, cujo hábito, reforçado no cearense pelas exigências impostas ao se viver numa região assolada pelas secas, induziria no povo, conforme indica Beviláqua, à sobriedade e à disciplina, afastando-o do crime.

Esse seria, portanto, o aspecto vantajoso da seca, apenas desvirtuado quando a situação, afetada pelas intempéries prolongadas, como a que se estendeu do ano de 1877 ao começo de 1880, dificultavam o referido mourejar cotidiano e deixavam a população à mercê das riquezas do Imperador, ou seja, na dependência dos socorros públicos enviados pelo governo central.

Desse modo, o respeito ao direito e à propriedade exemplificaria a mencionada honestidade resistente do cearense, que mesmo diante das dificuldades geradas pela seca, não se deixaria seduzir pelo crime. De fato, se a farinha do rei pertencia também

²⁸⁰ TEÓFILO, 1890, p. 88.

²⁸¹ Id., 1922a, p. 292.

²⁸² Ibid., p. 306.

²⁸³ BEVILÁQUA, 1896, p. 80.

a todos, não poderia haver delito, tal como seria o pensamento dos retirantes, tido a partir daquilo que expõem Beviláqua e Teófilo.

Porém, o próprio jurista reconhecia que as secas eram elementos violentos de perturbação da ordem social. Sendo assim, exigir disciplina e respeito à propriedade privada, ante a fome extrema, era mais um ideal do que a realidade em si, visto que o perigo ao bem particular estava evidenciado nos jornais de Fortaleza, como no relato abaixo, de maio de 1877:

A classe desvalida já nos bate à porta acossada pela fome, que já vai aparecendo em toda sua nudez; as ameaças de saques às nossas propriedades são constantes e vemo-nos forçados a dizer – cada um trate de guardar a sua propriedade, salve-se quem puder. O povo vê-se obrigado a esmolar a caridade pública ou a recorrer à pilhagem, porque tem fome! O que será de nós?²⁸⁴

Dessa forma, a fome era o fator que forçava o povo a esperar pela benevolência do governo ou a recorrer à pilhagem, ambas atitudes indesejáveis, pois como veremos adiante, submeter-se à caridade pública representaria uma perspectiva comparada à esmola, e, como referido, o crime tratava-se de uma afronta à civilização. Mas, ainda assim podemos perceber reflexos dessa suposta índole, dessa força capaz de conter os ânimos e anseios do povo, dentro dos limites ideais da ordem social, conforme ansiado por Beviláqua.

Assim, no mesmo periódico da capital cearense, aquela situação caótica era justificada da seguinte maneira: “só a miséria arrastará um povo de índole pacífica a semelhantes excessos – roubar para não morrer de fome!”²⁸⁵. E mesmo assim, quando socorrido pelo poder público, sentir-se humilhado, por obter seu sustento não pelo trabalho, mas pelo auxílio, tido como por eles como esmola.

Sobre tal cenário caótico, esse salve-se quem puder, também escreveu outro jurista cearense, o quarto a quem vamos nos referir nesse tópico. Trata-se de Pedro de Queiroz (1854-1918), já referido anteriormente como um dos autores a publicar no “Livro do Tricentenário”. Bacharel em direito pela Faculdade do Recife no ano de 1880, chegaria aos cargos de chefe de polícia e desembargador. Colaborando ativamente com a imprensa local, estava, em 1894, entre os fundadores da Academia Cearense, instituição da qual foi vice-presidente e um dos redatores de sua revista.

²⁸⁴ SECA. **Cearense**, Fortaleza, 13 maio 1877, p. 2.

²⁸⁵ SECA. **Cearense**, Fortaleza, 18 abr. 1877, p. 3.

Tendo também assimilado forte influência positivista em sua formação, Queiroz tinha uma perspectiva similar à indicada por Beviláqua sobre a influência do clima sobre a criminalidade no Ceará, assinalando, em artigo sobre tal questão, que “o mais poderoso fator físico”²⁸⁶ a direcionar a tendência de determinada população para o cometimento de crimes era, justamente, aquele ligado aos elementos climáticos, ressaltando que “a influência do clima sobre o caráter humano é fato indiscutível”²⁸⁷.

Quanto a isso, o autor também percebia a seca como uma vantajosa orientação para a vivência cearense. Evidenciada ficou tal opinião na resenha que fez do livro “Secas do Ceará”, lançado por Rodolfo Teófilo em 1901.

O interessante dessa síntese é que Queiroz, antes de tratar especificamente do mencionado objeto de análise, cujo autor é apresentado como “o escrupuloso diarista de todas as fases do intermitente drama de fome e de dor”²⁸⁸, emite seu ponto de vista acerca do dito fenômeno climático, indicando, logo de início, que para ele a seca, tal qual o deus romano Jano, teria duas faces, “uma – a bem visível, a primeira reparada e sentida – que é horrenda, a outra velada, menos sensível, mas muito sugestiva, tão real – como aquela”²⁸⁹.

Assinala Queiroz, na dita resenha, que “as secas formam a espinha dorsal do Ceará”²⁹⁰, destacando, tal como o fez Beviláqua, a relação direta entre esse fenômeno climático e a conformação do caráter do povo de sua terra. Ainda conforme Queiroz, “o cearense não se zanga com o destino. Bendiz a sua sorte e moureja sem cessar e é feliz na sua vida afanada”²⁹¹.

Ou seja, em um mourejar incessante, com a benquista sorte e uma desejável vida feliz, de acordo com o ensejo do autor, não haveria lugar para a zanga e, considere-se também, tampouco para o crime. Desse modo, seria o trabalho, afinal, o principal elemento garantidor da vida social.

Assinala ainda Pedro de Queiroz que a vida nesse ambiente, marcado pela escassez de chuvas, possibilitaria “a disciplina do trabalho e do caráter, [sendo esse]

²⁸⁶ QUEIROZ, Pedro de. Sociologia criminal: palavras de política criminal. **O Ceará ilustrado**: revista artística, literária e científica. Fortaleza, ano 1º, n.º 7, 1894, p. 52.

²⁸⁷ Loc. cit.

²⁸⁸ Id. Estudos literários: “Secas do Ceará” de Rodolfo Teófilo. **Revista da Academia Cearense**. Fortaleza, tomo VI, 1901, p. 171-2.

²⁸⁹ Ibid., p. 172.

²⁹⁰ Loc. cit.

²⁹¹ Ibid., p. 173.

o apanágio do Ceará”²⁹², além de considerar que a atividade do cearense se estimula, no endurecimento do meio físico, que lhe aumentaria o grau de tensão.

Desse modo, esse tensionamento, justificava o autor, explicaria a capacidade do cearense em se retrair durante os períodos de seca, para depois, de superada a época mais crítica, expandir suas atividades para além daquilo outrora presenciado, assemelhando-se, assim, ao ufanismo referido anteriormente por Antônio Bezerra.

Enfatizar essa disciplina do trabalho deve ser compreendido, no âmbito daquela sociedade, que enfrentou um período de grave perturbação social, provocado pela seca, no caso de Queiroz, como um fator que garantia a estabilidade social, impedindo a disseminação da criminalidade.

Assim, o povo cearense, apontado como afeito ao trabalho, tendo sua índole enrijecida e retemperada pelos rigores do clima, não reclamaria das exigências do labutar cotidiano e tudo, ao contrário disso, seria malquisto.

Dessa forma, vamos encontrar no mencionado romance “A Fome”, de Rodolfo Teófilo, uma passagem que bem ilustra essa questão, conforme assinala Pedro de Queiroz, pois ali encontramos o protagonista, o coronel Manoel de Freitas, que teve sua riqueza perdida e se viu obrigado a emigrar para a capital, a depender da ajuda de conhecidos para sobreviver.

Assim, ao buscar assistência junto a certo comendador, alguém que antes da seca fazia parte do mesmo círculo social, o coronel se sentiu humilhado, ao ser confundido, pelo servo da casa, com um simples retirante. Mas tal humilhação, de ser confundido com um retirante, era acompanhada por outras provações:

Freitas compreendeu o silêncio do servo; não merecia ser anunciado. Sentia o terrívelíssimo jugo da dependência, era humilhado pela primeira vez na vida. Quis voltar e esconder-se em sua palhoça a tragar as amarguras do infortúnio, mas isso era uma covardia, era entregar-se à indolência, ao aviltamento da esmola.²⁹³

Toda a ênfase concedida ao trabalho relegava o oposto disso a uma condição degradante. Afora os desvalidos, recairia sobre todo homem, apto a empregar-se em alguma atividade, a obrigação da labuta, sendo tal questão mencionada, pelo então presidente da província, Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, que considerava que o

²⁹² QUEIROZ, 1901, p. 173.

²⁹³ TEÓFILO, 1890, p. 217.

povo preferiria sempre “o trabalho que o eleva, à esmola que o acanha e o humilha”²⁹⁴, num ideal que muito interessava aos governantes da época.

E passada a crise climática, tempo de aviltamento, humilhação e acanhamento, o que se ressaltava era a índole não corrompida do homem que, fugido de sua terra natal em condições precárias, ainda se manteria íntegro, ressaltando-se os aspectos indicados, até aqui, por nomes como Clóvis Beviláqua e Pedro de Queiroz, além de Rodolfo Teófilo, a quem nos remetemos mais uma vez:

O alento moral que a volta das chuvas dá ao espírito cearense é um fato muitas vezes observado e que se estende até aos animais. O retirante que não se corrompeu, que não se viciou como mendigo, logo que soube ter chovido na terra em que nasceu e morava, anima-se de uma esperança tamanha, de uma tão grande energia que regressa com a família muitas vezes sem víveres para a jornada, que as vezes é de cem e mais léguas.²⁹⁵

Desse modo, com as chuvas do começo de 1880, acabava aquela grande seca, iniciada três anos antes. As asperezas do clima, que cotidianamente contribuiria para o desenvolvimento do homem e da mulher cearenses, de presumíveis feições físicas e morais próprias, moldadas nesse ambiente quase sempre inclemente, permitiu que a maioria preservasse uma honestidade fortemente resistente, tal qual desejariam Beviláqua e Queiroz, que como homens do direito, valorizavam aspectos específicos da vivência local, em que ordem, disciplina, respeito e apego ao trabalho seriam preservados, mesmo diante das perturbações causadas pela grave estiagem.

Mas o retorno presenciado em 1880 já havia sido visto em 1846, ao término da seca iniciada no ano anterior. E seria registrado também em 1889, 1901 e 1916, após o encerramento do flagelo do ano precedente, afinal, como mencionado por Teófilo, “o Ceará está sempre entre uma seca que vai e outra que vem em caminho”²⁹⁶.

E, vindo sempre a seca, com ela, se veria repetida a história? Assim, ao invés de indicar as origens do Ceará, com as secas, o que tínhamos, em trabalhos como o de Rodolfo Teófilo, era um olhar voltado para um tema recorrente e, como tal, sempre presente na vivência local.

²⁹⁴ PESSOA, Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti. **Fala com que o Presidente da Província do Ceará abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura da Assembleia Provincial no dia 2 de julho de 1877.** Fortaleza: Typ. do Pedro II, 1877, p. 38.

²⁹⁵ TEÓFILO, 1901, p. 216-7.

²⁹⁶ Id., 1922b, p. 6.

Desse modo, podemos compreender que, nos primeiros anos de atuação do Instituto do Ceará, esse assunto não constava entre suas prioridades de pesquisa, pois à história caberia, através da busca aos documentos do passado, retratá-lo, no presente. mas, nesse caso, ante um passado recente e recorrente, quais formas teria essa história?

E compreender os efeitos desse passado, recente e recorrente, entre as idas e vindas causadas pela seca, anotadas em obras literárias, percebidas como narrativas que compunham a cultura histórica desenvolvida no Ceará, no final do século XIX e começo do XX, é o que visaremos no próximo capítulo.

Assim, para além das narrativas oficiais da historiografia local, produzidas no âmbito do Instituto do Ceará, vamos recorrer às representações literárias que, visando demonstrar uma perspectiva realista da vivência cearense, no final do século XIX e começo do século XX, nos fornecem um panorama acerca das possibilidades de se compreender a cultura histórica daquele tempo, ampliando, dessa forma, a percepção que a história, e suas descrições, poderiam ter nesse meio e naquele contexto social específico.

5 CULTURA HISTÓRICA E REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DA SECA NA HISTÓRIA DO CEARÁ

Este livro não e só uma obra científica revelando os grandes dotes do escritor: é também e principalmente um vivo e eloquentíssimo protesto contra as revoltantes calúnias e injúrias atiradas aos desgraçados filhos do Ceará. É mais do que um livro: é uma grande justiça, uma reparação.²⁹⁷

Foi dessa forma que Virgílio Brígido, membro fundador do Instituto do Ceará, se referiu à “História da Seca do Ceará”, do historiador e romancista Rodolfo Teófilo, na introdução que escreveu sobre outro livro do autor, o romance “A Fome”, publicado em 1890, seis anos depois daquela produção historiográfica.

Para Virgílio Brígido, tal produção sobre a seca era uma espécie de reparação aos momentos de sofrimento que seu povo enfrentou durante a calamidade, iniciada no ano de 1877. Como um trabalho historiográfico, suas análises repousam sobre os documentos consultados, além das experiências obtidas por Teófilo, que, atuando na linha de frente, na lida com os flagelados, observou aspectos que estão contidos nessa obra científica, de 1884.

Valendo-se dessa experiência e dos mesmos documentos consultados, Teófilo enveredara pela literatura, inserido no realismo, movimento que influenciou os rumos da literatura nacional nas décadas finais do século XIX, lançando o romance “A Fome”, em 1890, dando-lhe o subtítulo “cenas da seca do Ceará”, indicando as referências diretas que esse livro trazia de sua produção anterior, dedicada a historicizar a seca em sua terra.

Além de “A Fome”, Rodolfo Teófilo lançou, em 1899, outro romance dedicado ao tema da seca, “O Paroara”, que tratava de uma questão que engajava políticos e intelectuais cearenses, sempre que um período de estiagem se anunciava, qual seja, a emigração, sobretudo, em direção à região amazônica, sendo “paroara” um termo pejorativo, associado ao indivíduo que trocava o Ceará pelas “longínquas e insalubres terras do extremo norte brasileiro”.

²⁹⁷ BRÍGIDO, Virgílio. Introdução. In: TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome**: cenas da seca do Ceará. Fortaleza: Gualter R. Silva Editor, 1890, p. XVII.

A perda de mão de obra apta ao trabalho, nas áreas de pecuária e agricultura, cuja produtividade era retomada, tão logo era superado o flagelo da seca, colocava em risco o desenvolvimento da província, que nessas atividades tinha a base de sua economia.

O problema da emigração, como ainda uma denunciada decadência social e moral, que abatia a sociedade cearense, nas épocas de seca, será referido noutra importante obra, o romance “A Normalista”, de Adolfo Caminha, também influenciado pelo movimento realista.

Mas, para além de uma análise literária, nos interessarão as divergências, entre Teófilo e Caminha, sobre os limites entre a imaginação, disposta em suas narrativas, e a realidade histórica, esta vivenciada, no caso de Teófilo, a partir de sua experiência obtida, durante a seca, no “teatro dos acontecimentos”.

Tais questões, entre livros e autores, nos servem para compreender aspectos da cultura histórica dominante no Ceará, entre o final do século XIX e começo do século XX, assinalados nas obras produzidas naquele contexto, que apresentavam formas narrativas que, isentando-se das normas historiográficas, irradiadas pelo Instituto do Ceará, deixaram, escritas, versões específicas acerca de uma história cearense e da construção de um imaginário literário, a partir de uma influência direta da história.

Valendo-nos da perspectiva do historiador alemão Jörn Rüsen para caracterizar cultura histórica, no sentido por ele compreendido de que “a história é um elemento essencial de qualquer orientação cultural da vida humana prática, que aparece, com maior ou menor saliência, nos mais diversos formatos”²⁹⁸, partimos desses formatos diversos, proporcionados pela literatura, para analisar a vida humana prática e suas orientações, captadas nas narrativas dos referidos autores, destacando a seca e sua influência na praticidade e nas condições da vivência dos cearenses no período.

E assim, seguindo com a metodologia aqui empregada, listemos temas, obras e autores, a fim de empreender uma análise sobre as normas e formas de escrita da história, e sobre aspectos históricos, do Ceará, entre o final do século XIX e o começo do século XX, presentes também nos textos literários.

²⁹⁸ RÜSEN, Jörn. **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 33.

5.1 DO “ROMANCE-DOCUMENTO” AO PROBLEMA DA EMIGRAÇÃO PARA A AMAZÔNIA.

Sendo a seca, o assunto principal que perpassa grande parte da produção de Rodolfo Teófilo, historiográfica ou literária, vamos nela encontrar alguns aspectos que se repetem. Das críticas à inoperância do poder público ou à imprevidência do povo, que nunca se preparavam para os tempos de calamidade, esquecendo o sofrimento, tão logo as chuvas se normalizavam, às sugestões de combate aos efeitos nocivos da estiagem, como a insistência em destacar a importância da construção de açudes, um ponto que vai se repetir, com insistência, ao longo da obra do autor, diz respeito ao problema da emigração cearense, sobretudo, rumo à Amazônia.

O risco da terra se despovoar era destacado em seus livros, através do uso de dados censitários, como ainda dos relatórios governamentais, que indicavam o crescente movimento populacional em direção às terras amazônicas.

O próprio Teófilo, porém, assinalava, numa obra sua, que “a seca fez de teus filhos os bandeirantes do norte. Levaram a luz e iluminaram o entendimento de seus irmãos selvagens”²⁹⁹. Assim, da fome e da dor ainda emergiria a luz, que beneficiaria os ditos selvagens do norte.

No livro dedicado ao estudo da seca de 1915, o autor assim se referiu ao tema, indicando que os cearenses, convertidos nos tais “bandeirantes do norte”, agiam dessa forma impregnados pelo fatalismo e pela indiferença, provenientes de uma total falta de expectativa:

O povoamento do Amazonas só podia ter sido feito, como foi, pelo caboclo cearense, cujo organismo resistia às moléstias daquela insalubre região e cujo espírito, impregnado de grosseiro fatalismo era indiferente às constantes e numerosas perdas de vida, porque estava convencido de que o homem tem fixa a data da sua morte.

Quando aqui se exproba a ida deles para tão mortífera terra, respondem – **tanto se morre aqui como lá; chegado o dia, é aqui ou ali.**³⁰⁰

A imagem que se buscava definir era a de um sujeito que, oriundo de um lugar marcado pela escassez de chuvas, lidando com a fome e demais privações, que não

²⁹⁹ TEÓFILO, Rodolfo. **Cenas e Tipos**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1919, p. 6.

³⁰⁰ Id. **A seca de 1915**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922b, p. 63. Negrito no original.

lhes impunham temor em lançar-se na aventura de povoar terras distantes e insalubres, sendo o cearense alguém indiferente até mesmo à morte, pois quando a hora chegasse, tanto aqui como lá, não importaria aonde fosse, nem como seria, ela viria.

Sendo assim, para esse indivíduo, questionava-se Rodolfo Teófilo, afinal, para que serviria a história? Sendo esta um exemplo de conduta, que deveria interferir nas decisões, tanto dos cidadãos como dos governantes, lastima-se, pois, o autor, visto que “o exemplo não lhes influi no ânimo. [E que] as lições do passado não aproveitam no futuro”.³⁰¹

Assim, as dificuldades que o cearense passava, na insalubre região amazônica, não eram capazes de suplantar o sofrimento que esse indivíduo se habituara, no seu lugar de origem, numa convivência marcada pela seca, e tampouco, conseguiriam dissuadir-lhes da ideia de emigrar. E, ante a constatação, de que “se morre, tanto aqui, como lá”, seguiria Teófilo historicizando seus romances com aquilo que presenciara, nos contatos que teve com esses sujeitos e a partir daquilo que constava, em seus livros, sobre a história da seca no Ceará.

O fluxo emigratório para as províncias do extremo norte do Império se iniciou com a grande seca de 1877. Teófilo refere-se a esse movimento no seu livro “A Seca de 1919”, no qual, como de costume, fazia uma retrospectiva de todas as estiagens anteriores, desde o século XIX, como a que temos aqui, nesse caso:

A emigração para o norte começou em 1877. Eu assisti ao embarque das primeiras levas de retirantes, o seu transporte para bordo, a sua instalação na proa do navio. Vi cenas tão desumanas, que me impressionaram tanto, que lhes dediquei um capítulo no meu livro “A Fome”.³⁰²

Destaque-se que, ao constatar aquele fato histórico, Rodolfo Teófilo, era ali, ao mesmo tempo, historiador e testemunha ocular do embarque dos retirantes, no porto de Fortaleza, ainda no primeiro ano de seca, em 1877. E dessa observação, surgiram duas narrativas. Uma histórica, referida acima, e outra literária, inserida num capítulo do mencionado romance “A Fome”.

Indica-se, portanto, o entrelaçamento que realiza o autor entre história e ficção, característica do realismo, movimento literário que propunha uma compreensão, como indica seu nome, mais realista da sociedade, fazendo surgir um olhar que se coaduna

³⁰¹ TEÓFILO, Rodolfo. **A seca de 1919**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922c, p. 13.

³⁰² Ibid., p. 26.

com aquilo que propunha Teófilo, tal como refere Alfredo Bosi, ao analisar as fases da literatura brasileira, ao indicar que, com o realismo, na segunda metade do século XIX, “houve uma passagem do vago ao típico, do idealizante ao factual”³⁰³.

Porém, antes de especificar outras características do realismo, refiramos que o dito capítulo dedicado por Teófilo, no romance “A Fome”, destacado por ele acima, com cenas desumanas, é o capítulo VIII, da terceira parte do livro, intitulado “Misérias”, que começa da seguinte forma: “chegou a hora da separação. Quatrocentos retirantes de todas as idades marchavam em préstito para o porto da cidade”³⁰⁴.

E ao longo das dez páginas seguintes, sucedem-se as tais cenas desumanas, que Teófilo diz ter presenciado. O embarque no porto era precário, sendo feito por pequenas lanchas, que levavam os indivíduos ao navio, ancorado a certa distância da praia, o que tornava a situação caótica, que, juntando-se ao carácter dramático da situação, foi assim descrita pelo autor, da maneira mais realista que ele pôde fazer:

Os encarregados do embarque dos emigrantes, num açodamento cruel, faziam transportar para bordo das lanchas os retirantes. O serviço era feito de um modo desumano e aflitivo! Não havia um cais, uma ponte para atracar as embarcações. Uma dúzia de homens fortes e musculosos, nus, tendo apenas uma tanga, trabalhadores da capatazia do porto, faziam o embarque dos emigrantes a tostão por cabeça, com a mesma humanidade com que costumavam carregar os fardos de algodão, os sacos de açúcar. Não havia ali respeito à velhice, decoro à honestidade, e proteção à infância! [...]

As crianças gritavam assombradas quando se viam carregadas de mar adentro e muitos dos carregadores faziam-nas calar a empuxões! Além do modo bárbaro de embarcá-los, por cúmulo de perversidade, a zombaria dos trabalhadores, a galhofa que faziam dos seios das mulheres expostos pela nudez à sua brutal irrisão e que a fome havia reduzido a esguias pelangas!³⁰⁵

A longa descrição factual que Rodolfo Teófilo faz do embarque dos retirantes, que prossegue no decorrer de todo o capítulo, ao navio que os levaria à Amazônia, provém da observação direta que ele teve dos fatos, sendo esse relato, portanto, mais uma descrição histórica da realidade vivenciada que uma construção ficcional sobre essa mesma realidade, conforme indica o crítico literário Massaud Moisés, para quem, o autor buscou “menos ficcionalizar que historizar os acontecimentos”³⁰⁶.

³⁰³ BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 42. ed. São Paulo: Cultrix, 2011, p. 173.

³⁰⁴ TEÓFILO, 1890, p. 265.

³⁰⁵ Ibid., p. 266.

³⁰⁶ MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira**. v. III. Realismo. São Paulo: Cultrix, 1985, p. 79.

Ainda de acordo com Moisés, a obra literária de Teófilo, voltada para a temática da seca, destaca “o traço documental em detrimento do ficcional, num estilo que um crítico rigoroso aproximou da ´secura e o descolorido de um inventário ou de um corpo de delito”³⁰⁷.

Trata-se de José Veríssimo (1857-1916), um dos primeiros e mais importantes estudiosos da literatura nacional, atuando no final do século XIX, o tal “rigoroso crítico” a quem se referiu Massaud Moisés. Sobre Rodolfo Teófilo, escreveu, no começo do século XX, que o autor já era conhecido por várias produções, “umas de imaginação, outras de estudo sobre o Ceará, seus costumes e aspectos naturais”³⁰⁸. E, apesar de reconhecê-lo enquanto autor consciencioso e sincero, e até mesmo, digno de estima, Veríssimo direciona-lhe sua mencionada crítica rigorosa: “os processos descritivos do autor, principalmente quando quer referir estados d’alma, têm a secura e o descolorido de um inventário ou de um corpo de delito”³⁰⁹.

As críticas que Veríssimo e Moisés fazem à obra ficcional de Teófilo se referem ao fato desse autor se escorar em acontecimentos verídicos para embasar sua escrita literária, numa sobreposição que, sempre partindo da história, por ele observada e descrita em sua obra sobre o tema, destacava o excesso de informações, na feição de um inventário, condicionando sua produção literária a uma repetição do vivido e não a uma criação ficcional, a partir do vivenciado.

Os detalhes na descrição do embarque dos retirantes ao navio que os levaria à Amazônia, que se prolonga por todas as páginas do capítulo, incluindo-se detalhes técnicos da embarcação, sendo esse apego às minúcias uma característica presente nas produções de Teófilo, sejam literárias ou históricas, condiciona sua obra a esse tipo de desconsideração por parte dos referidos críticos literários.

Mesmo sendo um nome engajado no realismo, Teófilo, ainda conforme esses críticos, seria um autor que enveredava pela ficção firmemente calcado na história, a ponto de Moisés indicá-lo como alguém que “praticou o *romance-documento*, e até o limiar da esterilidade, mercê de o plano fictício ceder ao histórico, transformando a

³⁰⁷ Ibid., p. 81.

³⁰⁸ VERÍSSIMO, José. **Estudos de literatura brasileira**. 1ª série. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901, p. 262.

³⁰⁹ Ibid., p. 266.

narrativa em reportagem de onde o brilho, a fantasia e a originalidade não raro desertaram”³¹⁰.

Todavia, se para a literatura, a obra de Rodolfo Teófilo falhara pelos excessivos processos descritivos ou por conceder, ao histórico, lugar privilegiado ante o ficcional, ao que aqui nos cabe, em um trabalho historiográfico, tais críticas se tornam elogios e ditas falhas são vertidas em qualidades, justamente por nos conceder um panorama detalhado da vivência cearense nos períodos afetados pela seca, seja nos livros que o autor dedicou à história, como também naqueles publicados visando à literatura.

Desse modo, retornemos ao contexto do embarque dos retirantes, no porto de Fortaleza, rumo às indicadas terras insalubres amazônicas. O problema ali referido, enfatizado na dramaticidade da descrição humilhante das condições de embarque, é apenas um elemento a reforçar um drama maior, qual seja, a seca, que expulsava aqueles homens, mulheres e crianças a tentarem a vida e a sorte longe de seu lugar de origem.

Desde a seca de 1877, com o surgimento desse fluxo emigratório, a Amazônia passava a ser ressaltada, nos discursos dos intelectuais cearenses, como a antítese de sua terra, sobrando naquela o que nessa faltava. E se o Ceará era a terra da seca, o imaginário que se construiu sobre o norte longínquo do Brasil no final do século XIX, pode ser percebido no seguinte trecho do romance “O Paroara”, publicado por Teófilo em 1899, abordando a saga de um sujeito, designado com o termo que dá título ao livro, dado ao cearense que ia trabalhar nos seringais daquela região:

João das Neves agora nada mais via a não ser o quadro atraente da bela e opulenta Amazônia com o seu rio-mar a correr majestoso fertilizando centenas de léguas, e a vida feliz à sombra de uma soberba floresta pródiga em frutos e rica de encantos.³¹¹

A beleza e opulência que atraíam o protagonista João das Neves redundaram, ao final de tudo, numa aventura desastrosa, pois a vida feliz sonhada naquele lugar, rico de encantos, apenas resultou em desilusão e doença, e na morte de sua família, que ficou em casa. Seu retorno ao Ceará foi penoso e repleto de arrependimento, com as perdas, de longe, superando qualquer ganho.

³¹⁰ MOISÉS, 1985, p. 82.

³¹¹ TEÓFILO, Rodolfo. **O Paroara**: cenas da vida cearense e amazônica. Fortaleza: Typ. Moderna, 1899, p. 215.

A lição deixada pelo autor era que nenhum lucro compensaria os riscos dessa aventura. Contudo, a seca e seus efeitos eram fatores decisivos na vontade de partir, indicando-se, no referido livro, que o fatalismo, mais uma vez, se impunha àqueles que se aventuravam, pois se havia o risco de lá morrer, cá ficando, a situação seria a mesma:

Alegavam que se acabavam de fome. Queriam sair; e quando alguém ponderava as endemias da Amazônia, respondiam convictos: – *tanto se morre aqui como lá*. Outros respondiam: – é melhor morrer de doença lá do que de fome aqui.³¹²

Esse referido fatalismo também foi tratado em obra de outro escritor cearense, Adolfo Caminha (1867-1897), que no romance naturalista “A Normalista”, lançado em 1893, narrava a retirada de uma família proeminente do interior em direção à capital. Enviuvando logo ao chegar, o chefe da família, Bernardino de Mendonça, ainda sadio, vigoroso e trabalhador, decide-se por tentar a vida no Pará, pois “não podia continuar no Ceará, viúvo e ocioso, de braços cruzados, sem dinheiro, olhando para o tempo, decididamente não podia continuar”³¹³. Mais uma vez o contraponto com a terra natal se faz presente, pois dela saindo, não viveria Mendonça na ociosidade e sem dinheiro.

Se a morte da esposa fora o estopim para Mendonça desistir do Ceará, a seca, antes disso, o deixara “totalmente desiludido, quase arruinado”³¹⁴, daí sua retirada em direção à capital, diante da impossibilidade de permanecer em seu local de origem. Porém, o que destacamos é o diálogo travado entre Mendonça e João da Mata, aquele a quem confiaria a proteção e guarda de sua jovem filha, Maria do Carmo, afinal, o pai não levaria uma moça para uma região tão inóspita.

Com seu interesse escuso sobre a donzela, João da Mata busca convencer Mendonça a partir, e seu argumento demonstra-nos a visão que opunha Ceará e Pará, um deles caracterizado pela fome, miséria e morte, enquanto o outro sendo ressaltado pela fartura e dinheiro. Desse modo, o convencimento assim foi feito:

Que fosse imediatamente para o norte. A vida no Ceará não valia coisíssima alguma. O Pará, sim, aquilo é que é terra de fartura e dinheiro. Um homem trabalhador e honesto, como o compadre, com uma pouca de experiência podia enricar da noite para o dia. os seringais, conhecia os seringais? Eram uma mina da Califórnia. Tantos fossem quantos voltavam recheados, de mão no bolso e cabeça erguida. E o Ceará? Fome e miséria somente. Num mês

³¹² TEÓFILO, 1899, p. 481.

³¹³ CAMINHA, Adolfo. **A Normalista**: cenas do Ceará. Rio de Janeiro: Magalhães & C., 1893, p. 34.

³¹⁴ *Ibid.*, p. 27.

morriam três mil pessoas, eram mortos a dar com o pé, morria gente até defronte do palácio do governo, uma lástima!

E acrescentou que o Ceará era boa terra para os políticos e ricos, que o pobre em Fortaleza, ainda que pesasse quilogramas de honradez era sempre o pobre, maltratado, espezinhado, ridicularizado, perseguido.³¹⁵

Não valendo coisíssima alguma, a vida no Ceará, em tempo de seca, não podia ser comparada às possibilidades de riqueza que emanavam do Pará. Além da fome e miséria, a situação de quem buscava a cidade de Fortaleza, necessitando de socorro, como era o caso do personagem Mendonça, era descrita como ainda mais calamitosa, pois aqueles que chegavam, arruinados, seriam humilhados pelo povo da capital, terra boa apenas para políticos e ricos. Assim, “o tumultuar cotidiano de virtudes fingidas e vícios inconfessáveis”³¹⁶ que se via em Fortaleza, seria deixado para trás, em busca de promessas de riqueza.

Mas, afora o imaginário referendado pelos mencionados romances, abordemos a repercussão dada a um fato que remetia às condições vividas por Mendonça, tanto pela necessidade, como pelo desejo de emigrar. Diante disso, temos que no dia 15 de abril de 1877, o jornal *Cearense* noticiava a chegada à cidade de Fortaleza, ocorrida na véspera, de “uma caravana de trinta e tantas pessoas, entre homens, mulheres e crianças que vêm acossados pela seca”³¹⁷.

Tal situação foi citada também por Rodolfo Teófilo, na sua “História da Seca do Ceará”, constando que “a 14 [de abril], chegou a Fortaleza, vinda de Uruburetama, a primeira caravana de retirantes, composta de 35 pessoas”³¹⁸, grupo que chegava “no mais completo estado de miséria. Pais e filhos tinham sobre o corpo imundos trapos; macilentos, descarnados, pareciam múmias de pé”³¹⁹.

Podemos imaginar o impacto que tal comitiva causou na população da capital, que até então se informava sobre o avanço da estiagem no interior da província pelas correspondências, que desde janeiro eram publicadas nos seus periódicos, noticiando a crescente aflição e os prejuízos causados pela falta de chuvas. Assim, a miséria que se lia, agora também era a miséria que se via, como demonstra Teófilo, ao questionar-

³¹⁵ CAMINHA, 1893, p. 34-5.

³¹⁶ *Ibid.*, p. 36.

³¹⁷ EMIGRANTES. *Cearense*, Fortaleza, 15 abr. 1877, p. 3.

³¹⁸ TEÓFILO, 1922a, p. 84.

³¹⁹ *Loc. cit.*

se, em referência à população de Fortaleza: “não será um flagelo ter-se a porta cheia de famintos, de manhã à noite, pedindo esmola pelo amor de Deus?”³²⁰.

Contudo, se a seca forçara aquele primeiro grupo de retirantes a sair de seu torrão, em direção à cidade de Fortaleza, esse não seria, porém, o destino almejado, conforme temos no complemento da citada matéria do *Cearense*, daquele 15 de abril:

Vimos alguns desses infelizes, na fisionomia dos quais se estampa a miséria.

Alguns deles disseram-nos que traziam o desígnio de embarcar para o Pará ou Amazonas. Perguntamos de que recursos dispunham; responderam-nos que em São Francisco se dizia que o presidente estava concedendo passagens aos que quisessem seguir para aquelas províncias!

É o recurso do desespero.³²¹

Podemos compreender mencionado desespero, tanto em relação àqueles que chegavam, como quanto à disposição do governo em conceder-lhes passagens, pois na edição seguinte do citado periódico, temos novamente a comitiva de Uruburetama como assunto preferencial e, diante da disposição reiterada de embarcarem para as terras amazônicas, o autor do artigo no jornal *O Cearense*, não assinado, relata que tentou demovê-los desse propósito, ao narrar as desvantagens dessa empreitada:

Eles mostraram-nos desejos ardentes de seguir para o Pará. Nós, porém, os dissuadíamos dessa ideia.

A emigração para o Amazonas e Pará, é não só prejudicial a esta província, pois arranca grande número de braços válidos à lavoura, como de um futuro bem triste para aqueles que se deixam arrastar pela miragem do Eldorado.³²²

Mas a dissuasão, referida pelo articulista de *O Cearense*, parece não ter surtido efeito algum, pois enquanto o destino daquela primeira leva, oriunda de Uruburetama, deixava de ser acompanhado pelos jornais de Fortaleza ou por Rodolfo Teófilo, fato é que o fluxo emigratório avultaria dali há alguns meses. A ligação entre o Ceará e as províncias amazônicas se intensificou de vez, tanto nos anos diretamente atingidos pela seca, como depois, mesmo diante da normalização das condições climáticas.

Ressaltemos a indicação, dada pelos retirantes de Uruburetama, quanto ao fato de o presidente da província estar concedendo passagens para o Amazonas ou Pará. De fato, a concessão de passagens foi uma medida adotada pelo governo provincial,

³²⁰ TEÓFILO, 1922b, p. 34.

³²¹ EMIGRANTES. *Cearense*, Fortaleza, 15 abr. 1877, p. 3.

³²² EMIGRANTES. *Cearense*, Fortaleza, 18 abr. 1877, p. 3.

na seca de 1877, visando diminuir o acúmulo populacional, que pressionava cidades do interior e abarrotava Fortaleza e seus arredores, com um crescente número de indigentes.

Porém, esse incentivo oficial à emigração seria aplicado alguns meses depois, quando a situação se complicara ainda mais, conforme relatado por Teófilo:

Foi assim que, a 13 de agosto, autorizou ele [o governo central] ao Presidente do Ceará a facilitar a emigração para o Amazonas e Pará, dando passagens aos retirantes nos vapores ingleses e brasileiros, mediante a quantia de seis mil réis por pessoa, além de mil réis diários pela demora que tivessem no Maranhão.³²³

Salientemos que na seca de 1845, a última a afetar o Ceará antes de 1877, a facilitação da emigração, pela concessão de passagens, também havia sido adotada, como podemos perceber pela deferência feita, pelo presidente da província, ao então comandante da armada no Ceará, em decorrência do “transporte gratuito em suas embarcações, dada àqueles que para o Maranhão emigraram a procura de refúgio”³²⁴. Além disso, numa portaria editada em outubro de 1846, notificava-se “ao inspetor de fazenda remetendo a relação dos indivíduos que foram para o Maranhão, ordenando-lhe o pagamento das passagens pela consignação dos socorros públicos”³²⁵.

No Maranhão, inclusive, se estabeleceu a partir daí, uma colônia cearense na região do Rio do Corda. Em 1872, cinco anos antes da grande seca, um periódico de Fortaleza reproduzia artigo do jornal da capital maranhense *O País*, no qual as secas, o crescimento populacional e a falta de terras para a lavoura no Ceará eram usadas para justificar, e incentivar, o fluxo populacional rumo àquelas terras, demonstrando-se que a possibilidade da emigração já era uma realidade então presente:

A Barra do Corda, todos sabem, que é uma florescente colônia cearense, e em todos os pontos do alto sertão se encontram mais ou menos famílias cearenses, e oriundas do Ceará. As secas, o crescimento da população e a falta de terras próprias para lavouras têm feito com que muitas famílias cearenses emigrem para o nosso sertão; e depois a amenidade do clima, a uberdade do solo, a abundância de terras próprias para lavrar e criar, e de mais a mais a soma de bem-estar de que geralmente gozam todos os emigrantes, tem chamado para cá os parentes, amigos e vizinhos destes menos favorecidos da fortuna.³²⁶

³²³ TEÓFILO, 1922a, p. 109.

³²⁴ VASCONCELLOS, Ignácio Correia de. **Relatório apresentado à Assembleia Provincial do Ceará pelo Presidente da Província em 1º de julho de 1847**. Fortaleza: Typ. Fidelíssima, 1847, p. 25.

³²⁵ GOVERNO da Província. **Cearense**, Fortaleza, 18 out. 1846, p. 1.

³²⁶ COLONIZAÇÃO. **Pedro II**, Fortaleza, 29 fev. 1872, p. 2.

Se os menos favorecidos da fortuna já rumavam, antes de 1877, para longe de casa, em busca de melhores condições de vida, como no caso maranhense indicado acima, essa questão, todavia, foi intensificada naquele referido ano. Assim, podemos considerar que o imaginário, referente às terras mais vantajosas que o Ceará, capazes de abrigar seus filhos, como nessa situação, o Maranhão, partiria de uma realidade já vivenciada com a seca de 1845, potencializada, porém, a partir de 1877.

Contudo, antes de seguirem para longe da província, o trajeto levava à cidade de Fortaleza, afinal, era dali “donde todos com razão esperam que partirá o movimento generoso em favor dos indigentes; é o ponto para onde se dirigem todos os que não podem arcar com os rigores do flagelo”³²⁷. Assim, o recurso do desespero, de pronto, apontava o percurso da capital. Foi esse o caminho percorrido por Mendonça, no livro de Adolfo Caminha, como também por aqueles que chegaram de Uruburetama.

Desde março de 1877 se intensificaram na imprensa da capital notícias acerca do avanço da seca no interior da província. Informações sobre prejuízos na lavoura e mortandade do gado tornavam-se recorrentes, mencionando-se também a evasão de pessoas afetadas pela estiagem em direção às cidades próximas. Mas tudo mudava de figura a partir da presença dos retirantes, vindos de Uruburetama, perante o olhar dos moradores de Fortaleza, pois àqueles que chegavam, “o que lhes restava era a emigração para a capital, para onde, diziam eles, *o rei tinha mandado muito dinheiro e roupa para se distribuírem com a pobreza*”³²⁸, como citado por Teófilo.

Os recém-chegados de Uruburetama, naquele 14 de abril de 1877, relatavam a vontade de embarcar para a Amazônia, alegando que, no seu local de origem, se dizia que o poder público estava a distribuir passagens para os destinos almejados. Não por acaso, o assunto sobre tal fluxo emigratório passou a repercutir na imprensa da capital no mês anterior, através de uma carta enviada de Sobral, importante centro econômico do interior da província, que alertava que “somos chegados ao mês de março, sem que as chuvas tenham querido visitar um solo ressequido pelos ardores de um sol mortífero”³²⁹.

Nessa correspondência, datada do dia 1º e publicada em meados do mês no jornal *O Cearense*, além de citadas as perdas que a seca já provocava nos rebanhos,

³²⁷ AINDA a seca. **Cearense**, Fortaleza, 18 abr. 1877, p. 1.

³²⁸ TEÓFILO, 1922a, p. 97. Em itálico, conforme o original.

³²⁹ A SECA e o governo. **Cearense**, Fortaleza, 18 mar. 1877, p. 3.

clamava-se, junto ao governo provincial, a tomada de providências que tal situação demandava, alegando-se que “é, pois, chegado o tempo de a administração pública curar dos meios de evitar à província os horrores da fome e os males que hão de seguir-se a eles”³³⁰.

Assim, além de indicar os prejuízos que a estiagem causava na principal fonte de receitas, a fome e os males daí decorrentes mereciam a atenção do autor da carta, talvez alguém ligado ao poder local e temeroso quanto aos desdobramentos desses males. E se meios eram solicitados, uma sugestão também era indicada:

Se nos fosse lícito lembrar um desses meios, não esqueceríamos o de ser facilitada uma corrente de emigração de braços ainda válidos para o vale do Amazonas e rios adjacentes [...]. Nossa população é ativa e morigerada; por que o estrangeiro e não ela, que disso precisa para alimentar-se, há de ser o colono das ricas regiões do Pará e Amazonas?

Os vapores da linha costeira do Norte poderiam transportar os emigrantes dos portos onde tocam. Não conviria que a província do Pará, tão interessada em colonizar seus despovoados territórios, tomasse a distância em uma medida que, sendo um socorro à nossa, poderia converter-se em poderoso elemento de sua prosperidade e futura grandeza? Por que, pois, o Pará, província rica, há de perder o ensejo de obter uma emigração barata e duplamente proveitosa?³³¹

A dupla faceta proveitosa apresentada, beneficiaria tanto o Pará, província rica, mas ainda pouco povoada, como o Ceará, que afetado pela seca e sem condições de sustentar seus filhos, os remeteria para um lugar, onde não padeceriam. A população ativa e morigerada do Ceará, diante da impossibilidade de desempenhar suas funções laborais em sua própria terra, poderia ser o elemento a ensejar a prosperidade e a futura grandeza do Pará. Desse modo, a seca, que então dizimava o cearense, seria a força motriz que possibilitaria a grandeza da Amazônia.

Na sua carta, o autor sugere que sejam enviados braços ainda válidos, questão sensível e duramente criticada por autores, como Rodolfo Teófilo, que denunciavam o risco de o Ceará despovoar-se. Porém, tal ponto não foi tido como problema pelo missivista de Sobral, ao anotar que “cumpre ao governo lançar mãos de medidas prontas, que evitem desde logo as consequências da seca deste ano sobre uma população já bastante densa”³³².

³³⁰ A SECA e o governo. **Cearense**, Fortaleza, 18 mar. 1877, p. 3.

³³¹ Loc. cit.

³³² Loc. cit.

Interessante ressaltar que a discussão acerca do fomento à emigração e seus efeitos, quanto ao futuro do Ceará, tomou conta de diversas edições do referido jornal *Cearense*, como dos outros periódicos que circulavam na cidade de Fortaleza, com a divergência entre aqueles que viam vantagens imediatas, enquanto os riscos futuros eram apontados por tantos outros.

Assim, na mesma página, da mesma edição do dia 15 de abril de 1877 do jornal *Cearense*, na qual temos mencionada a chegada da primeira caravana de retirantes à capital, encontramos ali outra carta, enviada de Acaraú, cidade próxima a Sobral, em que as notícias sobre a seca já eram alarmantes, indicando-se seu autor que “é extraordinário o povo que vem refugiar-se aqui, a isto segue-se o roubo e tudo quanto o desespero da fome aconselha”³³³.

Para debelar o problema que se prenunciava, sugeria o autor que “talvez fosse conveniente que o governo facultasse passagens a estes emigrantes para Maranhão e Pará, onde encontrariam recursos”³³⁴. Dessa maneira, um novo argumento surgia para justificar a emigração, o da violência, indicando-se, mais uma vez, a prevalência de terras mais prósperas, e com mais recursos disponíveis, que o Ceará.

Assim, diante de um assunto que repercutiu na imprensa de Fortaleza, tão logo a seca dava seus primeiros indícios da provação que viria, perdurando pelos três anos seguintes, e ao vê-lo retratado por Teófilo, tanto nas suas produções históricas, como nas literárias, reforçamos que, seu apego a “mais historicizar os acontecimentos do que ficcionalizá-los”, ou então, suas extensas descrições, que dariam à sua obra uma característica de “romance-documento”, se não mereceram elogios de críticos, como Massaud Moisés e José Veríssimo, são condições que nos servem, justamente por essa relação com a história, para analisarmos as distintas possibilidades e os diversos formatos que a escrita da história do Ceará assumia naquele período.

Entre historicizar os fatos e tomá-los como inspiração, fazendo deles o suporte para a produção literária, numa perspectiva que desfavorecia a Rodolfo Teófilo, ante os referidos críticos, é que vamos destacar a querela, entre esse autor, e outro nome de destaque nas letras cearenses, e nacionais, no final do século XIX, o citado escritor Adolfo Caminha.

³³³ SECA. *Cearense*, Fortaleza, 15 abr. 1877, p. 3.

³³⁴ Loc. cit.

A descrição de requeridas normas de conduta, que recairiam sobre o habitante do Ceará, em tempos de seca, provenientes da suposta resistência que o convívio naquele ambiente impunha-lhe, como ainda uma dita propensão em emigrar, tornam-se aspectos destacados, nas obras analisadas a seguir, acerca do imaginário sobre o Ceará no final do século XIX.

5.2 MAIS NATURAL, MAIS CEARENSE, LUTAR, AO FICAR OU PARTIR.

Iniciamos o tópico tratando de uma desavença entre os dois autores cearenses citados no item anterior, Rodolfo Teófilo e Adolfo Caminha, querela suscitada a partir de uma crítica feita pelo primeiro acerca do modo como um personagem, na obra do segundo, agiu diante do enfrentamento da seca e da forma como decidiu abandonar o lar, no interior da província, rumando para a capital, em busca de socorro. Toda a polêmica residiu na resistência que tal personagem deveria ter demonstrado ante a estiagem que, segundo Teófilo, seria a “maneira natural” como o homem cearense lidaria com a intempérie.

Nesse caso, entenda-se por “maneira natural” do homem cearense, conforme Teófilo, os modos de agir e viver que seriam próprios desse sujeito, resultantes de sua vivência em uma área afetada pelas recorrentes estiagens.

Para esse autor, dito fenômeno climático modelaria o tipo, a índole e o caráter do habitante do Ceará, fatores que o tornariam trabalhador, sóbrio, disciplinado e com propensão à emigração. Assim, a seca condicionaria certas características físicas e morais do homem cearense, fazendo dele alguém que agiria conforme as condições impostas por esse evento climático, demonstrando, por sua vez, a tal “naturalidade”, na forma de viver, agir e reagir, próprias de quem morava no Ceará.

Isso posto, retornemos à referida desavença entre os dois autores. Assim, no romance “A Normalista”, Adolfo Caminha, alvo da crítica de Rodolfo Teófilo, cria um personagem, o patriarca de uma família do interior, Bernardino de Mendonça, que decide, em dezembro de 1877, retirar-se para Fortaleza, após amargar os prejuízos que aquele primeiro ano de seca causaram, vendo o número crescente de indigentes, que à capital seguiam, em penosas condições, na busca da ajuda oficial ali prestada. Como um dos proprietários mais abastados do lugar, Mendonça conseguiu resistir por

mais tempo que os outros, contudo, em dezembro, com quase tudo perdido, veio a decisão de finalmente partir.

E foi justamente essa decisão de partir, mesmo com a ressalva de ter sido um dos últimos a adotar tal iniciativa, que tanto desagradou a Teófilo e mereceu dele uma das mais desfavoráveis análises do citado livro de Caminha, publicada em 1895, no periódico “O Pão”, revista da agremiação literária Padaria Espiritual, da qual os dois escritores fizeram parte, só que em épocas distintas, tendo Caminha participado da primeira fase, de 1892 a 1893, enquanto Teófilo entraria na segunda fase, a partir de 1895, permanecendo até o encerramentos de suas atividades, em dezembro de 1898.

Assim, apenas dois anos depois da edição de “A Normalista”, no Rio de Janeiro, cidade para onde se transferiu Adolfo Caminha após deixar o Ceará, seu livro merecia uma resenha, na revista da entidade que ajudara a fundar.

Desconhecemos alguma rusga anterior que rivalizasse os referidos escritores, enquanto Caminha ainda residia em Fortaleza. Teófilo, inclusive, começa sua resenha ressaltando que ninguém conhecia dito autor, não havendo qualquer menção a ele na imprensa local. Mas o ponto que destacamos tem a ver com a decisão do mencionado personagem Mendonça, em partir rumo à capital, deixando o lugar de origem, questão criticada como “desvirtuamento da verdade”, que teria sido sacrificada em prol de um estilo romanesco e dramático.

Diante disso, enfatizamos o seguinte trecho da dita análise, publicada na edição de “O Pão”, de 1º de julho de 1895, e assinada por Rodolfo Teófilo, que se mostrava pouco condescendente naquela fornada:

Não seria mais natural, mais cearense, Mendonça lutar pela salvação de seus haveres até perder a carne do corpo e a paz do espírito e depois desiludido do inverno de 1878 e sem mais recursos no sertão, emigrar, mas emigrar como todos os seus conterrâneos, com a trouxa na cabeça e o bordão de peregrino na mão? [...] Esse e outros erros de observação ressaltam a todos os instantes do livro do Senhor Caminha.³³⁵

Críticas diversas são destinadas ao livro resenhado. Da cavalgadura utilizada pela família de Mendonça, para a viagem a Fortaleza, até os presentes deixados para sua filha, às vésperas de partir para o Pará, pois se ele estava falido, como poderia despender dinheiro com tamanha regalia?

³³⁵ TEÓFILO, Rodolfo. A Normalista. Parte I. **O Pão**, Fortaleza, 1º jul. 1895, p. 3.

Assim, ao evidenciar as inconsistências no livro de Caminha, Teófilo valorizava a si mesmo, autor de obras que tinham a seca como temática, fazendo questão de registrar, em seus livros, que cumpria “o sagrado dever de historiar os fatos com toda a imparcialidade”³³⁶.

Não tendo pretensão histórica, mas se valendo dela para imprimir credibilidade à sua escrita, o autor de “A Normalista” pecava, aos olhos de Teófilo, justamente por não obedecer à verdade histórica no enredo de seu texto, não narrando os fatos conforme ocorridos, arrematando o autor da crítica, que aquele tratava-se um livro “romanesco e por demais dramático, é esse tipo digno mais dos contos de fadas, com todos os atributos do maravilhoso do que de uma página realista”³³⁷.

Assim, para Teófilo, o romance de Caminha, ao apresentar inconsistências na busca em retratar, de forma convincente, a realidade que o cercava, dessa realidade se apartava e ao “maravilhoso” pagaria tributo, fugindo das exigências que recaiam sobre um autor, que baseava sua escrita nos aspectos factuais da sociedade.

Ressalte-se que Caminha retrucaria a crítica, desancando o romance “A Fome”, publicado por Teófilo em 1890 e que visava, por mais que uma obra ficcional, pautar-se pela história³³⁸. Porém, crítica mais contundente não se fez ao livro, mas ao autor e sua pretensão de tratar da realidade. Assim, temos que:

Um assunto como as secas do Ceará, digamos com franqueza, inteligentemente aproveitado por José de Alencar ou por Alúzio Azevedo, fosse como romance, fosse como simples narrativa dramática, daria, estou certo, páginas admiráveis de estilo e verdade, enquanto o Sr. Teófilo, que é nortista, que sempre residiu em sua terra, que assistiu *de visu* todas aquelas cenas canibalescas e incríveis de miséria e fome, não conseguiu dar senão páginas sem estilo, sem arte, sem verdade às vezes, e eu diria sem interesse, se a grandeza do assunto, a própria essência da obra não nos obrigasse a ler todo o livro, pondo de parte sua feição literária.³³⁹

E se Teófilo criticara a falta de realismo de Caminha, cujo protagonista de seu livro não demonstrava a resistência esperada de um homem do interior do Ceará, ante à seca, na sua réplica, Caminha também apontava indícios de que a realidade que

³³⁶ TEÓFILO, 1922a, p. 214.

³³⁷ Id., 1895, p. 3.

³³⁸ Como vimos, havia uma intertextualidade entre “A Fome” e a “História da Seca do Ceará”. Sobre tal discussão, Cf. ALMEIDA, Gildênia Moura de Araújo. **A Fome**: um romance do naturalismo? Dissertação em Literatura Brasileira. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2007, p. 43-45.

³³⁹ CAMINHA, Adolfo. **Cartas literárias**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1895, p. 140-141.

Teófilo representa em seu romance não era condizente com a realidade vivenciada, tal como observado, quando de sua referência ao protagonista de “A Fome”:

Aquele acordar de Manuel de Freitas, no sertão, depois de uma luta inglória contra os rigores da seca, que começa forte, nada tem de verdadeiro.

Vejamos. Uma bela manhã, Freitas levanta-se mais cedo que de costume, e, calmo, estupidamente calmo, sem vislumbre de comoção, diz para a mulher: – “acorda os filhos, reúne depois a roupa indispensável a cada um em uma maca, que vamos deixar essa terra antes de sair o sol”.

Chega a ser ridícula essa cena, que deveria ser uma das mais tocantes do livro.³⁴⁰

Mas, para além da feição literária de cada autor, voltemos ao ponto específico criticado por Teófilo em relação à atitude do personagem Mendonça, que de maneira menos natural, portanto, menos cearense, não resistiu ao avanço da seca e não renovou suas esperanças com a chegada do inverno, no início do ano de 1878. Desse modo, lutar até “perder a carne do corpo e a paz do espírito”, era o comportamento que se esperava do homem cearense, postura idealizada, tanto por Teófilo, como por outros autores da época, que ressaltavam a resistência desse sujeito ante o clima.

Assim, agregava-se às características elogiosas dadas ao homem cearense, além das já citadas anteriormente, como apego ao trabalho e disciplina, a expectativa de demonstrar uma resistência heroica, que mesmo com corpo e espírito padecendo as agruras da seca, somente desistir da terra quando não fosse mais possível lutar.

Mas, até quando manter a luta? Rodolfo Teófilo observa que “Mendonça depois de um labutar na salvação de seus rebanhos, fugir em dezembro, gordo e sadio, e não esperar pelo inverno de 1878 a começar em janeiro”³⁴¹, seria uma desfeita. Mas não propriamente pela opção de não mais esperar, mas sim pela condição de ainda poder resistir, vide permanecer gordo e sadio.

Se compararmos o proceder de Bernardino de Mendonça e Manoel de Freitas, respectivamente os patriarcas das famílias retratadas nos romances “A Normalista” e “A Fome”, vemos que ambos se decidem por sair do interior, e rumar à capital, diante da ruína provocada pela seca. Mas enquanto Mendonça se retirava em dezembro de 1877, Freitas assim o fez em novembro do mesmo ano. A diferença estaria no fato de que Teófilo descreve seu personagem como persistente e resignado, que somente

³⁴⁰ CAMINHA, 1895, p. 143.

³⁴¹ TEÓFILO, 1895, p. 3.

depois de lutar, contra os rigores da natureza, é que se retira, mas antes “empenha-se na luta, reúne todos os elementos que dispõe, e resolutamente decide-se a arcar contra o flagelo”³⁴².

A opção pela fuga, em direção à capital, deveria ocorrer somente após renhida resistência. O próprio Teófilo, na sua “História da Seca do Ceará”, afirmava que “o cearense foi talhado para resistir aos caprichos das estações de sua terra. Exuberantemente provam-no seu caráter, índole e hábitos”³⁴³. Outro autor que citou essa heroica “exuberância de caráter” foi o Barão de Studart, que se referiu à seca de 1877, como uma “longa e pavorosa caminhada de um povo heroico através dos mais cruéis sofrimentos, vítima da inclemência da natureza, e vítima de sua própria imprevidência”³⁴⁴.

Assim, essa condição de vítima, da natureza e de si mesmo, por causa de sua imprevidência, não justificaria para Rodolfo Teófilo a atitude do personagem do livro de Adolfo Caminha, pois, repetamos, fugir antes de resistir não seria natural, tampouco cearense. Testemunha ocular por mais de quarenta anos das secas no Ceará, Teófilo fornece-nos uma comparação entre a realidade vivenciada na calamidade de 1877, quando os retirantes chegavam na mais absoluta miséria, ao que ele presenciou em relação aos que buscavam o socorro na capital, no ano de 1915.

Enquanto em 1877 os retirantes tinham de enfrentar longas jornadas, de várias léguas, por estradas precárias sob sol inclemente, aqueles que se deslocavam rumo a Fortaleza, em 1915, contavam com a comodidade do trem. E ao visitar o primeiro grupo que chegara à capital, vindo de Iguatu, relatava o autor que “pensei encontrar aquelas figuras tão minhas conhecidas nas secas passadas, esqueléticas, repelentes; mas enganei-me”³⁴⁵. Para decepção de Teófilo, os recém-chegados estavam gordos, fortes e rosados, não justificando, portanto, a opção por deixarem seu local de origem. Mais adiante, o arremate sobre aquela situação:

As crianças, rubicundas, bem mostravam ter vindo dos ares puros e sadios do sertão. Palestrei com eles algum tempo sobre a sua estada em Iguatu, a viagem, a fome no sertão, e fiquei convencido de que

³⁴² TEÓFILO, 1890, p. 5.

³⁴³ Id., 1922a, p. 352.

³⁴⁴ STUDART, Guilherme (Barão de). **Climatologia, epidemias e endemias do Ceará**. Fortaleza: Tip. Minerva, 1909, p. 46.

³⁴⁵ TEÓFILO, 1922b, p. 29.

aquela gente era preguiçosa e havia corrido antes de enfrentar o flagelo.³⁴⁶

Não enfrentar o flagelo, portanto, era algo inadmissível para Teófilo, que em diversas ocasiões exaltou a índole, o caráter e a resistência do povo cearense. A concessão de socorros públicos, que para muitos não passava de uma esmola, teria condicionado aquelas pessoas ao hábito de esperar, mais pela benevolência estatal do que confiar em si mesmos e na sua força de resistir. Contudo, no caso específico do ano de 1915, ainda de acordo com o autor, “o momento para uma calamidade de proporções aterradoras era o melhor possível”³⁴⁷, por causa de problemas internos, como a Sedição de Juazeiro, e externos, como a Primeira Guerra Mundial.

E em se tratando da seca de 1915, vemos no romance “O Quinze”, publicado em 1930, por Rachel de Queiroz (1910-2003), e ambientado no contexto daquela calamidade, o personagem Chico Bento a repetir questões que se tornaram comuns em relação ao imaginário cearense, como a desilusão e impotência diante dos rigores do clima, a luta contra a estiagem, precedendo o difícil momento da partida, e o desejo de buscar a fortuna na Amazônia. Assim, na dita obra, a autora narra que:

Agora, ao Chico Bento, como último recurso, só restava arribar.
Sem legume, sem serviço, sem meios de nenhuma espécie, não havia de ficar morrendo de fome, enquanto a seca durasse.
Depois, o mundo é grande e no Amazonas sempre há borracha...
[...]
Chico Bento, na confiança de seu sonho, procurou animá-la [a esposa], contando-lhe os mil casos de retirantes enriquecidos no Norte.
A voz lenta e cansada vibrava, erguia-se, parecia outra, abarcando projetos e ambições. E a imaginação esperançosa aplanava as estradas difíceis, esquecia saudades, fome e angústias, penetrava na sombra verde do Amazonas, vencida a natureza bruta, dominava as feras e as visagens, fazia dele rico e vencedor.³⁴⁸

Por causa da seca, Chico Bento, de repente, se via sem comida e sem trabalho, situação que se estenderia enquanto a estiagem perdurasse. Portanto, sem condições de manter a si e a esposa naquele sertão desolado, sendo ele empregado e não um fazendeiro, a opção por retirar-se parecia a melhor decisão a ser tomada, pois não haveria ele de permanecer e morrer de fome. Mas a luta perdida, no lugar de origem,

³⁴⁶ TEÓFILO, 1922b, p. 30.

³⁴⁷ Ibid., p. 17.

³⁴⁸ QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 55ª ed. São Paulo: Siciliano, 1994, p. 26-7.

e a conseqüente escolha por emigrar, o colocava diante de novas lutas, pelas estradas difíceis rumo à Amazônia, a saudade, a natureza ameaçadora, com feras e visagens. Porém, a expectativa da riqueza o demovia de qualquer impedimento.

Podemos considerar que Rachel de Queiroz dá continuidade a uma tradição de caracterização do homem local, que se iniciara, no século XIX, com autores como o referido Rodolfo Teófilo, pois encontramos em seu texto questões que reforçam dita perspectiva, seja pela retirada, decidida pelo citado personagem Chico Bento, apenas como último recurso, a luta sempre presente contra as agruras da natureza e o desejo de seguir rumo ao extremo norte, com a expectativa de se fazer rico e vencedor. Entre ficar e morrer de fome, ou partir e, talvez perecer na aventura, eis a escolha que cabia.

No que pese a seca de 1915 não ter sido tão calamitosa como a de 1877, ainda tínhamos relatos de retirantes que mantinham a vontade de procurar a sorte na região amazônica, o que remetia às mesmas situações vivenciadas nas estiagens anteriores. Porém, muito incomodava a Teófilo as informações veiculadas na imprensa do Rio de Janeiro, que para ele, exageravam nas notícias sobre a real dimensão do problema:

Na capital não existe a miséria exagerada que noticiam os jornais do Rio. Dizer que em Fortaleza raras são as pessoas que não estão a morrer de fome é uma inverdade.

O flagelo não tem a proporção que lhe querem dar. É um repiquete de seca.³⁴⁹

Estando o Ceará diretamente ligado à emergência de um imaginário sobre a seca³⁵⁰, podemos compreender que, tão logo notícias dando conta da escassez de chuvas chegavam ao Rio de Janeiro, imediatamente as especulações sobre mais uma estiagem, a atingir o Estado, tomavam conta do noticiário. Se a miséria, exagerada, não se verificou naquele ano de seca, pouco fatal, vide sua caracterização como mero repiquete, destaquemos o desprezo direcionado pelo autor aos primeiros retirantes da calamidade de 1915, que teriam corrido, tal como fizera o personagem Bernardino de Mendonça, antes de enfrentarem o flagelo. Gente preguiçosa, como também covarde.

Além da preguiça, outro fator incomodava a Rodolfo Teófilo, em se tratando do modo como alguns de seus conterrâneos lidavam com a questão da seca. Assim, em

³⁴⁹ TEÓFILO, 1922c, p. 59.

³⁵⁰ Justifica Rodolfo Teófilo (1922b, p. 120) que “A terra das secas é verdadeiramente o Ceará. Os estados limítrofes, como Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, não sofrem como nós sofremos. A natureza deu-lhes mais abundante aquírio, alagadiços, extensos brejos que melhor produzem nos anos de pouca chuva”.

relação a outra estiagem, a de 1898, também menos danosa que a de 1877, temos referido autor tratando de uma figura surgida durante esse último flagelo, o sujeito que optava pela emigração para a região amazônica, o já referido “paroara”.

Diferentemente dos ditos preguiçosos, o que caracterizava essa gente era sua ambição, vertida na busca por riqueza, que os levava a aventurar-se no Amazonas e Pará, algo que perduraria até 1915, como vimos acima, com o personagem Chico Bento, de Rachel de Queiroz.

Nesse caso, não seria a seca o principal motivo a justificar a escolha por deixar a terra natal, senão a procura pela riqueza. Teófilo não deixa de abordar a expectativa de miséria que atingia essa população, tão logo o período de estio anunciava seus primeiros sinais. Com a lavoura perdida e a sobrevivência do rebanho comprometida, tornava-se compreensível que muitos desanimassem e debandassem, como visto nas secas anteriores, em direção à capital em busca de auxílio. Porém, a estiagem seria mais justificativa que causa, conforme relatado pelo autor:

O ano de 1898 havia sido de fome porque as chuvas não foram suficientes para criar as searas. A população menos favorecida da fortuna, esgotados que foram os recursos naturais, se deslocou em demanda da capital, não com a esperança de ser socorrida pelo governo, pois dizia convencida – que já não tinha mais rei – porém procurar patrões que a levasse para as ubérrimas, porém, pestíferas terras da Amazônia.³⁵¹

Se não havia mais rei, como em 1877, quando os que afluíram na direção de Fortaleza buscavam o socorro enviado pelo governo imperial, as esperanças estariam nos patrões, que levavam os cearenses à Amazônia. No livro “O Paroara”, Teófilo se refere a um personagem que percorria o sertão, agenciando pessoas que desejavam seguir rumo ao extremo Norte. Ali temos que “a propaganda da emigração lavrava por todo o Ceará. Em todas as localidades haviam chegado paroaras dinheirosos, que se conduziam como José Simão, com a mesma linguagem e os mesmos intentos”³⁵².

Dessa forma, com linguagem e intentos semelhantes, baseados na perspectiva do dinheiro, nada mais que a ganância justificaria a escolha de deixar a terra natal naquelas circunstâncias, pois nesse caso, nem luta contra a seca foi preciso enfrentar. Se nos relatos acima temos críticas, aos que fugiam antes de lutar e padecer, aqui, sobre os paroaras, o fator climático não justificava a retirada, não sendo algo natural,

³⁵¹ TEÓFILO, 1899, p. 477.

³⁵² Ibid., p. 232.

nada do que se esperaria do ser e agir cearenses. Dessa maneira, em relação aos paroaras, no contexto da seca de 1898 e do ano seguinte, já com a abundante inverno, indicava Rodolfo Teófilo que:

Não era acossado pela seca que o povo se arrojava em borbotões para a Fortaleza a se engajar a torto e a direito para fora da pátria. Não; o inverno era geral e copioso. Das praias ao sertão, a terra regurgitava d'água.³⁵³

Assim, quando a seca ocorria, o que se esperava do homem cearense era a luta contra os efeitos nefastos da natureza para, só então, esgotadas suas condições físicas e espirituais, decidir-se pela fuga de casa. E quando as chuvas não faltavam e a terra regurgitava de água, e, assim, as ditas condições de corpo e espírito estavam sanadas, a única explicação para a emigração, encontrada por Teófilo, estava na dita ganância. Eis, portanto, o ponto central de um novo imaginário em torno do fenômeno da seca, no Ceará, conforme assinalado pelo autor, devendo ser desestimulado, entre aqueles que ainda se deixavam levar pelas promessas de obtenção de riquezas em terras amazônicas.

Mas, outra característica atribuída ao homem cearense poderia explicar essa decisão de abandonar a terra natal, qual seja, seu espírito aventureiro. Dessa forma, além da seca, mais um motivo justificaria a propensão cearense por deixar sua terra natal. Quanto a isso, recorramos a um autor já aqui referido, Antônio Bezerra, que num trabalho, intitulado “O Ceará e os cearenses”, propunha compreender “o homem cearense em relação ao seu território”³⁵⁴.

Logo no início do texto, Bezerra relaciona as formas de agir e viver do homem cearense a uma condição específica, influenciada diretamente pelo clima, que incidiria na atitude desses indivíduos, sendo o motivo principal por atirar-lhes numa vida de aventuras, que os afastam de sua terra natal em busca da sobrevivência, mas sempre almejando o retorno e nunca esquecendo suas origens.

Considerando-se a citada influência climatológica, Bezerra sustenta que o povo do Ceará era diferente do restante dos brasileiros pela maneira como lidava, e se relacionava, com a calamidade imposta pelas secas. Dessa maneira, teríamos que:

É a inexorabilidade das secas que traz para o cearense a sua distinção, a sua superioridade, a sua glória; pois que, não tendo que

³⁵³ TEÓFILO, 1899, p. 232.

³⁵⁴ BEZERRA, Antônio. O Ceará e os cearenses. **Revista da Academia Cearense**, Fortaleza, tomo V, 1900, p. 146.

confiar nos recursos da natureza, vai procurá-los por toda a parte do universo. Sóbrio, afeito ao trabalho pesado para conseguir o pão de cada dia, é educado desde criança na escola da adversidade e do sofrimento. Não tem que estranhar tormentos.³⁵⁵

O próprio autor exemplificaria a situação de alguém que saiu de seu lugar de origem, a fim de procurar a sobrevivência em outra parte, tendo ele escrito o texto aqui referido enquanto residiu no Estado do Amazonas. Porém, não sofrendo dos mesmos problemas que seus conterrâneos, que emigravam na busca da subsistência, forçados pela seca, mas sim em virtude de problemas financeiros³⁵⁶, Bezerra indica como fator decisivo, quanto aos ensinamentos oferecidos pela escola da adversidade e do sofrimento, a citada inexorabilidade das estiagens, capaz de provocar, no cearense, uma “inexcedível resignação ante os rigores de seu clima e estragos das secas”³⁵⁷.

Tal resignação é um traço que também aparece na imagem do povo cearense construída por Rodolfo Teófilo, assim como o que seria a sua condição, dita “natural”, de enfrentar a natureza e apenas desistir de seu lugar de origem, depois de esgotadas quase todas as possibilidades de sobrevivência.

E após lutar contra o clima e decidir-se pela retirada, na busca de terras mais vantajosas, mesmo sendo impelido aos lugares mais distantes, o torrão natal jamais seria esquecido. Exemplo disso temos nessa referida obra de Bezerra, que em certo momento, menciona diversas situações de cearenses espalhados pelo mundo.

Da Rússia à Alemanha, dos Estados Unidos à África Ocidental, em todos esses lugares há alguém do Ceará, a demonstrar seu arraigado amor ao berço. Tal questão fica evidenciada a partir de um relato, colhido por Bezerra, ao assistir uma palestra, em Manaus, do Dr. Vicente Gomes de Araújo, que em certo momento, mencionou uma visita que fizera, alguns anos antes, a uma mina da Suíça, encontrando ali um cearense. Relato extenso, mas acreditamos que pertinente:

Entrara em companhia de outros, e ao dar com os olhos no colosso mineral exclamara involuntariamente arrebatado de admiração: bonito!

³⁵⁵ BEZERRA, 1900, p. 147-8.

³⁵⁶ Mesmo aposentado, “já em caminho da velhice e tendo aos ombros o peso de uma numerosa família”, Antônio Bezerra foi obrigado a emigrar. Não forçado pela seca, mas pela necessidade financeira. Sua situação foi assim descrita na época: “paupérrimo, agrilhado pelas privações, sem proteção nem recursos, de forma que lhe foi preciso para ele ingente sacrifício de ir procurar subsistência fora daqui, deixando esta terra que ele ama apaixonadamente”. In: ANTÔNIO BEZERRA. **O Pão**. Fortaleza, 30 set. 1896, p. 8.

³⁵⁷ BEZERRA, 1900, p. 146.

Nesse momento, um operário aproxima-se dele, e lhe diz com os olhos úmidos de lágrimas e voz comovida: Senhor, V. S. é brasileiro, eu já vi. Peço-lhe pelo que mais ama no mundo, fale um pouco mais a língua de nossa pátria, que há muitos anos não ouço uma palavra. Fale, fale, em nome de Deus eu lhe peço. Quero ouvi-lo, quero ainda antes de morrer ter a felicidade de escutar ao menos por um momento essa língua, que falava a minha família, quando eu tinha família.

Fale, senhor, fale um instante, eu quero saciar as saudades que tenho da minha pátria.

O Dr. surpreendido, não sabendo o que dissesse, perguntou-lhe:

A quantos anos está aqui?

– Há muitos, há um século.

De onde é natural?

– Sou natural do Ceará.

E nunca mais voltou lá?

– Não, nunca; e creio que não terei mais este único prazer na vida. E cada vez mais de desfazia em pranto.

O Dr. conversou largamente e deixou por fim calmo e resignado com a sua triste sorte.³⁵⁸

O cearense encontrado pelo médico brasileiro, em uma mina na Suíça, sequer tem seu nome indicado. Não ficamos sabendo os motivos que o levaram tão longe, tampouco se, antes de morrer, conseguiu retornar à sua terra natal. O que fica de tal descrição é a resignação, ao final do depoimento, referida enquanto triste sorte desse indivíduo, a trabalhar em um lugar tão distante da pátria.

Consideraria Rodolfo Teófilo que aquele indivíduo, trabalhador na mina suíça, agiu, de acordo com o que ele esperava que agisse, qualquer cearense? Talvez sim, afinal, sem ficarem evidentes as razões que o levaram a sair, ficava claro que sua luta ali, no estrangeiro, continuava constante.

Assim sendo, a resignação do homem cearense ante as adversidades da vida, que em sua terra se verificava no enfrentamento constante com as adversidades do clima e que, longe de casa, assumia outras proporções, aproximava as perspectivas suscitadas por Antônio Bezerra e Rodolfo Teófilo no que se refere à designação das características do homem de sua terra. A principal diferença entre ambos está na ênfase dada ao momento de resistência demonstrado por esse indivíduo, sendo que para Teófilo tal condição deveria ser demonstrada na luta por não sair de seu torrão, enquanto Bezerra vai salientá-la, na luta demonstrada ao sair, ao se aventurar.

³⁵⁸ BEZERRA, 1900, p. 165.

Mas, enquanto Bezerra apontava a tal “inexorabilidade das condições naturais” como fator decisivo para a formação do caráter do povo cearense, que, marcado pela resignação ante os rigores do clima, se colocava numa vida aventureira, que o levava para longe de sua terra natal, Teófilo nos fornece diferente explicação para a mesma situação, na qual as condições climatológicas seriam apenas uma circunstância secundária, ante a característica que já estaria presente no povo, a partir de sua ascendência ameríndia. Desse modo, antes do clima, prevalecia outro fator a instigar o cearense a agir como tal, sendo este fator o seguinte:

O nomadismo da raça vermelha, transmitido por atavismo à população mestiça, a qual constitui talvez quatro quintos dos habitantes do Ceará, é o fator principal do despovoamento da terra cearense. Este instinto de vagabundagem inato do mestiço é alimentado por causas secundárias, entre as quais as secas e as irregularidades das estações ocupam o primeiro lugar.³⁵⁹

Mas seja como for, ocupando uma posição de destaque ou sendo considerada uma causa secundária, a questão a ser enfatizada é que a seca, enquanto fenômeno recorrente no Ceará, serviria para explicar e justificar, tanto em Bezerra, como em Teófilo, a condição que incentivava o cearense a levar uma vida aventureira, ao buscar seu sustento longe de seu lugar de nascimento.

Se o homem devia resistir em sair, resistente deveria ser ao seguir para longe de sua terra natal. E tal questão será tratada especificamente a seguir, sobretudo no que diz respeito à citada preocupação quanto ao despovoamento da terra cearense, em mais uma referência direta que se pode considerar, entre a coisa narrada e a realidade vivenciada dos fatos.

5.3 SOBRE IMAGINÁRIO E A CULTURA HISTÓRICA, EM TEMPOS DE SECA.

O risco de despovoamento do Ceará, resultante da emigração de seus filhos, provocado pela ganância, ou índole aventureira deles próprios, ou pela inclemência do clima, era alardeado por intelectuais e autoridades locais como o principal fator que colocaria em risco o desenvolvimento dessa terra, discurso repetido a cada estiagem que acometia esse lugar.

³⁵⁹ TEÓFILO, 1899, p. 187.

Com a seca desestabilizando a sociedade, periodicamente, o que preocupava a esses sujeitos, com poder de opinião e decisão política, era o cenário que sobreviria após o término da calamidade climática, que segundo eles, estaria comprometido pela carência de mão-de-obra. O interesse desses sujeitos em desmotivar, na população menos afortunada, essa ânsia pela emigração, se faz perceptível no imaginário criado naquele período e presente na obra, sobretudo, de Rodolfo Teófilo, que pintava, com cores vivas, os desafios de se aventurar por regiões distantes e insalubres, insistindo que melhor seria permanecer no Ceará.

Teófilo, porém, reverberava aspectos da cultura histórica de seu tempo, pois, de acordo com Jörn Rüsen, autor que nos valem para compreender tal concepção, as discussões históricas, no âmbito de uma sociedade, não ficariam restritas “apenas à disciplina acadêmica especializada”³⁶⁰, sendo influenciadas pelos desdobramentos da vida de todo dia. E, como vimos, a seca ocupava posição de destaque no âmbito da sociedade cearense, nas décadas finais do século XIX, diante de todo o impacto que provocava e da repercussão que gerava na história de vida de seus habitantes.

Em tempos de seca, a urgência que se colocava dizia respeito à sobrevivência diária, sendo o futuro uma condição que não se projetava, para além da resolução dos problemas mais imediatos, como o desamparo e a fome. Mesmo quando se buscava à capital, para dali rumar ao Pará ou Amazonas, com a promessa de riqueza a ornar os sonhos dos retirantes, o que se tinha era a projeção de um porvir, mais calcado no alívio imediato que se buscava imprimir ao corpo e alma desalentados pelas agruras da seca, do que, necessariamente, pelas lições que a história poderia imprimir à vida desses sujeitos.

O que Teófilo condenava, tanto no povo, como nos governantes do Ceará, era justamente esse imediatismo, essa imprevidência que, seca após seca, ao não ficar nenhuma lição do passado, a calamidade climática quando ressurgia, a todos pegava de surpresa, por mais que ele tivesse sido uma voz que, por mais de quarenta anos, insistiu em anunciar e persistiu em denunciar os efeitos desse flagelo, mas, sobretudo, desse descaso quanto às dores do passado, tal como o fez, por exemplo, em relação à seca de 1888, ao denunciar: “estávamos nessa criminosa despreocupação quando declarou-se a seca de 1888”³⁶¹.

³⁶⁰ RÜSEN, 2015, p. 33.

³⁶¹ TEÓFILO, 1901, p. 33.

Os exemplos deixados pela história, das tragédias das secas passadas, função a que Teófilo se engajara, ao historicizar todas, de 1877 até 1919, e, de acordo com ele próprio, nada havia ficado que conseguisse evitar o quadro desolador que sempre se repetia, constam tanto nas suas obras históricas, como nas de caráter literário. No romance “O Paroara”, por exemplo, vemos o protagonista, João das Neves, comentar que “não tinha tempo de relembrar o desastre passado e nem tampouco se lembrava das eventualidades do futuro”³⁶².

Assim, ao preocupar-se, em demasia, com o futuro, Rodolfo Teófilo, em sua obra, se afastava ainda mais das pretensões que o Instituto do Ceará, entidade a que cabia a escrita oficial da história local, mantinha sobre as formas de escrita de uma história dita cearense, compreendidas entre o final do século XIX e o começo do XX, voltadas, a esse tempo, como vimos no primeiro capítulo, para a definição das origens históricas dessa terra.

Ao buscar estudar, conforme consta em seu livro “História da Seca do Ceará”, “medidas para o futuro”³⁶³, com a ressalva de que tal estudo era realizado “enquanto o espírito estava impressionado pelas terribilíssimas cenas, que afligiram os párias do norte”³⁶⁴, Teófilo reforçava sua posição própria, no contexto daquela cultura histórica, marcada pela seca, como ainda ressaltava sua postura, como historiador do referido “magno problema do Ceará”.

Conforme discutido ao longo do capítulo, a seca ocupava o lugar principal de caracterização da cultura histórica da sociedade cearense no período, compreendido entre 1877 até, pelo menos, o começo do século XX. Quanto a Rodolfo Teófilo e sua obra, histórica e literária, podemos considerá-los como referência para todos que, direta ou indiretamente, se referiam ao assunto no Ceará, e além, no dito período, sendo ele um indivíduo que, conectando, tal como refere Jörn Rüsen, “o conhecimento científico diretamente com a vida prática”³⁶⁵, representa bem a cultura histórica ali vivenciada.

Portanto, ao analisar o imaginário sobre a seca, e a sua utilização por aqueles que indicavam a emigração como um grave problema para o desenvolvimento do Ceará, devemos passar pela compreensão de Teófilo sobre a função exemplar da

³⁶² TEÓFILO., 1899, p. 192.

³⁶³ Id., 1922a, p. 416.

³⁶⁴ Loc. cit.

³⁶⁵ RÜSEN, 2015, p. 168.

história e pelas promessas de um futuro grandioso para essa terra, algo que seria colocado em risco ao ver perder esse lugar, a cada estiagem, um contingente considerável de seus filhos.

Assim, a imaginação daqueles denominados enquanto os “menos favorecidos da fortuna”, propensa às maravilhas que julgavam encontrar na região amazônica, contrastava com a realidade árdua do Ceará, tal como conferimos no trecho em que o protagonista do romance “O Paroara”, saindo de casa, ainda às escuras, seguia o agenciador rumo à Fortaleza, para de lá prosseguir, com ele e centenas de outros conterrâneos, rumo ao extremo norte do país:

João das Neves saiu às topadas de estrada afora e rumo da vila. Obcecado pelas fabulosas riquezas do Amazonas não pensava senão em encurtar a viagem, diminuir o tempo, e apressar o momento feliz de pisar aquela abençoada terra, que ubérrima e pródiga não nega os frutos de suas entranhas ao cultivador, nem tem canseiras, nem ingratidões. Dominado por estes pensamentos, o caboclo marchava a passos largos na treva, que envolvia tudo, procurando afastar-se mais e mais da terra que o havia criado, amaldiçoando-a em seu foro íntimo como a uma madrasta desalmada.³⁶⁶

Ao lembrarmos do contato que o autor teve com os primeiros retirantes que à cidade de Fortaleza chegaram, fugidos do interior por causa da seca, em abril de 1877, podemos depreender que foi de situações como essa, vivenciadas pessoalmente, que surgiu nele a inspiração para criar seu personagem João das Neves. A vontade dos retirantes em seguir para a Amazônia, o mais breve possível, a fim de trocar a terra de berço, afetada pela seca, por outra, ubérrima e pródiga, sintetizava o imaginário que, na opinião de Teófilo, reduzia o Ceará à condição, vista por quem de lá saía, de uma madrasta desalmada.

Mas, esse fluxo emigratório, apontado por testemunhas da época como intenso e persistente, mesmo encerrada a seca, repercutia na imprensa da capital cearense, sendo anunciada a crise daí decorrente, pois a lavoura, ciosa de braços, poderia não ser cultivada por causa desse problema, que necessitava ser impedido. Quanto a isso, no artigo abaixo temos um chamamento à reflexão e a indicação de responsabilidades e atitudes a tomar:

Há, porém, alguma coisa que a imprensa de uma parte, e os poderes públicos de outra não se podem dispensar de fazer.

Primeiro, devemos nós, os homens da imprensa, contrapor à sedução dos *aventureiros* a verdade dos perigos, a que se expõe nessa rápida

³⁶⁶ TEÓFILO, 1899, p. 221.

transição o trabalhador cearense, saindo imediatamente de um clima seco para outro excessivamente úmido e quente, a fim de se entregar a trabalhos mui rudes, acompanhados de tantas privações; depois virá a autoridade, a quem não faltam os meios de obstar essas levas excessivas de emigrantes, que às vezes excedem a capacidade ou cômodos dos transportes.³⁶⁷

Portanto, seduzidos pelas promessas de riqueza oferecidas por aventureiros, que vinham convencer os trabalhadores cearenses, que justamente por causa de sua ignorância se mostravam tão propensos a embarcar em tal aventura, recairia sobre os homens da imprensa a tarefa de contrapor àquela sedução com a presumível verdade, que demonstraria os perigos dessa empreitada. As diferenças de clima e dos tipos de trabalho eram ainda listadas, buscando convencer os emigrantes que as tais ilusões amazônicas significavam se deixar seduzir por um imaginário inconcebível e perigoso.

Apelava-se também às autoridades locais para que adotassem meios, que dificultassem a saída das levas excessivas de emigrantes que continuavam a deixar o Ceará, mesmo nos períodos em que as chuvas não lhe faltavam. Quanto a essa cobrança, de fato, não demoraria muito a cessarem as concessões de passagens feitas pelo governo a quem se dispunha a emigrar.

Dessa forma, após restrições, no começo do ano de 1880, o governo imperial decretou que “cessem totalmente os avultados dispêndios a que foi obrigado a fim de acudir às populações que padeceram com a seca”³⁶⁸. Tais dispêndios governamentais iam do fornecimento de abrigo e alimentação às passagens concedidas aos que saiam para o sul, mas principalmente, rumo ao norte do país.

Por fim, no citado artigo do jornal, referido acima, temos a indicação quanto a “verdade dos perigos” que poderiam ser vivenciados na Amazônia. Refere-se Rodolfo Teófilo a tais riscos na sua citada obra “O Paroara”, quando lá indica que os cearenses naquela região estavam “sem pátria e sem família, em uma terra de selvagens onde a própria vida estava sempre no mais iminente perigo”³⁶⁹.

Exemplificando tal situação, temos matéria publicada na imprensa de Fortaleza em janeiro de 1880, abordando um ataque sofrido por um grupo de cearenses naquela localidade distante:

³⁶⁷ EMIGRAÇÃO. **Constituição**, Fortaleza, 12 mar. 1882, p. 2.

³⁶⁸ MELLO, Barão Homem de. **Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 17ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1880, p. 82.

³⁶⁹ TEÓFILO, 1899, p. 245.

Uma tribo de Parintintins no dia 19 do mês findo deu assalto a barraca de cearenses estabelecidos no rio Purus, resultando 15 mortes, 8 ferimentos e uma criança que foi conduzida para ser talvez devorada nos festejos antropófagos.

Os infelizes são quase todos conhecidos nesta capital onde residem suas famílias, e foram sacodidos pela desgraça para aquelas inóspitas paragens, em busca de subsistência.

Em geral tem sido inditosa a colônia cearense que a seca forçou a estabelecer-se nas margens do Amazonas.³⁷⁰

A matéria acima constatava que, de modo geral, a emigração cearense para a Amazônia havia sido inditosa. A tragédia narrada, ressaltando-se que as vítimas eram conhecidas em Fortaleza, reiterava a iniciativa de desencorajar todos aqueles que se dispunham a seguir para longe de seu torrão natal. Se em tempos de seca, a miséria provocava dissabores, ao menos que se sofresse em sua própria província. E quando superada a calamidade e diante da quadra de chuvas normalizada, o que se esperava do homem cearense, conforme mencionado anteriormente, era que ele estivesse lá para semear a terra e abastecer o seu lugar de origem.

Aqueles que permaneciam em Fortaleza e não prosseguiram para mais distante, quando se encerrava o flagelo, voltavam a seu ponto de partida. Porém, sem a devida assistência ou previdência quanto ao futuro, que viria trazendo uma nova calamidade, tal como enfatizado por Teófilo, as cenas de miséria se repetiam, tão logo as chuvas rareavam, ao que muitos reagiam retomando o caminho rumo ao litoral, sobretudo em busca da capital, necessitados, mais uma vez, da ajuda remetida pelo governo.

Assim, a opção por seguir além, para outras terras em busca da sobrevivência, e não somente esperar o fim da seca para retornar a seu local de origem, representaria uma quebra na ordem das coisas, pois muitos que vinham, não pretendiam retornar, para depois retomar tudo outra vez.

A confirmação da seca de 1877 acabava com uma sequência de mais de trinta anos de clima regular, desde a última grande estiagem, registrada no então longínquo ano de 1845. Durante essa longa trégua da natureza, medidas práticas para amenizar os efeitos de uma nova calamidade não foram adotadas, sendo Rodolfo Teófilo uma das vozes mais críticas em relação a essa inação, que recairia sobre o poder público e à população em geral.

³⁷⁰ CEARENSES no Amazonas. **Echo do Povo**, Fortaleza, 8 jan. 1880, p. 2.

Desse modo, o flagelo de 1877 atingiu a todos desprevenidos, pois tal como mencionara Teófilo, “não se pensava que cedo ou tarde igual calamidade havia de voltar, que a seca, maldito legado do povo cearense, viria de novo cobri-lo de luto”³⁷¹.

Podemos ter uma noção do quanto a seca de 1877 representou uma surpresa para o povo daquele tempo, através de uma correspondência enviada da então cidade de Imperatriz, atual Itapipoca, limítrofe da serra de Uruburetama, e publicada no dia 15 de abril de 1877 no jornal *Cearense*, justamente no mesmo dia em que se noticiava a chegada dos mencionados primeiros retirantes vindos de Uruburetama, conforme referido anteriormente. Assim sendo, e corroborando com o indicado por Teófilo, sobre a seca ter atingido a todos desprevenidos, temos nesse relato que:

O povo está em desespero: acostumado com esses bons invernos passados, não tomaram e nem podiam tomar providência para o futuro, ficaram sem nenhum legume e os que não se retiraram para onde o destino lhes apontar uma melhora de condição, ou breve começarão a esmolar pelas portas, ou como último recurso, começarão a rapinagem.

A seca surpreende-nos de um modo todo insidioso: não foi só a população que se despreveniu, muitos que não estão ao nível dela, como por exemplo eu, estão à mercê de suas terríveis fases.³⁷²

Não consta a identificação do responsável pela escrita dessa correspondência, mas sua posição social fica evidenciada quando ele, se afirma, como não estando no nível dessa gente, que logo passaria a esmolar pelas portas e mesmo se entregar à rapinagem. Além disso, ao final de sua carta temos o autor a lamentar, indicando, mais uma vez, sua condição destacada naquele ambiente em que vivia, ao considerar que “é isto um terrível pesadelo que me perturba o repouso, quando vejo diante de mim tantos filhinhos que me pedem pão!”³⁷³.

Dessa forma, se a seca de 1877 pegou a todos desprevenidos, ricos e pobres, temos que aqueles “menos favorecidos da fortuna”, utilizando-nos aqui de um termo da época, eram afetados de maneira mais rápida do que os mais abastados, que ainda tinham possibilidades de resistir, antes de também rumarem para a capital em busca de socorro. Assim, conforme indicava Teófilo, aqueles que, acossados pela estiagem se dirigiam a Fortaleza, naquele momento inicial da seca, compunham “a escória da

³⁷¹ TEÓFILO, 1922a, p. 71.

³⁷² SECA. *Cearense*, Fortaleza, 15 abr. 1877, p. 3.

³⁷³ Loc. cit.

gente sertaneja”³⁷⁴, seja pelo aspecto com que chegavam à capital ou ainda, por não terem demonstrado maior resistência ao flagelo nos seus locais de origem.

Quando se iniciou tal retirada, aqueles que fugiam do interior da província rumo à capital vinham em condições deploráveis, aos olhos dos moradores de Fortaleza, tal como já nos reportamos à visão de Teófilo sobre os primeiros retirantes chegados, em abril de 1877, que vinham no mais completo estado de miséria, tendo “sobre o corpo imundos trapos; macilentos, descarnados, pareciam múmias de pé”³⁷⁵.

Diante disso, uma das primeiras medidas oficiais adotadas, em relação a esse contingente, que chegava em condições lastimáveis, além de abrigo e alimentação, consistiu na busca em conceder trabalho aos indivíduos aptos, a fim de afastar-lhes da ociosidade.

Para aqueles que mantinham a vontade de rumar para a região amazônica, conforme anteriormente mencionado, naquele primeiro momento, a concessão de passagens, por parte do governo, parecia uma medida acertada a se tomar. Porém, nem mesmo a decisão de partir, em busca de melhores condições de subsistência, traria sossego ao homem cearense, ao mesmo tempo que também não renderia benefícios ao poder público, tal como assinalado por Rodolfo Teófilo:

O retirante, onde quer que chegasse, era quase sempre um homem enfermo; acostumado à ração, devia de ser socorrido pelo governo. Ora, se tinha de alimentar a dez mil pessoas, seria mais econômico fazê-lo mesmo onde se achavam; além das despesas com passagens, poupar-se-iam as perdas com a mudança para climas diferentes e insalubres, conservando-se assim a população, que mais tarde reergueria a província.³⁷⁶

Mas a contagem daqueles que emigravam não se limitou às dez mil pessoas citadas por Teófilo. Devido a imprecisão dos dados do período, não se pode indicar, com exatidão, a contagem dos cearenses que partiram.

Assim, de acordo com Thomaz Pompeu Filho, no ano de 1877 a população local estava estimada em pouco mais de 900.000 pessoas e, ao término da seca, em 1880, “ficara reduzida talvez de um terço; cerca de 300.000 pessoas haviam falecido ou emigrado”³⁷⁷.

³⁷⁴ TEÓFILO, 1901, p. 169.

³⁷⁵ Id., 1922a, p. 84.

³⁷⁶ Loc. cit.

³⁷⁷ BRASIL FILHO, Thomaz Pompeu de Sousa. **Estado do Ceará na Exposição de Chicago**. Fortaleza: Typ. d'A República, 1893, p. 34.

A emigração, por sua vez, entrava num contexto ainda mais amplo, de completa desorganização social, como podemos ver no seguinte relato, de novembro de 1878, do então presidente da província:

O pensamento e o preparativo da emigração, como último recurso para a salvação da vida, preocupavam todas as classes da sociedade. Estava morto o comércio. Os serviços públicos tendiam a completa desorganização; as Câmaras Municipais, o Juri, as diversas juntas administrativas não podiam funcionar por falta de número; os professores abandonavam as suas cadeiras, alguns párocos a freguesia; a força começava a desertar.³⁷⁸

Pompeu Filho resumiu aquela situação da seguinte forma: “o sertão tornou-se quase deserto”³⁷⁹. Com a população local desertando, muitos procurando emigrar, desoladores eram, o presente e o futuro. E ainda em outubro de 1877, tendo há pouco se iniciado o fluxo emigratório rumo à região amazônica, com a ajuda governamental, temos no *Retirante*, jornal de Fortaleza que se apresentava como “órgão das vítimas da seca”, a descrição de um cenário aterrador e uma expectativa nada positiva:

Vamos mal, muito mal, e olhamos para tudo que nos cerca através de um prisma aterrador!

Medonho é o quadro que se debuxa a nossos olhos!

Não há salvatório para a nossa infeliz província, ela morreu por dez anos pelo menos.

Um futuro sombrio e que não há de se descrever aguarda a geração que faz tão difícil jornada.

Como continuar-se a morar no Ceará? Não está ele reduzido a um verdadeiro Saara?³⁸⁰

Mais adiante, nesse mesmo artigo publicado no jornal *Retirante*, temos o trecho transcrito de uma matéria do periódico *Amazonas*, de Manaus, tratando da situação dos emigrantes cearenses que por lá aportaram, também por um viés nada positivo:

Açoiados pela miséria, de preferência os cearenses têm procurado o vale do Amazonas e uma grande parte deles lá vai a caminhos dos seringais, esse Eldorado tão ambicionado, mas do qual em vez de extrair-se o ouro só se extrai lágrimas e sangue.³⁸¹

Retratar a região amazônica como um verdadeiro Eldorado, ao qual poderiam acorrer os cearenses em busca de melhores condições de subsistência, era figura de

³⁷⁸ BARROS, José Júlio de Albuquerque. **Fala com que o Presidente da Província do Ceará abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da Assembleia Provincial no dia 1º de novembro de 1878**. Fortaleza: Typ. Brasileira, 1879, p. 39.

³⁷⁹ BRASIL FILHO, 1893, p. 33.

³⁸⁰ EMIGRAÇÃO Cearense. **O Retirante**, Fortaleza, 24 out. 1877, p. 1.

³⁸¹ *Ibid.*, p. 2.

linguagem comumente utilizada por parte da imprensa de Fortaleza, no período inicial da estiagem, como uma evidente contraposição ao Ceará, terra marcada pela seca, retratada acima enquanto semelhante ao deserto do Saara, referência que cabia tanto ao clima seco, que predominava nas épocas de severa estiagem, como também tendo relação com as áreas no interior da província, que ficavam vazias diante da retirada de seus moradores para a zona litorânea.

Mas aquele Saara seria também uma Fênix, pois tão logo voltava a receber as chuvas do inverno, conseguia renascer. Quanto a isso, Rodolfo Teófilo considera que, caso alguém tivesse estado no Ceará e testemunhado a situação calamitosa em 1877 e logo depois, de encerrada a estiagem, retornasse, veria “a ressurreição dessa terra, o seu renascimento três anos depois”³⁸², concluindo o autor que esse suposto visitante não poderia admitir “que haja seca que a acabe”³⁸³.

Desse modo, acreditava-se que, por mais que trágico fosse, o tormento não era eterno e tudo, enfim, haveria de se normalizar. Daí talvez constatasse Rodolfo Teófilo, involuntariamente, os motivos que resultavam na indicada e criticada imprevidência, característica do homem cearense.

Sendo assim, por mais que sedutor fosse o Eldorado amazônico, proporcional às riquezas que lá poderiam ser obtidas estavam os riscos que esperavam aqueles que para acolá se aventuravam.

Mas mesmo diante de notícias que davam conta de situações, muitas vezes trágicas, envolvendo cearenses nessas terras longínquas, fato é que o fluxo rumo ao Pará e Amazonas persistiu ao longo das últimas décadas do século XIX e princípios do século XX, sendo que os que emigravam, tratavam de comunicar a seus parentes, que ainda permaneciam no Ceará, conforme percebemos no informe do político e historiador paraense José Coelho da Gama e Abreu (1832-1906), Barão de Marajó, que ao tratar da questão da emigração cearense para sua terra, observava que:

Tendo os primeiros emigrantes cearenses chegados ao Pará e Amazonas, sido bem acolhidos, e tendo tirado vantagens do seu trabalho mandaram tais informações a seus parentes que estes os imitaram; e isto é comprovado com as estatísticas dos vapores que navegam entre o Pará e Ceará dos quais muitos, não obstante a três anos ter findado a seca no Ceará, ainda hoje trazem trezentos a quinhentos passageiros em cada viagem, pelo que pode bem

³⁸² TEÓFILO, 1922b, p. 39.

³⁸³ Loc. cit.

assegurar-se que no Pará e Amazonas existem talvez mais de cinquenta mil cearenses.³⁸⁴

Pelo que fica referido acima, podemos indicar que o fluxo emigratório cearense em direção à Amazônia se consolida somente com a seca de 1877, pois o citado livro do Barão de Marajó foi lançado em 1883, justamente decorridos os tais três anos do término da seca no Ceará. Assim, fica evidenciada, na opinião do autor paraense, que somente a estiagem poderia justificar plenamente o fluxo de cearenses em direção às províncias do Pará e Amazonas. Porém, apesar de encerrado o flagelo climático, os navios que ligavam entre si tais pontos do norte do Império continuavam a transportar, por viagem, um número considerável de pessoas.

Outro ponto a se destacar é que o cearense, que se deslocava para a Amazônia naquele período, diante do amor arraigado à terra natal, buscava principalmente obter a riqueza que aquelas paragens distantes tinham a oferecer, para depois retornar, se e quando possível, a seu lugar de origem.

Assim, esse indivíduo não contribuiria, de forma ativa, para a estabilidade local, nem para seu desenvolvimento sustentável, conforme evidenciado no seguinte relato de Luiz Rodolfo Cavalcanti de Albuquerque (1847-1915), então chefe da aduana do Amazonas, responsável por uma série de estudos sobre a economia dessa região:

O imigrante cearense, se é excelente quanto ao lado de esforço e atividade, não é, contudo, dos melhores quanto à estabilidade local.

Pronto para qualquer trabalho à espera do lucro que este lhe proporciona, não tem porém o estímulo para a criação da propriedade e do bem-estar resultante do melhoramento desta [...]

São, efetivamente, trabalhadores diligentes, mas falta-lhes o requisito essencial do agricultor – o amor da terra que gera o estímulo da propriedade. Por esta razão têm eles sido recebidos na colônia quase exclusivamente como trabalhadores.³⁸⁵

Desse modo, o cearense, em terras amazônicas, era visto como um trabalhador esforçado, não na condição de agricultor, denotando, assim, sua condição temporária de permanência. Evidentemente que nem todos que fizeram esse trajeto retornariam ao Ceará, seja porque conseguiram se fixar nos lugares de destino ou mesmo porque ali encontraram a morte.

³⁸⁴ MARAJÓ, José Coelho da Gama e Abreu, Barão de. **A Amazônia**: as províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brasil. Lisboa: Livraria Antiga e Moderna, 1883, p. 41.

³⁸⁵ ALBUQUERQUE, Luiz Rodolfo Cavalcanti de. **A Amazônia em 1893**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, p. 148.

E quando voltavam, retornavam doentes, não compensando para muitos deles qualquer numerário que lhes aprovesse, como relatado por Teófilo: “ninguém a vista das riquezas que vinham da Amazônia cogitava do dia de amanhã, nem tampouco que, se um homem refratário ao paludismo voltava rico, quarenta e nove lá ficavam enterrados”³⁸⁶.

Dificultando a permanência dos cearenses naqueles pontos do extremo norte do Brasil, estava a questão da posse da terra, pois de acordo com instruções publicadas, em abril de 1878, pelo presidente da província do Pará, José Joaquim do Carmo, os emigrantes “que se aplicarem à lavoura em lotes de terra, já demarcados da província, não poderão obter o respectivo título de propriedade antes de indenizar a província do valor deste lote”³⁸⁷. Falido em sua terra natal, tendo de contar com as passagens pagas pelo governo central, assim deveria sobreviver o retirante cearense, endividado e muitas vezes sem possuir a terra em que lá trabalhava.

Portanto, fadado ao sofrimento, quando ficava, numa terra assolada pela seca, ou então, ao partir, com esperanças de riqueza, acabar doente, cheio de saudade e endividado, assim temos que o imaginário da seca no Ceará, tornado um elemento da cultura histórica local, essencial para a compreensão dos diversos formatos em que se dispôs a escrita da história do Ceará, entre o final do século XIX e o início do XX, é para nós, elemento indispensável na caracterização das diferentes formas que as narrativas históricas sobre a história cearense tomaram nesse período.

De uma “história ainda não escrita”, conforme apontavam os integrantes de seu instituto histórico, movidos pela missão de “torná-la escrita”, intento obtido através da produção do Instituto do Ceará e de sua revista, como ainda a partir da publicação do “Livro do Tricentenário”, até chegarmos a Rodolfo Teófilo e suas peculiares visões da história, literárias e históricas, o que temos são percepções distintas acerca de normas diferentes que resultaram em formas variadas de se produzir a escrita de uma história, ou várias delas, sobre o Ceará, no período de passagem entre os séculos XIX e XX.

³⁸⁶ TEÓFILO, 1899, p. 474.

³⁸⁷ INSTRUÇÕES provisórias. **Constituição**, Fortaleza, 23 abr. 1878, p. 3.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por tornar conhecida a história cearense era a missão que tomava para si o Instituto do Ceará, agremiação fundada em março de 1887 e que, desde seu surgimento, através da publicidade de sua revista e da atuação de seus integrantes, dotou essa terra com produções que visavam suprir a lacuna, que de lá mesmo se proclamava, de que o Ceará ainda não tinha uma narrativa histórica condizente com seu passado.

E seria o Instituto a entidade capaz de escrever essa história oficial que tanto requeria o Ceará. Para tanto, normas, advindas da influência do IHGB, eram listadas, a fim de regradar o trabalho daqueles que se envolvessem nos procedimentos dessa forma de escrita. Assim, o apego ao documento, preferencialmente inédito, deveria nortear a labuta historiográfica, além da imparcialidade que recaía sobre o historiador, como também um necessário distanciamento do fato decorrido, para que a história e a aplicação de sua justiça, pudessem agir com todo o rigor que dela se esperava.

Passando pelo Instituto do Ceará e suas visões e procedimentos em relação à história, destacando-se seus integrantes mais relevantes, chegamos ao ponto alto de atuação dessa entidade, na sua missão de tornar conhecida a história local. Desse modo, e tendo como contexto as celebrações, em 1903, pelos três séculos do início do processo colonizador português, essa entidade dotava sua terra com aquele que seria a primeira obra histórica condizente com esse lugar, o denominado “Livro do Tricentenário”, obra escrita a várias mãos, conforme as normas apregoadas por aquela entidade.

Para além desse livro comemorativo, porém, e sendo destacadas outras formas de produção, que ressaltavam temas que, por não terem alcançado o distanciamento requerido do fato analisado, eram deixadas de lado pelo Instituto do Ceará, temos um tema que influenciou a cultura histórica cearense, difundida entre o final do século XIX e o começo do século XX, nesse lugar, qual seja, a seca.

Tema preferencial, tanto em algumas obras historiográficas como literárias, de Rodolfo Teófilo, renomado autor cearense da época, temos, com as discussões sobre a seca, a ampliação dos temas abordados pela história cearense da época, demonstrando que as normas oriundas do Instituto do Ceará, quanto à escrita de uma história oficial cearense, eram desvirtuadas, ou, dito de outra forma, eram ampliadas

por autores, como Rodolfo Teófilo, que nos proporcionam perspectivas distintas acerca do Ceará e das descrições sobre sua história.

Nesta tese, buscamos demonstrar as diferentes formas que a escrita de uma história, dita cearense, alcançou no mencionado recorte temporal, entre 1884, ano de publicação da obra pioneira de Teófilo sobre a história da seca no Ceará, e 1903, quando a primeira obra de uma história oficial cearense é publicada.

Contudo, mais que apenas comparar tais produções e seus autores, buscamos compreender o contexto em que tais publicações foram produzidas, como também as implicações referentes aos assuntos abordados e em relação às especificidades de atuação dos autores envolvidos no processo de elaboração e pesquisa dessas obras.

Num período de mudanças políticas, com o advento da República, e ainda com os ecos da vitoriosa campanha abolicionista, sem contar com as interferências das constantes estiagens que assolavam o Ceará, temos de considerar, ainda, todos esses fatores quando pensamos na escrita de uma história, dita cearense, assim como na conformação da cultura histórica presente nesse espaço, no período em questão.

Assim, para além de normas rígidas e formas fluídas de se tornar conhecida uma história do Ceará, o que temos são entidades e sujeitos diretamente envolvidos na consecução desse objetivo, de, por fim, realizar a missão do Instituto do Ceará, de tornar conhecida a história desse lugar. Os meandros dessa produtividade, buscamos indicar no decorrer de nosso trabalho. Esperamos, ao menos, ter conseguido esboçar essa longa trajetória.

REFERÊNCIAS

JORNAIS, CARTAS, FALAS OFICIAIS E RELATÓRIOS

A COMPANHIA de aprendizes marinheiros. **A República**, Fortaleza, 5 maio 1900.

A SECA e o governo. **Cearense**, Fortaleza, 18 mar. 1877.

AINDA a seca. **Cearense**, Fortaleza, 18 abr. 1877.

BARROS, José Júlio de Albuquerque. **Fala com que o Presidente da Província do Ceará abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da Assembleia Provincial no dia 1º de novembro de 1878**. Fortaleza: Typ. Brasileira, 1879.

BEZERRA, Antônio. Hourrah, Ceará! **Libertador**, Fortaleza, 25 mar. 1887.

CARTA de Capistrano de Abreu a Guilherme Studart enviada a 29 de dezembro de 1894. In: RODRIGUES, José Honório (org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v. 1. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.

CARTA enviada ao Barão de Studart por Alberto Nepomuceno e reproduzida no Jornal **A República**, Fortaleza, 29 jul. 1903.

CARTA institucional da Associação do 4.º Centenário do Descobrimento do Brasil enviada ao Barão de Studart por Carlos Balthazar da Silveira, integrante de sua diretoria, datada de 1.º de fevereiro de 1899.

CEARENSES no Amazonas. **Echo do Povo**, Fortaleza, 8 jan. 1880.

COLONIZAÇÃO. **Pedro II**, Fortaleza, 29 fev. 1872.

COMEMORAÇÃO do quarto centenário da descoberta do Brasil no Ceará. **A República**, Fortaleza, 5 maio 1900.

DESPACHOS de ofícios: requerimentos. **Cearense**, Fortaleza, 16 set. 1882.

EMIGRAÇÃO Cearense. **O Retirante**, Fortaleza, 24 out. 1877.

EMIGRAÇÃO. **Constituição**, Fortaleza, 12 mar. 1882.

EMIGRANTES. **Cearense**, Fortaleza, 15 abr. 1877.

EMIGRANTES. **Cearense**, Fortaleza, 18 abr. 1877.

FALA COM QUE o Exm. Sr. Conselheiro Sival Odorico de Moura, Presidente da Província do Ceará, dirigiu a respectiva Assembleia Legislativa no dia 2 de junho de 1885. Fortaleza: Typ. da Gazeta do Norte, 1885.

GOVERNO da Província. **Cearense**, Fortaleza, 18 out. 1846.

INSTRUÇÕES provisórias. **Constituição**, Fortaleza, 23 abr. 1878.

MELLO, Barão Homem de. **Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 17ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1880.

OLIVEIRA, Álvaro Joaquim de. A propósito da História da Seca do Ceará (1877-1880). **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 9 jun. 1884.

OLIVEIRA, João Batista Perdigão de. História Pátria: a primeira vila da província. Fortaleza, **Pedro II**, 7 set. 1882.

PESSOA, Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti. **Fala com que o Presidente da Província do Ceará abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura da Assembleia Provincial no dia 2 de julho de 1877**. Fortaleza: Typ. do Pedro II, 1877.

SECA. **Cearense**, Fortaleza, 13 maio 1877.

SECA. **Cearense**, Fortaleza, 18 abr. 1877.

SECA. **Cearense**, Fortaleza, 6 jan. 1877.

UM LIVRO importante. **Libertador**, Fortaleza, 30 ago. 1884.

VASCONCELLOS, Ignácio Correia de. **Relatório apresentado à Assembleia Provincial do Ceará pelo Presidente da Província em 1º de julho de 1847**. Fortaleza: Typ. Fidelíssima, 1847.

REVISTAS

ABREU, João Capistrano de. Sobre uma história do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XIII, 1899.

ABREU, João Capistrano de. Tricentenário do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XIV, 1904.

ANTÔNIO BEZERRA. **O Pão**. Fortaleza, 30 set. 1896.

BEZERRA, Antônio. Algumas origens do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XV, 1901.

BEZERRA, Antônio. Descrição da cidade de Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo IX, 1895.

BEZERRA, Antônio. O Ceará e os cearenses. **Revista da Academia Cearense**, Fortaleza, tomo V, 1900.

BRASIL FILHO, Thomaz Pompeu de Sousa. Discurso lido perante a Academia Cearense na sessão magna de seu 1º aniversário. **Revista da Academia Cearense**, Fortaleza, tomo II, 1897.

BRASIL FILHO, Thomaz Pompeu de Sousa. Discurso proferido em 12 de março de 1889 por ocasião de sua posse de sócio efetivo. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo III, 1889.

BRASIL FILHO Thomaz Pompeu de Sousa. População do Ceará em 1889. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo IV, 1890.

CARVALHO, José Rodrigues de. Resenha bibliográfica do ano. **Revista da Academia Cearense**, Fortaleza, tomo VII, 1902.

CARVALHO, José Rodrigues de. Resenha bibliográfica do ano. **Revista da Academia Cearense**, Fortaleza, tomo VIII, 1903.

CASTRO, José Liberal de. Alberto Nepomuceno e o Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo CIX, 1995.

CATUNDA, Joaquim. Origens americanas: imigrações pré-históricas. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo I, 1887.

COSTA, Antônio Teodorico da. Uma reminiscência: João Batista Perdigão de. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo especial, 1929.

ESTATUTOS. **Revista da Academia Cearense**, Fortaleza, ano I, n. I, 1896.

FACÓ, Boanerges. Os fundadores do Instituto do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo LXXXI, 1967.

GARCIA, Abel. A mulher cearense. Parte I. **Revista A Quinzena**, Fortaleza, ano I, n. 2, 30 jan. 1887a.

GARCIA, Abel. A mulher cearense. Parte II. **Revista A Quinzena**, Fortaleza, ano I, n. 3, 15 fev. 1887b.

GARCIA, Abel. A mulher cearense. Parte III. **Revista A Quinzena**, Fortaleza, ano I, n. 4, 28 fev. 1887c.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. A construção de um passado a serviço da política. In: Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, ano 156, n. 388, jul./set. 1995.

HINO do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XVII, 1903.

LIMA, Francisca Clotilde Barbosa de. A mulher na família. **Revista A Quinzena**, Fortaleza, ano I, n. 5, 15 mar. 1887.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. O modelo historiográfico do Barão de Studart. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo CXIX, 2000.

OLIVEIRA Lucia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1989.

OLIVEIRA, João Batista Perdigão de. A primeira freguesia da província. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo II, 1888a.

OLIVEIRA, João Batista Perdigão de. A primeira vila da província: notas para a história do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo I, 1887.

OLIVEIRA, João Batista Perdigão de. Treslado de uma proposta que se pôs em junta sobre a guerra que se há de dar aos Baiacus a rogo dos principais da aldeia de Parangaba. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo II, 1888b.

OLIVEIRA, João Batista Perdigão de. Uma data de sesmaria. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo VIII, 1894.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Barão de Studart. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo especial, 1938.

QUEIROZ, Pedro de. Estudos literários: "Secas do Ceará" de Rodolfo Teófilo. **Revista da Academia Cearense**. Fortaleza, tomo VI, 1901.

QUEIROZ, Pedro de. Sociologia criminal: palavras de política criminal. **O Ceará ilustrado**: revista artística, literária e científica. Fortaleza, ano 1º, n.º 7, 1894.

RAFFARD, Henrique. Relatório dos trabalhos anuais de 1891 e 1892, lido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na sessão magna de 15 de dezembro de 1892. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo LV, parte II, 1892.

RELAÇÃO das monografias, discursos, etc., publicados por motivo da Comemoração do Tricentenário do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XVII, 1903.

RODRIGUES, José Honório. Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo LXX, 1956.

SESSÃO da Academia Cearense em 21 de fevereiro de 1899. **Revista da Academia Cearense**, Fortaleza, tomo V, 1900.

SESSÃO da Academia Cearense em 7 de fevereiro de 1899. **Revista da Academia Cearense**, Fortaleza, tomo V, 1900.

SESSÃO Magna comemorativa do 94º aniversário de fundação do IHGB. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 166, 1932.

SOCIEDADES científicas, artísticas e literárias. In: **Almanaque Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1901**. Ano 7.º. Fortaleza: Typ. Econômica, 1900.

STUDART, Guilherme (Barão de). Francisco Pinto e Luiz Figueira: o mais antigo documento existente sobre a história do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XVII, 1903a.

STUDART, Guilherme (Barão de). Índice geral das matérias contidas nos 20 volumes publicados da Revista do Instituto do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XX, 1906b.

STUDART, Guilherme (Barão de). Índice geral dos autores de trabalhos publicados na Revista do Instituto do Ceará de 1887 a 1906. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XX, 1906a.

STUDART, Guilherme (Barão de). Thomaz Pompeu de Sousa Brasil: notas sobre sua vida, sua educação e carreira política. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo especial, 1929.

STUDART, Guilherme. Alexandre Humboldt e Bernardo Manoel de Vasconcelos. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo II, 1888.

STUDART, Guilherme. Apontamentos biográficos de um missionário do Ceará. Extrato do cap. XVIII do livro IV dos Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco, pelo beneditino Frei Domingos do Loreto Couto. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo IX, 1895b.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. Discurso proferido na sessão magna aniversária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 15 de dezembro de 1888. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, tomo LI, parte II, 1888.

TEÓFILO, Rodolfo. A Normalista. Parte I. **O Pão**, Fortaleza, 1º jul. 1895.

TRICENTENÁRIO da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XVII, 1903.

LIVROS

ABREU, João Capistrano de. **Ensaios e estudos (crítica e história)**: 1ª série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial, (1500-1800)**. Rio de Janeiro: M. Orosco & C., 1907.

ALBUQUERQUE, Luiz Rodolfo Cavalcanti de. **A Amazônia em 1893**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

ALENCAR, José de. **Iracema**: lenda do Ceará. Rio de Janeiro: Typ. Viana & Filhos, 1865.

ALMEIDA, Gildênia Moura de Araújo. **A Fome**: um romance do naturalismo? 2014. Dissertação (Literatura Brasileira). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

ASSOCIAÇÃO do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil. **Livro do Centenário**, (1500-1900), volume I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

BARREIRA, Dolor. **História da literatura cearense**. 1.º tomo. Fortaleza: Ed. do Instituto do Ceará, 1948.

BARREIRA, Dolor. **História da literatura cearense**. 2.º tomo. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1951.

BATISTA, Paula Virgínia Pinheiro. **Arquivo de si e do Ceará**: a coleção e a escrita de Guilherme Studart (1892-1938). 2014. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Criminologia e direito**. Salvador: Livraria Magalhães, 1896.

BEZERRA, Antônio. **Notas de viagem**: parte do norte. Fortaleza: Typ. Econômica, 1889.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 42. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

BRASIL, Senador Thomaz Pompeu de Sousa. **Memória sobre o clima e secas do Ceará**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877.

BRASIL FILHO, Thomaz Pompeu de Sousa. **Estado do Ceará na Exposição de Chicago**. Fortaleza: Typ. d'A República, 1893.

CAMINHA, Adolfo. **A normalista: cenas do Ceará**. Rio de Janeiro: Magalhães & C., 1893.

CAMINHA, Adolfo. **Cartas literárias**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1895.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Ed. UNESP, 1998.

COMEMORANDO o Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará. 1603-1903. Fortaleza: Typ. Minerva, 1903.

COUTO, Domingos do Loreto. **Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Typ. da Biblioteca Nacional, 1904.

GIRÃO, Raimundo. **A Academia de 1894**. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1975.

GIRÃO, Raimundo; MARTINS FILHO, Antônio. **O Ceará**. Fortaleza: Ed. Fortaleza, 1939.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição a semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2013.

LIMA, Raimundo Antônio da Rocha. **Crítica e literatura**. São Luiz, MA: Typ. do Paiz, 1878.

LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

MARAJÓ, José Coelho da Gama e Abreu, Barão de. **A Amazônia: as províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brasil**. Lisboa: Livraria Antiga e Moderna, 1883.

MENDES, Cândido. **Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão**. Rio de Janeiro: Typ. do Commercio, 1860.

MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira**. v. III. Realismo. São Paulo: Cultrix, 1985.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Historiografia do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará**: memória, representações e pensamento social (1887-1914). 2001. Tese (doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2001.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 55ª ed. São Paulo: Siciliano, 1994.

RODRIGUES, José Honório (org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v. 1. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1978.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Tomo segundo (1830-1877). Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1888.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

SALES, Antônio. **Retratos e lembranças**: reminiscências literárias. 2. ed. Fortaleza: SECULT/CE, 2010.

SOUSA, Eusébio de. **Meio século de existência**: subsídio para a história do Instituto do Ceará, 1887-1937. Fortaleza: Typ. Minerva, 1937.

STUDART, Guilherme (Barão de). **Climatologia, epidemias e endemias do Ceará**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1909.

STUDART, Guilherme (Barão de). **Datas e fatos para a História do Ceará**. Tomo III, Ceará Estado. Fortaleza: Typ. Commercial, 1924a.

STUDART, Guilherme (Barão de). **Dicionário Bio-bibliográfico Cearense**. Volume primeiro. Fortaleza: Tipo-Litografia a Vapor, 1910.

STUDART, Guilherme (Barão de). **Estrangeiros e Ceará**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1918.

STUDART, Guilherme (Barão de). **Geografia do Ceará**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1924b.

STUDART, Guilherme. **Datas e fatos para a história do Ceará**. Tomo I. Ceará Colônia. Fortaleza: Typ. Studart, 1896.

STUDART, Guilherme. **Documentos para a biografia do fundador do Ceará**. Fortaleza: Typ. Studart, 1895a.

STUDART, Guilherme. **Família Castro**: ligeiros apontamentos. Fortaleza: Typ. Econômica, 1883.

STUDART, Guilherme. **Notas para a história do Ceará**: segunda metade do século XVIII. Lisboa: Typ. do Recreio, 1892.

TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome**: cenas da seca do Ceará. Fortaleza: Gualter R. Silva Editor, 1890.

TEÓFILO, Rodolfo. **A seca de 1915**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922b.

TEÓFILO, Rodolfo. **A seca de 1919**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922c.

TEÓFILO, Rodolfo. **Cenas e tipos**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1919.

TEÓFILO, Rodolfo. **História da seca do Ceará (1877 a 1880)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922a.

TEÓFILO, Rodolfo. **O Caixeiro**: reminiscências. Fortaleza: Typ. Minerva, 1927.

TEÓFILO, Rodolfo. **O Paroara**: cenas da vida cearense e amazônica. Fortaleza: Typ. Moderna, 1899.

TEÓFILO, Rodolfo. **Secas do Ceará**: segunda metade do século XIX. Fortaleza: Atelier Louis, 1901.

TEÓFILO, Rodolfo. **Varíola e vacinação no Ceará**. Fortaleza: Typ. do Jornal do Ceará, 1904, p. 71.

TINHORÃO, José Ramos. **A província e o naturalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VERÍSSIMO, José. **Estudos de literatura brasileira**. 1ª série. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.